

**METAMORFOSES NO PADRÃO DE FINANCIAMENTO
PÚBLICO EM SANTA CATARINA:
A TRAJETÓRIA DO BADESC (1975-2020)**

FABRÍCIO TREVISOL BORDIGNON

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

FABRÍCIO TREVISOL BORDIGNON

METAMORFOSES NO PADRÃO DE FINANCIAMENTO PÚBLICO EM
SANTA CATARINA: A TRAJETÓRIA DO BADESC (1975-2020)

CRICIÚMA

2023

FABRÍCIO TREVISOL BORDIGNON

**METAMORFOSES NO PADRÃO DE FINANCIAMENTO PÚBLICO EM
SANTA CATARINA: A TRAJETÓRIA DO BADESC (1975-2020)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Socioeconômico

Orientador: Prof. Dr. Alcides Goulart Filho
Coorientador: Prof. Dr. Javier Vidal Olivares

CRICIÚMA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

B729m Bordignon, Fabrício Trevisol.

Metamorfoses no padrão de financiamento público em
Santa Catarina : a trajetória do BADESC (1975-2020) /
Fabrício Trevisol Bordignon. - 2023.
251 p. : il.

Tese (Doutorado) - Universidade do Extremo Sul
Catarinense, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2023.
Orientação: Alcides Goulart Filho.
Coorientação: Javier Vidal Olivares.

1. Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa
Catarina. 2. Bancos de desenvolvimento. 3. Empréstimos
bancários. 4. Créditos. 5. Desenvolvimento econômico. I.
Título.

CDD 23. ed. 332.2098164

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

FABRÍCIO TREVISOL BORDIGNON

METAMORFOSES NO PADRÃO DE FINANCIAMENTO PÚBLICO EM SANTA CATARINA: A TRAJETÓRIA DO BADESC (1975-2020)

Esta tese foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 14 de julho de 2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam
Coordenador Adjunto do PPGDS – UNESC

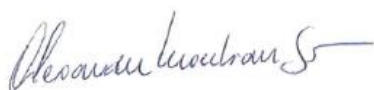


Prof. Dr. Alcides Goularti Filho
(Presidente e Orientador – UNESC)

FRANCISCO
JAVIER VIDAL
OLIVARES

Firmado digitalmente
por FRANCISCO JAVIER
VIDAL OLIVARES
Fecha: 2023.08.14
20:17:14 +02'00'

Prof. Dr. Javier Vidal Olivares
(Coorientador - Alicante)



Prof. Dr. Alexandre Macchine Saes
(Membro – USP)



Prof. Dr. Thiago Rocha Fabris
(Membro – UNESC)

Prof. Dr. Antonio Manuel Antunes Rafael Amaro
(Membro - Universidade de Coimbra)

Assinado por: **António Manuel Antunes Rafael Amaro**
Num. de Identificação: 06859807
Data: 2023.10.05 18:31:03+01'00'



Prof. Dr. João Henrique Zanelatto
(Membro – UNESC)

FABRÍCIO
TREVISOL
BORDIGNON

Assinado de forma digital
por FABRÍCIO TREVISOL
BORDIGNON
Dados: 2023.10.06 10:00:13
-03'00'

Fabrizio Trevisol Bordignon
(Discente)



A minha esposa Fernanda e minha filha
Valentina, que estiveram comigo nesta
caminhada de muitas viagens e sacrifícios.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, o Professor Doutor Alcides Goularti Filho por ter me acompanhado neste projeto. O seu entusiasmo foi fundamental para o desenvolvimento desta tese. Como bem diz sua frase “ O desenvolvimento tem que estar no sangue”.

Gostaria de agradecer a Capes que me proporcionou cursar este doutorado pela concessão de uma taxa.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo descrever a trajetória da atuação do Badesc, identificando e analisando os fatores que o levaram a passar por transformações quanto à sua forma institucional, fonte e destinação de seus recursos, no período compreendido entre 1975-2020. Para atingir este objetivo, inicialmente foi demonstrada a importância do crédito e dos sistemas financeiros para a promoção do desenvolvimento econômico, demonstrando como a complexa financeirização das economias influem no processo de desenvolvimento, em particular pela atuação dos Estados, dos Bancos Centrais e dos Bancos de Desenvolvimento. Após esta abordagem, buscou-se descrever o surgimento da atividade bancária no Estado de Santa Catarina, analisando suas relações com as atividades econômicas até então existentes, e as elites econômicas e políticas dominantes no período. Como objetivo principal, o trabalho identificou, descreveu e caracterizou três períodos na trajetória do BADESC, utilizando como elementos a fonte e destino de seus recursos, seu controle sobre a inadimplência, sua relação com o Estado de Santa Catarina e seu envolvimento político. Desta forma, o trabalho identificou que no primeiro período, inicialmente a instituição foi fortemente dependente de repasses de recursos de fontes oficiais federais para o desenvolvimento de suas atividades, e estes foram dirigidos majoritariamente ao financiamento do Estado de Santa Catarina, suas empresas estatais e, secundariamente, a grande empresa catarinense. Além disso, identificou que o banco estava fortemente ligado às elites econômicas e políticas do estado. No segundo período, inicialmente mais independente dos recursos oficiais federais, teve na inadimplência de seu principal “cliente”, o Estado de Santa Catarina, o grande desafio da história da instituição, que o levou a quase insolvência e a um processo de regime especial de administração, decretado pelo Banco Central do Brasil, que o obrigou a redirecionar o crédito à iniciativa privada, passando esta a ser, majoritariamente, o destino dos recursos, em particular, as grandes e médias empresas inicialmente e, posteriormente, as micro e pequenas empresas e governos municipais. E, por fim, um terceiro período, que inicia com esforços direcionados ao desenvolvimento do micro crédito, por meio de agências não governamentais e pela diminuição da dependência de recursos de fontes oficiais federais. Embora, o Badesc tenha perdido o protagonismo visto até a década de 1990, ele se tornou uma instituição muito mais sólida ao operar com mais recursos e promover uma maior pulverização de sua carteira de crédito. Neste trabalho foi realizado uma pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-Chave- Badesc. Crédito. Desenvolvimento.

ABSTRACT

The objective of this work was to describe the trajectory of Badesc's performance, identifying and analyzing the factors that led it to undergo transformations in terms of its institutional form, source and destination of its resources, in the period between 1975-2020. , the importance of credit and financial systems for promoting economic development was initially demonstrated, demonstrating how the complex financialization of economies influences the development process, in particular through the actions of States, Central Banks and Development Banks. approach, we sought to describe the emergence of banking activity in the State of Santa Catarina, analyzing its relationships with the economic activities that existed until then and the economic and political elites dominant in the period. As a main objective, the work identified, described and characterized three periods in the trajectory of BADESC, using as elements the source and destination of its resources, its control over default, its relationship with the State of Santa Catarina and its political involvement. In this way, the work identified that in the first period, the institution was initially heavily dependent on transfers of resources from official federal sources for the development of its activities, and these were mainly directed to financing the State of Santa Catarina, its state-owned companies, and also, the great company from Santa Catarina. In addition, he identified that the bank was strongly linked to the economic and political elites of the state. of the institution, which led him to near insolvency and to a process of special administrative regime enacted by the Central Bank of Brazil, which forced him to redirect credit to the private sector, becoming the latter, mostly, the destination of the resources, in particular, large and medium-sized companies initially and later micro and small companies, and municipal governments And finally, a third period, which begins with efforts aimed at developing micro credit, through non-governmental agencies, and by reducing dependence on resources from official federal sources. Although Badesc has lost the protagonism seen until the 1990s, it has become a much more solid institution, as it operates with more resources and promotes a greater dispersion of its credit portfolio. In this work a bibliographical and documental research was carried out.

Keywords: Badesc. Credit. Development

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Agência de Fomento Estaduais	33
Quadro 2 - Bancos de Desenvolvimento Estaduais.....	34
Quadro 3 - Bancos Estaduais	46
Quadro 4 - Evolução do Quadro de Pessoal	124
Quadro 5 - Bancos Estaduais sob Regime do RAET	136
Quadro 6 - De Acionistas da Saintinvest S.A.....	150
Quadro 7 - Acionistas Badesc.....	151
Quadro 8 - Acionistas Badesc após Capitalização	151
Quadro 9 - Badesc- Indicadores de Desempenho: Número de Empregados a Saldo por Empregado- 1987-1998	169
Quadro 10 - Grau de Instrução e Lotação dos Trabalhadores do Banco	169
Quadro 11 - Presidentes do Badesc 1982-2003.....	198
Quadro 12 - De Trabalhadores Triênio 1999-2002	208
Quadro 13 - Distribuição das Bolsas de Estudo	209
Quadro 14 - Distribuição de Recursos por Região	215
Quadro 15 - Agências de Microcrédito Existentes em 2022	221
Quadro 16 - Crescimento do número de trabalhadores	239
Quadro 17 - Recursos Investidos em Treinamento no Período.....	239
Quadro 18 - Demonstrativo no Grau de Escolaridade- 2007.....	239

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução do Patrimônio Líquido, Financiamentos, Receitas Operacionais e o Resultado Líquido do Exercício 1975/1984. Em valores históricos.	60
Tabela 2 - Saldo de Aplicações dos Recursos- 1992-2001. Em valores históricos	63
Tabela 3 - Crescimento da Participação percentual da Indústria no Estado do Paraná	69
Tabela 4 - Percentual da Participação Relativa das Categorias nos Valores Adicionados da Indústria de Transformação do Paraná e no Total de Financiamento Repassados à Indústria de Transformação pelo Badep 1970-1980	70
Tabela 5 - Evolução da Capacidade de Endividamento no Período	82
Tabela 6 - Evolução das Contratações em 1980	100
Tabela 7 - Projetos Contratados e em Contratação por Setor da Economia e Origem dos Recursos no Ano 1980	100
Tabela 8 - Liberação de Recursos por Fontes. Em dólares correntes.	102
Tabela 9 - Liberação de recursos por fonte em dólares. Cotação em dezembro de cada ano.	103
Tabela 10 - Evolução em Contratação entre Recursos Próprios e de Terceiros	104
Tabela 11 - Dados econômicos em Dólares 1975-1982.....	104
Tabela 12 - Evolução da Situação Líquida 1975- 1982. Valores correntes.....	106
Tabela 13 - Evolução da Situação Líquida em Dólares. 1975-1982.....	106
Tabela 14 - Receita Total do Estado 1975-1982	110
Tabela 15 - Receita Tributária x Arrecadação de ICM 1975-1982	111
Tabela 16 - Composição das Receitas Corrente 1975-1982.....	111
Tabela 17 - Composição das Receitas Capital 1975-1982.....	112
Tabela 18 - Déficits X Superávits 1973-1982.....	112
Tabela 19 - Dívida Fundada Interna e Externa 1975-1982.....	112
Tabela 20 - Comparativo Dívida externa bruta Vs PIB, Dívida Externa Líquida Vs PIB- 1971-1982 .	113
Tabela 21 - Evolução dos Projetos Contratados entre Setores Público e Privado 1980-1983	115
Tabela 22 - Saldo das Aplicações por Origem dos Recursos-Valores 1983- Cr\$ Mil	117
Tabela 23 - Composição das Aplicações por Período	117
Tabela 24 - Por Ramo de Atividade -Período 1980-1984 Cr\$ Mil	119
Tabela 25 - Por Ramo de Atividade -Período 1980-1984 em dólares.	119
Tabela 26 - Saldo de Aplicações por Origem dos Recursos	120
Tabela 27 - Liberação por Região.....	121
Tabela 28 - Indicadores de Desempenho 1980-1984.....	125
Tabela 29 - Evolução da Situação Líquida- Valores- Cr\$ Mil 1980-1984	126
Tabela 30 - Evolução da Situação Líquida- Valores- em US\$ (mil).....	126
Tabela 31 - Arrecadação ICM Mês a Mês- Período 1982-1984	128
Tabela 32 - Arrecadação Tributária 1980-1984	128
Tabela 33 - Receita Efetiva 1980-1984.....	129
Tabela 34 - Receitas de Capital 1980-1984.....	129

Tabela 35 - Receitas Correntes 1980-1984	130
Tabela 36 - Arrecadação Mensal ICM 1982-1984	131
Tabela 37 - Dívidas Fundadas Internas e Externas 1980-1984	131
Tabela 38 - Relação Receita Tributária Dívida Interna e Externa 1980-1984	131
Tabela 39 - Comparativo Total Aplicado e Dez Maiores Devedores. Em Cr\$ Milhões/ Cz\$ Mil	138
Tabela 40 - Aumentos de Capital Social BDE e BESC.....	139
Tabela 41 - Destinação dos Recursos durante o RAET 1986-1987	142
Tabela 42 - Origem dos Recursos para a Capitalização	148
Tabela 43 - Badesc-Origem dos Recursos Aplicados - Em Dólares (Mil)1993-1998.....	156
Tabela 44 - Evolução do Patrimônio Líquido em Dólares -1989-1994	157
Tabela 45 - Contratação por Setores 1992-1996.....	160
Tabela 46 - Destino dos Recursos por Porte de Empresa 1992-1999	161
Tabela 47 - Indicadores Financeiros 1989-1997. Em dólares.	161
Tabela 48 - Fontes de Recursos 1989-1996 (Valores Correntes)	162
Tabela 49 - Contratações por Fontes em Dólares	162
Tabela 50 - Crescimento e Distribuição da Carteira de Crédito no Período. 1982-2000	163
Tabela 51 - Crescimento e Distribuição da carteira de crédito no período. 1982-2000, em US\$.....	163
Tabela 52 - Operações de Crédito em Liquidação Duvidosa/ Provisão 1982-2000. Valores correntes	164
Tabela 53 - Operações de Crédito em Liquidação Duvidosa/ Provisão 1982-2000, em US\$.....	164
Tabela 54 - Histórico de Dados Financeiros Badesc 1980-2002.....	166
Tabela 55 - Histórico de dados financeiros Badesc. 1980-2002, em US\$	167
Tabela 56 - Alterações ocorridas pela Reabertura.	168
Tabela 57 - Prejuízos do Badesc no Período 1995-1999	179
Tabela 58 - Comparativo de Indicadores PIB X Contratações Badesc em (Dólares)	185
Tabela 59 - Projeção do PIB do Estado de Santa Catarina e FBCF período 1995-2000 -Valores em :US\$ milhões de dólares	185
Tabela 60 - Projeções para a Formação Bruta de Capital Fixo. Valores em U\$ Mil	185
Tabela 61 - Aplicações por Fonte de Recursos 1975-1995 em Milhões de Dólares.....	192
Tabela 62 - Indicadores Financeiros da Dívida do Estado de Santa Catarina 1980- 1991.....	200
Tabela 63 - Indicadores financeiros da dívida do Estado de Santa Catarina 1980- 1991. Em milhões de Dólares.	200
Tabela 64 - Dívida x Receita Tributária. 1980-1997	201
Tabela 65 - Dívida Fundada Interna e Externa, em US\$ (milhões)	202
Tabela 66 - Receita Tributária x Arrecadação de ICM-1980-2000	202
Tabela 67 - Receitas Tributárias 1980-2000.....	203
Tabela 68 - Receitas de Capital 1980-2000.....	203
Tabela 69 - Déficits e Superávits no Período 1980-1999	204
Tabela 70 - Obrigações em Títulos do Tesouro Estadual em ORTN 1975-1986.....	205
Tabela 71 - Obrigações em Títulos do Tesouro Estadual em Cruzeiros 1975-1986.....	205

Tabela 72 - Variação do PIB/SC	206
Tabela 73 - Destino Dos Recursos por Porte de Empresa	210
Tabela 74 - Indicadores socioeconômicos 1999-2002.	211
Tabela 75 - Desempenho das Agências de Microcrédito -1998-2002.....	220
Tabela 76 - Dados do Microcrédito -Período 2000-2006.....	222
Tabela 77 - Carteira Pública X Carteira Privada	223
Tabela 78 - Porte das Empresas Atendidas no Período.....	224
Tabela 79 - Indicadores Financeiros Badesc 1999-2020	224
Tabela 80 - Distribuição dos Recursos 2000-2020	227
Tabela 81 - Comparativo Indicadores Financeiros 1999-2020	228
Tabela 82 - Fonte de Recursos 1995-2020	229
Tabela 83 - Evolução dos Desembolsos por Setor 2003-2016	232
Tabela 84 - Subsetores com Maiores Liberações na Indústria de Transformação 2003-2016	232
Tabela 85 - Liberação de Recursos por Subsetores 2003-2016	233
Tabela 86 - Comparativo Saldo de Operações 2003-2020	236
Tabela 87 - Receitas de Capital do Estado de Santa Catarina 2000-2020	240
Tabela 88 - Evolução do Crescimento do PIB no Estado de Santa Catarina (2001-2020).....	241

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução da Situação Líquida em dólares	106
Gráfico 2 - Evolução da Receita do Estado de Santa Catarina 1975-1982.....	110
Gráfico 3 - Receita Efetiva 1980-1984	129
Gráfico 4 - Badesc-Origem dos Recursos Aplicados - Em Dólares (Mil)1993-1998	157
Gráfico 5 - Dívida x Receita Tributária. 1980-1997	201
Gráfico 6 - Saldo de Operações Badesc Vs Sistema Financeiro Nacional	236
Gráfico 7 - Evolução da Receita Vs Dívida pública.....	241

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABDE	Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento
ACESC	Associação de Comunicadores do Estado de Santa Catarina
APLAV	Assessoria de planejamento e avaliação
ASFIN	Assessoria Financeira
ASRUR	Assessoria Rural
ASCAM	Assessoria curso normal
AUDIN	Auditoria Interna
BACEN	Banco Central do Brasil
BANADE	Banco Nacional de Desenvolvimento
BASA	Banco da Amazônia
BB	Banco do Brasil
BDE	Banco de Desenvolvimento do Estado
BANCOFERJ	Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro
Bandeb	Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia
BANDES	Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo
BADESC	Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
BANDEPE	Banco de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco
BANFESE	Banco de Fomento do Estado do Sergipe
BADESP	Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo
BADESUL	Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul
BDs	Bancos de Desenvolvimento.
BDRN	Banco do Desenvolvimento do Rio Grande do Norte
BANEB	Banco de Fomento do Estado da Bahia
BANEP	Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná
BANERJ	Banco do Estado do Rio de Janeiro
BANDERN	Banco do Rio Grande do Norte
BANESTADO	Banco do Estado de Santa Catarina S. A
BANESPA	Banco do Estado de São Paulo
BANESTES	Banco do Crédito Rural e Agrícola do Espírito Santo
BANPARÁ	Banco do Estado do Pará
BD/Rio	Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro
BDESC	Banco de Desenvolvimento Econômico do Estado de Santa Catarina
BEA	Banco do Estado do Amazonas
BESC	Banco do Estado de Santa Catarina
BEG	Banco do Estado de Goiás
BEM	Banco do Estado do Maranhão
BEMGE	Banco Mineiro do Café
BEP	Banco Comercial e Agrícola do Piauí
BESCRI	BESC Crédito Imobiliário
BDESCVAL	BESC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
BESCAM	BESC Corretora
BESCREDI	BESC Crédito, Financiamento e Investimento
BESCOR	BESC Corretora de Seguros

BESCTUR	Besc Turismo
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CACEX	Carteira de Comercio Exterior
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CEAG	Centro de Apoio Gerencial
CEASA	Centrais de Abastecimento do Estado
CEBRAE	Centro Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
CEF	Caixa Econômica Federal
CEESA	Caixa Econômica do Estado de Santa Catarina
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CEPAL	Comissão Econômica para Assuntos da América Latina
CMBEU	Comissão Mista Brasil Estados Unidos
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CODESC	Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
CODESUL	Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul
CODISC	Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina
COJUR	Consultoria Jurídica
COMCAP	Companhia de Melhoramentos da Capital
CONCATEX	Consórcio Catarinense de Exportação
DECPCO	Departamento de Processos Contenciosos
DELEB	Diretoria de Operações Industriais e Especiais
DEOCA	Departamento de Operações e Curso Anormal
DECOB	Departamento de Cobrança
DEPAG	Departamento Administrativo
EMgK	Eficiência Marginal do Capital
ERUSC	Empresa de Eletrificação Rural de Santa Catarina
ESAG	Escola Superior de Administração e Gerência
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FED	Federal Reserve Board
FIESC	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FINC	Programa de Financiamento para Urbanização de Conjuntos Habitacionais
FINEC	Programa de Financiamento de Equipamentos Comunitário de Conjuntos Habitacionais
FIEGE	Subprograma de Financiamento de Infraestrutura Geral
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUCAT	Fundação Catarinense do Trabalho.
FUNAGRI	Fundo Geral para a Agricultura e Indústria
Fundagro	Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial
FUNDESC	Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
FUNDENCE	Fundo de Democratização do Capital de Empresas
FUMBESC	Fundo de Pensão Multipatrocinada BESC

GAPRE	Gabinete da Presidência.
GEFIN	Gerência Financeira
GERAC	Gerência de Acompanhamento
IBAGESC	Instituto Brasileiro de Assistência Gerencial de Santa Catarina
ICM	Imposto sobre Circulação de Mercadorias.
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INCO	Banco da Indústria e Comércio
IVC	Imposto sobre Vendas e Consignações
HIF	Hipótese de Instabilidade Financeira
ORTN	Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PARAIBAN	Banco do Estado da Paraíba
PG	Plano de Governo
PIB	Produto Interno Bruto
PLAMEG	Plano de Metas Governamentais
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
POE	Programa de Obras e Equipamentos
PODEPE	Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte
PROCAZEM	Programa Catarinense de Armazenagem e do Projeto da Indústria Catarinense de Frutas
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PROCAPE	Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas
PRODEC	Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense
SEGER	Secretaria Geral
SECC	Sistema Estatal de Crédito Catarinense
SOTELCA	Sociedade Termelétrica Capivari
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PROES	Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público na Atividade Financeira
SUDESUL	Superintendência de Desenvolvimento do Sul
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
SUPLAN	Superintendência de Planejamento Agrícola
TELESC	Empresa de Telecomunicações de Santa Catarina
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – DESENVOLVIMENTO E SISTEMA FINANCEIRO.....	18
1.1 DESENVOLVIMENTO E FINANCEIRIZAÇÃO DAS ECONOMIAS	18
1.2 BANCOS DE DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO	32
1.3 TEORIAS ECONÔMICAS E BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	36
CAPÍTULO 2- SISTEMA DE CRÉDITO ESTADUAL	42
2.1 SANTA CATARINA	42
2.2 RIO GRANDE DO SUL	57
2.3 PARANÁ.....	67
3.3 CRIAÇÃO DA AGÊNCIA DE FOMENTO	74
2.4 BRDE- BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL	74
CAPÍTULO 3 - PRIMEIRA METAMORFOSE: FOMENTO AO SETOR PÚBLICO (1972-1982).....	78
3.1 UM NOVO AGENTE FINANCEIRO	78
3.2 A BUSCA DO <i>FUNDING</i>	80
3.3 O BANCO E A SOCIEDADE CATARINENSE.....	87
3.4 A ESTRUTURAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	89
3.5 O FINANCIAMENTO A INDÚSTRIA	93
3.6 IMPORTÂNCIA POLÍTICA	107
3.7 POSIÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO	110
CAPÍTULO 4 SEGUNDA METAMORFOSE: FOMENTO AO SETOR PRIVADO (1983-1998).....	114
4.1 ATUAÇÃO CONTRACÍCLICA.....	114
4.2 DECLÍNIO NA ARRECADAÇÃO DO ESTADO	128
4.3 ADMINISTRAÇÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA-RAET.....	132
4.4 TRANSFORMAÇÃO EM AGÊNCIA	171
4.5 ALTERAÇÕES POLÍTICAS.....	192
4.6 POSIÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO	199
CAPÍTULO 5 - TERCEIRA METAMORFOSE: FOMENTO AO MICROCRÉDITO (1998-2020).....	207
5.1 PERÍODO DE TRANSIÇÃO	207
5.2 PROJETO DO MICROCRÉDITO.	211
5.3 PERÍODO PÓS TRANSIÇÃO	222
5.4 A DIMINUIÇÃO DA DEPENDÊNCIA DE RECURSOS DO BNDES	229
5.5 MUDANÇA DE FOCO.....	230
5.6 REORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL.	237
5.7 A MELHORA DAS FINANÇAS DO ESTADO.....	240
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	242
REFERÊNCIAS.....	248

1 INTRODUÇÃO

Para que uma economia capitalista possa se desenvolver é necessária a existência de agentes dinamizadores que invistam fortemente nos setores produtivos que mais requeiram volume de investimento financeiro. Diante disso, para se compreender a dinâmica do desenvolvimento é necessário que antes se compreenda a função do crédito e as fontes de financiamento.

Mas, além disso, é necessário compreender a dinâmica de funcionamento dos sistemas financeiros, que a partir da globalização ocorrida após a segunda guerra mundial, encontram-se cada vez mais conectados influenciando mutuamente os sistemas locais e internacionais, de modo que um problema local pode acarretar efeitos econômicos adversos, em diversos países. Em decorrência disso, justifica-se a criação de instituições e tomada de ações dos governos a fim controlar os riscos e diminuir os efeitos produzidos pelas crises econômicas. Além do “Big Government”, os Bancos Centrais e os Bancos de Desenvolvimento são instrumentos de promoção do desenvolvimento e administração de crises.

Economias complexamente financeirizadas tendem a adotar a preferência por ativos de curto prazo, em detrimento dos investimentos de longo prazo responsáveis pelo crescimento da produção e geração de empregos, em razão da taxa de juros praticada. Esta distorção, prejudicial ao desenvolvimento econômico e social deve ser contornada por instrumentos estatais executores das políticas monetárias e econômicas.

Dois destes instrumentos são os Bancos Centrais, que atuam como emprestadores de última instância, que tem como função primordial a manutenção da estabilidade econômica, atuando nos momentos de maior incerteza e instabilidade. Outro instrumento de política desenvolvimentista são os Bancos de Desenvolvimento, que tem como objetivo disponibilizar linhas de crédito de longo prazo a fim de garantir os investimentos, em particular em economias em que há uma maior prevalência da preferência pela liquidez, e atuar em momentos de crise restabelecendo a oferta de crédito.

No Brasil, assim como na América Latina, os governos adotaram como estratégia de desenvolvimento a criação de Bancos de Desenvolvimento-BDs, como instrumentos de execução de políticas desenvolvimentistas. No Brasil, além do plano nacional, em que foram criados o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico-

BNDE, o Banco do Nordeste, no plano estadual, diversos governos criaram seus próprios bancos de desenvolvimento como forma de alinhar-se a política nacional de desenvolvimento e aproveitar a cooperação federal.

Neste contexto, foi criado em 1961 o BDE- Banco de Desenvolvimento do Estado, posteriormente transformado em Banco do Estado de Santa Catarina - BESC, o qual, no ano 1962 com recursos federais ou próprios deveria financiar a produção industrial e agrícola a médio e longo prazo. Entretanto, em virtude de uma resolução do Banco Central do Brasil- BACEN de 1968 proibir a atuação conjunta de banco comercial com bancos de desenvolvimento, o BESC passou a operar somente como banco comercial deixando o Estado de Santa Catarina sem banco de desenvolvimento até 1975, ano em que foi fundado o BADESC- Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

O Badesc foi um importante instrumento de financiamento da economia catarinense, em particular em seus primeiros anos de existência. Mas em decorrência das crises econômicas ocorridas nas décadas de 1970, 1980 e 1990, que afetaram não só a economia catarinense e nacional, mas também as finanças do Estado de Santa Catarina, o banco passou por significativas alterações na sua forma de atuar, em decorrência das mudanças das fontes e destinação de seus recursos, que foram impactados pela inadimplência de cada período.

Em sua trajetória de quase 50 anos, o Badesc passou pelas três dimensões dos bancos de desenvolvimento. Sendo a primeira caracterizada pela dependência de recursos federais, em um primeiro momento. A destinação destes recursos para aplicação nas grandes empresas catarinenses, mas particularmente para o financiamento do Estado de Santa Catarina e suas empresas estatais. Neste primeiro período, o banco foi utilizado como instrumento político para manutenção das elites no poder.

Em seu segundo período, no qual fica caracterizada a segunda dimensão dos bancos de desenvolvimento, o Badesc direcionou seus recursos ao financiamento das grandes industriais do estado, abandonando o financiamento do Estado de Santa Catarina, primeiramente em decorrência das proibições legais impostas aos bancos de desenvolvimento de financiarem seus próprios controladores, e por segundo em decorrência da inadimplência do Estado de Santa Catarina em suas obrigações perante o Badesc, que acarretaram intervenções do Banco Central e sua transformação em agência de fomento.

Em seu terceiro período, caracterizando a terceira dimensão dos bancos de desenvolvimento, o Badesc em decorrência das dificuldades financeiras impostas pela inadimplência privada na década de 1990, após transformar-se em agência de fomento, direcionou seus esforços ao fomento dos micros e pequenas empresas, e aos governos municipais. Em decorrência do seu saneamento financeiro, realizado quando da transformação em agência de fomento, além da mudança de foco dos financiamentos, há uma importante mudança da sua fonte de recursos, no qual os recursos federais, em particular aqueles advindos BNDE, são aos poucos substituídos por recursos próprios, diminuindo significativamente a dependência destes recursos. A utilização de recursos próprios trouxe mais estabilidade a instituição, entretanto diminuiu significativamente o volume de recursos liberados, de modo que nas duas últimas décadas a participação dos recursos liberados no PIB do estado não chegou a 1%, enquanto em 1980, auge de liberações de toda sua história sua participação representou 3,5% do volume de investimentos feitos no Estado.

A transformação do Badesc não foi a única mudança ocorrida no sistema estatal de crédito catarinense. Embora o Badesc tenha perdido o protagonismo vivido na década de 1970 e 1980, e hoje não apresente mais tamanha relevância outrora vista, ele foi um sobrevivente ao período neoliberal brasileiro, vivido na década de 1990. Se além de ser único sobrevivente das instituições financeiras estatais catarinenses, haja vista a extinção do BESC e da CODESC- Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. O Badesc é das poucas instituições financeiras de desenvolvimento estadual do Brasil a sobreviver como instituição. Seus pares, Banep e Badesul, bancos de desenvolvimento do Paraná e do Rio Grande do Sul, foram liquidados, ainda no início da década de 1990. Desta forma coube ao Badesc demonstrar a importância deste tipo de instituição e inspirar os governos paranaense e gaúcho a criarem novamente suas instituições financeiras de desenvolvimento.

Para elaboração este trabalho foi realizado uma pesquisa descritiva e analítica, em uma abordagem pós keynesiana, que tinha como problema: Como o Badesc desenvolveu sua função de agente de fomento do Estado de Santa Catarina? Para responder a este problema o objetivo geral do trabalho foi analisar a atuação do Badesc durante todo o período de sua existência, identificando e analisando as mudanças em seu padrão financiamento. E como objetivos

específicos o trabalho buscou aproximar o contexto histórico do surgimento da ideia de um banco público de fomento, identificando as ideias presentes dentro do contexto político e econômico na formação do sistema de crédito catarinense, identificar a origem e o destino dos recursos, analisar a mudança no padrão de financiamento a partir do movimento nacional e identificar por períodos, os movimentos de mudança de atuação do banco.

Para atender os objetivos deste trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, no qual foram analisados, balanços contábeis do Badesc, relatórios da administração, atas de reunião de diretoria, atas do conselho de administração, atas do conselho fiscal, atas de assembleias gerais ordinárias e extraordinárias. Além dos documentos pertencentes ao Badesc, foram utilizados outros documentos, como demonstrações contábeis do Estado de Santa Catarina, discursos de governadores, mensagens ao poder legislativo em âmbito estadual e federal, leis, projetos de leis, decretos, decretos leis e outros atos normativos. Também, como fonte de pesquisa foi utilizada a clipagem de notícias vinculadas ao Badesc, relatórios de Comissões Parlamentares de Inquérito- CPIs, Relatório do Regime Especial de Administração Temporária do Banco Central, relatório da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina sobre a intervenção do BESC e BADESC. Para obtenção destes documentos, foram feitas visitas a sede do Badesc, sede da Fundação Badesc, Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Biblioteca da Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina, Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Biblioteca da Universidade do Estado de Santa Catarina entre outras que resultaram em mais de 50 mil páginas digitalizadas.

Para a obtenção de muitos destes documentos, em particular aos relatórios das Comissões Parlamentares de Inquérito e Relatório do Banco Central do Brasil, foi necessário o peticionamento pelo pesquisador ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina para a quebra do sigilo imposto de 100 anos sobre os documentos. Além deste, para obtenção de acesso aos documentos contábeis do Estado de Santa Catarina de 1970 a 2020, foram necessárias diligências e petições endereçadas a Ouvidoria Geral e Controladoria Geral do Estado de Santa Catarina em um processo persistente, até o

encaminhamento a Secretaria de Estado de Fazenda, que esta sim, gentilmente, cedeu os documentos fiscais para pesquisa. Foram 13 viagens a Florianópolis e aproximadamente 6 mil quilômetros percorridos somente para estas pesquisas.

CAPÍTULO 1 - DESENVOLVIMENTO E SISTEMA FINANCEIRO

1.1 DESENVOLVIMENTO E FINANCEIRIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

Para se entender o fenômeno do desenvolvimento econômico, é necessário compreender a função do crédito e da atividade bancária para o crescimento industrial. O estudo do caminho percorrido pelos países já desenvolvidos, ajuda na compreensão da importância do crédito e do papel desempenhado pelos Estados para a promoção do desenvolvimento, especialmente, em países de industrialização tardia.

Muito embora, este estudo, leve a pensar que a trajetória de um país que alcançou o desenvolvimento, possa traçar um caminho certo, ou um etapismo (como de Rostow) a ser seguido pelos países subdesenvolvidos que os pudessem levar ao sonho do desenvolvimento, há diversos fatores tanto endógenos como exógenos que influenciam no processo de desenvolvimento e que levam a resultados distintos, mesmo quando seguidos rigorosamente os passos de sucesso de outra nação. A história de desenvolvimento de um país nem sempre projeta o futuro dos países atrasados. A ideia do etapismo era um pensamento comum no século XIX, e levou diversos países a tentarem imitar os passos da longa trajetória que levou a Inglaterra a se transformar em uma potência industrial do século XIX. A própria Alemanha, ao seguir algumas etapas percorridas pela Inglaterra, colaborou com este entendimento. Contudo, a existência de aspectos individuais, determinantes para o desenvolvimento, pode levar ao desenvolvimento por outros caminhos, em virtude, das características do seu próprio atraso. (GERSCHENKRON, 2015)

Gerschenkron, autor da obra “O atraso econômico em perspectiva histórica”, propõe justamente esta ideia, em que, em alguns casos da história, os diversos processos de desenvolvimento, muitas vezes seguidos como etapas, levaram a diferenças consideráveis no grau de desenvolvimento dos países atrasados, principalmente em comparação às economias mais adiantadas.

Estas diferenças se devem ao fato de que, os instrumentos institucionais presentes em um determinado país podem levar às diferenças no caráter do desenvolvimento industrial, e na velocidade em que ocorre o processo de desenvolvimento. A criação de novos instrumentos institucionais pode substituir os elementos já existentes em países desenvolvidos, os chamados pré-requisitos da industrialização, como a disponibilidade de capital, proteção à propriedade privada,

criação da elite moderna, superação da estrutura agrária, e da mão de obra. Estes “substitutos” seriam o sistema bancário em substituição ao empreendedorismo, o comércio externo em substituição a agricultura, o Estado e relação ao mercado de capitais. Além disso, estes “substitutos” ao invés de prévios ao processo de industrialização podem surgir durante o processo. E ainda, quanto mais vagaroso o processo, mais influência de ideologias diferentes são incorporadas, sofrendo, ainda, variações de acordo com o atraso econômico, o espírito desenvolvimentista, as potencialidades industriais e naturais de cada nação. Acrescenta-se a isto, que no contexto do processo de industrialização, há, quase sempre, um conflito entre os interesses econômicos das atividades já existentes, que, por nem sempre, vislumbrarem o desenvolvimento como uma oportunidade de crescimento, colocam barreiras além daquelas já existentes. (GERSCHENKRON, 2015)

De fato, isto pode ocorrer, em parte, porque os benefícios e oportunidades a serem criadas pela industrialização nem sempre são certas, pois há diversas variáveis que influenciam o processo e o seus resultados, tais como: as condições institucionais, políticas, segurança jurídica, além da necessária garantia à liberdade e o direito à propriedade.

Todavia, presumindo-se que todas as barreiras impostas à industrialização fossem retiradas, e que o país, em questão, possua uma reserva de recurso naturais a serem explorados, pode-se afirmar que o processo de industrialização traz oportunidade de acordo com o grau de aproveitamento do seu atraso para queimar etapas e introduzir inovações tecnológicas mais eficientes, existentes nos países avançados. Isto porque, o processo de industrialização dos países atrasados não pode ser entendido simplesmente como fonte de aproveitamento de mão de obra barata, pois, a depender de cada país, é muito difícil formar mão de obra confiável e disciplinada para trabalhar em fábricas. Por isso, a mão de obra barata e abundante não pode ser considerada uma vantagem para o processo de industrialização, nem mesmo um obstáculo para a sua substituição por bens de capital. (GERSCHENKRON, 2015)

Diversos países, no processo inicial de industrialização, adotaram tecnologias avançadas, justamente para substituir a mão de obra que não estava apta a trabalhar em fábricas. O fenômeno contrário ocorre em países desenvolvidos que nem sempre estão dispostos a realizarem grandes programas de investimento para modernização das fábricas, simplesmente para substituir a mão de obra. Claro

que, por ocorrer o processo de industrialização em diversos segmentos da atividade econômica, até pela sua complementariedade e indivisibilidade, isto pode ocorrer em uma atividade e não em outra.

Estes são alguns elementos básicos que influenciam diretamente no processo de industrialização e que alteram a velocidade da criação de estruturas produtivas. No entanto, não se pode deixar de elencar dois fatores fundamentais para a potencialização do processo de industrialização, e da escolha do seu modo de operação, que são; uma ideologia a favor da industrialização por parte do Estado e a instrumentalização institucional por meio de bancos. (GERSCHENKRON, 2015)

A existência destes fatores no processo de industrialização francês pode ser considerada um bom exemplo para citação. A ideologia dominante em favor da industrialização, adotada com a chegada de Napoleão III, e um instrumento institucional (os bancos), marcaram a superação da estagnação econômica que perlongava desde a restauração dos Bourbon e das políticas adotadas por Napoleão I. Até a queda do segundo império, em 1870, a economia francesa estava presa a um determinado grupo de interesses que estavam protegidos por lucros monopolistas e uma produção estagnada de carvão e ferro, que a impediram de avançar em seu crescimento. Mas com chegada de Napoleão III, diversas medidas foram tomadas como: a redução das tarifas aduaneiras e a eliminação de barreiras às importações, que levaram a economia francesa a se expor novamente à concorrência internacional. Isto possibilitou o acesso a matérias primas mais baratas e a assinatura do Tratado de Cobden-Chevalier de 1860. (GERSCHENKRON, 2015)

Além destas novas políticas e pela nova postura do governo da França, outro fator importantíssimo deu impulso ao desenvolvimento industrial francês; que foi o desenvolvimento intencional da atividade bancária no governo de Napoleão III. O Imperador, que era seguidor da Teoria do Banco Empreendedor do Conde de Saint Simon e de sua ideologia o Saint-Simonianismo, compreendia a importância da função dos bancos no processo de desenvolvimento e, por isso, incentivou a expansão da atividade. Na história do desenvolvimento francês, os bancos de investimento tiveram um papel decisivo, assim como em parte do continente europeu, principalmente pela história e atuação do Banco Crédit Mobilier, o primeiro banco “empreendedor”, fundado pelos irmãos Jacob e Isaac Pereire, que também eram seguidores do Conde de Saint-Simon e mudaram o desenvolvimento da atividade bancária, por meio de ações voltadas ao incentivo a abertura de novas

indústrias e obras de infraestrutura (ferrovias) e “forçando” antigos banqueiros como os Rothschild e novos bancos a atuarem de forma similar ao Crédit Mobilier (GERSCHENKRON, 2015).

O grande diferencial desta instituição frente às demais existentes à época era a existência da carteira industrial (de longo prazo), em oposição às operações de captação de curto prazo dos bancos ingleses. Embora o Crédit Mobilier tenha sido extinto cerca de duas décadas após a sua criação, outras novas instituições foram criadas, mesclando uma carteira industrial e de longo prazo com operações de captação de curto prazo, de forma a tornar as operações mais sólidas e seguras. Esta forma de operar se consolidou por meio dos Bancos Universais, que se diferenciavam das operações praticadas pelos bancos ingleses, não somente por incentivar a industrialização, mas também por meio da criação de dinheiro em contraponto a simples prática de arrecadação e distribuição dos ingleses. (GERSCHENKRON, 2015)

Para fomentar a criação de novas indústrias e atender toda a demanda por crédito, novos recursos precisavam ser criados, pois as poucas fortunas existentes eram privadas e insuficientes para fomentar o processo de industrialização. Para resolver o problema, a solução encontrada foi a criação de dinheiro imaterial (direito a dinheiro) por meio de notas promissórias e letras de câmbio. A este tipo de crédito que substitui o dinheiro, Hilferding chamou de crédito de circulação, no qual há transferência da mercadoria sem intervenção do dinheiro. Isto se deve ao fato que o crédito deve ser maior que todo o dinheiro existente, haja vista que, nem sempre, as trocas comerciais ocorrem simultaneamente. De costume, o crédito devido pelo comprador é pago em um momento futuro. Só que, para isso acontecer é necessário que o vendedor/ capitalista tenha um reserva de capital suficiente para poder esperar pelo pagamento, ou seja, há a ocorrência de uma concessão unilateral de crédito entre o comprador e o vendedor, que deverá possuir uma reserva correspondente ao valor devido pelo comprador. Por este fato, torna-se inegável que a concessão do crédito vai além das reservas existentes dinheiro, ouro e da própria base de mercadorias. (HILFERDING, 1985)

Desta forma, com a dispensa do uso do dinheiro para realizar a transferência de mercadorias, abre-se espaço para o aumento da produção, por meio da adoção de crédito de circulação, que não estará mais vinculada ao volume

de dinheiro existente, mas sim ao volume do crédito disponível, que por sua vez só será limitada pelo número de transações comerciais realizadas.

O crédito de circulação é concedido pelos próprios capitalistas, produtores ou comerciantes e, somente, na falta de retorno daqueles é que estes irão recorrer aos bancos, que irá complementar ou aumentar o crédito gerando um crescimento da economia corrente. Porém, para que isto ocorra é necessário os títulos efetivamente funcionem como meios de pagamento e para que isto ocorra é necessário reunir as letras de câmbio para que sejam compensadas dentro do ambiente bancário, que é mais favorável a cobrança e compensação simultânea dos títulos, além de possuir uma abrangência territorial muito maior, possibilitando, ainda, uma gerencia de solvência e credibilidade dos títulos mais eficiente, pois passa a ser exercida por profissional da atividade, o banco. Os bancos realizam a tarefa de trocar o crédito de circulação (duplicatas comerciais e industriais) pelo crédito bancário (notas bancárias) que possuem uma maior credibilidade no mercado e um crédito inabalável. (HILFERDING, 1985)

O processo de substituição das notas comerciais e industriais, pelas notas bancárias, facilitaram e simplificaram o processo de compensação, na medida em que as letras cambiais passaram a circular menos, antes de serem compensadas. Isto foi possível, com o aprimoramento do sistema bancário que passou a exercer a função de grande guardião das poupanças, ou do dinheiro não empregado, que servia para garantir o capital de giro necessário para cobrir as diferenças de saldo entre as datas de pagamento e recebimento. A evolução do processo bancário com compensação exclusivamente entre instituições bancárias facilitou a liquidação dos títulos e contribuiu gradualmente para a substituição do crédito industrial pelo bancário, e pela substituição das letras de câmbio pelas notas bancárias que, por consequência, reduziu a necessidade de moeda corrente para cobrir os pagamentos. Outra vantagem obtida foi o aumento no volume de dinheiro creditício graças a moeda fiduciária e à credibilidade do banqueiro. Isto libertou a produção de mercadorias antes limitada à disponibilidade de moeda corrente (HILFERDING, 1985).

O capital deve percorrer todas as etapas do processo cíclico, exercendo todas as funções do capital industrial, como meio de circulação, transformando-se em meio de produção, da produção em mercadorias e, novamente, à venda de mercadorias em dinheiro, este ciclo pode ser assim representando: D-M_P_M1-D1.

Quando o capital não participa deste ciclo é simplesmente capital monetário, que exerce a função de dinheiro como meio de circulação ou meio de pagamento. Somente quando o dinheiro se destina à transformação em elementos de capital produtivo é que este se transforma em capital. Esta conceituação é importante, pois na relação D-M (meio de produção), o crédito possibilita a compra dos meios de produção, no qual o dinheiro adiantado retornará ao capitalista depois de percorrida todas as funções do capital industrial. (HILFERDING, 1985)

Como em um sistema de mútua colaboração, o banqueiro coloca o crédito em circulação, financiando os empreendedores e transformando o capital monetário em produtor, ampliando o volume da produção, mas dele, também, extraindo mais dinheiro. Desta forma há um aumento dos investimentos, sem a utilização de dinheiro “novo”, mas simplesmente aproveitando o ocioso. E esta é a função primordial do banqueiro, aproveitar o ciclo ocioso do capital, depositados por alguns capitalistas, para colocá-lo à disposição de outros capitalistas. Então, se antes da intervenção bancária os capitalistas produtores, industriais e comerciais realizavam suas transações por intermédio da moeda fiduciária, agora, com os depósitos dos seus recursos ociosos nos bancos, ele se torna um capitalista monetário fornecedor de empréstimos. Assim, a depender do momento, o capitalista produtor coloca-se como fornecedor ou tomador de empréstimos (HILFERDING, 1985).

Os bancos também devem obter lucro da sua atividade, não só para garantir a continuidade de suas operações, mas também, para que possam expandir sua carteira de crédito. Logo para que possam fomentar a expansão da produção, necessitam antes expandir seu próprio capital. Os bancos fazem isso, por meio da ampliação da capilaridade de seus postos de recolhimento e tornando-os mais atrativos por meio do pagamento de juros sobre os valores depositados. Por outro viés, o banco deve diminuir o risco na concessão de seus empréstimos com a pulverização de sua carteira, diminuindo o risco da inadimplência. Isso ajuda, também, na liquidez da carteira com uma maior regularidade de retorno dos empréstimos. Quando se trata de empréstimos a longo prazo, tomados pelos indústria, a relação muda. Em operações de longo prazo o momento atual deixa de ser o mais importante para a concessão do crédito, mas sim as expectativas futuras sobre a empresa e o mercado em que ela está inserida. Pois, enquanto o capital monetário é fornecido para aquisição de capital circulante, retornando da mesma forma monetário no fim do seu ciclo, o capital transforma em fixo o dinheiro retorna

apenas com o decorrer da produção, gerando longos períodos de rotação, permanecendo o dinheiro preso durante todo este tempo. Como consequência disso, o banco passa a participar do futuro da empresa, até que obtenha retorno de todo o seu capital.

Por conta disso, os bancos têm preferência maior sobre o crédito ao comerciante, já que há uma liquidez maior em relação ao empresário industrial. Além disso, a imobilização mais longa exige um maior capital, e um capital de maior prazo do próprio banco, para fazer frente aos constantes saques de depósitos e manter o índice de liquidez adequado. Embora as operações de longo prazo representem um risco maior ao banco concedente, estes mitigam seus riscos por meio da observação do movimento da conta corrente, do encarteiramento de títulos e dos investimentos, o que lhes permite fazer um julgamento sobre o andamento dos negócios, colhendo informações relevantes e vantajosas que os colocam em uma posição de superioridade em relação à indústria. (HILFERDING, 1985)

Ainda, com o crescimento da indústria necessitando cada vez mais de crédito, para que o banco consiga atender a demanda de capital, é preciso que estes se concentrem cada vez mais, dando por este aspecto uma superioridade aos grandes bancos nos negócios mais lucrativos, por isso, as técnicas bancárias geram uma tendência de concentração bancária e industrial. (HILFERDING, 1985).

É a existência destes sistemas financeiros que possibilitam o desenvolvimento econômico, por meio da oferta de liquidez. São estas instituições que possibilitam o investimento por meio da disponibilização de financiamentos e não os poupadores. Entretanto, para entender o comportamento financeiro é essencial conhecer outros elementos, que foram introduzidos por Keynes, para o qual, o investimento não está relacionado tão somente aos rendimentos esperados. Em sua teoria sobre o investimento, Keynes adota três perspectivas para explicá-lo: o ambiente cíclico, a natureza do investimento, além do estado da confiança consubstanciado pela “incerteza”. Em sua teoria econômica Keynes admitia que a economia capitalista está sujeita a períodos de crescimento e a crises, definindo os problemas de sua teoria como sendo a determinação da demanda agregada e o emprego, no curto prazo. (KEYNES, 1992)

Para Keynes, o pleno emprego quando atingido seria apenas um estado transitório dentro do ciclo econômico. Mas sua teoria foi inovadora por introduzir novos elementos de análise como a função do consumo e a preferência pela

liquidez, e ainda um conceito, até então desconhecido na economia a “incerteza”. Keynes conecta o ritmo flutuante do investimento a variáveis determinadas pelo mercado financeiro, cujo foco é a taxa de juros e a eficiência marginal do capital (EMgK). Para se determinar um investimento há dois tipos de informação que o setor produtivo fornece, o primeiro é a renda esperada, e o segundo é o preço da oferta do resultado do investimento (KEYNES, 1992).

A renda esperada é o retorno potencial obtido por meio da venda da produção, que Keynes chamou de anuidades, que variam de acordo com as percepções sobre o futuro. O preço da oferta, é o chamado custo de reposição, ou seja, o preço que bastaria para um ofertante produzir mais uma unidade daquele ativo. Isto posto, Keynes atribuiu a flutuação do investimento a três variações; (1) a combinação dos rendimentos esperados varia de acordo com a “escassez” de capital, que varia de acordo com o ciclo econômico a que está sujeita uma economia capitalista, que alterna períodos de crescimento e crises, (2) a taxa de juros determinada pelo setor financeiro e (3) a ligação entre fatores de capitalização dos rendimentos esperados sobre os ativos de capital e a taxa de juros sobre os empréstimos monetários (KEYNES, 1992).

Segundo Keynes, a escassez é provocada pelo excesso de demanda pela liquidez e não pela falta de recursos em um ambiente de incerteza que prioriza o curto prazo em detrimento do longo prazo. E esta escassez é a responsável pela falta de geração de empregos, em decorrência do baixo investimento e pela instabilidade no sistema econômico. Embora o aumento da quantidade de moeda tenha a capacidade de elevar o investimento financiado, o efeito da moeda sobre a taxa de juros pode ser reduzido em razão da proporção entre empréstimos monetários em relação à moeda. Isto porque a taxa de juros sobre empréstimos monetários pode ficar tão baixa que mesmo com o aumento da quantidade de moeda a taxa de juros tende a estabilizar em um determinado nível, no qual a preferência pela liquidez sobressai-se sobre a taxa de juros em determinadas organizações financeiras e bancárias, nas quais, a moeda ociosa é substituída por um ativo de curto prazo, na preferência pela liquidez, com uma taxa de curto prazo.

Assim, a oferta da moeda é um fator inconstante do investimento, ainda mais quando a economia está sujeita a estados irregulares, compostos por períodos de crescimento e crises, que constituem os chamados ciclos econômicos, que afetavam o comportamento do sistema financeiro em razão dos riscos do tomador e

do prestador. O risco do tomador ou risco do empresário advém das próprias incertezas quanto ao investimento, quanto ao retorno do valor investido. Quando o dinheiro é do próprio empresário, o risco do investimento é somente dele, mas quando este toma dinheiro emprestado, surge o risco do prestador que pode advir de um descumprimento involuntário em consequência do retorno insuficiente dos investimentos, que poderia acarretar uma crise (KEYNES, 1992.)

Keynes ampliou a economia monetária ao estabelecer que as crises embora, inevitáveis, poderiam ser controlados por meio de instrumentos de uma política fiscal e outros de demanda agregada. Uma solução para enfrentar o problema da instabilidade do mercado e do investimento privado, em que o investimento privado, motivado pelo lucro, é incapaz de manter um nível adequado de emprego, é alteração do peso da demanda do setor privado para o setor público, em uma socialização dos investimentos realizadas pelo Estado, que teria como função organizar melhor os investimentos (de forma direta), estabelecendo uma melhor distribuição regional e setorial para o crédito. (KEYNES, 1992)

Embora socialização dos investimentos venha a contribuir com a estabilização do investimento, a instabilidade do investimento é apenas uma causa imediata do ciclo. Em economias com instituições capitalistas mais desenvolvidas, a causa profunda dos ciclos está nos portfólios e nas inter-relações financeiras, das instituições especificamente financeiras como bancos comerciais e bancos de investimento.

Por isso, para Keynes o futuro é incerto, e desta forma a avaliação sobre as decisões sobre investimento e portfólios são variáveis e subjetivas, por isso em sua visão analítica adotou como categoria a “incerteza”, que atua no comportamento sob duas perspectivas: uma primeira nas decisões de portfólio das famílias, firmas e instituições financeiras, e uma segunda das firmas, bancos e dos proprietários de ativos de capital em relação aos rendimentos potenciais¹. Em uma economia complexamente financeirizada a demanda por moeda, consubstanciada nos instrumentos financeiros, é maior que o conjunto de transações por mercadorias e

¹ A economia Keynesiana difere da economia neoclássica por integrar, em um modelo de comportamento do sistema, a incerteza inerente a uma economia capitalista descentralizada- em que cada família e, mais importante, cada empresa (inclusive bancos e outras instituições financeiras) toma decisões intertemporais de portfólio. (Minsk.)

base da preferência pela liquidez, em contraponto ao afirmado por Hilferding.(KEYNES, 1992)

No ambiente empresarial, uma organização que concentra suas obrigações no curto prazo, utiliza-se dos instrumentos financeiros para cobrir seus passivos por meio da assunção de novas obrigações, ou seja, refinanciando suas dívidas, sendo por vezes penalizado pelo pagamento de juros mais elevados, favorecendo a preferência pela liquidez. Bancos comerciais podem servir de exemplo para esta situação. Este tipo de instituição recebe depósitos a vista, que caracterizam passivos de curto prazo, pois podem ser sacados de imediato. Entretanto se os depósitos a vista servirem de fundo para a concessão de empréstimos, poderá ocorrer um descasamento entre na data do pagamento do passivo e o recebimento do ativo. Se esta distorção no fluxo de caixa da instituição financeira, não for recomposta pela entrada de novos depósitos a vistas, esta terá que socorrer-se por meio assunção de dívida em outra instituição financeira, que tenha o fluxo positivo, ou utilizar-se do redesconto junto ao banco central, para manter seu índice de liquidez. Neste caso, a organização bancária que se socorre por meio destes instrumentos é penalizada por meio de pagamento de juros (mais altos) e perda de ativos, e caso não consiga reestabelecer seu índice de liquidez poderá se sujeitar a um procedimento falimentar (MINSK, 2011).

Isto, também, pode ocorrer em organizações que estejam realizando investimentos, e que, por um determinado período de tempo as receitas sejam menores que as despesas, então como forma de reequilíbrio do fluxo e caixa a organização emite nova dívida ou refinancia. Assim, como, também, pode ocorrer com os governos com suas dívidas de curto prazo. Este descasamento do fluxo de caixa, pode ocorrer por diversos motivos como programas de investimento que requerem financiamento externos, por erro de cálculo do fluxo de caixa, pela ocorrência de devedores inadimplentes entre outros motivos, que em um conjunto de operações complexas podem ter um efeito dominó (MINSK 2011).

E justamente para conter este efeito e outras consequências econômicas é que Keynes defende uma política econômica conjugada entre os bancos centrais e suas reponsabilidades financeiras, e a política fiscal adotada pelos governos de forma a evitar depressões profundas e recessões prologadas. As crises econômicas norte americanas ocorridas a partir de 1960 comprovaram necessidade do

financiamento adequado para a geração e sustentação endógena de crescimento econômico (MINSK 2011).

Isto se faz necessário para que o mercado financeiro funcione de uma forma mais adequada, de modo a reduzir as incertezas dos ciclos econômicos e formar um ambiente de maior estabilidade para a realização dos investimentos, pois a instabilidade pode limitar os investidores e por consequência o crescimento econômico. Para atingir este objetivo se faz necessária a criação de instituições que restrinjam e controlem a estrutura do endividamento em especial das instituições financeiras, a fim de se evitar gatilhos de crises, como ocorridos nos Estados Unidos a partir da década de 1960 e nos países latino-americanos. (MINSK, 2013)

Durante o final de década de 1960 até a década de 1980, diversas crises econômicas ocorreram. A crise de 1974-1975 foi interrompida após adoção de medidas pelo FED (*Federal Reserve Board*), como prestador de última instância, e pelas fortes medidas fiscais do governo. Entretanto em 1979-1980, ocorreu uma nova crise em virtude da desvalorização do dólar frente a outras moedas, sendo que o FED para conter a crise alterou a política de oferta monetária, independentemente da taxa de juros. Essa prática monetarista acarretou uma elevação das taxas de juros, que interrompeu a fuga doméstica de dólares, mas por consequência diminuiu sua oferta no mercado internacional afetando, em particular, os países latino-americanos que tomavam empréstimos em dólar.

A crise econômica de 1982 que estendeu seus efeitos até 1984-1985, e acarretou a quebra de diversos bancos americanos, para refinanciamento da dívida Argentina, do peso mexicano e do calote de inúmeras dívidas dos países latino-americanos, que ficaram impossibilitados de rolarem suas dívidas, inclusive do Brasil, exigiram a atuação de duas grandes instituições: o “*Big Government*”, e o Federal Reserve System que atuaram em conjunto com outras instituições financeiras públicas e privadas como “prestador e última instância”. Por meio da ação conjunta destas instituições os efeitos da crise foram mitigados de forma que o temor da ocorrência de uma grande depressão foi substituída pela inflação, que foi contida pela elevação da taxa de juros. Como efeitos reflexos desta atuação, os investidores deslocaram seus recursos para aplicações financeiras consideradas mais seguras, em detrimento dos investimentos essenciais para o crescimento econômico no longo prazo. Além disso, com a elevação da taxa de juros nos Estados Unidos a disponibilidade de capital para os demais países, foi drasticamente

reduzida em razão das mudanças das condições de mercado e expuseram a posição Ponzi dos países latino-americanos (MINSK, 2013).

Estas crises, também, demonstraram que o modelo keynesiano de contenção de crises por meio de déficit governamental para substituição da demanda para o setor público, demora a surtir efeitos, e que para impedir uma crise é necessário a atuação do “emprestador de última instância” para que por meio da disponibilização de financiamentos adequados, uma crise incipiente não evolua para um ambiente de incerteza e pânico, desenvolvendo uma grande recessão. Por isso o “emprestador de última instancia” deve agir prontamente assegurando a refinanciamento.

A atuação destas instituições consiste na estabilização da produção, do emprego e do lucro por parte do “*Big Government*”, por meio de seus déficits, e da estabilização do mercado financeiros e de seus ativos por meio da atuação do Banco Central, que compra ou aceita em garantia ativos com baixa procura no mercado, classificados como inseguros. Na prática, o Banco Central substitui ativos inseguros por ativos seguros. Desta forma, enquanto o “*Big Government*”, dirige sua atuação para a demanda agregada e os fluxos financeiros, o “emprestador de última instancia” age sobre a frágil estrutura financeira, recebendo ativos de baixo valor (inseguros) e recompondo portfolio com ativos seguros, acarretando a absorção das perdas privadas pelo setor público, em uma socialização das perdas (MINSK, 2013).

Esta atuação, também, impede a “corrida” credores, que ocorre quando as instituições prestadoras perdem a confiança na organização devedora, não lhe concedendo novos empréstimos, nem mesmo mediante o pagamento de uma taxa de juros mais elevada. Isto ocorre em virtude das informações que as instituições têm uma das outras, em decorrência dos empréstimos interbancários, assim uma corrida contra uma instituição devedora seria inevitável que não existissem os “emprestadores de última instancia”. Nestes casos os estes socorrem o devedor, garantindo a disponibilidade de crédito com baixas taxas de juros e estabelecendo valores justos por seus ativos. Claramente estas operações não são lucrativas, e por isso não devem ser desempenhadas por um agente privado. Por vezes esta prática acaba por encorajar a tomada por mais posições especulativas em vista da garantia de socorro do “emprestador de última instancia”, o que aumenta a instabilidade de todo o sistema financeiro. (MINSK, 2013).

O desempenho da função de prestador de última instância é essencial para que organizações e governos possam rolar suas dívidas, mantendo os compromissos assumidos. Em muitos casos, esta posição de rolagem de dívida já é prevista e assumida pela organização, que pode ficar na dependência das condições de mercado para a rolagem da sua dívida. Isto ocorre especialmente quando as organizações assumem posições especulativas ou de Ponzi. Segundo Minsk (2013), financiamentos de posições em ativos podem ser classificados em três tipos: hedge, especulativo e Ponzi.

A chamada de posição especulativa ocorre quando uma organização apresenta “descasamento de posições de ativos com prazos mais longos do que os passivos utilizados para financiá-las” (MINSK, 2013 p.), sendo os bancos comerciais um exemplo de organização que opera em posição especulativa. Embora os credores esperem que transitoriamente a organização tenha um fluxo de caixa negativo, estes esperam que pelo menos sejam suficientes para o pagamento dos juros da dívida. (MINSK, 2013)

A posição hedge existe quando o fluxo de recebimentos é suficiente para honrar com todas as obrigações. A posição Ponzi ocorre quando os pagamentos são maiores que os recebimentos, pelo menos transitoriamente, de modo que o fluxo de caixa não é suficiente para o pagamento dos custos dos financiamentos, acarretando aumento do saldo devedor das operações. Em ambas as posições, especulativa e Ponzi, as organizações ficam vulneráveis às condições do mercado financeiro, que são afetados pelos ciclos econômicos. Em decorrência da sujeição às condições de mercado, uma organização em posição especulativa pode transformar-se em posição Ponzi em decorrência de diversos fatores como aumento de taxa de juros, aumentos de custos, diminuição de receitas entre outras variáveis. Um exemplo disso são os governos estaduais e locais, que tem seu endividamento atrelado à expectativa de recebimento de receitas, e quando há uma quebra desta expectativa em decorrência de condições econômicas mundial e local, geram problemas financeiros (MINSK, 2013).

A forma como uma economia apresenta estas posições reflete a condição da estabilidade da economia podendo apresentar uma vulnerabilidade em caso de mudança nas condições econômicas. As condições para a instabilidade seriam criadas em momentos de crescimento econômico em que as organizações tivessem mais dispostas a assumir um risco mais elevado, tomando posições especulativas

ou ponzi, ou seja, a economia torna-se financeiramente mais frágil em momentos de crescimento econômico. Esta condição, pode ainda incorporar outros elementos como abertura econômica, elementos endógenos como uma mudança de política monetária com o aumento da taxa de juros e, por eventos externos², pois para Minsk a estabilidade financeira está relacionada as obrigações financeiras, fluxos de caixa e compromissos de dívida (MINSK, 2013).

Em decorrência disso, o caminho a ser trilhado por estas organizações é a reestruturação de suas dívidas, por meio da atuação final dos emprestadores de última instância, para converter as posições de especulativas para hedge, e de Ponzi para especulativas (MINSK, 2013).

Colaborando para este entendimento, Minsk faz uma importante contribuição para a análise dos ciclos econômicos, incorporando a Hipótese da Instabilidade financeira (HIF), que para ele, seria natureza do próprio sistema capitalista, e não somente em decorrência de fatores exógenos ou políticas malconduzidas. Seu trabalho tem como preposições: 1) que economias sofisticadas e complexas atuam em continua evolução, alternando períodos de estabilidade e de turbulência, sendo que estes estados 2) são endógenos a economia capitalista, (3) que manifestam-se como, inflações interativas, deflações de débitos ou bolhas especulativas em um movimento próprio, (4) que serão extintas por meio de intervenções políticas ou por restrições praticas ou institucionais que conduziram a estabilidade, que como reflexo trarão (5) um período de baixo crescimento econômico até que (6) os agentes econômicos propiciem uma nova fase de expansão (MINSK, 2013).

Desta forma, caberia as instituições e as políticas econômicas mitigar a incerteza para transformar a instabilidade em estabilidade. Minsk observou que as economias alternam períodos de inflação e deflação de ativos e débitos, cujos efeitos podem ser ampliados de acordo com as medidas econômicas adotadas. Além disso, observou que os períodos de estabilidade, ou de euforia, é que são criadas as condições da instabilidade, no qual a criação de financiamentos de curto prazo para criação de posições de longo prazo, ganham em escala, criando relações financeiras que se arrastam no tempo e que fazem parte deste processo endógeno. E uma das raízes desta instabilidade seriam as inovações financeiras, em busca do

² Minsk também alerta para a possibilidade de serem eventos externos, ainda que sob uma ótica oposta à ideia neoclássica de choque exógeno, os responsáveis pela interrupção da estabilidade.

profit-seeking, das famílias, das empresas e particularmente dos bancos, que criam novos instrumentos financeiros, contratos ou instituições, para aumentar seus lucros financeiros de forma imediata, mesmo que com maior risco, aproveitando-se, no período, de um afrouxamento dos controles exercidos pelo banco central, injetando mais fragilidade e trazendo para mais perto uma crise financeira (MINSK, 2013).

1.2 BANCOS DE DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Dentro da literatura, há números conceitos e elementos para se denominar um banco como sendo um banco de desenvolvimento. Em uma linha mais geral, será considerado um banco de desenvolvimento, aquela instituição financeira, ou bancária propriamente, cujo controle societário pertença a um governo, e que se destina ao financiamento ao longo prazo, por meio de linhas de crédito destinadas à alguns setores específicos que tenham capacidades de desenvolver cadeiras produtivas, impactando no desenvolvimento socioeconômico de uma região. Seguindo um critério legal, dado pela resolução nº 394/76, bancos de desenvolvimento são: “São instituições financeiras públicas não federais, constituídas sob a forma de sociedade anônima, com sede na Capital do Estado da Federação que detiver o seu controle acionário”.

O surgimento deste tipo de instituição, remonta ao século XIX, em especial à França, com o *Crédit Mobilier*, que pode ser considerado como primeiro banco que, em sua atuação, estava preocupado com o desenvolvimento econômico dos países em que atuava, ainda sob a ideologia do Conde de Saint-Simon. Posteriormente, após a segunda guerra mundial, na América Latina, sob a influência de uma nova ideologia, o desenvolvimentismo, houve o surgimento de diversos bancos de desenvolvimento apoiados pela CEPAL-Comissão Econômica para Assuntos da América Latina.

Obviamente, para a criação deste tipo de instituição é necessário um conjunto de fatores, como disponibilidade financeira, capacidade técnica, a consciência que o Estado, por vezes, deve assumir o papel de protagonista do desenvolvimento econômico, assumindo um papel no processo de acumulação capitalista. Mas sem dúvida, o elemento mais importante é a capacidade política. Existiram na história, algumas pessoas com vontade de criar uma instituição a este molde, mas a falta de capacidade política para contornar os obstáculos internos e externos do governo, impediram a criação. Cumpre esclarecer que estas instituições

não têm como objetivo a obtenção de lucro, entretanto para que possam manter a atualidade dos seus serviços, a até mesmo para que possam expandir sua atuação é aconselhável que obtenham um lucro mínimo, em especial para a proteção do capital inicialmente integralizado, que poderia ser afetado em casos de perdas com operações inadimplidas.

Nos casos de bancos de desenvolvimento nacionais, como o BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, pode-se creditar como tarefa da instituição, a busca pela redução das diferenças regionais, nas quais, poderia ser praticada uma taxa de juros inferior as demais regiões, a fim de incentivar a instalação de novos polos de desenvolvimento, socializando os investimentos. No Brasil, de acordo com o momento histórico, foram criadas diversas instituições deste tipo, como aquelas pertencentes a nível federal, como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia (BASA), e os bancos de desenvolvimento regionais, dentre eles Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), pertencentes aos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e as agências de fomento estaduais como BADESC, que surgiram a partir do processo de reestruturação do sistema bancário nacional, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público na Atividade Financeira (PROES), e que tem como objetivo principal financiar capital fixo e de giro para setores que estejam contemplados em planos de desenvolvimento, como projetos de infraestrutura, empresas ligadas à indústria, ao comércio, ao agronegócio entre outros, além, de linhas de crédito destinadas aos municípios. Atualmente, no Brasil, quase todos os estados possuem sua agência de fomento.

Quadro 1 - Agência de Fomento Estaduais

Badesul Desenvolvimento S.A - Agência De Fomento/RS	Agência de Fomento
Agência de Fomento do Amapá S.A.	Agência de Fomento
Agência de Fomento do Estado de Roraima S/A	Agência de Fomento
Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - Afeam	Agência de Fomento
Agência de Fomento do Paraná S.A.	Agência de Fomento
Agência de Fomento do Rio Grande Do Norte S.A.	Agência de Fomento
Agência de Fomento de Goiás S/A	Agência de Fomento
Agência de Fomento do Estado Do Tocantins S.A.	Agência de Fomento
Agência de Fomento do Estado Do Rio De Janeiro S.A.	Agência de Fomento
Agência de Fomento do Estado De Mato Grosso S/A - Desenvolve MT	Agência de Fomento
Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado De São Paulo S.A.	Agência de Fomento
Agência de Fomento de Alagoas S.A.	Agência de Fomento

Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A. Piauí Fomento	Agência de Fomento
Agência de Fomento do Estado de Pernambuco S.A.	Agência de Fomento
Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.	Agência de Fomento
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. Badesc	Agência de Fomento
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A.	Banco de Desenvolvimento
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.-BDMG	Banco de Desenvolvimento
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	Banco de Desenvolvimento

Fonte: Google

Antes da criação destas agências de fomento, parte dos estados possuíam seu próprio banco de desenvolvimento.

Quadro 2 - Bancos de Desenvolvimento Estaduais

Estado	Histórico da Instituição	Fundação
SE	BANFESE- Banco de fomento do Estado do Sergipe	1961
MG	Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais	1962
PB	BANDEPE- Bando de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco	1966
BA	Bandeb- Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia- sucessor do Fundagro-Fundo de Desenvolvimento agroindustrial, criado em 1956. Em 1970 mudou de nome para Desenbanco.	1966
ES	BANDES- Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo- Banco sucessor da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo	1967
PR	Badep- Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (criado com a reformulação da antiga CODEPAR- Companhia de desenvolvimento do Paraná)	1968
RJ	BANCOFERJ- Banco de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, posteriormente transformado em: BD/Rio- Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro (ainda em liquidação)	1969
SP	BADESP- Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (foi incorporado pelo Banespa em 1990)	1970
RS	Badesul- Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul	1973
RN	Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte	1974
SC	Badesc- Bando de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina	1975
GO	Banco de Desenvolvimento do Estado de Goiás	1976

Fonte: Google

Ao longo dos anos, a forma de atuação das instituições foi mudando, de acordo com nova fase do desenvolvimento e das novas necessidades. Quase sempre, nascem como agente financiador do governo e de obras públicas, geralmente voltadas à infraestrutura da produção, como setor energético, em uma primeira dimensão de atuação, posteriormente se direcionam ao financiamento de determinados setores de produção, que possuem uma maior potencialidade de dinamizar a economia, criando cadeias produtivas (em uma segunda dimensão) e por última (3ª) dimensão volta-se ao apoio dos pequenos empreendedores com linhas de microcrédito, linhas de crédito voltadas a projetos ambientais e de responsabilidade social.

Aplica-se aqui o critério de dimensão de atuação e não fases, ou gerações, pois as dimensões coexistem ao mesmo tempo e à medida que uma necessidade vai sendo suprida, abre-se espaço para as demais sem, no entanto, superar ou abandonar os objetos das dimensões anteriores, o que poderia ser pensado caso chamássemos de geração ou fases. Então à medida do amadurecimento da instituição, esta passa a trabalhar sob todas as funções que podem ser atribuídas a um banco de desenvolvimento.

No caso dos projetos de infraestrutura, por exemplo, o grande volume de capital para a implementação de projetos cujo prazo de retorno do investimento mostra-se mais alto que dos demais, ocasionam um desinteresse dos agentes privados de crédito para o financiamento deste tipo de projeto, acarretando a utilização total ou quase total dos recursos disponíveis, dos bancos de desenvolvimento. Assim, à medida que os objetivos são cumpridos e o processo de desenvolvimento avança outros instrumentos podem ser utilizados. E além das linhas de crédito, podem ser utilizadas outras formas de fomento como: a participação em fundos de longo prazo, o investimento em empresas por meio de capital de risco, a securitização, a participação acionária em empresas e no mercado de renda fixa, além de financiamentos conjuntos com a iniciativa privada para o compartilhamento de riscos, como nas parcerias público-privadas, seguindo as diretrizes estabelecidas nas políticas públicas de fomento.

A crise financeira provocada por bancos privados no ano de 2008, foi um fato importante para trazer de volta ao debate a importância dos bancos de desenvolvimento e dos bancos públicos em momentos de crise financeira, como promotores de ações anticíclicas. Foram eles os responsáveis por restabelecer a liquidez dos mercados, em um momento de forte retração na oferta de crédito. Atuação dos bancos mitigou os efeitos da crise econômica de acordo com o grau de intervenção praticado, sendo certo, que no Brasil, onde houve uma atuação forte dos agentes financeiros do Estado, os reflexos foram pouco impactantes na economia. Pode-se afirmar que esta é, inclusive, uma nova função dos bancos de desenvolvimento, que estão sendo novamente testados, nos anos de 2020 e 2021, com a crise econômica provocada pela pandemia do Covid-19.

1.3 TEORIAS ECONÔMICAS E BANCOS DE DESENVOLVIMENTO

Em virtude do tema e da forma abordagem deste trabalho ser histórica e institucional em que não se defende uma única forma de estruturação financeira como forma ideal de promoção do desenvolvimento e, seguindo, ainda, a linha de se aproveitar as vantagens do atraso³ para aprender com as experiências passadas, urge apresentar, brevemente, duas teorias sobre bancos de desenvolvimento: a da repressão financeira e a do racionamento do crédito e seus desdobramentos para o crescimento econômico.

Segundo a primeira teoria, a da repressão financeira, as intervenções promovidas pelos estados nas taxas de juros, por meio de suas instituições afetam o equilíbrio e a eficiência do mercado, desestimulando e prejudicando o desenvolvimento de instituições privadas, o que seria condenável, em virtude que o próprio mercado é quem possui as condições de possibilitar as melhores vantagens possíveis, à medida em que o mercado regula as taxas de juros de acordo com a demanda e a oferta existente e, agindo desta forma, nunca haveria falta de fundos. Esta teoria tem como fundamento a tese de fundos emprestáveis, que pelo seu modo de funcionamento não admitem qualquer forma de intervenção estatal (FERRAZ, ALEM, MADEIRA 2013).

Já para a segunda teoria, do racionamento do crédito, o problema da tomada do crédito não reside no preço pago a título de juros, pois mesmo que se possa garantir a existência de fundos disponíveis e sujeitos dispostos a pagar uma taxa mais elevada, há situações em que os bancos se recusam a fornecer financiamento. Assim, a falta de instituições bancárias dispostas a financiar projetos de mais alto grau de risco, justificaria a existência de banco de desenvolvimento, por meio do intervencionismo estatal.

Esta última teoria, comporta duas abordagens, segundo duas escolas de pensamento econômico. A primeira escola, chamada novo Keynesiana, desenvolve a teoria de falhas de mercado, provocada pelo mal funcionamento do sistema financeiro, em virtude da existência de informações imperfeitas (assimetria da informação), na qual a falta de informações impossibilita que o mercado funcione de forma correta e eficiente, na medida que para os empresários os negócios teriam uma previsão de retorno superior aos esperados pelos bancos, que negariam a

³ Categoria utilizada por Veblen.

concessão de crédito por não acreditar na lucratividade das operações. Assim agindo, o problema da oferta de crédito não estaria regulado pelo aumento da taxa de juros (FERRAZ, ALEM, MADEIRA 2013).

Isso ocorre porque para os bancos, os empresários que aceitam pagar uma maior taxa de juros, são os que possuem os projetos mais arriscados, aqueles que possuem uma probabilidade muito maior de fracassarem. E, à medida em que os bancos aumentam as taxas de juros, desencorajam os projetos mais sólidos. A este fenômeno chamou-se de seleção adversa. Como isto não é de interesse das instituições financeiras, estas adotam um limite para fixação da taxa de juros, que à medida em que afastam os projetos cuja probabilidade de inadimplência seja mais alta, impõe a maior lucratividade possível dentro de limite de segurança.

No entanto, para a escola pós-keynesiana, que trabalha com o conceito de economia monetária, a decisão sobre investir embora envolva diversos fatores, mas os elementos que impõe a decisão sobre investir ou não, é a rentabilidade esperada e o seu grau de liquidez. O investimento em bens decapital, máquinas e equipamentos embora proporcionem um grau de rentabilidade impõe um mais baixo nível de liquidez. Diante disso, para esta escola a expectativa sobre os fatores econômicos futuros a curto e longo prazo é que levam à tomada de decisão sobre os investimentos. De forma prática, pode-se afirmar que em regra, quanto mais ilíquido for o ativo, mais rentável ele é e, quando mais líquido menos rentável é, a exemplo da moeda, que representa a mais alta liquidez, menor rendimento (FERRAZ, ALEM, MADEIRA 2013).

Logo, da mesma forma que os empresários somente decidem pelo investimento e não pela liquidez, diante de uma expectativa futura que garanta o retorno do capital investido de forma vantajosa, que supere o risco de não obter lucro e não conseguir vender os bens para recuperar os valores investidos, os bancos, na qualidade de fornecedores de crédito, mesmo em sistema de crédito desenvolvidos, somente alocam seus recursos com boas expectativas de rentabilidade e, para aqueles que não apresentam esta expectativa, pode inexistir a oferta de crédito. E é justamente para estes projetos que possuem um maior risco/ retorno, que demandam um prazo maior de retorno para os investimentos, como projetos de infraestrutura, é que, de regra, inexistem fontes de financiamento e é onde atuam os bancos de desenvolvimento.

Por isso, a necessidade da existência de bancos de desenvolvimento não está ligada a falhas de mercado ou sistemas financeiros não desenvolvidos, ou incompletos, haja vista este fenômeno poder ser observado em países desenvolvidos e não desenvolvidos (FERRAZ, ALEM, MADEIRA 2013).

Mas além disso, para uma outra categorização, a chamada teoria não convencional, a existência de bancos públicos não está limitada a simples complementariedade das instituições privadas, nas chamadas falhas de mercado, mas justifica-se, com instrumento de amortecimento dos efeitos econômicos adversos produzidos em crises financeiras. Em contraponto, a teoria convencional para a qual os bancos públicos atuam somente em função das imperfeições de mercado/ falhas de mercado, tais como assimetria de informações, concorrência imperfeita e existência de um mercado de capitais não desenvolvido. (FEIJÓ, 2019).

Aquela (teoria não convencional) se contrapõe a teoria convencional, que enumera quadro abordagens para a atuação dos bancos públicos: 1) Visão social, para a qual os bancos públicos atuariam somente nas falhas de mercado, em projeto de alto retorno social. 2) Visão desenvolvimentista, que os bancos públicos atuariam em economias cujo mercado de capitais não estaria devidamente desenvolvido, atuando de forma ineficiente. 3) Visão política, segundo esta as instituições públicas tomadas por interesses políticos, que prejudicam sua eficiência. Para esta linha teórica as falhas do governo são maiores que as falhas de mercado. Para esta abordagem, o Estado somente deveria atuar por meio da regulamentação. 4) Visão de Agência, para esta linha teórica, situada entre a visão social e desenvolvimentista, os bancos públicos devem atuar nas falhas de mercado de forma cautelosa a fim de que não sejam capturados por interesses políticos. Em todas estas abordagens os bancos públicos atuariam de forma complementar aos bancos privados, agindo nas falhas de mercado, como uma solução “*second best*” (FEIJÓ, 2019).

As últimas crises econômicas, em particular a do ano de 2008, têm reafirmado a importância da existência deste tipo de instituição, em momentos de incertezas econômicas e de abalo na lucratividade das empresas, particularmente, pelo fato que nos momentos que antecedem uma crise econômica, os bancos e demais instituições financeiras tomam uma posição de preferência pela liquidez,

diminuindo a oferta de crédito contribuindo para o agravamento da crise econômica dentro do ciclo financeiro.

Foram os bancos de desenvolvimento que garantiram o acesso ao crédito no instante em que os bancos tradicionais buscaram segurança na liquidez da moeda, lacrando as linhas de crédito e provocando a falta de crédito no mercado e, em especial, para alguns setores para os quais foram disponibilizados taxas e juros e prazos para pagamento diferenciados. Os bancos de desenvolvimento demonstraram o quão importante são para a execução de políticas públicas anticíclicas e como instrumento de estabilização econômica que, atuando em conjunto com outras políticas macroeconômicas, integrantes do “Big Government”, garantiram a sustentação da demanda agregada, para pagamento de juros, compromissos de dívida a continuidade dos investimentos (FERRAZ, ALEM, MADEIRA 2013).

Entretanto, além de atuarem em momento de fragilidade financeira, em tempos de crescimento econômico, os bancos operam de forma pró-cíclica em virtude da expectativa do crescimento dos lucros empresariais, assumindo mais risco na concessão de financiamentos, o que acarreta diminuição da liquidez e impõe um conservadorismo maior na concessão de novos empréstimos além de um aumento nas taxas de juros, o que inviabiliza diversos investimentos, em especial os de longo prazo. Em razão disso, nestes momentos, os bancos de desenvolvimento atuam como instrumento de modificação das estruturas econômicas, ofertando produtos diferenciados em relação ao ofertado pela iniciativa privada e direcionando o crédito de acordo com uma política pública governamental coordenada.

A atuação dos bancos de desenvolvimento, não ocorrem da mesma forma em todas as economias. Em economias mais desenvolvidas/maduras, estas instituições acabam por assumir uma maior função contracíclica, por em tempos de estabilidade e crescimento, a função creditícia tende a ser bem exercida pelas instituições privadas. Porém, em economias em desenvolvimento, estas instituições assumem a importante função de *funding* para o financiamento da atividade produtiva, que não pode estar exposta à instabilidade dos ciclos financeiros. Por isso, estes não podem estar dispostos a uma condição de “second best”, e devem ser compreendidos como um instrumento essencial (FEIJÓ, 2019).

Entretanto, a atuação destes Big Government Bank, como chamado por Minsk, deve ser compreendido de acordo com a disposição da economia local em

relação a economia internacional. Isto porque, estes instrumentos de atuação da política econômica podem estar limitados dentro de uma economia que tem como estratégia a utilização de poupança externa, como é o caso da economia brasileira.

Segundo Kregel (2004), as economias que se submetem a utilização da poupança externa (dívida externa) em complementação as poupanças internas, operam em um estado “Ponzi”, em que, conforme caracterizado por Minsk, os juros e demais compromissos da dívida só podem ser atendidos com a entradas de novos capitais. Isto porque, ao se inserir nas finanças internacionais, a continuidade e o pagamento dos compromissos estariam à mercê das condições de mercado de continuar emprestando e dos juros a serem praticados. A fim de superar esta posição, Kregel aponta duas possibilidades para os países que se utilizam da dívida externa para financiar o crescimento.

A primeira seria a construção de um “capital real” que seria a dos recursos exteriores para a elevação dos investimentos aptos a gerarem uma maior exportação líquida, para com isso aumentar os recursos em conta corrente para fazer frente aos gastos financeiros advindos da utilização da poupança externa. Para a execução desta alternativa, o país deveria promover a abertura econômica, assim que econômica nacional estivesse apta a enfrentar a concorrência externa e, para isso, deveria fomentar o aumento da produtividade e a produção de bens e serviços mais sofisticados. Os bancos de desenvolvimento seriam um instrumento para a construção deste capital “real”, por meio da transformação estrutural da economia o que possibilitaria o “*catching up*” (KREGEL, 2004).

Ou como segunda alternativa, o país poderia construir um capital “financeiro”, que seria o aumento da confiança dos credores a fim de convencê-los a aumentar a quantia de capital emprestados, que estes recursos fossem utilizados com o serviço da dívida, em um contínuo estado Ponzi, sujeito a condições de mercado e flutuação da taxa de juros como prêmio pago aos emprestadores. Entretanto, como as economias em desenvolvimento possuem uma maior fragilidade financeira, em decorrência dependência dos fluxos internacionais de capital que são pró-cíclicos, o único instrumento político disponível é o controle sobre a dívida pública, que demonstra o compromisso em honrar com o pagamento das dívidas e influencia na confiança do credor. Em decorrência deste conjunto de estado, o espaço fiscal para atuação do estado por meio de déficits é reduzido, tendo em vista que uma crise fiscal elevaria a desconfiança dos credores (KREGEL, 2004).

Um instrumento para controle da dívida pública é a redução da taxa básica de juros. Entretanto este instrumento pode estar limitado a uma taxa mínima para atrair o capital estrangeiro, como um pagamento pela menor segurança. Ocorre que, dentro de uma regime de controle de inflação, a taxa de juros pode ser o único instrumento de controle, e sua elevação pode acarretar uma valorização da moeda, em longo prazo, o que tira a competitividade de indústria, deteriora o perfil da dívida pública em decorrência do maior pagamento de juros, e condena a economia a um menor crescimento em decorrência dos menores gastos públicos e da preferência pela liquidez , que estrangula o investimento e cria uma classe de rentistas, terminando, inevitavelmente, a levar o país a uma posição Ponzi (KREGEL, 2004).

CAPÍTULO 2 - SISTEMA DE CRÉDITO ESTADUAL

2.1 SANTA CATARINA

A primeira casa bancária de Santa Catarina surgiu em 6 de setembro de 1854, quando foi aprovada a criação de uma “Caixa Econômica da Província de Santa Catarina, que embora pertencente à província não possuía garantia oficial. Inicialmente, a instituição foi presidida por Thomaz Silveira de Souza e administrada com a ajuda de José Joaquim Lopes, que era secretário da Caixa. Neste período, a necessidade de crédito em todas as províncias estimulou a criação pelo Visconde de Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos), em nome do Império, de um Sistema de Caixas Econômicas Federais em 18 de abril de 1874. Na época, Rio Branco acumulava importantes cargos como: Senador do Império, Presidente do Conselho de Ministros, Secretário de Negócios e da Fazenda e Presidente do Tribunal do Tesouro Nacional. (SCHMITT, 2007)

A primeira Caixa Econômica Provincial instalada, foi a de São Paulo em 25 de janeiro de 1875, sendo que a instalação da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina, só viria a ocorrer em janeiro de 1876, em um momento em que o Estado passava a receber um fluxo de imigrantes, com o desenvolvimento mais diversificado da agricultura e a instalação das primeiras industriais.

Em meados 1890, a Cia. Industrial Catarinense, uma empresa de beneficiamento de erva-mate de Joinville, buscando diversificar seus negócios, assumiu o controle do Banco Comercial e Construtor do Paraná, que havia instalado uma agência em Joinville no ano de 1891. Neste período a falta de um sistema de crédito, ligado a uma atividade bancária, era em parte, substituído por comerciantes que faziam algumas operações ditas bancárias. Os “vendeiros”, como eram conhecidos, emprestavam dinheiro principalmente aos trabalhadores rurais, para a compra de terras, animais, construção de casas dentre outros fins (SCHMITT, 2007).

Com o intuito de formalizar o acesso ao crédito e o procedimento das operações, em 6 de janeiro de 1903, o Decreto nº 979 posteriormente regulamentado pelo Decreto nº 6.532. de 20 de junho de 1907, permitiu aos sindicatos organizarem caixas rurais de crédito agrícola. Esta regulamentação foi aprovada pelo Governador Gustavo Richard, que havia identificado que falta de crédito era um dos principais motivos para a pouca exploração das riquezas do

Estado e, depois, deste apoiar a criação de um banco estatal na mensagem lida na Sessão de Abertura do Congresso Representativo de 05 de agosto de 1907.

Bem útil seria também a fundação de um banco do Estado com capitais mistos ou simplesmente do Estado, cujo objetivo seria auxiliar o desenvolvimento da produção e da exportação dos produtos dos nossos municípios nos mercados nacionais (MENSAGEM DO GOVERNADOR, 1907, p.7).

Gustavo Richard foi governador do Estado entre 1906 e 1910, positivista, filho de franceses que, após o seu nascimento no Rio de Janeiro, levaram-no para França em que realizou seus estudos. Ele partilhava da ideia que o Estado deveria atuar em prol do desenvolvimento econômico. Seus estudos ocorreram, justamente, no período do Segundo Império e de atuação do Crédit Mobilier e tenha, talvez, o influenciado em prol do intervencionismo estatal, a fim de retirar os empecilhos que retardavam o desenvolvimento como: a falta de crédito, de estradas e outros de elementos relacionados à organização do trabalho, que estavam presentes em seu discurso de 05 de agosto de 1907. Neste discurso, o Richard solicitou e, posteriormente, foi autorizado pelo decreto lei nº 690 a contrair um empréstimo de valor até 7.500:000\$000, para pagamento da dívida pública e investimentos em viação terrestre, fluvial, colonização, obras de saneamento e fundação do Banco de Santa Catarina. (Mensagem Sessão de Abertura do Congresso Representativo, 1907).

Este banco, que poderia ser criado com capital todo estatal ou misto, e seria destinado ao financiamento do comércio, indústria agricultura, exportações, jamais foi criado. Entretanto, em seu governo foram instalados em Florianópolis, os serviços públicos de telefonia, abastecimento de água, iluminação pública e o Montepio dos Servidores Públicos. O seu sucessor Vidal Ramos foi contrário à criação do banco estatal, justificando que esta atribuição seria de natureza privada, assim, ele buscou incentivar a criação de um banco privado Catarinense.

Na minha opinião as causas principais do entorpecimento das forças econômicas do nosso Estado residem na falta de capital, de transporte fácil e barato e de trabalho inteligentemente dirigido.

Que não temos capitais para a exploração das riquezas naturais é uma verdade de todos conhecida. Indispensável é, portanto, atrairmos, por todos os meios ao nosso alcance, esse poderoso propulsor do progresso.

(...)

Estou convencido de que o problema ficaria completamente resolvido por esta face, com a fundação de um banco de crédito hipotecário e agrícola.

São intuitivas as múltiplas vantagens que um tal instituto de crédito traria ao Estado, que seria assim habilitado a dar um poderoso impulso à agricultura,

ao comércio e às indústrias, facilitando ao mesmo tempo, a execução de trabalhos públicos, quer estaduais, quer municipais, que com os recursos ordinários dificilmente poderão ser realizados. (MENSAGEM SESSÃO DE ABERTURA DO CONGRESSO REPRESENTATIVO 1908, p. 67)

Depois deste evento, somente em 17 de maio de 1945, ressurgiu a ideia de criação de um banco estatal, por meio do Decreto Lei nº 1.328, de autoria do então interventor federal Nereu de Oliveira Ramos, autorizando a abertura de crédito e subscrição de capital para a constituição de um banco estadual, que teria a denominação de Banco do Estado de Santa Catarina, sob a forma societária de sociedade anônima, cujo capital seria de 6 milhões de cruzeiros, devendo obrigatoriamente o Estado ser o acionista majoritário. Entretanto o banco não chegou a ser constituído, e os governos sucessores de 1947 a 1960, não “enxergavam” a “necessidade” de um banco estadual oficial.

Isto justifica-se ao fato, que durante o governo de Aderbal Ramos da Silva (1947-1951) surge a casa Bancária Hoepck, que tinha como sócio o próprio governador. Dentro deste contexto, pode-se contar a história de Carl Hoepke, um rico comerciante, dono da “Casa Carl Hoepke, que posteriormente fundou a “Casa Bancária Hoepke Ltda, que dentre seus sócios estava Aderbal Ramos da Silva. Com este, o poder econômico personificava o poder político. Outro banco importante, no período anterior a criação do BDE, foi o INCO cuja criação remonta ao ano de 1937. Este banco, foi o responsável, pelo processo de absorção das antigas caixas econômicas que haviam se originado nos sindicatos e inclusive da Caixa Agrícola de Blumenau, que pertencia a importante comerciante, político e vendeiro de Blumenau, Alwin Schrader, prefeito de Blumenau entre 1903-1914 (SCHMITT, 2007).

No governo Irineu Bornhausen (1947- 1951), a necessidade se via cada vez mais afastada, sendo ele proprietário do Banco da Indústria e Comércio de Santa Catarina-INCO. Restava claro o conflito de interesses entre a nova instituição e os bancos já existentes. A origem do Banco INCO pode-se retornar à história do primeiro Konder em Santa Catarina, Marcos Konder Sênior, que era um imigrante que veio para estado, inicialmente para ser professor e logo lançou-se ao mundo dos negócios, envolvendo-se com importações e exportações de gêneros comerciais, tornando-se um agente do Banco Nacional do Comércio e o Banco Alemão Transatlântico. Uma de suas filhas, Elisabeth, casou-se com Oswaldo Reis e desta relação nasceu Antônio Carlos Konder Reis, futuro governador do Estado entre os

anos 1975 e 1979. Outra filha, Marieta, casou-se com Irineu Bornhausen, proprietário do Banco INCO, futuro governador do Estado e pai de outro futuro governador Jorge Konder Bornhausen (1972-1982). Este ainda exerceria com destaque um grande papel no sistema financeiro catarinense. Como pode-se perceber a elite econômica catarinense constituía a própria elite política (SCHMITT, 2007).

Santa Catarina contava, ainda, com o Banco Sul do Brasil, que embora tivesse sido criado no Rio de Janeiro, teve sua sede transferida para Blumenau em 1948, por determinação de seu controlador Henrique Lage a fim de atender interesses empresariais e políticos locais.

Este processo de surgimento de casas bancárias não se diferenciou em muito, do surgimento das casas bancárias no Brasil. Depois da criação, do assim chamado “primeiro” Banco do Brasil, por Dom João, que veio a ser liquidado em 1929, o Visconde de Mauá arquitetou a criação de um novo banco, este “Segundo Banco do Brasil”, também estava ligado à aristocracia da época, em que se fundiam interesses empresariais, industriais e políticos, tanto que este banco se fundiu, em 1853, ao Banco Comercial do Rio de Janeiro, que havia sido fundado por François Ignace Ratton, em 1938. Esta fusão ocorreu por iniciativa e determinação do Visconde de Itaboraí, então Ministro da Fazenda, por meio do Decreto nº 683 de 5 de julho de 1853, no qual ficou estabelecido o monopólio de emissão em favor do Banco da República do Brasil. O atual Banco do Brasil surge desta fusão e pela regulamentação feita por meio do Decreto nº 1.455, de 30 de dezembro de 1905 (BANCO DO BRASIL, 1988).

O intuito deste movimento foi, também, enfraquecer o poder econômico de Mauá. Estes processos de controle, centralização e concentração bancária ocorreram no sistema financeiro, pois este, costumeiramente, era um local de disputa de poder político e econômico. Esta disputa ocorreu em âmbito nacional, em outros estados da federação e em Santa Catarina em que a criação do banco do estado, além de significar um dos “substituto” aos pré-requisitos da industrialização (disponibilidade de capital), também, significaria o enfraquecimento do poder político e econômico dos Bornhausen.

Outros políticos catarinenses tiveram como iniciativa a criação de um banco estadual. O deputado Miranda Ramos do Partido Trabalhista Brasileiro- PTB, apresentou seu projeto de criação de um “Banco do Estado de Santa Catarina S/A

(cuja sigla era BANESTADO) na sessão ordinária de 29 de agosto de 1956. Em 8 de março de 1960 o deputado Agostinho Magnoni, apresentou um projeto para criação de outra instituição o “Banco de Desenvolvimento Econômico do Estado de Santa Catarina”, que seria representando pela sigla BADESC. Ambos os projetos não foram apreciados.

A concretização da ideia de um banco estatal catarinense só foi acontecer alguns anos depois, em 1961, quando o então Governador Celso Ramos (1961-1966), incorporando o espírito desenvolvimentista reinante no Brasil à época e retirando as barreiras impostas (conflito de interesses), enviou uma mensagem à Assembleia Legislativa do Estado, solicitando autorização para a criação de um banco, em virtude de que, dentre os principais problemas levantados nos Seminários Socioeconômicos, realizados pelo estado, estava o gargalo do crédito e do financiamento, sendo este o tema que mais despertou interesse e debates. Em 27 de maio de 1961, foi aprovada a Lei nº 2.719 que criou o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A.-BDE. Assim, estavam preenchidos dois fatores fundamentais para potencializar o processo de industrialização do estado. A adoção de uma ideologia a favor da industrialização, o desenvolvimentismo e a instrumentalização institucional por meio de bancos.

Importante constar que a criação do Banco do Estado de Santa Catarina ocorreu muito depois dos principais estados da federação e, posteriormente, aos estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Os primeiros bancos estaduais a surgirem foram:

Quadro 3 - Bancos Estaduais

Banco do Estado do Rio Grande do Norte- BANDERN	1909
Banco de Crédito Real de Minas Gerais	1919
Banco do Espírito Santo	1919
Banco do Estado de São Paulo	1923
Banco do Rio Grande do Sul- Banrisul	1928
Banco do Estado do Paraná	1923
Banco do Estado da Paraíba- PARAIBAN	1930
Banco Mineiro do Café-BEMGE	1934
Banco do Rio Grande do Norte-BANDERN	1936
Banco do Crédito Rural e Agrícola do Espírito Santo- BANESTES	1937
Banco do Estado do Maranhão -BEM	1939
Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais	1944
Banco da Prefeitura do Distrito Federal (Rio de Janeiro)	1945
Banco do Estado do Rio de Janeiro -BANERJ	1945
Banco do Estado de Goiás- BEG	1955
Banco do Estado do Amazonas (BEA)	1958
Banco Comercial e Agrícola do Piauí- BEP	1958

Bando de Fomento do Estado da Bahia (BANEBA)	1960
Bando do Estado do Pará (BANPARÁ)	1961

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Este atraso em relação aos demais estados pode ser justificado em virtude dos grupos políticos existentes no Estado de Santa Catarina serem, em parte, reflexo do poder das elites financeiras catarinenses. Coloca-se, em parte, pois no início, a elite catarinense, que era a comercial, praticava atividades bancárias de maneira informal, os conhecidos vendeiros é que concediam empréstimos aos agricultores com juros de 6 a 12%. (SCHMITT, 2007).

Desta forma, esta “parte da sociedade”, por não enxergarem oportunidades com o crescimento econômico acabavam por acrescentar novas barreiras as já existentes, em particular por seu poder político. Para uma melhor compreensão da retirada das barreiras da criação de um banco estadual faz-se necessário uma melhor contextualização.

Passados mais de 50 anos, depois da vinculação da primeira ideia de criação de um banco público estatal, feita por Gustavo Richard em 1907, uma mudança da estrutura política catarinense, na década de 1950, faz surgir espaço para a concretização da ideia. E eleição de Irineu Bornhausen para o governo do Estado de Santa Catarina em 1950 pela UDN (União Democrática Nacional), e a não eleição para o senado de Nereu Ramos, do Partido Social Democrático (PSD), rompeu a força política do Estado, levando Nereu, e toda a família Ramos, a rivalizar com os Bornhausen, nas eleições seguintes.

Em 1955, outro fato marcaria a história política de Irineu Bornhausen, a aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado do POE (Programa de Obras e equipamentos), criando a noção de planejamento do Estado, e tornando imprescindível os planos de governos para obtenção de sucesso nas eleições. Neste mesmo ano, Nereu Ramos concorreu e perdeu a eleição para governador do estado para Jorge Lacerda, que era apoiado por Irineu.

O ano de 1958, que marcaria uma tragédia na história dos catarinenses, com ocorrência do acidente aéreo que vitimou o então Governador Jorge Lacerda, Nereu Ramos e Leoberto Leal, provoca uma nova mudança no cenário político catarinense com a indicação de Celso Ramos, irmão de Nereu, para substituí-lo na candidatura ao Senado, vindo a perder as eleições para Irineu Bornhausen. Embora derrotado, Celso Ramos foi apontado como um nome com grande potencial na

disputa para Governador do Estado, e seu partido começou a prepará-lo para a eleição de 1960.

Em 1959, foi lançada, na cidade de Blumenau, a candidatura de Celso Ramos ao Governo do Estado, e nesta oportunidade foram elencadas algumas prioridades para a sua plataforma de Governo. No item 3.4 do seu discurso, Celso Ramos trouxe de volta a ideia de criação de um banco Estadual:

“3.4 Banco de Investimento.

O banco de investimento nos tem a figura de espinha dorsal de todo o conjunto de nossa programação.

Vencer a inércia em que nos encontramos pela carência total de investimentos volumosos em setores básicos do desenvolvimento econômico, vai exigir a presença de uma entidade de feição novo, de características precisas e de recursos avultados.

(...)

As suas finalidades serão fundamentalmente três:

1º) Financiar obras públicas

2º) Financiar empresas industriais, comerciais e agrícolas

3º) Financiar a profissão

(...)

Acrescento ainda, que o banco poderá ampliar pela via creditária os próprios recursos, por isso temos a intenção de transformá-lo numa entidade conjugada ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, às Carteiras especializadas do Banco do Brasil, e porque não o dizer, ao próprio Banco Interamericano, que agora se projeta sob a inspiração do eminente presidente Juscelino Kubitschek.

Neste particular apanharemos também o compromisso do nosso candidato a presidência da república, para que ele, **consciente do nosso ímpeto desenvolvimentista**, possa agregar aos nossos, os recursos próprios dos instrumentos federais que financiam e promovem o desenvolvimento do país.

(...)

Na delimitação da atividade do Instituto financiador, e dentro do esquema acima especificado, em linha de prioridade, o nosso instrumento se preocupará em transferir os meios para a execução das obras ligadas ao transporte, a energia elétrica, as indústrias de base, aos serviços básicos de agricultura, de educação e da saúde, bem como ao atendimento dos serviços públicos municipais, tais como equipamentos rodoviários, as redes de água e esgoto, e as comunicações e outros (BESC, 1997, p. 18).

Porém, como visto anteriormente, somente com a remoção das barreiras políticas seria possível a criação do banco. Com o intuito de obter apoio político das lideranças empresariais da época, Celso Ramos organizou diversos Seminários Socioeconômicos em Santa Catarina, com o apoio do CNI- Confederação Nacional da Indústria, e da FIESC- Federação das indústrias do Estado de Santa Catarina dando voz as lideranças regionais, que dentre os principais pontos discutidos estava a falta de uma estrutura de crédito institucionalizada. As instituições bancárias, até então existentes, não canalizavam os recursos arrecadados para investimentos, basicamente só havia linhas de crédito ao consumidor. Diante disso a necessidade

um banco oficial, com um feitiço novo, voltado a constituição de uma carteira industrial de longo prazo, ficou evidente, tanto que o slogan utilizado à época foi “Um banco para o Estado, em vez de um Estado para um Banco” (BESC, 1997).

Ainda no andar do planejamento desta instituição a Comissão de Desenvolvimento Econômico, estabeleceu que a instituição contemplaria projetos e programas de setores específicos de interesse estadual, planejando e direcionando o crédito (socializando os investimentos), além do apoio ao desenvolvimento municipal e ao reaparelhamento do Estado.

Os recursos previstos para o banco estavam formados por meio dos fundos do Estado, mas além disso, no seu planejamento previa a intenção de constituir o banco como um repassador de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico- BNDE, além de uma atuação conjugada com as carteiras de crédito do Banco do Brasil e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Houve o cuidado, no planejamento do banco, de agregar os planos e instrumentos de desenvolvimento nacionais à Santa Catarina, para se aproveitar dos recursos nacionais em prol do desenvolvimento do Estado.

Inicialmente a instituição deveria focar no fomento e a indução de novos investimentos privados, não se preocupando com a atividade financeira já desenvolvida pelos bancos privados, como operações de curto prazo voltadas aos comerciantes, depósitos, descontos e outras operações com maior liquidez e que exigem uma menor estrutura de capital. O banco não foi pensado como um concorrente das instituições já existentes, mas complementar as estas. Assim, também, o banco cuidaria da criação de novos negócios, e não se intrometeria nos tradicionais, que já possuíam acesso ao crédito nas instituições privadas. O novo banco, teria como missão levar o desenvolvimento a outras regiões do estado promovendo estudos econômicos de como melhor aproveitar os recursos existentes, socializando os investimentos da melhor forma possível (BESC, 1997).

Com a realização dos Seminários Socioeconômicos, a ideia de criar um banco de investimentos, sem uma organização comercial, evoluiu para um banco de desenvolvimento, buscando, justamente, contemplar a atuação comercial para a instituição.

Um documento básico, contendo um resumo sobre estes seminários e que serviu como suporte ao Plameg- Plano de Metas Governamentais, foi editado em 1960 e levado ao Presidente Jânio Quadros. Entre seus diversos tópicos se

destacava o item 8, que previa: “Como espinha dorsal do plano está prevista a constituição do Banco de Desenvolvimento do Estado que funcionará como captador de recursos internos e como Agência de Bancos Nacionais e estrangeiros de investimentos”. Este documento foi encaminhado ao presidente, em razão de existir uma orientação do Ministério da Fazenda à SUMOC- Superintendência da Moeda e do Crédito (o Banco Central ainda não existia), de não expedir cartas patentes para a criação de bancos oficiais estaduais.

Decidido a concretizar a ideia de criação do banco, Celso Ramos, aproveitando-se do fato, que Florianópolis sediaria a reunião dos Governadores do Sul com o Governo Federal, preparou uma pauta de assuntos a serem tratados, cuja súmula aborda Banco de Desenvolvimento. (transcrição)

SÚMULA: BANCO DE DESENVOLVIMENTO. (...)

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

1) A necessidade do Banco de Desenvolvimento

A rede bancária que serve Santa Catarina é constituída por três matrizes e 119 agência, distribuídas por 49 dos 105 municípios do Estado, fazendo empréstimos que em 31.12.1958, conforme os últimos dados oficiais disponíveis, totalizavam Cr\$ 4,1 bilhões para Cr\$ 419 bilhões concedidos a todo o país. Nesse exercício atingiram Cr\$ 35 bilhões s vendas mercantis no Estado. O valor da produção agropecuária e industrial, no mesmo ano, alcançou a importância superior a Cr\$30 Bilhões.

Não possuindo o Estado o seu Banco Oficial, estão sendo encaminhadas a bancos particulares os dinheiros públicos que, de um modo geral, correspondem, de 1951 a 1958, a 10% das receitas previstas.

Esses dois fatos- a modéstia dos empréstimos bancários às atividades econômicas do Estado e a existência de fundos públicos sem aplicação, acrescida da necessidade de atender outros reclamos do progresso do Estado- aconselham a criação de um Banco de Desenvolvimento.

A estas razões junta-se a possibilidade da obtenção de fundos de entidades financiadoras estrangeiras, que dispõe de largos recursos mas diretamente não fazem aplicações senão junto a grandes empresas concedendo, no entanto, empréstimos a instituições locais de fomento, a longo prazo, para serem redistribuídos, em parcelas menores, a firmas idôneas, de menor potencialidade, para projetos específicos, cuja execução se tem mostrado de grande utilidade para o desenvolvimento as regiões onde são aplicados. O Banco contaria, ainda, dentro da regulamentação vigente, com recursos provindos de órgãos nacionais, entre eles a carteira de redescontos com cuja assistência financeira seria dada maior difusão ao crédito agrícola, sobretudo nas zonas distantes das agências do Banco do Brasil.

Com esses recursos, acrescidos do depósito públicos, bem como seu capital inicial, o banco entraria a atuar no sentido de desenvolvimento do Estado, operando a taxas favoráveis à economia regional, em prol da qual ele se organiza, e não de lata remuneração a capital e dos depósitos do Estado.

O Banco de Desenvolvimento é necessário para: a) Fazer frente em todo o território do Estado as facilidades do crédito. B) Tornar viável a execução do plano de metas. II- Finalidade do Banco

O objetivo geral do banco será, pois, o de acelerar o processo de desenvolvimento econômico do Estado e, ainda, o de assegurar uma maior eficiência às despesas públicas, do Estado e dos Municípios, através da prática de operações bancárias adequadas. E, com as mesmas finalidades

deverá: a) proceder a análise sistemática do processo regional de desenvolvimento econômico; b) estudar os problemas que obstem a uma maior aceleração do processo de expansão econômica; c) estabelecer programas periódicos de investimento. III- Capital do Banco (...) (BESC, 1997, p. 28).

Depois de obtida a autorização do governo federal para a criação do banco, o Governador do Estado, Celso Ramos, sancionou a Lei nº 2.719 de 27 de maio de 1961, de criação do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina de Santa Catarina S.A.

LEI Nº 2.719, DE 27 DE MAIO DE 1961

Autoriza a organização do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a organizar o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A., sob a forma de Sociedade Anônima de Economia Mista, e a praticar todos os atos legais necessários à sua constituição e funcionamento:

Art. 2º O Banco tem por finalidade principal fomentar o desenvolvimento econômico do Estado, realizando operações que favoreçam a criação de riquezas, sua distribuição e circulação, abrangidas as operações bancárias em geral, inclusive, futuramente, aquelas para cujo exercício deva obter prévia autorização do Governo Federal.

Art. 3º Para exercer as funções de fundadora do Banco, o Governador do Estado nomeará uma comissão composta de cinco (5) membros e designará dentre estes o seu presidente com poderes para representá-la junto a quaisquer órgãos federais, estaduais e municipais.

(....)

Art. 14. Para aumento do capital do Banco, a Lei orçamentária consignará anualmente a importância de três (3%) a cinco por cento (5%) da renda ordinária.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos necessários ao pagamento das ações ordinárias e preferenciais subscritas pelo Estado, bem como as das despesas de instalação do Banco, estas últimas para posterior ressarcimento.

Parágrafo único. Os recursos para a abertura do crédito decorrerão da utilização, mediante anulação, de vinte por cento (20%), das dotações globais do orçamento vigente, excluídas as verbas de pessoal, alimentação e outras que, a juízo do Governo, não permitirem a economia resultante desta autorização.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda assim afaça executar.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 27 de maio de 1961

CELSO RAMOS

Governador do Estado

Para dar continuidade a criação do banco, em 13 de junho de 1961, o Governo do Estado expediu o Decreto nº GE 13-06-91/149, constituindo a Comissão Fundadora, que teria como presidente o Sr. Geraldo Wetzel, então Secretário da Fazenda do Estado e que já havia sido prefeito de Joinville, além de outros políticos

e empresários pertencentes à elite catarinense, como: Guilherme Renaux, tradicional empresário do ramo têxtil de Brusque, proprietário da rádio Araguaia, que exerceu mandato de vereador naquela cidade; Oscar Schweitzer, importante pecuarista de Lages, presidente da Associação Comercial e Industrial de Lages, também proprietário de rádio (Rádio Clube) e vereador naquela cidade de 1951 - 1962, Haroldo Soares Glavan, comerciante conhecido na cidade de Florianópolis e, ainda, Plínio de Nes, fundador do Frigorífico Chapecó e que mais tarde viria a ser presidente do Badesc entre os anos de 1976 e 1979 e, ainda, membro do conselho consultivo da futura CODESC- Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (SCHMITT, 2007).

Como se pode perceber pela escolha dos nomes da comissão fundadora, além do aspecto técnico, que deveria permear a escolha dos nomes, haja vista que todos tinham experiência empresarial, o aspecto político também foi determinante para a escolha dos nomes, sendo, cada um, representante de uma região do estado e que tinha influência econômica e política, que serviu ao governador Celso Ramos como estratégia para enfraquecimento político e econômico dos Bornhausen, por meio da redução do poder econômico do Banco INCO, pertencente a esta família. A oligarquia instaurada na política, agora, também, refletia na área financeira, de um lado os Ramos e do outro os Bornhausen.

Importante constar que esta rivalidade política não consubstanciava propriamente uma disputa ideológica, já que ambos os lados eram conversadores, mas sim uma disputa por espaço e influência, que terá como principal palco, o sistema financeiro estatal catarinense, que seria composto pelo BESC, BADESC e CODESC (SCHMITT, 2007).

Em 14 de junho de 1962, foi expedida a Carta Patente nº 6.977 pela SUMOC- Superintendência da Moeda e do Crédito, em atendimento ao despacho do Ministério da Fazenda de 12 de fevereiro 1961, quinze meses após a reunião realizada com a presença do Presidente Jânio Quadros em Florianópolis. Com a comissão fundadora já constituída, foi realizada no Palácio Residencial do Governador, em 17 de junho de 1961, a solenidade de instalação da comissão fundadora, que tomou as primeiras deliberações em relação aos primeiros projetos para constituição do estatuto do banco que foi apresentado pelo Sr. Alcides Abreu (seu primeiro presidente), que não por acaso também compartilhava da ideia do fomento estatal em prol do desenvolvimento. Alcides Abreu, assim como Gustavo

Richard, também estudou na França, na Universidade de Paris- Sorbonne, mesma Universidade na qual havia estudado Celso Furtado, economista ligado à CEPAL e principal expoente do desenvolvimentismo no Brasil⁴.

Depois de cumpridos todas as formalidades legais e removidos todos os obstáculos burocráticos e políticos é inaugurado solenemente o BDE, às 10 horas do dia 21 de julho de 1962. A pressa para a abertura do banco era nítida no governo, tanto que o governo do Estado autorizou a utilização de recursos do PLAMEG para a compra do edifício então pertencente a Cia. Sul América Seguros, localizado na Praça XV, para iniciar o trabalho de instalação do banco (SCHMITT, 2007).

Em seu discurso, por ocasião da inauguração, o primeiro presidente do Banco fez questão de ressaltar que o banco se dirigia a toda a sociedade catarinense e não a poucos escolhidos, que não visava o lucro, mas sim o desenvolvimento.

‘Este é o seu Banco. Tem uma história simples, como todas as coisas realmente notáveis. O banco foi uma ideia em abril de 1959. É um fato em junho de 1962. E o fato, em tudo senhor governador, corresponde à ideia. Não se deformou nada daquilo que presidiu a concepção do projeto de Banco: Vossa Excelência foi fiel ao compromisso que assumiu ao fazer-se candidato à Governadoria do Estado. Dizia Vossa Excelência- e quantas vezes o repetiu que o Banco não seria de alguns, mas de todos. Dizia que o banco seria do agricultor- o ao agricultor se dirige o primeiro interesse do banco. Dizia que o banco seria do profissional – a o artesão caberá parcela dos recursos do banco. Dizia que o banco haveria de promover o desenvolvimento econômico do Estado- e há um departamento inteiro a se preocupar com a economia catarinense. Dizia que o comércio e a indústria seriam assistidas pelo banco- e a indústria e o comércio até participam da administração da entidade (...) E ao capital Vossa Excelência agregou, de imediato, uma participação anual ao Tesouro, correspondente a uma importância entre 3% e 5% da renda ordinária do Estado. Vossa Excelência fixou em 4% da renda ordinária do Estado. (...)’

E mais, Senhor Governador, ao Banco não anima nenhum intuito de lucro direto. E nem ao Tesouro, nenhuma vantagem imediata pelos dividendos das ações que subscreveu. É que Vossa Excelência, tendo proposto, sancionou a lei da Egrégia Assembleia Legislativa que autoriza a aplicação daqueles dividendos na cobertura das despesas como aplicação do Plano de Crédito Rural. (...) (BESC, 1997, p. 59)

Para iniciar os trabalhos no Banco, foi fundamental promover um treinamento dos trabalhadores recém-contratados para que estes soubessem desempenhar as funções técnicas do banco e gerenciar adequadamente as linhas de crédito voltadas ao desenvolvimento. Para isso, foi firmado um convênio como

⁴ Alcides Abreu, além de participar da criação do primeiro banco de desenvolvimento do Estado, o BDE, viria a participar da criação na década seguinte da criação do segundo Banco de Desenvolvimento do Estado o BADESC.

PLAMEG, para que dez trabalhadores, com formação em Economia, engenharia e outros bacharelados, fossem treinados juntos a CEPAL e ao BNDE. (BESC, 1997)

Em seu discurso intitulado “Um Estado que cresce dentro de si mesmo”, o Governador ao destacar o sistema estatal catarinense, fazendo referências à Celesc, à conclusão da Sotelca para os meses seguintes, fez questão de ressaltar a Política de Crédito implementada pelo Estado e ideologia em prol do desenvolvimento:

Não tendo sido criado com o objetivo de lucro, o Banco de Desenvolvimento do Estado apurou rendimento líquido, em 1963, primeiro ano de funcionamento pleno com mais de 130 milhões de cruzeiros. No Balanço de 31 de dezembro apresentava um saldo de aplicações superior a 2 bilhões e 200 milhões. Em recursos próprios dispõe o BDE de quase 900 milhões de cruzeiros. E 50% destes recursos estão em poder de cerca de 2.500 agricultores, a juros de 6% a 7% ao ano. A indústria mantinha, em títulos de prazo médio, compromissos da ordem de um bilhão e 50 milhões de cruzeiros. O Poder Público- autarquias estaduais e prefeituras- vinculavam-se com a importância superior a 630 milhões de cruzeiros. Além disto, o Banco participou de uma série de operações ligadas ao interesse imediato do Estado, e das empresas privadas, seja como avalista ou fiador, seja como veículo de transações que sem ele, não se teriam concretizado, 75% dos recursos girados pelo banco provém de fundos públicos. Isto tornou possível o volume dos negócios e a rápida expansão da entidade que opera hoje em nove cidades do Estado e em duas fora dele, apressando-se para abrir dez novos departamentos no território catarinense. (BESC, 1997, p. 62)

Em 1965, devido à expansão das operações do banco, promovida em atendimento ao cumprimento de sua finalidade, que era impulsionar o desenvolvimento, o governador do estado propôs ao banco, transforma-se em uma Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, como forma, também, de obter um maior suporte financeiro, mesclando uma carteira industrial e de longo prazo com operações de captação de curto prazo, de forma a tornar as operações mais solidas e seguras e aproveitar melhor o capital ocioso. Em novembro deste mesmo ano, foi aprovada a transformação da instituição e o seu primeiro aumento de capital, no valor de 1 bilhão de 200 milhões de cruzeiros, realizado por meio da conversão de depósitos do próprio Estado, que garantiram uma melhor estrutura de capital para fazer frente as operações que exigiam uma imobilização mais longa de capital e garantiam uma liquidez mais adequada frente a um maior fluxo de caixa ocasionados pelos constantes saques de depósitos (SCHMITT, 2007).

Em virtude das reformas no sistema financeiro nacional no final dos anos 1960, promovidas pelo governo federal que previam a impossibilidade de operação de bancos de desenvolvimento e bancos comerciais, na Assembleia Geral

Extraordinária de 29 de abril 1969, o Banco de Desenvolvimento do Estado- BDE, foi transformado no Banco do Estado de Santa Catarina S.A.- BESC- banco exclusivamente comercial, permanecendo, todavia, com a carteira de desenvolvimento, em virtude de inexistir no Estado outra instituição financeira que pudesse exercer esta atividade. Então, até a criação do futuro BADESC, que viria a ser constituído por meio do recebimento da carteira de desenvolvimento do BESC, o Estado de Santa Catarina ficou sem banco de desenvolvimento. Neste mesmo íterim, o Estado do Paraná e o do Rio Grande do Sul criaram seus próprios bancos de desenvolvimento, o Badesul (RS) e o Badep (Paraná), com o propósito de não depender somente do BRDE.

Portando foi dentro do contexto de disputa política entre as oligarquias dos Ramos e os Konder Bornhausen que iniciou a formação do Sistema Estatal Catarinense de Crédito, por meio da criação do BDE e, posteriormente, sua transformação em BESC, que viria a dar surgimento a diversas outras empresas que comporiam o Sistema Financeiro BESC: Besc Financeira S/A – Crédito, Financiamento e investimento – Bescredi- Instituída em 1969, por meio da aquisição da Companhia Catarinense de Crédito. Besc Turismo- Bescstur- Criada como agência de turismo em 1969. Besc Corretora de Seguros- Bescor- criada em 1973. BESC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Bescval. Instituída em 1970. BESC Corretora de Títulos, Valores e Cambio- BESCAM constituída em 1974. BESC Crédito Imobiliário- Bescri- Empresa instituída por meio da incorporação da Caixa Econômica do Estado de Santa Catarina em 1979. Esta operação também ocorreu, pois não fazia sentido a concorrência entre duas empresas estatais (SCHMITT, 2007).

Posteriormente, já na década de 1990, outras empresas foram criadas. Fundo de Pensão Multipatrocinada- Fumbesc em 1994, BESC Arrendamento Mercantil em 1995, Companhia Catarinense de Assessoria e Serviços S.A., criada em 1996, no qual o BESC possuía 48,13% das ações. Santa Catarina Seguros e Previdência S.A. criada em 1996, na qual o BESC possuía 45% e a Santa Catarina Administradora de fundos, também criada em 1996, nesta o BESC possuía 32,05 % das ações.

Na década de 1970, o sistema estadual de crédito recebeu uma nova opção pelas mãos do então Governador Colombo Machado Salles (1971-1975), que possuía uma visão desenvolvimentista influenciada por sua formação profissional, já

que era professor universitário da Faculdade Mackenzie em São Paulo. Colombo Salles, com sua visão aguçada, percebeu que os investimentos nacionais estavam diminuindo, o que vinha na contramão da necessidade de combater os efeitos adversos provocados pela crise do petróleo. Diante disto e percebendo a necessidade de uma novo agente de fomento para o Estado e devido ao seu bom relacionamento com o Governo Federal, já que havia sido indicado como interventor do estado pelo regime militar, o mesmo sancionou a Lei nº 4.950, em 11 de novembro de 1973, que autorizava a criação de um novo agente de crédito para o desenvolvimento: o Banco do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, o BADESC, que seria constituído sob a forma de uma sociedade anônima, ficando condicionada a sua criação a extinção do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, o BRDE, e da extinção do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, o Codesul, para que do dinheiro resultando da liquidação dos dois órgãos fosse constituído capital suficiente para a criação do BADESC.(BADESC, 2016).

Entretanto, devido a estas restrições impostas para a criação do banco, o projeto de Colombo Salles que contou com a colaboração de Alcides Abreu e do advogado e administrador Sergio Uchoa Rezende, foi deixado de lado até o governo de Antônio Carlos Konder Reis (1975-1979). Somente no Governo de Antônio Carlos Konder Reis (primo de Jorge Bornhausen) e de seu vice Atílio Fontana, fundador da Sadia, é que o projeto original do banco viria a ser modificado, possibilitando o nascimento do BADESC.

Ao chegar ao governo, Konder Reis e Fontana elaboraram o PG- Plano de Governo, que estava alinhado ao Plano Nacional de Desenvolvimento, o II PND, do período (1975-1979), que tinha como finalidade o aumento da produção de insumos básicos, de bens de capital, alimentos e energia. Devido às consequências da crise do petróleo, que trouxeram inflação e estagnação econômica, Konder Reis decidiu implementar a criação do BADESC, retirando do texto legal, toda e qualquer disposição que condicionasse a criação do banco a extinção do BRDE e do Codesul e transformando sua estrutura societária de sociedade anônima, para mista de capital autorizado.

De posse da Carta Patente nº I-350, que autorizava o funcionamento do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, o governador instituiu uma comissão que ficou responsável estruturação, organização e formação dos futuros comandantes do Banco. Durante 113 dias de trabalho até a formação e posse da

primeira diretoria, muitas entidades colaboraram para a formação dos primeiros 55 trabalhadores como o BESC, a CELESC- Centrais Elétricas de Santa Catarina, a TELESC- Empresa de telecomunicações de Santa Catarina, o IBAGESC- Instituto Brasileiro de Assistência Gerencial de Santa Catarina, atualmente denominado Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – o Sebrae, além da Universidade do Estado de Santa Catarina- A Udesc, e a Escola Superior de Administração e Gerência (ESAG). (BADESC, 2016).

Com a primeira diretoria eleita, em 25 de julho de 1975 e com a posse efetivada em 26 de agosto de 1976, sob o comando de Renato Ramos da Silva, ex-secretário de educação do governo de Celso Ramos e dos diretores Carlos Passoni Junior- diretor de operações industriais e operacionais, de Altino da Cunha- Diretor de operações rurais, de Marcilio Joao da Silva Medeiros Filho-Diretor Administrativo e Esperidião Amin Helou Filho- Diretor Financeiro, o banco iniciou suas atividades.(ATAS ASSEMBLEIAS, 1975)

Neste contexto, o banco iniciou seus trabalhos investindo nos setores industrial e rural, de forma que a prioridade era garantir infraestrutura necessária a um eficiente sistema de transportes, apto a escoar a produção catarinense e um eficiente sistema de comunicações. Entre outros objetivos estavam, também, a mecanização da atividade rural, a fim de aumentar significativamente a produção, a pavimentação de mil quilômetros de estradas, construção de pontes e viadutos, sendo o Badesc, então, um dos canais mais utilizados para o financiamento dos projetos de infraestrutura do Estado de Santa Catarina. Por intermédio do Badesc buscou-se, também, a melhoria do aproveitamento dos recursos minerais do Estado, com a indução para a formação de novos polos regionais de industrialização, de modo que em 1976 o banco passou a ter metas por área operacional, setor econômico e linhas de crédito. Entretanto, durante sua trajetória, o banco passou diversas dificuldades que foram transformando-o durante as últimas quatro décadas.

2.2 RIO GRANDE DO SUL

O Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul tem três momentos distintos em sua história. Um primeiro momento em que ele foi criado, e existiu efetivamente como banco de desenvolvimento. Um segundo momento em que o banco foi extinto, mas sua carteira de crédito foi transferida ao Banrisul, como carteira de crédito de longo prazo (Desin), resultado da sua incorporação no ano de

1992. E um terceiro momento, em que o Badesul foi recriado sob o nome de Caixa/RS, e na forma de uma agência de fomento, com a segregação do departamento (Desin) em 1997.

A criação do Badesul remonta ao ano de 1973, quando o Governador Euclides Triches, propôs a criação de um banco de desenvolvimento exclusivo do Estado do Rio Grande do Sul. Durante os dois primeiros anos do governo Triches (71-73) foram realizados estudos para a criação do banco, sendo que no ano de 1973 foi encaminhado o projeto da sua criação à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. (DICK, 2005)

A decisão de criar um banco exclusivo teve como escopo a divergência na forma de administração e liberação dos recursos do BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, que já um ano após a sua criação em 1961, passou a receber críticas por parte do governo gaúcho, por conta do desequilíbrio na formação do capital da instituição, que embora devesse ser integralizado de forma paritária entre os três Estados do Sul, foi feita em sua grande maioria com recursos do Estado do Rio Grande do Sul⁵, e por conta disso, recursos do Estado estavam sendo aplicados nos Estados de Santa Catarina e Paraná.

Além disso, o governo gaúcho reclamava que a distribuição de dividendos não obedecia a proporção do capital integralizado⁶, e que havia necessidade de uma maior mobilização de recursos internos e externos para o financiamento da economia gaúcha, assim como era necessária a criação de um instrumento financeiro para dar suporte aos programas de governo, constante no plano de governo chamado “Projeto Grande Rio Grande”. De fato, seria muito difícil ao BRDE alinhar-se a três programas de governo a fim de atender seus acionistas controladores. (DICK, 2005)

Dentro deste contexto, em 9 de outubro ano de 1973, por meio da lei 6.605, o Governador autorizou a criação do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul. O capital previsto era de CR\$ 300 milhões, o equivalente a US\$ 67 milhões, o qual deveria ser formado por meio da cisão do BRDE,

⁵ O capital social do BRDE foi integralizado em Cr\$ 191,0 milhões de cruzeiros, sendo CR\$ 118,0 com recursos do Estado do Rio Grande do Sul, CR\$ 42,8 milhões do Paraná, Cr\$ 30,6 de Santa Catarina. (Fonte Ofício GC-837/73)

⁶ No ano de 1972, o lucro de Cr\$ 22,06 milhões foi distribuído entre os estados, ficando o Rio Grande do Sul com 75%, Paraná 5% e Santa Catarina 20%. Sendo que Santa Catarina só possuía 16% do capital social. (Fonte Ofício GC-837/73)

transferindo-se ao novo banco o capital que havia sido integralizado pelo Estado do Rio Grande do Sul, correspondente a CR\$ 120 milhões, equivalente a US\$ 26,8⁷, adicionais e os recursos humanos correspondentes, ainda por dotações orçamentárias específicas e créditos adicionais.⁸ A intenção de retirada foi informada ao CODESUL no final do primeiro semestre de 1974.

Entretanto esta medida sofreu resistência por parte do governo do Paraná, que já possuía seu banco de desenvolvimento (BADEP), e foi barrada pelo Banco Central em setembro de 1974, pelo fato do Banco (BRDE) não estar em liquidação. Além disso, o Banco Central só permitiria a criação do banco com a realização do capital em dinheiro⁹. Sua Carta patente foi expedida em 04/10/1974 (DICK, 2005).

Dessa forma, o Badesul somente entrou em funcionamento no ano de 1975, já sob o comando de um novo governo estadual, que para operacionalizá-lo o credenciou como repassador de recursos de fontes federais como o BNDES, FINAME, Caixa Econômica Federal, BNH, FINEP, Banco Central e Embratur.¹⁰, já que seu capital inicial era de apenas US\$ 6,4 milhões. Ao final de 1975 o capital já era de 12,1 milhões (totalmente subscrito e integralizado). Esta busca por recursos federais foi semelhante ao ocorrido com o Badesc nos anos seguintes a sua criação

Da mesma forma com que ocorreu com o BADESC, o Badesul possuía uma área de planejamento que realizava estudos econômicos e formulava programas de atuação afim de fomentar determinados setores econômicos e regiões do estado. Foram implementados programas para a substituição de combustíveis e derivados de petróleo, indústria mecânica, coureiro-calçadista, setor de pedras preciosas, biotecnologia, agropecuário, eletrificação rural, telefonia, armazenagem, infraestrutura e informática. (DICK, 2005)

Já em 1976 anunciou um plano de importação de máquinas e equipamentos similares nacionais e estendeu o programa de operações com pequenas empresas (PROPEM), que previa a aplicação de US\$ 6,4 milhões.

⁷ Assim como pretendia o Governo Catarinense com a criação do BADESC.

⁸ A proposta orçamentária do ano de 1974 previa US\$ 5 milhões para a constituição do capital do Badesul, e o redirecionamento da dotação do BRDE US\$ 1,7 milhões para Badesul.

⁹ A Criação do Badesc, previa inicialmente a transferência da carteira de desenvolvimento do BESC, entretanto para a criação do banco foi necessária a integralização em dinheiro e somente após 1 ano foi transferida a carteira de crédito de longo prazo proveniente do BDE.

¹⁰ em um movimento parecido que com o BADESC em Santa Catarina.

Ao complementar um ano em efetivo funcionamento o banco já havia realizado 342 operações, e contratado CR\$ 326 milhões. Em todo o ano de 1976 foram realizadas 594 operações no valor total de US\$ 65,9 milhões (CR\$ 800 milhões). Apesar do significativo valor contratado em 1976 o banco apresentou um pequeno prejuízo, que já era esperado pela diretoria, frente, ainda as despesas de criação do banco. Este resultado foi revertido no ano seguinte, quando o Badesul realizou 906 operações elevando o saldo financiado em 116%. (DICK, 2005)

Em 1978 o Badesul firmou um contrato com o Landeskreditbank, de Baden-Wurttemberg, da República Federal Alemã, que buscou estabelecer parcerias com pequenos e médios empresários por meio da formação de “Join Venture”. No ano de 1979 as ações do banco voltaram-se a modernização e a produtividade. Foram destinados mais de US\$ 5 milhões para a adaptação de máquinas a novas formas de energia. No ano de 1980 o banco concedeu vultuosos empréstimos a indústrias. Sendo liberado neste ano 97,8 milhões de dólares. Neste ano, ainda foram repassados Us\$ 124 milhões à empresa brasileira de trens urbanos-EBTU que não foram computados. (DICK, 2005).

Em seus 13 primeiros anos de operações o Badesul obteve resultados expressivos no aumento do volume da sua carteira de crédito.

Tabela 1 - Evolução do Patrimônio Líquido, Financiamentos, Receitas Operacionais e o Resultado Líquido do Exercício 1975/1984. Em valores históricos.

Ano	Patrimônio líquido	Financiamentos	R. Operacional	R. Líquido
1975	11.768	2.074	990	47
1976	8.570	24.672	3.186	(212)
1977	9.852	53.383	3.695	83
1978	10.317	64.960	5.255	112
1979	8.579	72.135	22.687	(834)
1980	7.515	91.626	52.480	(752)
1981	10.619	112.962	52.480	741
1982	11.568	170.901	83.251	220
1983	10.904	140.646	107.017	115
1984	12.810	172.535	137.027	383
1985	13.823	184.761	130.783	790
1986	15.642	219.319	97.610	628
1987	15.000	223.439	200.668	408
1988	15.435	219.197	228.866	1.517

Fonte: Dick, 2005

A partir de 1985 o banco passou a operar o Programa de Crédito Orientado para informática- Proinfo com limite de até Us\$ 1,2 milhões por empresa. Até 1986 já haviam sido realizadas mais de 12 operações, com 7560 empresas das

quais 3.625 eram microempresários. Somente no setor agropecuário, mais de 30 mil propriedades foram atendidas com a instalação de telefones, silos de armazenamento que o contribuíram para a expansão da agroindústria. No setor de infraestrutura urbana, a participação da implantação da Trensurb, empresa responsável pelo metrô de superfície da região metropolitana de Porto Alegre, mereceu destaque, como a condição de agente financeiro no financiamento obtido junto ao Banco Mundial. Outros Programas de Integrados de Melhora Social (PIMES), também mereceram destaque, no qual o Badesul como agente financeiro, obteve mais de 80 milhões de dólares junto ao Bird, para a melhoria das estruturas urbanas municipais, no decorrer da década de 1980 (DICK, 2005).

Por último, merece destaque, também, o Programa de Operações com Microempresas (PROMICRO), que foi instituído concomitantemente com a criação do próprio banco em 1975, e que buscava financiar empresas que não tinha acesso ao crédito. Também foi criado um Fundo Complementar de Garantia (FUNGAPEM) para empresa sem acesso a financiamentos.

Na década de 1990, em cumprimento ao disposto na lei estadual nº 9.663 de maio de 1992, o Conselho de Administração do Banrisul aprovou o Protocolo de Incorporação do Badesul, em 27 de agosto do mesmo ano, passando desta forma a atuar como banco múltiplo, de acordo com que era proposto o Banco Central do Brasil, sob influência do Banco Mundial.

Com a inclusão da carteira de desenvolvimento, em seu objeto social, o banco criou o Departamento de Desenvolvimento-DESIN, que absorveu todas as operações e trabalhadores do Badesul. Inicialmente, o DESIN ficou instalado na antiga sede do Badesul, na prática, só houve a mudança do nome da fachada do prédio para Banrisul. Somente em 1993, houve a mudança do local de trabalho da equipe incorporada para o prédio sede do Banrisul, em uma área reservada com 800 metros quadrados, muito inferior aos 4.800 metros quadrados do antigo prédio do Badesul. Esta mudança trouxe alguns choques a equipe incorporada, que se viu diante de uma cultura empresarial muito diferente das que estavam acostumados. A equipe de trabalhadores do Badesul composta por 98 trabalhadores, também foram incorporados a outras áreas do Banrisul, como assessoria jurídica, área de pessoal, processamento de dados, contabilidade, rede de agências, mas a sua maioria ficou lotada no DESIN (DICK, 2005).

Além disso, todo o acervo cultural, estético, bibliotecário, que eram utilizados pelos trabalhadores no Badesul, foi “entulhado” neste novo espaço, com muitos dos arquivos dispostos nos corredores, que aos poucos foram “sumindo”. Segundo “DICK”, em uma oportunidade, na qual a antiga bibliotecária do Badesul indaga a outro funcionário do Banrisul qual seria o destino deste acervo, aquele obteve como resposta:

“A primeira coisa que temos que fazer é apagar a memória do banco incorporado, e segundo, quem sempre foi responsável pelo patrimônio agora não é mais. Por isso, você não precisa se preocupar com essas coisas que já não são da sua responsabilidade e pode deixar que o Banrisul tem gente especializada para cuidar muito bem disso”¹¹ (DICK, 2005, p. 127).

Os trabalhadores incorporados foram recebidos em um ambiente hostil, e segundo DICK, de atitudes gerenciais autoritárias, que ameaçavam de demissão os insatisfeitos com as condições de trabalho.

Os incorporados, no entanto, tinham outras visões de espaço de trabalho, e da importância que representavam ao novo empregador, pois haviam construído um patrimônio pertencente ao estado e que agora estava sendo incorporado ao banco, dando-lhe um significativo acréscimo em seu patrimônio líquido na ordem de 37% e um aumento no volume de ativos no montante de CR\$ 584 bilhões, equivalentes a US\$ 170 milhões, superior em 56% ao montante de ativos de longo prazo do Banrisul (DICK, 2005, p. 127).

Aos poucos as dificuldades da incorporação foram sendo superadas, por meio de divulgação dentro da instituição das vantagens em operar uma carteira de crédito de longo prazo. Foi feito um trabalho de divulgação, pelos trabalhadores incorporados na rede de agências, para o direcionamento de operações com este caráter, além das oportunidades de novos negócios com os clientes trazidos pelo Badesul, como a possibilidade de operar desconto de títulos, folha de pagamentos, seguros dentre outros. A incorporação do cadastro do Badesul possibilitou o acesso a um cadastro de bons pagadores (DICK, 2005).

O trabalho desenvolvido pela equipe advinda do Badesul logo começou a apresentar resultados, e já no ano de 1994, cresceu 38%, o que representava 23% do total das operações de curto e longo prazo. Ao longo dos anos esta participação foi evoluindo até atingir seu ápice em 1999.

¹¹ Por conta deste comportamento é que não existem mais matérias para a realização de pesquisas, referentes ao primeiro período do Badesul. Há somente um registro feito pelo ex-funcionário Aldino Bernardo Dick em seu livro *Os Caminhos do Desenvolvimento*.

Tabela 2 - Saldo de Aplicações dos Recursos- 1992-2001. Em valores históricos

Ano	Operações de crédito curto prazo	Operações de Crédito longo prazo	Relação Crédito Longo Prazo/ Crédito Total
1992	3.478.291.000.000	6.166.089.000.000	64%
1993	109.069.097.000	160.640.962.000	59%
1994	746.323.000	222.270.000	23%
1995	833.121.000	543.985.000	39%
1996	933.787.000	754.866.000	45%
1997	1.180.203.000	1.000.854.000	46%
1998	1.094.124.000	784.854.000	42%
1999	828.047.000	850.239.000	51%
2000	1.182.028.000	836.992.000	41%
2001	1.655.640.000	1.059.872.000	39%

Fonte: DICK, 2005

Nos anos 2000, houve uma diminuição da participação já em decorrência do processo de criação da Agência de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, e dos reflexos do PROES. (DICK, 2005)

Segundo Dick, durante o período em que a atividade de fomento de longo prazo esteve dentro do Banrisul, houve pouca produção intelectual como a realização de estudos e estruturação de planos ou programas setoriais. Não havia interesse do banco nestas atividades pois a carteira de crédito de longo prazo apresentava baixa lucratividade, já que as margens de remuneração eram limitadas, ainda mais comparando-se a carteira de curto prazo. Esta constatação, mostrava a divergência existente entre os objetivos de um banco comercial e uma instituição de desenvolvimento reforçando na necessidade da existência de duas instituições distintas e independentes para o cumprimento de seus objetivos sociais, como, ainda, ocorria no estado de Santa Catarina, com a existência do Besc e do BADESC.

Entretanto, alguns poucos programas foram desenvolvidos como:

- 1) O Programa de Desenvolvimento Pecuário, que tinha como objetivo a melhora genética do rebanho bovino do estado, especialmente para o setor leiteiro, mas também para o gado de corte. Este programa complementava outro programa da Secretaria de Agricultura do Estado, o "Carne de qualidade".
- 2) Houve a publicação do Livro: "A competitividade da vitivinicultura brasileira- análise setorial e programa de ação com destaque para o Rio Grande do Sul, em 1995, em continuidade aos estudos elaborados no ano de 1991.
- 3) Em 1995, foi estruturado o PRODEPEM, um programa de financiamento a micro e pequenas empresas, com uma análise de crédito simplificada e com limites de crédito de até R\$ 100 mil reais.
- 4) Em 1996, foi implementado o RS-Emprego programa destinado as micro e pequenas empresas para financiamento de capital de giro e investimento fixo. Este programa era realizado por meio da rede de agências do Banrisul,

que inicialmente, disponibilizou os recursos. Posteriormente o BNDES disponibilizou recursos para a ampliação do programa a região do RECONVERSUL.

5) Nos anos de 1996 e 1997, foram desenvolvidos os programas Pro-Guaíba e RS Rural 2000, que financiavam pequenos produtores rurais no estado. Estes programas foram implementados e desenvolvidos conjuntamente com a área de Crédito Rural do Banrisul e pela Secretaria de Agricultura-Emater.

6) No ano 2000, foi estruturado um programa de Crédito Assistido, direcionado as micro e pequenas empresas, no qual técnicos do banco orientavam os empreendedores na utilização do crédito. Este operado por meio de duas faixas de atendimento uma até R\$ 10 mil e outra que era acompanhada pela Desin para valores entre R\$ 10 mil e R\$ 100 mil (DICK, 2005).

Em relação ao setor público muito pouco foi feito durante o período dentro do Banrisul. Ainda, quando da existência do Badesul, este havia sido escolhido para ser o gestor do programa PIMES, em 1990. Durante os dois anos seguintes, que contemplaram o período da incorporação, mas fora da estrutura interna do Banrisul, o programa foi implementado e expandido, sendo que no período entre os anos de 1990 e 1992 foram aprovadas 59 operações de crédito e contratadas 39 financiamentos cujas somas alcançaram o valor de R\$ 137,4 milhões. Com a incorporação o programa perdeu espaço dentro da nova instituição passando de diretoria no Badesul, para um gerência intermediária dentro do Banrisul, o que gerou péssimos resultados principalmente pela falta de representação. Com a criação de uma diretoria para programas especiais em 1995, o programa passou a contar com um departamento próprio. (DICK, 2005)

Em decorrência da reestruturação do setor público e diminuição da participação do estado no sistema financeiro nacional, no ano de 1997 o Governo do Estado do Rio Grande do Sul optou por extinguir a Caixa Econômica Estadual, incorporando ao Banrisul, por meio da lei nº 10.959, que também trouxe a previsão da criação de uma nova Caixa Estadual, sob a forma de agência de desenvolvimento. Neste mesmo ato legislativo consta a intenção de separar os ativos do BRDE correspondentes ao Rio Grande do Sul, para transferi-los a nova instituição.

Esta nova tentativa de extinguir o BRDE, tinham os mesmos argumentos apresentando para a sua extinção na década de 1970. Após um longo período de suspensão de atividades, ainda decorrente da implantação do Regime Especial de Administração Temporária em 1991, o banco foi reativado, após um acordo para a rolagem das dívidas dos estados acionistas. Mas já no início do ano de 1997 o estado de Santa Catarina apresentava atraso de algumas parcelas do acordo. Além

disso, a agência do estado do Paraná apresentava prejuízo e patrimônio líquido negativo. A agência do estado de Santa Catarina, operava com um pequeno patrimônio líquido positivo, mas demonstrava equilíbrio em suas operações. Já a agência do estado do Rio Grande do Sul, apresentava um patrimônio líquido positivo suficiente para cobrir o negativo da agência do Paraná, e ainda, gerava lucro para a distribuição entre os estados de forma igualitária. Esta situação, muito próxima a vivenciada na década de 1970, desagradava os gestores gaúchos, que buscavam retirar-se da sociedade.¹² (DICK, 2005).

Outro motivo apresentado para a criação da nova entidade era a baixa rentabilidade de uma carteira de desenvolvimento, e isto atrapalhava para atingir o equilíbrio econômico-financeiro do Banrisul em um ambiente de inflação baixa. Todavia, urge, lembrar que a baixa rentabilidade das carteiras de desenvolvimento foram os argumentos para a incorporação do Badesul pelo Banrisul 10 anos antes. A ideia de criação de agência do fomento, aos moldes dos antigos bancos de desenvolvimentos foi uma orientação do próprio banco Central, em contrariedade à ideia de formação de bancos múltiplos, defendida 10 anos antes. A partir da promulgação desta lei, e com a certeza de que o DESIN e sua equipe seria transferida para a nova instituição, o Banrisul passou a criar restrições a este departamento, diminuindo os investimentos e gastos com treinamentos, o que foi impactando o desempenho nos anos seguintes, em especial nos anos 2001 e 2001 (DICK, 2005).

Diante da impossibilidade de extinção do BRDE que garantia recursos para a nova instituição, a solução encontrada pelo governo gaúcho para a capitalização, foi buscar recursos por meio da adesão ao PROES- Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, que já estava em tratativas para sanear o Banrisul, que também necessitava de recursos. Este acordo foi firmado em dezembro de 1998, em um processo semelhante ao ocorrido com o BESC e o BADESC.

Com a questão dos recursos necessários resolvida, buscou uma solução jurídica para a instituição, que inicialmente não era definida como financeira pelo Banco Central, o que acarretava diversos empecilhos legais para emissão de títulos de crédito e constituição de garantias. Este impasse foi resolvido por meio da

¹² Ao mesmo tempo de aprovação da lei que buscava extinguir o BRDE o Estado de Santa Catarina federalizou sua dívida o que permitiu regularizar seus contratos com o banco.

resolução nº 2.828 de março 2001 do Banco Central que definiu as agências de desenvolvimento como instituições financeiras. (DICK, 2005)

Superado este problema, passou-se a planejar a nova instituição, definindo que esta seria instalada na sede da antiga Caixa Econômica Estadual, estabelecendo sua estrutura organizacional, sua estrutura de pessoal, planos de cardos e salários e infraestrutura tecnológica. Para garantir os recursos necessários as operações, foram celebrados convênios com o BNDES e FINAME cadastrando a instituição como agência repassadoras de recursos, em abril, de 2002

Somente após isso, é que a Caixa/RS, nome fantasia da nova agência de fomento, veio e entrar em operação efetivamente em maio de 2002 com a transferência da carteira de longo prazo da DESIN e dos trabalhadores deste departamento, em sua grande maioria já advindos do Badesul¹³ (DICK, 2005).

A preocupação inicial da administração da Agência foi a captação de projetos e para isso foram tomadas algumas iniciativas como o acordo celebrado como Banrisul para que os projetos de longo prazo captados pela rede de agências fossem repassados à agência. Foi estabelecida a uma rede de fomento com universidades com histórico de elaboração de projetos de investimentos, a qual foi chamada de Parceiros Técnicos. Para manter o histórico apoio aos micros empreendedores, a instituição fomentou a criação de uma rede de agências de crédito solidário, inspiradas na Portosol, espalhada por todo o estado. E, ainda, contemplando o a agricultura familiar, implantou o PRONAF- Programa de Agricultura Familiar de Investimento, do governo federal (DICK, 2005).

Outra questão estratégica da administração, implementada novos gestores, no ano de 2003, foi tentar vincular a nova instituição a ideia de banco de desenvolvimento e não agencia, por meio de uma campanha publicitaria, para que não fosse confundida com agências de fomento não financeiras, e, para facilitar a captação de projetos. Neste mesmo ano, a Caixa/RS ocupou o primeiro lugar entre as agências de fomento, no ranking nacional da ABDE.

Nesta nova fase, com a atuação por meio de programas, a agência priorizou os projetos vinculados a cadeias produtivas, segmentos estruturais e com possibilidade de recuperação. No ano de 2004, foi implementado, no estado, o programa de Implantação de Florestas (PROFLORA) do BNDES para expansão do

¹³ 99% dos ex-trabalhadores do Badesul optarem por integrar a nova entidade.

reflorestamento e desenvolvimento da atividade madeireira e seu arranjo produtivo local. Ainda neste ano foi implementado o PRODEAUTO para o crescimento da indústria automotiva e de autopeças, principalmente para fornecer as montadoras instalados no estado. Neste ano, a agência teve destaque na liberação de capital de giro, por meio do Programa PROGEREN do BNDES, liberando 13% do total de recursos do programa neste ano, o que lhe garantiu a segunda posição nacional, atrás apenas do Bradesco, com 28%, mas com atuação em todo o território nacional. Foi retomado os programas PIMES, para o desenvolvimento da infraestrutura dos municípios. Em 2005, foi lançado o CREDIMICRO, linha voltada aos micros e pequenos empreendedores do estado. Este programa contava com a parcerias das prefeituras e com um fundo de Aval da Associação Garantidora de Crédito do RS. (DICK, 2005)

Em 2011, a razão social voltou a utilizar o nome Badesul, quando passou a ser Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS.

2.3 PARANÁ

A história do Banco de Desenvolvimento do Paraná remonta a duas instituições anteriores. A primeira o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Paraná que foi instituído em janeiro de 1962, por meio da lei 4529, que tinha como objetivo fomentar a transformação da estrutura econômica paranaense por meio de investimentos no setor de energia e empreendimentos industriais privados, considerados estratégicos por parte do governo do Paraná. Para cumprir com este objetivo o fundo arrecadava recursos por meio de empréstimos compulsórios estaduais. O primeiro empréstimo compulsório instituído, destinava 1% sobre vendas, consignações e transações para o fundo. Posteriormente em 1964 foi criado mais um empréstimo compulsório de mais 1% sobre as vendas, consignações e transações destinado ao FDE. Esta estratégia era semelhante com a executada pelo BDE (Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, criado em 1961).

O FDE tinha como objetivos complementar os recursos do governo em investimentos de infraestrutura, na qual foram liberados recursos para a melhoria da rede viária do estado e produção e distribuição de energia elétrica. E, também, ser o instrumento de financiamento das industriais do estado (AUGUSTO, 2017).

Em seus quatro primeiros anos de funcionamento seus recursos foram prioritariamente direcionados à geração de energia elétrica e a investimentos do estado do Paraná¹⁴.

Para a liberação dos recursos do FDE era necessária a observância de três diretrizes 1) A proteção da Economia Regional 2) Substituição das importações e 3) fomento à exportação. Além destas diretrizes havia uma prioridade de setores para fomento.

i) cimento, indústrias metalúrgicas, mecânicas, máquinas ferramentas, implementos industriais e agrícolas, equipamentos e peças para veículos, instrumentos cirúrgicos ou congêneres, papel, celulose, papelão e pasta mecânica, extração e refinação de óleos vegetais, preparação de rações animais, usina de açúcar e álcool, frigoríficos, indústrias de laticínios, indústrias químicas, manufaturas de couro fiação e tecelagem – de linho, algodão, rami, juta e outras fibras naturais e sintéticas, fabricação de relógios, máquinas fotográficas, indústria de material elétrico e eletrônico; ii) indústria de louças e porcelanas, vidros, utensílios e aparelhos elétricos e eletrodomésticos, móveis de aço e congêneres, manufaturas de borracha, malharia e confecções de roupas, bijuterias, carroças e carrocerias (AUGUSTO, 1978: 79, 80).

Para administrar este fundo, foi criada no mesmo ano, a Companhia e Desenvolvimento Econômico do Paraná-CODEPAR, que foi responsável por gerir o fundo, planejar e executar a política econômica do Estado que buscava diminuir a diferença para o desenvolvimento econômico já alcançado pelo Estado de São Paulo. O FDE administrado pela CODEPAR transformou-se no principal instrumento de ação do governo, para realização de melhorias na infraestrutura e fomento industrial. O fundo e a CODEPAR também foi o instrumento financeiro do governo para a capitalização e fomento de outras empresas e fundos estatais paranaenses como a TELEPAR, COHAPAR, FUNDEPAR, SANEPAR e outras. A semelhança deste movimento, no Estado de Santa Catarina foi criada a CODESC – Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina em 1975, uma Holding responsável pelas demais companhias estaduais.

¹⁴ Distribuição de recursos Badep 1962-1966.

Ano	Energia Elétrica	Investimento do Estado	Desenvolvimento da indústria e agricultura
1962	40%	40%	20%
1963	40%	40%	20%
1964	40%	30%	30%
1965	40%	30%	30%
1966	30%	30%	40%

Em 1964, foi criado dentro da CODEPAR, um órgão chamado de Assessoria Econômica do Governador, mais tarde transformada em Assessoria de Planejamento e Assessoria de Estudos Especiais, que eram encarregadas de elaborar estudos e coordenar ações de longo prazo para o desenvolvimento econômico, para a atração de investimentos e definição de prioridades¹⁵. Anos mais tarde, em 1972 foi criado o IPARDES inspirado no IPEA do governo federal¹⁶ (AUGUSTO, 2017).

Com a outorga da constituição de 1967, que manteve a proibição e de instituição de empréstimos compulsórios estaduais, inserida pela Emenda Constitucional nº 18 de dezembro de 1965, o FDE passou a ser dependente do repasse de recursos do tesouro do estado ano a ano, para o desenvolvimento das suas atividades. E aliado a isso, mudanças legais impostas pela Resolução nº 93 do Banco Central de junho de 1968, fizeram com que a CODEPAR fosse transformada em um banco de Desenvolvimento para que continuasse a ter acesso a recursos, tendo em vista a impossibilidade da continuidade dos empréstimos compulsórios estaduais. Assim, para ter acesso a outras fontes de recursos, a CODEPAR foi transformada no Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná, em 1968. Isto fez parte, também, da estratégia do governo militar de controlar as ações desenvolvidas pelos estados, e integrá-los ao projeto nacional de desenvolvimento, que visava financiar grandes empresas nacionais e multinacionais (AUGUSTO, 2017).

A década de 1970 foi considerada o apogeu do Banco, quando por meio da disponibilidade de mais recursos, especialmente advindos do BNDES, o banco financiou a implantação de grandes empresas no estado como a Philip Morris (Cigarros), New Holland (Maquinário Agrícola) e a Volvo (Caminhões e chassis para ônibus). No setor Público financiou a implantação da Cidade Industrial de Curitiba.

A década de 1970, apogeu do banco, este contribuiu para o crescimento industrial do Estado.

Tabela 3 - Crescimento da Participação percentual da Indústria no Estado do Paraná

Ano	Agricultura	Indústria	Serviços	Total
1970	25,17	16,62	58,21	100
1971	32,22	14,88	51,90	100
1972	30,71	18,10	51,19	100
1973	27,74	19,67	52,59	100

¹⁵ Este órgão foi responsável pela instalação do complexo agroindustrial e do polo petroquímico.

¹⁶ IparDES surgiu de uma equipe técnica especial formada no Badep

1974	30,04	19,41	50,55	100
1975	28,34	19,27	53,39	100
1976	19,19	22,31	58,50	100
1977	25,56	22,49	51,95	100
1978	19,44	27,25	53,31	100
1979	19,04	26,14	54,82	100
1980	18,53	28,07	53,40	100

Fonte: Relatório IPARDES

Tabela 4 - Percentual da Participação Relativa das Categorias nos Valores Adicionados da Indústria de Transformação do Paraná e no Total de Financiamento Repassados à Indústria de Transformação pelo BADEP 1970-1980

Ano	Tradicional		Dinâmica A		Dinâmica B	
	Valor adicionado indústria	Financiado badep	Valor adicionado indústria	Financiado badep	Valor adicionado indústria	Financiado badep
1970	66,99	46,14	26,65	50,48	5,58	3,38
1971	68,86	29,08	28,20	68,82	2,67	2,10
1972	69,61	34,23	25,72	57,23	4,41	8,35
1973	69,41	35,77	26,80	61,78	3,54	2,26
1974	63,77	63,91	33,83	32,67	5,03	3,24
1975	64,04	54,67	29,94	41,07	5,65	4,20
1979	47,91	31,06	44,18	55,00	7,63	14,66
1980	42,27	54,48	49,69	37,51	7,68	7,96

Fonte: Financiamento do BADEP extraído do quadro 5.In: (HIANKE, 1997: 71); Nota: O Valor Adicionado da Indústria na década de 70, extraído do Relatório do IPARDES

Alguns fatos importantes que merecem destaques. O primeiro é o fato que durante toda a existência do BADEP os membros de sua diretoria tinham como origem a Administração Pública ou o empresariado regional. A Diretoria era assim composta para atrair a confiança dos empresários paranaenses e trazer para dentro do banco, a experiência do mundo empresarial (AUGUSTO, 2017).

O segundo, era a existência de uma assessoria de relações públicas encarregada de cuidar da imagem do banco encarregada da promoção e divulgação responsáveis por produzirem material de divulgação e informações econômicas, culturais, políticas e sobre a infraestrutura do Paraná¹⁷, a fim de atrair investimentos para o estado. Estes materiais que eram produzidos em língua portuguesa e inglesa eram enviados a grandes empresas nacionais e multinacionais, e, também, para escritórios de representação de outros países (AUGUSTO, 2017).

O terceiro ponto que merece destaque, é o fato de existia no Banco uma Comissão de Desenvolvimento Municipal-CODEM que prestava assistência técnica as municípios, colaborando na elaboração de plano diretores e financiando a

¹⁷ Os prospectos destacavam os recursos naturais e as vantagens econômicas do Estado. Informava as oportunidades de investimentos levantadas pelo corpo de técnicos do BADEP, por meio de seus estudos econômicos, sobre o mercado de trabalho; a qualificação da mão-de-obra; estimativa do crescimento econômico.

infraestrutura de diversos municípios como, Apucarana, Boa Vista, Foz do Iguaçu, Leônidas Marques, Maringá, Paranaguá, Três Barras, Santa Lúcia, entre outros .O BADEP colaborou com os municípios para a formação de aprimoramento da capacitação de profissionais aptos a trabalharem na administração pública.

Estas três características aproximavam o Badep e o Badesc, na medida em que o Estado de Santa Catarina também buscava nomear nomes ligados a indústria do Estado para aproximar o BADESC aos empresários. O Badesc também desenvolveu materiais de estudos econômicos e de divulgação a fim de atrair capitais externos ao estado, inclusive em língua inglesa. E também, posteriormente, já na década de 1990, quando o badep já estava extinto, o banco de desenvolvimento de Santa Catarina direcionou seus esforços a infraestrutura e modernização dos municípios catarinenses

O Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná- Badep, teve sua liquidação extrajudicial solicitada ao Banco Central pelo próprio Governador do Paraná Álvaro Dias (PMDB, 1987-1991), em 1990. Às vésperas de sua liquidação o banco estava em primeiro lugar entre os bancos de desenvolvimento nos quesitos operações de recursos, operações aprovadas e demandas potenciais. A situação começou a piorar em 1989 com a necessidade de socorro ao Banco Central para fechar as contas por meio de operações overnight, que ficaram mais frequentes, que aliada a questão da dualidade de instituições financeiras do estado serviam de argumentos para o Banco Central incentivar a liquidação da instituição (AUGUSTO, 2017).

Para garantir a sua liquidez, o banco celebrou no ano de 1989 um empréstimo com o banco central de 60 milhões de cruzeiros pelo prazo de três meses. Sem conseguir honrar com o compromisso e com uma liminar da prefeitura de Curitiba que suspendia o pagamento da sua dívida junto ao Badep, o banco foi obrigado a negociar com o Banco Central um novo empréstimo, chamado de Programa de Recuperação Financeira- PROREF. Dentre as condições para a celebração deste contrato estava, estava um plano de recuperação, que foi firmado entre o BADEP, o BANESTADO e o Estado do Paraná, no qual incluía o compromisso de o Banestado absorver o Badep, transformando-o em uma carteira de desenvolvimento. Esta absorção deveria ocorrer no prazo de um ano (AUGUSTO, 2017).

Em decorrência do cenário econômico vivido no final da década de 1980 e início da década de 1990, o pagamento de parte dos mutuários do banco estavam atrasadas, em decorrência da dificuldade econômicas vivida naquele período. O volume de passivos a receber alcançava o montante de US\$ 500 milhões, e a maioria das operações em atrasado eram quitadas com alguns meses de atraso¹⁸. Entretanto, o banco possuía algumas operações em inadimplência consideradas crônicas, pelo volume de recursos envolvidos e pela dificuldade de sua cobrança. Existiam três grandes devedores neste enquadramento, a Prefeitura Municipal de Curitiba, responsável pela dívida da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), a Prefeitura Municipal de Londrina, responsável pela dívida da Companhia de Desenvolvimento de Londrina (CODEL), e a Usina Central do Paraná pertencente ao grupo Atala uma devedora privada¹⁹. Uma situação parecida a vivenciada pelo BADESC.

A situação em relação as duas primeiras devedoras se tornaram mais grave em virtude das alterações promovidas pelo Banco Central, nas normas de provisão para créditos duvidosos, por meio da Resolução 1.748, na qual os bancos foram obrigados a lançar em prejuízo as operações com a Administração Pública em atraso há mais de 360 dias e não renegociadas. O lançamento destas operações em prejuízo faria com que o banco apresentasse um patrimônio líquido negativo, o que por sua vez justificaria o a liquidação extrajudicial pelo Banco Central.

Diante desta situação, a área técnica do banco buscou renegociar estes contratos a fim de evitar a liquidação do Banco. Depois de diversas tratativas entre governo do Estado e prefeitura, foi assinado um acordo de renegociação das operações, no qual a prefeitura de Curitiba assumiu 40% da dívida, mas de forma inesperada e inexplicada o Governo do Estado dois dias após a assinatura do acordo fez um pedido para o Banco Central liquidar o BADEP, rasgando o acordo que ele mesmo havia sugerido. Esta decisão política buscou alinhar o governo do Paraná com as diretrizes neoliberais do governo federal. (AUGUSTO, 2017)

Outra explicação dada para a sua liquidação é o fato do banco enfrentar opositores políticos e empresarial, em especial do Norte d Paraná, região de Londrina que julgavam que a ação do Badep foi prejudicial à industrialização do

¹⁸ Em contradição a esta situação, o BADEP era considerado o mais eficiente entre seus pares e devedor de menos de US\$ 200 milhões já incluídos todos os empréstimos do Banco Central, contratados para manter seu nível de liquidez.

¹⁹ Apesar desta inadimplência, em 1990 o BADEP foi citado na mensagem do governo à Assembleia por ter propiciado a criação de 20 mil empregos e contribuindo para o crescimento de uS\$ 144 milhões na arrecadação de imposto sobre circulação de mercadorias.

norte do Paraná, tendo inclusive uma proposta, não aceita, no ano de 1983 para incorporá-lo ao Banco do Estado- Banestado.

Ao lado disso, ainda existia a questão da dualidade que existia entre o BADEP e o BRDE, que o Banco Central queria eliminar, assim como o Estado do Paraná. Inclusive foi criada uma comissão em 28 de dezembro de 1990 e instalada em 7 de janeiro de 1991 para analisar a solicitação enviada à Assembleia Legislativa do Paraná pelo Governo do Estado, para que este se retirasse do BRDE. Nesta solicitação, em seu artigo 2º, foi proposto que o acervo líquido do BRDE, correspondente ao Estado do Paraná, fosse integralizado ao patrimônio do BADEP²⁰. Em 23 de janeiro de 1991, o governo conseguiu autorização da Assembleia para encaminhar a solicitação oficial de liquidação do BADEP ao Banco Central, depois a apresentar um documento justificando de forma confusa e contraditória necessidade de medida, que, no entanto, continha apoio do governador eleito Roberto Requião (PMDB 1991-1994) Apenas 23 dias após a apresentação desta proposta o governo do Paraná solicitou ao Banco Central a liquidação do Banco²¹ (AUGUSTO, 2017).

Com o processo de liquidação do banco, a carteira de crédito e o próprio FDE foram transferidos ao Banco do estado do Paraná- Banestado, até a sua privatização. O processo durou 24 anos, sendo encerrado em 30 de julho de 2018, quando foram aprovadas pela Assembleia Legislativa do Estado, a prestação de contas do processo de liquidação, e por consequência foi firmada a sua extinção. Do processo de liquidação resultou na transferência de imóveis no valor de R\$ 55 milhões, do saldo remanescente do banco de R\$ 3,5 milhões e mais R\$ 25 milhões em dinheiro. Além disso, o Estado do Paraná recebeu uma carteira de créditos vencidos com aproximadamente 500 contratos, que foram remetidos a Procuradoria Geral do Estado do Paraná para a continuidade da cobrança judicial. (AUGUSTO, 2017)

Duas grandes operações destinados a montadoras de veículos marcam a história do Fundo de Desenvolvimento econômico. A Renault do Brasil Automóveis S.A. celebrou com o fundo diversas operações de créditos que somadas atingiram a

²⁰ A liquidação do BRDE chegou a ser decretada pelo Banco Central com a estipulação do prazo de 12 meses para a sua extinção. Mas após negociações foi transformada em regime de administração especial,

²¹ Magalhães cita a existência de um documento no Banco Central no qual o Banco Mundial defende a extinção dos bancos de desenvolvimento, com apoio a existência de bancos múltiplos. Esta ideia precipitou a extinção do BADEP.

espantosa cifra R\$ 8.770.412,70, que foram contratados com prazo de pagamento de 10 anos, sem correção monetária, juros ou encargos. Além destes, o fundo adquiriu 40% de participação no capital social da Renault do Brasil, no valor de 136.208.470,00. Em outra operação menor, o FDE liberou financiamento à Volkswagen do Brasil Ltda. no valor R\$ 137.030.396,00, com prazo de pagamento de 26 anos, a serem pagos em parcela única, sem correção monetária, sem juros ou qualquer outro encargo.

2.3 CRIAÇÃO DA AGÊNCIA DE FOMENTO

Com a privatização do Banestado, a carteira de crédito de longo prazo, que contava com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico, foram transferidos para a Agência de Fomento do Paraná, que foi instituída pela lei 11.741 de 19 de junho de 1997, e autorizada a funcionar pelo Banco Central em 08/11/1999. Posteriormente transformada em Agência de Desenvolvimento do Paraná é uma instituição financeira de economia mista, cujo capital majoritário pertence ao Estado do Paraná. Atualmente a agência opera com apoio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento, por meio de programas destinados ao setor público como o Sistema de Financiamentos aos Municípios do Paraná (SFM), destinado a melhorias na infraestrutura nos municípios, como pavimentação de ruas, e melhorias dos aparelhos públicos como escolas, creches, equipamentos rodoviários entre outros (AUGUSTO, 2017).

A agência, também é responsável pela operação do Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM) e pelo Fundo de Aval Rural (FAR), além de da atribuição histórica de Gestão do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE)

E ainda, em virtude da liquidação do Banestado, coube a agência a gestão e cobrança dos ativos pertencentes ao Estado do Paraná oriundos do processo de monetização.

2.4 BRDE- BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL

Durante a década de 1950, as ideias desenvolvimentistas ganharam força perante as forças políticas e sociais dos três Estados do Sul, conscientes que o desenvolvimento econômico não poderia ficar a cargo tão somente do Governo Federal, começaram a formular metas e programas a fim de alavancar o desenvolvimento, de forma a diminuir as desigualdades regionais aprofundadas pelo

plano de metas. Entretanto, para a execução de seus planos os três Estados do Sul encontrariam um obstáculo de difícil superação, a origem dos recursos para o financiamento dos seus projetos. Dentro deste contexto e aliado, a fundação de secretarias de planejamento e bancos estaduais ou de desenvolvimento, é que surge a ideia de fundação de um banco regional de desenvolvimento, pertencente aos Estados do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. (FONSECA, 1988)

Isto, também ocorreu, por conta das políticas de restrição ao crédito adotada pelo Banco do Brasil e pelos bancos privados, por consequência da crise econômica que se passava. Até mesmo o BNDE restringia o crédito a somente aos grandes projetos.

Aliado a isso e sobre a influência do impacto causado pela publicação de Franklin de Oliveira, intitulada de Rio Grande do Sul: Um Novo Nordeste, em 1958, que comparava a economia gaúcha com a nordestina e destacava o encolhimento da indústria gaúcha, que também, influenciou os Estados do Paraná e de Santa Catarina, implicou na criação de uma instituição voltada ao financiamento das atividades produtivas nos três estados. Ainda no início da década de 1960, os governadores do Convênio Bacia do Paraná-Uruguaí, levaram a proposta da criação de uma instituição financeira voltada ao financiamento de atividades produtivas, nos Estados em que fazia parte, como Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás. Entretanto a proposta não seguiu em frente, primeiro pela resistência do governo Federal em criar uma nova instituição financeira, em segundo, por São Paulo, Estado com maior economia e com maior parque industrial, divergir quanto a tipo de estrutura de banco, em que prefeririam na forma de banco comercial, diferentemente dos demais que tinham como propósito um banco de desenvolvimento.(FONSECA, 1988)

Diante disso, aproximadamente um ano depois os três governadores do Sul, Leonel Brizola do Rio Grande do Sul, Celso Ramos de Santa Catarina e Ney Braga do Paraná, se reuniram novamente nos dias 23 a 25 de março (1961) na denominada Reunião de Florianópolis, com Jânio Quadros (Presidente da República) para apresentar o aprofundamento das desigualdades regionais, na presença dentre outras pessoas de Franklin de Oliveira e Pery Pinto Diniz da Silva. Durante o encontro foram apresentadas, ainda a proposta de criação de um conselho e de um banco de desenvolvimento dos três Estados. Ao contrário de JK,

Jânio Quadros recebeu muito bem a ideia, principalmente pelas divergências regionais e defeitos de crescimento econômico de o plano de metas causara.

Apenas quatro meses após a reunião de Florianópolis, em julho de 1961 os três governadores voltaram a se reunir, e no dia 15, foi assinado o Convênio e os atos constitutivos que criaram o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul- CODESUL e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul- o BRDE. Em seus atos constitutivos, deixa-se bem claro a necessidade da criação e do envolvimento das autoridades locais para a promoção do desenvolvimento:

O documento ainda previa a competência do CODESUL; 1)efetuar o levantamento socioeconômico da região, estudar seus problemas, equacionar e propor soluções, visando, sob a égide da paz social, aos superiores interesses do país e da região, 2)formular diretrizes da política de desenvolvimento regional, em consonância com os planos nacionais e em coordenação com os organismos estaduais de planejamento, 3)zelar, sugerindo medidas adequadas, para que o intercâmbio econômico, inter-regional e com o exterior, venha a permitir a justa retenção e fixação da Região dos rendimentos do trabalho por parte das populações locais, como fator positivo para o desenvolvimento regional.

Eram prioridades para a concessão de financiamento no BRDE:1) Investimento em infraestrutura de interesse regional, 2)projetos especiais agropecuários, de colonização e de reforma agrária, 3)a exploração de recursos minerais, 4)o desenvolvimento industrial, investimento na pequena e média empresa, a expansão reequipamento das indústrias existentes, a instalação de novas indústrias, notadamente as que utilizem a matéria-prima local, e outras de caráter pioneiro, 5)construção e ampliação de armazéns, silos, matadouros e frigoríficos, 6)a constituição e ampliação de empresas para a exploração de serviços de utilidade pública, 7)serviços de interesse regional e 8)financiar os estados membros para a execução de obras e serviços públicos, inclusive de caráter educacional técnico para o desenvolvimento.

Assim, em 15 de dezembro de 1962, por meio do decreto nº 51.517, foi autorizado o funcionamento do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, que embora, tenha enfrentando um grande desafio político, defendendo uma proposta de desenvolvimento regional, enquanto a acumulação de capital ganhava proporção nacional, veio a cumprir o seu papel no fomento ao desenvolvimento das atividades econômicas nos três Estados do sul, propiciando a criação de setores

regionais, deixando de lado a restrição aos setores mais dinâmicos da indústria e um espaço no protagonismo industrial brasileiro, até então restrito ao centrismo do Estado de São Paulo. (FONSECA, 1988)

Apesar da instalação do banco efetivar-se poucos dias após sua autorização de funcionamento ter sido expedida, no dia 22 de dezembro de 1961, as operações do banco somente iniciaram no último trimestre de 1962, haja vista, todo o período anterior ter sido utilizado para a organização estrutural do banco, que foi liderada pelo seu primeiro presidente Pery Pinto Diniz da Silva. Posteriormente para contratação dos demais funcionários do banco foi decidido que o ingresso no banco se daria somente por concurso público. (FONSECA,1988)

Para a formação de capital do banco e como forma de obtenção permanente de recursos, ficou decidido que cada Estado contribuiria com 1% da receita tributária anual e a União com 10% do Acordo do Trigo. Dos três Estados somente o Rio Grande do Sul contribuiu regulamente com parte que lhe cabia. E os recursos advindos do acordo do Trigo somente chegariam ao BRDE em 1964, muito por conta da pressão exercida por outros governadores, liderados por Minas Gerais e São Paulo, que discordavam do repasse.

Mesmo diante de muitas dificuldades iniciais, já em 1962 o recém-criado BRDE, formou seu primeiro contrato de financiamento com a empresa Irmãos Krolkowski S/A., que foi a primeira indústria de disjuntores do Brasil, que passou de uma prestadora de serviços a assistência para uma indústria de disjuntores para geradores. (FONSECA,1988)

E a partir de 1965 o BRDE passou a operar com linhas de financiamento como o FINAME- voltado ao financiamento de máquinas e equipamentos de produção nacional, operada por todas as instituições financeiras, FIPEME-exclusivo dos bancos de desenvolvimento, voltado às pequenas e médias empresas, principalmente no financiamento de investimentos fixos, seja de expansão ou implementação, que eram linhas de crédito oferecidas pelo BNDE, e o FUNDECE – voltado ao financiamento de empresas industriais para aporte de capitais no caso de abertura para novos acionistas, era gerido pelo Banco do Brasil, e destinado somente aos bancos de desenvolvimento. O BRDE passou a ser o principal repassador de recursos do BNDE. (FONSECA, 1988)

CAPÍTULO 3 - PRIMEIRA METAMORFOSE: FOMENTO AO SETOR PÚBLICO (1972-1982)

3.1 UM NOVO AGENTE FINANCEIRO

Neste primeiro período pode-se observar uma preocupação em estruturar o Badesc na forma do modelo de um banco de desenvolvimento, previsto na Resolução de nº 93/68 do Banco Central¹ e de acordo com instruções do Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento. Esta construção tinha com fundamento diretrizes para o desenvolvimento econômico traçadas pelo II PND. O governo estadual promoveu sob liderança do Governador Antônio Carlos Konder Reis uma reforma administrativa a fim de alinhar os projetos estaduais aos projetos federais. Esta tarefa era desenvolvida pelo Cede- Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico, que havia sido instituído pela Lei ° 5.089/75, e que tinha como função, assessorar o governador na formulação da política econômica e, em especial, na coordenação das atividades das secretarias integrantes da área econômica, segundo a orientação geral definida no Plano de Governo. Assim a nova instituição, o BADESC, estava sendo formada de acordo com este alinhamento. Este entrosamento político, vivido durante o regime militar, facilitou a constituição e capitalização da instituição.

A busca por fontes de recursos para a capitalização do banco e utilização na forma de repasse demandou um grande esforço por parte dos membros da diretoria, de modo que esta tarefa era distribuída entre os seus membros. Neste período foram criados critérios para concessão de empréstimos e financiamentos de acordo com o previsto na resolução nº 93/6822, que iam além da constituição de garantias e análise da capacidade de pagamento²³ (ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA, 1975).

²²O Artigo 1 da resolução nº 93/68 caracteriza os bancos de desenvolvimento.

I - Os bancos estaduais ou interestaduais de desenvolvimento (a seguir mencionados abreviadamente "bancos de desenvolvimento") são instituições financeiras de âmbito regional, sob controle, isolado ou conjunto, de governos estaduais, especializadas em operações a médio e longo prazos, para suprimento de capital fixo ou de movimento, mediante aplicação de recursos próprios ou de terceiros, com vistas ao desenvolvimento econômico-social das respectivas áreas de atuação. Além do suprimento de recursos financeiros, compreendem-se no âmbito de atividades dos bancos de desenvolvimento a garantia de operações de crédito e a prestação de assistência técnica direta para a formação e o aperfeiçoamento de pessoal especializado, visando ao preparo e à execução de projetos de desenvolvimento e de melhoria de produtividade

²³ 2- Conforme Capítulo V da resolução 394/76, em seu artigo 14. Os bancos de Desenvolvimento devem efetuar adequada análise técnica, econômica, financeira e jurídica do projeto ou empreendimento a ser beneficiado, como medida preliminar à concessão de apoio financeiro.

Parágrafo Único. As análises efetuadas devem evidenciar os seguintes requisitos mínimos:

Para a construção de uma política pública creditícia, em linha com aquela desejada com o governo do Estado, a diretoria do banco buscou uma aproximação com o Vice-Governador do Estado Sr. Marcos Henrique Buechler e o Secretario do Estado da agricultura Sr. Victor Fontana, que era ligado ao Grupo Sadia. Desde o surgimento do banco, há uma inserção política não somente para marcar o alinhamento da instituição com o governo, mas também, como forma de comprometê-lo com o sucesso do banco. Atos de celebração de contratos e convênios eram realizados no Palácio Cruz e Souza (antigo Palácio do Estado), como forma de marcar a presença do Governador, a exemplo da celebração do contrato entre o Badesc e o Banco Nacional de Habitação (ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA, 1975).

Outro fato importante a ser referenciado é o encaminhamento pelo presidente do Badesc ao senhor Governador do Estado de Santa Catarina, que exercia a função de presidente do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico, a correspondência PRESI/APLAV 125-75, na qual solicitou o enquadramento dos programas a serem desenvolvidos pelo BADESC como objetivo prioritário do governo, bem como apoio institucional e a participação nos custos dos estudos preliminares para a elaboração dos projetos a serem desenvolvidos pelo banco ⁷. (ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA, 1975)

Desde o início do seu funcionamento já existia no banco uma preocupação com a situação dos distritos industriais de Santa Catarina, tanto que o banco designou o Senhor Antônio Mário de Queiroz chefe da assessoria de planejamento e avaliação, para representar o banco em um grupo de trabalho, constituído de representantes de diversas entidades da administração direta e indireta do Estado, com a finalidade diagnosticar a situação dos distritos industriais de Santa Catarina. Para colaborar com esta tarefa, no ano 1976, técnicos do BADESC estiveram em Porto Alegre na sede da SUDESUL- Superintendência de Desenvolvimento do Sul para sondagem da possibilidade de contratação da

-
- a) Existência de mercado para os bens/ e ou serviços a serem produzidos.
 - b) Exequibilidade técnica do processo de produção e disponibilidade dos fatores necessários.
 - c) Rentabilidade operacional do empreendimento
 - d) Viabilidade do esquema financeiro e segurança de dissipabilidade dos demais recursos
 - e) Capacidade de pagamento do beneficiário
 - f) Garantias suficientes
 - g) Capacidade empresarial do grupo empreendedor

Ficha cadastral satisfatória.

Fundação Getúlio Vargas para elaboração de uma Sondagem da Conjuntura do Setor industrial da Região Sul. (ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA, 1975-1976)

Estes projetos marcariam uma tarefa muito importante que foi desenvolvida pelo banco dentro deste primeiro período: o planejamento. O Badesc procurou estabelecer programas de acordo com segmentos econômicos, que já tinham um destaque na economia Catarinense, para isso, buscou colaboração de órgãos como o CEAG e instituições como o SUDESUL, a Secretaria de Indústria e Comércio, do BNDE e do PROCAPE- Programa de Capitalização de empresas. No decorrer dos trabalhos foram elaborados estudos e programas industriais de maior viabilidade econômica, dentro daqueles setores considerados mais rentáveis, como o ramo químico, de minerais não metálicos, para a indústria plástica e de embalagens, de material elétrico, de comunicações, olarias, serrarias, pisos e azulejos e um programa voltado para as micro e pequenas empresas. Este último programa contou com a participação da FUCAT- Fundação Catarinense do Trabalho, que além da participação técnica, colaborou financeiramente para a construção do programa. 24. (ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA, 1975-1976)

3.2 A BUSCA DO *FUNDING*

Com a formação da primeira diretoria e com aproximação desta com o Vice-governador do Estado foram discutidos os primeiros assuntos administrativos do banco e se deu início aos trabalhos de inserção do BADESC no Sistema Financeiro Nacional. A pouca disponibilidade de recursos foi o tema principal da diretoria nos anos seguintes, que para contornar esta dificuldade, buscou credenciar o novo banco como agente repassador de recursos dos bancos federais como: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Banco Nacional de Habitação, a Caixa Econômica Federal, ao Banco Central do Brasil e aos programas por eles

²⁴ 2- Conforme Capítulo V da resolução 394/76, em seu artigo 14. Os bancos de Desenvolvimento devem efetuar adequada análise técnica, econômica, financeira e jurídica do projeto ou empreendimento a ser beneficiado, como medida preliminar à concessão de apoio financeiro.

Parágrafo Único. As análises efetuadas devem evidenciar os seguintes requisitos mínimos:

- h) Existência de mercado para os bens/ e ou serviços a serem produzidos.
- i) Exequibilidade técnica do processo de produção e disponibilidade dos fatores necessários.
- j) Rentabilidade operacional do empreendimento
- k) Viabilidade do esquema financeiro e segurança de dissipabilidade dos remais recursos
- l) Capacidade de pagamento do beneficiário
- m) Garantias suficientes
- n) Capacidade empresarial do grupo empreendedor
- o) Ficha cadastral satisfatória.

administrados. Outros fundos, administrados por outras instituições, também, foram objeto de credenciamento, como o Fundence- Fundo de Democratização do capital de Empresas, e o fundo administrado pela Agência Nacional de Financiamento Industrial. A tarefa de credenciamento foi distribuída entre os diretores do Badesc para dar mais agilidade aos processos, pois a diretoria tinha pressa para conseguir os recursos. Já em 04 de setembro de 1975 foi realizada uma reunião no Banco Central do Brasil-BACEN, a fim de credenciar Badesc imediatamente no Sistema Nacional de Crédito Rural, e neste mesmo mês, já havia uma delegação de técnicos do BACEN coletando “*In loco*” informações sobre o Badesc, a fim de viabilizar o seu credenciamento²⁵ (ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA, 1975).

Muito embora na lei de criação do BADESC houvesse a previsão de absorção da carteira de desenvolvimento do BESC, pois antes este era o banco de desenvolvimento do Estado, esta incorporação só veio a ocorrer em meados de 1976, depois de uma negociação envolvendo BADESC, BESC e a CODESC. Mas, mesmo com a incorporação desta carteira, os recursos eram insuficientes, pois grande parte da carteira de desenvolvimento existente no BESC em 1968, ano da entrada em vigor da Resolução nº 93/68 que proibiu a atividade concomitante de desenvolvimento e comercial²⁶, foi sendo liquidada ao longo de oito anos. Por conta disso, ainda no mês de maio de 1976, foi discutida pela diretoria a necessidade de levar a discussão na reunião da CODESC a necessidade de aumento de capital do Banco, com a integralização do valor autorizado para que se pudesse dar continuidade as operações em curso. A proposta de aumento de capital do Banco levada à CODESC era de mais 80 milhões de cruzeiros, o que significava mais que dobrar o capital até então integralizado pelo Estado, de 60 milhões de cruzeiros. Para realizar esta operação, foi feito um pedido de cooperação técnica ao BADEP-

²⁵ 2- Conforme Capítulo V da resolução 394/76, em seu artigo 14. Os bancos de Desenvolvimento devem efetuar adequada análise técnica, econômica, financeira e jurídica do projeto ou empreendimento a ser beneficiado, como medida preliminar à concessão de apoio financeiro.

Parágrafo Único. As análises efetuadas devem evidenciar os seguintes requisitos mínimos:

- a) Existência de mercado para os bens/ e ou serviços a serem produzidos.
- b) Exequibilidade técnica do processo de produção e disponibilidade dos fatores necessários.
- c) Rentabilidade operacional do empreendimento
- d) Viabilidade do esquema financeiro e segurança de dissipabilidade dos demais recursos
- e) Capacidade de pagamento do beneficiário
- f) Garantias suficientes
- g) Capacidade empresarial do grupo empreendedor
- h) Ficha cadastral satisfatória.

²⁶ 2- Conforme Capítulo V da resolução 394/76, em seu artigo 14. Os bancos de Desenvolvimento devem efetuar adequada análise técnica, econômica, financeira e jurídica do projeto ou empreendimento a ser beneficiado, como medida preliminar à concessão de apoio financeiro.

Banco de Desenvolvimento do Paraná, já que esta era a primeira operação deste tipo, do banco recém-criado²⁷(ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA, 1975-1976).

Para atender esta demanda e como forma de atrair mais capital para o banco, o Estado e a CODESC realizaram uma oferta pública de novas ações no valor de 60 milhões de cruzeiros, que atraiu a participação de diversas pessoas físicas. Entretanto, a oferta particular das novas ações não foi capaz de captar recursos suficientes para o desenvolvimento dos objetivos do banco e por conta disso, o Estado de Santa Catarina buscou um financiamento junto do BNDE para realizar o aumento de capital do Banco. O Banco buscava constantemente aumentar seu capital social por meio da emissão de ações do seu capital autorizado, e a continuidade do processo de capitalização do banco era uma condicionante básica para o alcance dos objetivos que ensejaram sua criação. Neste período, os bancos de desenvolvimento estavam amarrados a limites operacionais impostos pelo Regulamento nº 394, de 03 de novembro de 1976, do Banco Central que redefiniu e disciplinou a constituição e funcionamento dos bancos de desenvolvimento de acordo com o montante do capital realizado e suas reservas, que em seu artigo 30, limitava a responsabilidade perante terceiros a quinze vezes o montante do capital realizado e reservas. (ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA, 1975-1976).

Tabela 5 - Evolução da Capacidade de Endividamento no Período

Período	Patrimônio Líquido (Cr\$)	Patrimônio Líquido (US\$)	Limite de endividamento (Cr\$)	Limite de endividamento (US\$)
1975	61.508	6.781	307.543	33.907
1976	83.249	6.743	1.248.732	101.152
1977	124.587	7.885	1.798.813	113.848
1978	125.967	6.153	2.116.101	105.818
1979	320.016	7.524	4.894.317	115.079
1980	426.845	6.647	7.395.639	115.178
1981	1.069.428	8.526	16.041.420	127.901
1982	2.739.675	11.188	41.095.125	167.831

Fonte: Relatórios da Administração 1975-1982

²⁷ 2- Conforme Capítulo V da resolução 394/76, em seu artigo 14. Os bancos de Desenvolvimento devem efetuar adequada análise técnica, econômica, financeira e jurídica do projeto ou empreendimento a ser beneficiado, como medida preliminar à concessão de apoio financeiro.

Parágrafo Único. As análises efetuadas devem evidenciar os seguintes requisitos mínimos:

- a) Existência de mercado para os bens/ e ou serviços a serem produzidos.
- b) Exequibilidade técnica do processo de produção e disponibilidade dos fatores necessários.
- c) Rentabilidade operacional do empreendimento

Os sucessivos aumentos de capital estavam alinhados com a estratégia do acionista controlador do Banco, que era a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina- CODESC, que dispunha de um plano de capitalização das empresas que constituíam o Sistema CODESC, no qual havia a destinação para subscrição e integralização de novas ações do banco da ordem de Cr\$ 32.000.000,00, conforme Expedientes DISUP-941 e 965/77 de 18 e 24/10/1977.

Muito embora, as fontes comuns de recursos do Badesc fossem de origem nacional, neste primeiro período do banco, em algumas oportunidades, foram oferecidas fontes de recursos externos, como em 12 de abril de 1976, em que o BADESC recebeu uma proposta do Banco Latino-Americano de Exportações S.A. para uma associação²⁸. Outra proposta recebida foi do Commerzbanck A.G., que fez uma proposta de repasse de recursos para o Badesc na forma da Resolução nº 063 do BACEN. O banco, também, recebeu um expediente do Bank of London and South América Ltda., em que aquela instituição informava que possuía em disponibilidade recursos para capital de giro e para financiamento de equipamentos, tecnologia e serviços. Nesta oportunidade a diretoria resolveu encaminhar o assunto a Codisc para apreciação.

O contato internacional viria, ainda, em outra oportunidade, em agosto de 1977, quando o banco recebeu a visita de um representante do COMMERCE BANK- da Alemanha Ocidental, que na ocasião comunicou que empresários alemães de pequeno e médio porte estariam interessados em investir no Brasil e em especial do Estado de Santa Catarina. Nesta oportunidade, o então diretor financeiro do BADESC entregou ao representante do banco alemão, um documento produzido pela Badesc denominado “Perspectiva de Investimentos em Santa Catarina”, que contava com uma versão impressa em inglês, que abordava assuntos relativos a investimentos e oportunidades no Estado. Como citado anteriormente, a produção de documentos, de estudos sobre a economia catarinense, fazia parte das atribuições do banco, que prestava apoio técnico a empresas interessadas em investir em Santa Catarina. Estes documentos/estudos atraía investidores, como a Hassen que tinha interesse em investir em PVC a partir do carvão mineral. Este trabalho de divulgação era feito a nível nacional e internacional, como o registro de participação do banco na feira internacional de HANNOVER, em 1979, que envolveu

²⁸ Por Motivos não Expostos na fonte de pesquisa, a diretoria decidiu não se associar

a participação da FIESC, SIC, ACESC e empresas convidadas a participarem²⁹(ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA, 1975-1979).

Além dos aumentos de capital, por meio da subscrição de novas ações, a CODESC realizava a reversão de dividendos para futuros aumentos de capital, como os dividendos do exercício de 1977, que foram reinvestidos no banco em 1978, na importância de Cr\$ 3.973.601,93. Neste ano, a CODESC fez, ainda, mais dois aportes de recursos um na ordem de CR\$ 3.600.000,00 e outro no valor de Cr\$ 10.000.000,00 de cruzeiros para aumentos de capital do Banco. Como dito, o processo de capitalização era contínuo e no ano 1978 o Conselho de Política Financeira do Estado de Santa Catarina autorizou o Governo do Estado a contratar mais uma operação com o BNDE no valor de Cr\$ 85.000.000,00 para um novo aumento de capital do banco. Diante disso, a diretoria do banco aprovou a proposta de aumento de capital do banco em Cr\$ 120.000.000,00 a fim de garantir aos acionistas minoritários, o direito de subscrição das novas ações.

Com os constantes aumentos de capital e aumento das contratações do banco, o BACEN realizou duas inspeções no Banco em 1978, a fim de averiguar a regularidade das operações de capitalização e de crédito do banco (ATAS REUNIÃO DA DIRETORIA, 1978).

No primeiro trimestre do ano de 1979 a necessidade de aumento de capital voltou a ser discutida na medida em que foram atingidos os limites operacionais do banco (de acordo com a Resolução nº 394), e da informação da celebração pela CODESC de um contrato com o BNDE no valor de Cr\$ 85.000.000,00 milhões para o aumento de capital daquela companhia. Este aumento contínuo de capital, também, estava relacionado a perda do valor da moeda frente aos altos índices de inflação³⁰. (ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA, 1979)

²⁹ Conforme Capítulo V da resolução 394/76, em seu artigo 14. Os bancos de Desenvolvimento devem efetuar adequada análise técnica, econômica, financeira e jurídica do projeto ou empreendimento a ser beneficiado, como medida preliminar à concessão de apoio financeiro.

Parágrafo Único. As análises efetuadas devem evidenciar os seguintes requisitos mínimos:

- a) Existência de mercado para os bens/ e ou serviços a serem produzidos.
- b) Exequibilidade técnica do processo de produção e disponibilidade dos fatores necessários.
- c) Rentabilidade operacional do empreendimento
- d) Viabilidade do esquema financeiro e segurança de dissipabilidade dos demais recursos
- e) Capacidade de pagamento do beneficiário
- f) Garantias suficientes
- g) Capacidade empresarial do grupo empreendedor
- h) Ficha cadastral satisfatória.

³⁰ A inflação no período 1975-1982, chegou a registrar 110% em 1980.

A Diretoria sempre estava atenta aos eventos financeiros do Governo do Estado e da CODESC, em virtude disto, a diretoria, em sua incessante busca por recursos propôs um aumento de capital para o Banco na ordem de Cr\$ 170.000.000,00 tendo em vista que a CODESC já havia adiantado ao banco Cr\$ 92.573.601,93, sendo Cr\$ 27.573.601,93 de recursos próprios e Cr\$ 65.000.000,00 decorrentes daquele financiamento e autorizado a reversão de dividendos no valor de Cr\$ 7.003.023,90 pertinentes ao exercício de 1978. Ao final deste processo, o banco tinha capital autorizado de Cr\$ 500.000.000,00. Mas integralizado somente Cr\$ 112.400.000³¹. Muito embora o processo de capitalização fosse importante para viabilizar operações com recursos próprios, o banco continuava atento aquilo que viria a ser sua característica mais marcante: uma instituição repassadora de recursos. Isso ocorreria paralelamente ao contínuo processo de capitalização, no qual, no ano de 1980, o Governo do Estado de Santa Catarina aportou mais Cr\$ 63.003.364,00, passando o capital do banco de Cr\$ 285.235.288,00 para Cr\$ 348.238.652,00, esta operação foi possível, novamente, por meio de uma linha de crédito obtida junto ao BNDE (ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA, 1975-1980).

Marcantemente, o maior desafio para o Badesc nestes seus primeiro 5 anos de existência, era a luta contínua por fontes de recursos, que envolviam não somente o banco, mas seu acionista controlador a CODESC e o Estado de Santa Catarina. Muito embora, o Badesc passasse por um contínuo processo de capitalização, este não era suficiente para manter a expansão das operações e garantir a lucratividade. Embora o lucro não fosse o objetivo, este era essencial para a manutenção da atualidade da atividade do banco e sua imagem perante a sociedade Catarinense. E este ponto veio a discussão em virtude da apresentação de prejuízos nos anos de 1979, 1980 e 1981.

Esta situação já havia sido objeto de atenção, pelo diretor das áreas administrativas e de operações rurais do banco, que quando da apresentação da proposta orçamentaria para o ano de 1981, havia declarado voto contrário, destacando que o Badesc necessitava ver aumentado seu capital social com um aporte do Governo do Estado, e de este deveria sensibilizar-se com o a tímida proposta de crescimento em torno de 32% dos valores médios contratados (CR\$

^{31 31} Na verdade, este aumento de capital foi uma imposição do banco central, conforme exposto em ata do conselho de administração.

6.500.000,00) do banco, em suas linhas de crédito, quando a inflação era superior a 100%. O pequeno aumento proposto levaria o Badesc a continuar operando no prejuízo (ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA, 1980).

Na oportunidade o diretor também destacou que o banco necessitava utilizar-se de todas as possibilidades, ora oferecidas, como tais, consórcios, fianças etc. fazendo crescer suas receitas de operações em volume pelo menos igual crescimento de seus custos e por via de consequência da inflação. Ainda lembrou que, o Badesc precisava fazer crescer suas receitas de operações em volume pelo menos igual crescimento de seus custos e por via de consequência da inflação. Por fim, anotou que o Badesc precisava portar-se na condição de Banco de Desenvolvimento, compostura de organização em crescimento, sem temores e complexos de inferioridade. Impondo-se diante do sistema Estadual e Nacional por meio de atitude corajosa, responsável e firme. (ATA DIRETORIA, 1980)

Estas duras críticas eram decorrentes da apresentação de uma peça orçamentaria, da qual o diretor julgava ser tímida, irreal, e incapaz de motivar o desempenho eficiente e edificante que todos desejavam. Depois destas críticas e a apresentação de prejuízo no primeiro trimestre de 1981, foi realizado um novo aumento de capital, com um aporte de recursos por parte do Governo do Estado de Santa Catarina, por meio de um empréstimo obtido no BNDE no valor de Cr\$ 100.000.000,00. Embora o desejo original da diretoria do banco fosse um aumento de capital de pelo menos Cr\$ 200.000.000,00 a CODESC aprovou o aumento de Cr\$ 120.000.000,00, passando o capital do banco Cr\$ 506.028.511,00 de cruzeiros para Cr\$ 626.054.605,00.

Em virtude do pedido inicial não ter sido atendido, três meses após este aumento, a CODESC manifestou o interesse em aumentar o capital do banco em mais Cr\$ 50.000.000,00 passando a ser de Cr\$ 676.064.742,00, e, antes do término do ano de 1981, em dezembro, a CODESC manifestou interesse em subscrever e integralizar novas ações no valor de Cr\$ 29.935.464,00. Elevando o capital social até Cr\$ 706.064.743,00, mediante a emissão de 30 milhões de novas ações. Mesmo diante desta expansão do capital e das operações, outras fontes de recursos foram contratadas, com destaque a do BNDE para a implantação de estrutura agrícola, que representava o novo foco do governo federal, e que refletia a continuidade da afinidade da instituição estadual com as federais (ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA, 1981).

Um marco importante na história do Badesc ocorre em 1980, quando inicia a captação de recursos por meio da emissão Certificados de Depósito Bancário- CDBs³². A captação de recursos no mercado por meio de CDBs (com prazo fixo) era feita por meio da BESCVAL- BESC Corretora de Valores, que recebia uma remuneração para prestar tal serviço. A captação de recursos via CDBs possibilitou uma explosão no número de operações e de valores do BADESC, tendo sido o ano de 1982, um dos melhores anos de contratações. Tudo isso ao lado do contínuo processo de capitalização, que em 1982, por meio da sua acionista CODESC, que subscreveu e integralizou mais Cr\$ 200.000.000,00 milhões de cruzeiros para a continuidade e expansão das operações. Em dezembro de 1982 o capital integralizado do banco somava Cr\$ 1.471.947.644,00 (ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA, 1980-1982).

3.3 O BANCO E A SOCIEDADE CATARINENSE

Além do desafio imposto à primeira diretoria, quanto a formação do capital social da instituição, uma outra questão muito relevante foi destacada por esta: a preocupação com a imagem do banco frente a sociedade catarinense. Esta preocupação levou o presidente da instituição a propor uma ação voltada a divulgar o trabalho desenvolvido pelo novo banco estatal por meio da imprensa. Para realizar esta tarefa foi atribuída à equipe de marketing a elaboração de um plano de divulgação, que incluía a visitação de Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias, nas principais praças do Estado. (ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA, 1975).

Este trabalho tinha como intuito não só apresentar o banco e divulgar suas linhas de crédito, mas também demonstrar o comprometimento com o desenvolvimento socioeconômico do Estado, por meio de ações concretas, comprometidas com a infraestrutura do Estado, como a sua participação em projetos de eletrificação rural promovidos pela ERUSC- Empresa de eletrificação Rural de

^{32 32} Artigo 28. Os bancos de desenvolvimento podem operar com recursos de terceiros provenientes de:

- a) Depósitos a prazo fixo, com ou sem correção monetária
- b) Operações de Crédito ou contribuições do setor público federal, estadual ou municipal
- c) Operações de crédito ou contribuições do setor público federal, estadual ou municipal
- d) Emissão ou endosso de cédulas hipotecárias, bem como endosso de títulos hipotecários previstos em lei para o crédito rural;
- e) Outras modalidades de captação, desde que autorizadas pelo Banco Central.

Santa Catarina, nos quais o banco participou com 10% do valor financiado³³. Neste plano de divulgação, foi estabelecido pela assessoria de marketing uma programação para a visita das principais empresas catarinenses, cujos nomes foram escolhidos por técnicos do banco com o objetivo de divulgar as linhas de crédito disponíveis para assisti-las financeiramente, de acordo com o seu segmento econômico.

A preocupação com a divulgação e a imagem do banco era renovada constantemente, de modo que em janeiro de 1976, o banco promoveu uma entrevista coletiva com a imprensa com a finalidade de apresentar as ações desenvolvidas em pouco menos de 6 meses de funcionamento. Além de apresentar o trabalho até então desenvolvido, outro objetivo desta entrevista coletiva era reforçar o comprometimento do banco como agente indutor do processo de desenvolvimento do Estado, demonstrando a participação efetiva do banco nos projetos estaduais. Neste período, o banco se mostrava muito articulado com as ações promovidas pelo Estado e com a CODESC a fim de facilitar a promoção e desenvolvimento de suas atividades. Sempre que possível o banco também se aproveitava das oportunidades trazidas pela forte cooperação do BESC, de modo que sempre que o BESC participava de um evento, o BADESC procurava estar junto, e quando o BESC negava a participação em um evento indicava ao BADESC a oportunidade de participação; como na Feira do Estado de Santa Catarina, ocorrida na cidade de São Paulo em que o Badesc se fez presente juntamente com Secretaria do Estado da Indústria e Comércio.

A participação em eventos, por vezes, só foi possível por conta das articulações promovidas pela diretoria do Banco. Muito embora a programação de visitas não tenha sido interrompida e tenha ocorrido em anos posteriores (1978), a fim de aumentar seu alcance ao público em geral, o banco optou por uma maior participação em eventos ao grande público para a sua divulgação, sendo esta uma constante nos anos posteriores. O banco participou de viagens com o Governador do Estado, festas regionais como a Festa da Maça em São Joaquim (1979), Exposição do Centenário de Criciúma, no 19º encontro socioeconômico São Paulo/Santa Catarina (1980), Seminário Internacional de Crédito Rural (1982) entre outras (ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA, 1975-1982).

³³ A criação destas duas instituições, o Badesc e a ERUSC marcariam o governo Konder Reis.

Esta preocupação em demonstrar as atividades que foram desenvolvidas, e o comprometimento com a sua missão de agente de desenvolvimento, por meio de ações afirmativas, indo até os empresários, fez com que o banco desse certo nesta época, atingindo seu pico de contratações em 1982.

3.4 A ESTRUTURAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O desafio de constituição de um banco de desenvolvimento neste período era tamanho, que a constituição do Badesc chamou a atenção de outros Estados e instituições, como do Banco do Estado de Goiás, que solicitou informações sobre a forma da sua constituição. Isso, já no primeiro mês de funcionamento do BADESC.

Além dos esforços iniciais para a formação do capital, divulgação das atividades do banco junto ao empresariado, outro grande desafio imposto foi criação de sua estrutura inicial e a formação técnica do seu corpo funcional³⁴. Os primeiros trabalhadores do Badesc foram treinados no BNDE, tendo em vista, a vasta experiência do corpo funcional deste banco que contava com mais de 20 anos de atuação. Mas além da cooperação técnica do BNDE, o corpo técnico do Badesc também recebeu treinamento em outros bancos de desenvolvimento, como o BADEP e da ABDE (Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento), além da cooperação em diversos setores dos trabalhadores do BESC³⁵. A cooperação técnica, entre o BADESC e outros estados e outros bancos de desenvolvimento, seria uma marca neste primeiro período de sua história, tanto que em 1976 o

³⁴ Este tema foi tratado em diversas reuniões que culminaram na elaboração de programas de qualificação anuais promovidos pelo banco

³⁵ Inicialmente, como o banco estava em formação, em diversas oportunidades foi necessária a cooperação técnica do BESC e de suas empresas subsidiárias. Diversos serviços do BESC foram utilizados nas áreas de processamento de dados, microfilmagem de documentos, malote e grafia, posteriormente do sistema de cobrança, do sistema de cadastro, que a exemplo, foi utilizado para a “checagem” da inidoneidade dos dirigentes empresariais que negociavam com o banco. Também, enquanto não era formado um departamento jurídico no BADESC, o BESC cedia seus advogados para assessoramento. Além dos serviços elencados, o BESC representava o BADESC fora do Estado, com suas agências em Curitiba, Brasília e Rio de Janeiro. Isto foi essencial para o pagamento dos CDBs emitidos pelo BADESC, que foram colocados no mercado por meio da BESCVAL- BESC Corretora de Valores, nos anos posteriores. A rede de agências do BESC foi utilizada pelo Badesc, também no interior do Estado a fim de facilitar suas operações. Somente após um estudo de viabilidade é que foram abertos escritórios de representação regionais no interior do Estado. Esta cooperação enquadrava-se no disposto no artigo 13 da resolução 394/76, que permitia a utilização da rede de agências de outras instituições financeiras para a execução de operações que estavam enquadradas nos objetivos dos bancos de desenvolvimento, mediante a lavratura de convênios específicos para a prestação de serviços, já que os bancos de desenvolvimento não poderiam manter agências. Neste período o Presidente da CODESC, que acumulava a função com a Presidência do BESC, o Sr. Jorge Konder Bornhausen, era quem comanda o Sistema Catarinense de Crédito, e o fato de exercer a presidência das duas instituições facilitava o entendimento que como o sistema deveria operar e cooperar para o desenvolvimento das atividades. As experiências anteriores, somada ao fato que seu pai também era banqueiro, facilitava o entendimento de como operar todo o sistema, de modo que foi a CODESC, a título de exemplo, que definiu o comissionamento da BESCVAL nas operações de distribuição dos CDBs do Badesc e das tarifas de custódia destes valores mobiliários pela BESCAM.

BADESC já atraía estagiários do BDRN- Banco do Desenvolvimento do Rio Grande do Norte para aperfeiçoamento profissional (ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA, 1975-1976).

Em seu primeiro ano, a instituição participou pela primeira vez do Congresso sobre o Intercâmbio Comercial com o Brasil que fora realizado no Rio de Janeiro e do XI Congresso Nacional de Bancos, com o intuito de se aproximar de outras instituições financeiras e se fazer inserido dentro do Sistema Financeiro Nacional. Os contatos gerados dentro destes eventos facilitavam a troca de experiências, principalmente com outros bancos de desenvolvimento estaduais. Também, o banco participava anualmente do Congresso Nacional de Bancos. Embora a diretoria apoiasse a participação em eventos, estas ações eram controladas, pois havia uma preocupação forte com o orçamento do banco relacionada remuneração de pessoal, e com a prestação de contas do dinheiro utilizado pelos trabalhadores em viagens a trabalho.

A fim de tornar mais eficiente a sua gestão o banco criou seminários internos para sua própria avaliação em 1976, buscando melhorar seus processos internos, principalmente quanto a uniformização dos procedimentos de análise de projetos, na medida em que novos trabalhadores eram contratados. Aliado a isso, estes seminários buscavam compartilhar conhecimentos adquiridos por trabalhadores que eram enviados para treinamentos fora do banco, que tinham vagas limitadas de 1 a 2 trabalhadores. Muitos cursos eram oferecidos ao banco, mas somente aqueles cujo objeto estava diretamente ligado as atividades do banco, eram por este financiados, como os cursos de Planejamento Agrícola promovido pela SUPLAN (1976) ligada ao Ministério da Agricultura e pela SUDESUL- Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul, realizado na Universidade Federal do Paraná, de Planejamento Agrícola II o Seminário sobre “ Mecanismos de contratação de Empréstimos e Financiamento em Moeda estrangeira .A participação nos cursos exigia dos trabalhadores a elaboração de um relatório que era apresentado à diretoria. No ano de 1977, devido ao programa de contenção e gastos, a diretoria resolveu suspender os programas de treinamento por um pequeno período (ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA, 1975-1977).

Entretanto, além da afinidade com os objetivos do banco, a participação em eventos e cursos, era condicionada à afinidade político-ideológica do Governo do Estado, que não aconselhava a participação dos trabalhadores em determinados

eventos. Como exposto na CIRCULAR CONFIDENCIAL N º14/77 em que o senhor presidente em exercício leu para os presentes, em uma reunião da diretoria, a Nota Circular nº 14/77 (confidencial), de 30 de abril de 1977, do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, a qual não aconselhava a participação de autoridades e solicitava que não fosse permitida a ida de servidores ou representantes ao 2º Congresso Brasileiro de Planejamento e ao 2º Seminário de Planificación de los Países del Cono Sur, nos períodos de 23ª a 26 de maio e de 26ª a 28 de maio em Curitiba, promovido pelo Instituto Brasileiro de Planejamento IBP.

Embora, não tenha sido cumprido todo o programa de treinamentos de 1977, devido à contenção de gastos, foi aprovado um novo programa de treinamentos para 1978, que promoveu a participação do banco por meio de seus trabalhadores em diversos eventos como:

- 1) XXII Congresso Brasileiro de Cerâmica;
- 2) Seminário de desenvolvimento de executivos da Administração Pública,
- 3) Seminário de Assuntos Jurídicos;
- 4) Curso de auditoria internada ABDE;
- 5) Participação de uma mesa redonda na ABDE com o BID, sobre o tema "Metodologia para a avaliação Econômica e Social de Projetos para as instituições financeiras de Desenvolvimento";
- 6) Seminário de Integração Nacional da ABDE;
- 7) Na participação no III Seminário de Planejamento em Bancos de Desenvolvimento;
- 8) No curso "Elaboração e análise de projetos. Seminário Nacional sobre Microempresas";
- 9) Curso de programador.

Sem motivos expostos, o banco deixou de participar do Seminário da ABDE- "O apoio integrado ao Setor industrial- O planejamento e execução da Análise Empresarial. Neste ano foi discutido dentro do âmbito interno do banco a aplicação prática do novo Programa Papel e Papelão, que viria a ampliar a atuação do Banco. Dando continuidade ao programa de aperfeiçoamento de pessoal, foi aprovado o programa de treinamento de 1979, mas o aspecto mais importante ocorrido neste ano foi a reestruturação do banco, com a criação e extinção de cargos, e com a criação de novos órgãos de forma a adequar a estrutura do banco ao Capítulo IV da resolução 394/76 do Banco Central, que tratava da organização administrativa, que em seu artigo 9º previa que os Bancos de Desenvolvimento deveriam dispor, obrigatoriamente, de setores especializados em :planejamento, análise, e acompanhamento de programas e projetos, auditoria

interna, serviços jurídicos, serviços financeiros (ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA, 1975-1979)

Durante este período diversos trabalhadores estavam matriculados em cursos de nível médio e superior ou exerciam o magistério. Em virtude disso, o próprio horário de trabalho ficava prejudicado, o que levou a diretoria a regulamentar o horário de trabalho e a compensação das horas. Quando autorizados pela diretoria, era possível a troca do horário de prestação do trabalho, sempre levando em conta o interesse do banco, quando a qualificação do funcionário.

Além dos treinamentos, a estruturação do banco por competências era outro desafio. Atendendo aos dispositivos legais, que determinavam estrutura mínima de um banco de desenvolvimento, foi criada uma estrutura interna que contava com um departamento de contenciosos (DEPCO), vinculado ao departamento jurídico, uma assessoria especial na área financeira (ASFIN) e outra na área de operações rurais (ASRUR), uma assessoria de operações de curso normal (ASCAM). O banco possuía em sua estrutura, ainda, uma gerência de acompanhamento (GERAC), um departamento de operações de curso anormal (DOCA), uma gerência financeira (GEFIN) e um departamento de cobrança (DECOB). Entretanto, a estrutura organizacional do Banco passou por uma nova reforma em setembro 1980, de forma a organizar melhor os departamentos e as competências internas do banco. Esta nova estrutura permitiu uma maior independência do banco, principalmente em relação à algumas estruturas que eram utilizadas do BESC, e facilitou a Implantação de sistema próprio de processamento de dados do banco, em 1982. A nova Estrutura Organizacional era mais desconcentrada e contava com uma diretoria colegiada composta por Assessoria de planejamento e avaliação (APLAV), com uma Consultoria Jurídica (COJUR), uma Secretaria Geral (SEGER), uma presidência composta por: Gabinete da presidência (GAPRE), uma Auditoria Interna (AUDIN), diretorias compostas por Coordenadorias regionais, uma área administrativa composta por um departamento administrativo (DEPAG) entre outros órgãos (ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA, 1975-1980).

Entretanto o que marcaria o ano de 1980, e os cinco primeiros anos da existência do banco seria a adoção de duas medidas que buscaram atualizar e agilizar os procedimentos operacionais e os serviços internos. A primeira, foi a criação de coordenadorias regionais estabelecidas de acordo com a vocação econômica de cada região. A segunda, dentro da área de atuação de cada

coordenadoria foram estabelecidas equipes de análise, acompanhamento e cobrança dos projetos financiados. Para composição das equipes foram selecionados técnicos com conhecimento da economia da região (ou do segmento econômico predominante na região) que passaram a atuar em regime de dedicação exclusiva. Esta formação estrutural simplificou os processos internos do banco, de modo a contribuir com a redução da burocracia e de custos do banco, que já contava com cento e sessenta e sete trabalhadores.³⁶ Esta reorganização continuou nos anos seguintes com a criação de novos departamentos, como o DELEB- Diretoria de Operações Industriais e Especiais. Gerência de Projetos de infraestrutura e saneamento. Gerência Jurídica de Contratação de Operações e Gerência de cobrança. Ao final deste processo de reorganização, em 1981, o Badesc recebeu um convite por meio de um telex enviado pelo Secretário Geral da Asociación Latino-americano de Instituciones Financieras de Desarrollo- ALIDE, para visitar o Banco Santander na Espanha e conhecer o seu sistema operacional sob auspícios do Instituto de Cooperacion Iberoamericanos-ICI (ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA, 1980-1981).

No último ano deste primeiro período, 1982, além da participação no Plano Nacional de Treinamento ABDE/BNDE, os trabalhadores do Badesc foram incluídos no Programa de treinamento do Sistema CODESC, o que demonstrava, mais uma vez, a afinidade do banco com o que era desenvolvido a nível nacional e estadual, neste período desenvolvimentista. (Atas de Reunião da Diretoria, 1982)

3.5 O FINANCIAMENTO A INDÚSTRIA

Neste primeiro período de atuação, entre os anos de 1975 e 1982, observa-se avanços e recuos no volume de crédito liberado no decorrer dos anos, mas que no fechando da série, há uma das maiores liberações de recursos na história da instituição no ano de 1982. Este movimento de retração e de expansão é explicado pela mudança da fonte de recursos, que inicialmente estava centralizada no BNDE e no Banco Central do Brasil mas que com a crise no ano de 1979, há uma mudança no padrão de captação de recursos, na qual a opção pela captação de recursos no mercado de capitais pela emissão de Certificados Bancários- CDBs (com prazo fixo), possibilitou um forte expansão de recursos a disposição do banco,

³⁶Ao completar 5 anos de existência o Badesc possuía 167 trabalhadores dos quais, 89 com instrução de nível superior, e 78 com escolaridade de 1º e 2º graus

que ao mesmo tempo que representavam uma maior autonomia do BADESC em relação a fontes de recursos de instituições federais, marcaria uma mudança no padrão de atuação, aproximando o BADESC ao modo de atuação de uma instituição privada, que cria dinheiro imaterial (direito a dinheiro) por meio de instrumentos financeiros, e passa a ser o guardião do dinheiro ocioso (poupanças). Esta mudança, também acarretou uma mudança no padrão da taxa média de juros cobradas nas operações, que passaram a flutuar de acordo com a preferência pela liquidez e condições do mercado financeiro, já que os recursos não eram mais subsidiados como no caso dos recursos advindos de instituições federais.

É oportuno lembrar que após 1950, houve no Brasil uma proliferação de bancos de desenvolvimento. Este movimento teve início com a criação do BNDE na década de 1950, e na década seguinte houve o surgimento dos primeiros bancos estaduais e regionais de desenvolvimento, a exemplo do BRDE, Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia em que se pode observar a constituição de uma rede estadual de bancos de desenvolvimento, no qual se inseriu o BADESC na década de 1970. Esta rede estava ligada à instituição Federal- BNDE, como fonte de recursos aos bancos estaduais e regionais. Esta tarefa era desenvolvida pelo BNDE por este ser o banco com acesso ao sistema de poupança compulsória chamado FAT- Fundo de Amparo ao Trabalhador responsável pelo acolhimento e administração dos recursos do PIS/PASEP e que tem parte de seus recursos direcionados ao banco para utilização na forma de crédito. Desta forma os bancos estaduais, que não tinham acesso direto aos recursos do FAT, credenciavam-se junto ao BNDES para atuarem como agentes repassados de crédito nos seus estados. Nesta operação, os agentes repassadores de crédito assumiam o risco da operação, pois era estabelecida uma relação de crédito e débito entre os bancos e não com o cliente destinatário final dos recursos. Somente as operações de maior valor eram contratadas diretamente com o BNDES.

Fazendo uma análise da série, pode-se caracterizar cada ano de atuação do banco e das operações desenvolvidas de acordo com a disponibilidade e fonte dos recursos. Como discutido anteriormente, todo o período analisado é caracterizado pelo contínuo processo de capitalização do banco. Desta forma no primeiro ano de funcionamento, 1975, como o banco não possuía muitos recursos, quase metade das operações tratava-se de avais e fianças, já que estas operações não geravam desembolsos de recursos. Assim, o banco iniciou sua trajetória, não

com a liberação direta de recursos, mas prestando garantia a terceiros liberadores de recursos, inclusive para instituições financeiras privadas, e como agente repassador do BNH/CURA/FIDREN, CEF e BNDES (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO, 1975).

Detalhando um pouco sobre as operações, no primeiro mês de funcionamento, em 26 setembro 1975, foi aprovada a primeira operação de financiamento do Badesc, contratado com a empresa Princesa do Sul Industrial Exportadora, de São Miguel do Oeste, com recursos do BNDE (Cr\$ 12.000.000.000,00 e FUNDESC CR\$ 25.000.000.000,00). No início das operações, tamanha era a fragilidade do seu capital, que a diretoria entendeu não ser oportuna a participação no financiamento do CONCATEX- Consorcio Catarinense de Exportação, justamente pela impossibilidade de assunção de novos encargos. As primeiras operações do crédito do banco, baseavam-se em quase a sua totalidade em repasse de recursos de outras instituições e de fundos, em especial daqueles administrados pelo BACEN, que liberou mais de CR\$ 39.000.0000.000,00 para operações e pela Caixa Econômica Federal, tanto para aquelas destinadas a interesses privados, como de interesse público como do PROCAZEM – Programa Catarinense de Armazenagem e do Projeto da Indústria Catarinense de Frutas S.A.³⁷. Além de financiamento por meio de repasse de recursos, o Badesc viria a ser tornar um importante agente financeiro para a prestação de fiança a Administração Pública junto a outras instituições financeiras, como em sua primeira operação deste tipo para a CELESC, no valor de pouco mais de Cr\$ 9.000.000.000,00, junto a uma indústria elétrica do México, e posteriormente para a COMCAP -Companhia de Melhoramentos da Capital junto a BESC financeira. Esta operação marcaria o início de algo muito comum para o banco, a troca de obrigações com o BESC³⁸ (ATAS DIRETORIA, 1975).

Além da importância de agente repassador de recursos o Badesc exerceria a função de agente promotor da elevação dos índices de produtividade dos programas de desenvolvimento rural, que dentre eles incluía armazenamento,

³⁷ O artigo 4 da resolução nº 394/76, dispunha que os objetivos dos bancos de desenvolvimento era proporcionar o suprimento oportuno e adequando dos recursos necessários ao financiamento, a médio e longo prazos, de programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social dos respectivos Estados da Federação onde tenham sede, cabendo-lhes apoiar prioritariamente o setor privado.

³⁸ Obs. O artigo 15 da resolução 394/76, vedava operar em aceites de títulos cambiários para a colocação no mercado de captais, instituir ou administrar fundos de investimento, realizar operações de redesconto.

transporte, beneficiamento, eletrificação, irrigação, mecanização, frigorificação, beneficiamento, industrialização de leite, indústrias rurais, pesqueiras, reflorestamento entre outras.³⁹

O intenso credenciamento do banco como agente repassador de recursos, de outras instituições em 1976, garantiu a disponibilidade de recursos para o financiamento dos projetos catarinenses a juros baixos, por meio de programas geridos pelo Banco Central neste período, como: 1) PRONAZEM, 2) FUNAGRI-Fundo Geral para a Agricultura e Indústria, 3) Programa de Financiamento de Equipamentos Comunitário de Conjuntos Habitacionais _ FINEC – FINEC (Subprograma de Financiamento de Equipamentos Comunitários Públicos – FIEP 4) Subprograma de financiamento de infraestrutura particulares FIEPAR 5) Programa de Financiamento para Urbanização de Conjuntos Habitacionais FINC-Subprograma de Financiamento de infraestrutura Geral FIEGE 6) subprograma de financiamentos de Infraestrutura de serviços industriais e de utilidade pública FISIP, na condição de agente financeiro do banco nacional de Habitação. 7) Credenciamento do Badesco como agente repassador de recursos da Embratur. 8) Iniciaram as operações conjuntas entre o BADESC e o PROCAPE (ATAS DIRETORIA, 1975).

O banco aderiu ao Programa Nacional de Pastagens e de novos programas como: Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte- PODEPE-do Banco Central, Nova dotação do Programa Nacional de Armazenagem. - BACEN, Programa Nacional do Alcool- PROÁLCOOL- BACEN, Projeto de Suinocultura-

³⁹ O Artigo 1 da resolução 394/76 caracteriza os bancos de desenvolvimento como instituições financeiras públicas não federais, constituídas sob a forma de sociedade anônima, com sede na Capital do Estado da Federação que detiver o seu controle.

Para atender os seus objetivos, o artigo 5º da resolução autorizava os bancos de desenvolvimento a apoiar iniciativas que visem a:

- I- Ampliar a capacidade produtiva da economia, mediante implantação, expansão e/ou realocação de empreendimentos;
- II- Incentivar a melhoria da produtividade, por meio de reorganização, racionalização, modernização de empresas e formação de estoques- em níveis técnicos adequados- de matérias primas e de produtos finais, ou por meio da formação de empresas de comercialização integrada.
- III- Assegurar melhor ordenação de setores da economia regional e o saneamento de empresas por meio da incorporação, fusão, associação, assunção de controle acionário e de acervo e/ou liquidação ou consolidação de passivo ou ativos onerosos.
- IV- Incrementar a produção rural por meio de projetos integrados de investimentos destinados à formação de capital fixo ou semifixo.
- V- Promover a incorporação e o desenvolvimento de tecnologia de produção, o aperfeiçoamento gerencial, a formação e o aprimoramento de pessoal técnico, podendo, para este fim, patrocinar programas de assistência técnica, preferencialmente através de empresas e entidades especializadas.

Bacen, Programa de Produção de Mudanças Frutíferas de clima temperado. -Bacen, Projeto de Produção de Aves Matizes- BACEN, Aderiu ao convenio com o CEBRAE/ABDE. O Badesc tentou, ainda, uma autorização do Bacen para operar junto ao BID e solicitou credenciamento junto ao Finep. Inicialmente, ambos foram negados. Além disso, desde o seu nascimento o banco estava atento às inovações de mercado e já em 1976 buscou informações como eram praticadas as operações de leasing com o BADESP-Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo. (ATAS DIRETORIA, 1975)

Desta forma em 1976 os avais e fianças corresponderam a pouco mais 10,00% das operações do banco, entretanto este tipo de operação triplicou em volume. Este ano marcaria o início das contratações com recursos próprios do Badesc, muito embora corresponderem a menos de 10,00% do volume de recursos liberados. Além da contratação com recursos próprios, ano de 1976 ficaria marcado pela forte expansão das contratações aproximadamente 14 vezes maior que o ano anterior. Este resultado foi possível graças ao repasse de recursos de instituições federais em especial do BNDES (35,00% do total de recursos), 11,00% FINAME, 15,00% Caixa Econômica Federal, 6,50% Bacen. Em maio 1977, a suspensão de operações com recursos do BACEN paralisou a contratação de diversas operações que estavam ao abrigo dos diversos programas geridos pelo Banco Central, dos quais o Badesc era seu agente financeiro, o que levou o banco a se preocupar ainda mais com a falta de recursos e com a necessidade aumento do seu capital (RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, 1976).

Em 1977, o banco passou a prestar colaboração financeira às empresas por meio de participação acionária. Por meio da BESCAM, Besc corretora de títulos e valores mobiliários, o Badesc contratou sua primeira participação no capital social de uma empresa a BATTISTELA Reflorestamento S.A.- MOBASA, no valor de Cr\$ 296.136,00. O banco intermediou o primeiro empréstimo para o governo do Estado de Santa Catarina com o BNH/FLIPAN, após a negativa do BACEN em autorizar o empréstimo do banco diretamente ao Estado. As operações de financiamento e intermediação de financiamento ao Estado e a Codesc marcariam os anos posteriores, sendo que esta interferia diretamente no Badesc a fim de financiar outras empresas do Sistema CODESC, como a CEASA- Centrais de Abastecimento do Estado, no qual o Badesc intermediava o enquadramento da operação em outros bancos (RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 1977).

O Badesc fez o papel de arranjador de recursos para projetos estatais, de empresas do Estado de Santa Catarina, tirando esta incumbência do Estado, como o financiamento a CODISC, para implantação de uma indústria de álcool a partir da mandioca, financiamentos a Celesc, Comcap, entre outras. Nestes anos o Badesc operava de acordo com as diretrizes estabelecidas pela CODESC, que tinha um conselho de política financeira, alinhado as políticas do governo federal. Por conta disso, havia uma centralização na formação das diretrizes de financiamento. (ATAS REUNIÃO DA DIRETORIA, 1977). E no Badesc havia uma centralização em sua diretoria para a liberação de operações, substituição de garantias, prestação de garantias em operações com bancos privados. Em 1977, o movimento de forte expansão se repetiu, agora com uma base de comparação maior, e o BACEN se tornando um grande repassador de recursos, multiplicando por seis vezes, o repasse de recursos, que significaria 24,00% das operações. A CEF contribuiria com 17,0% dos recursos contratados, e o BNDES com outros 21,60 % (RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, 1977).

Em 1978 há o primeiro movimento de retração no volume de contratações, com uma queda no volume de operações em torno de 16,00%. Isto se deve, a suspensão de repasses de recursos pelo BACEN e do BNDE. A redução nos repasses do BNDES foi em torno de 31,00%, a CEF apresentou uma queda em torno de 40,00%, o foi compensada em parte com o aumento das liberações com recursos próprios em torno de 55,00%. Entretanto outro fato preocupava e chamada a atenção dos dirigentes do banco, a inadimplência. As operações inadimplidas foram relatadas à CODESC. A inadimplência chamou, inclusive a atenção do Banco Central, que veio inspecionar o banco.

A partir de 1979 o processo recessivo visto na economia nacional, ainda como efeito do segundo choque do petróleo, começava a se acentuar. Frente a este quadro extremamente adverso, o Badesc, sentiu os efeitos da crise e das indefinições da política econômica federal, que passou a apostar na agricultura como meio de aumento das exportações e enfretamento da crise no balanço de pagamento. O impacto da suspensão de operações com recursos do Bacen e do BNDES no ano anterior, foram compensados com liberações da CEF, BNDE/POC/FINAC, BNH/Cura/Fidren e BACEN/PAGRI programa voltado à agricultura, que inicia suas liberações em 1979 e passa por uma forte expansão no ano seguinte. Os efeitos são imediatamente observados na diminuição dos

financiamentos para investimentos fixos. Em 1979, houve o ingresso em outras participações societárias como na Seara Brascarne Participações S.A. de Seara., de até 25,00% do capital votante, e nas empresas Santa Úrsula Florestal Ltda. Estas operações foram aprovadas pela CODESC, que passou a vigiar um pouco mais as operações desenvolvidas pelo banco, pois a inadimplência continuava a preocupar, lavando inclusive a promover uma reunião no BESC, com a presença do Badesc e do BRDE para a discussão sobre a situação de algumas empresas (ATAS REUNIÃO DA DIRETORIA, 1979).

Em 1980 há uma forte retomada na liberação dos recursos em virtude da política Federal e do Banco Central em apoiar a agricultura, a fim de incentivar um aumento das exportações, em virtude da grava crise que o país enfrentava em sua balança de pagamentos. A opção por apoiar a agricultura se deu por ser um produto de mais fácil exportação. Isso foi feito pela linha de Crédito BACEN/PAGRI, que dá um salto de Cr\$ 93.679.000,00 em 1979, para Cr\$ 1250.085.000,00 em 1980. A linha Finame foi retomada liberando 1.950.876 milhões de cruzeiros, frente a nenhuma liberação em 1979, a fim de incentivar as indústrias as exportações. Também houve aumento forte na linha BNH/CURA/FIDREN. Neste ano o Badesc contratou 364 operações de crédito no valor de Cr\$ 7.900.000,00 bilhões de cruzeiros o que significou um aumento de 554,60% sobre o exercício de 1979. Ainda neste ano, em virtude da suspensão das operações com Recursos BNDES e BACEN, o banco iniciou seu processo de captação de recursos no mercado de capitais por meio da emissão de CDBs a prazo fixo, o que possibilitou uma primeira arrancada no volume de contratações. O exercício de 1980 beneficiou o setor primário com Cr\$ 300.700.000,00 milhões de cruzeiros, correspondente a 3,8 % dos valores contratados e em contratação; o setor secundário com Cr\$ 2.700.000,00 bilhões de cruzeiros, correspondente a 34,2% e o setor terciário com Cr\$ 4.900.000,00 bilhões de cruzeiros, correspondente a 62,0%.

No setor secundário teve destaque o atendimento ao ramo alimentar que congrega a atuação das empresas agroindustriais. Este ramo de atividade beneficiou-se com 41,36% dos recursos contratados e em contratação no grupo tradicional. No grupo dinâmico, o banco atuou mais intensivamente nos ramos químicos e de minerais não metálicos, desenvolvendo uma nova atividade e fortalecendo, ainda mais, um ramo de tradição do Estado. No setor terciário, a atuação do banco teve maior destaque no ramo de prestação de serviços, que

engloba as prefeituras municipais nos seus projetos de saneamento básico, e em apoio à iniciativa privada, com especial ênfase na implantação de infraestrutura e serviços turísticos. (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO, 1980-1982).

Tabela 6 - Evolução das Contratações em 1980

Período	1979			1980			Var. (%) Valores correntes
Origem	Nº	Valores correntes	Em US\$	Nº	Valores correntes	Em US\$	
Avais e fianças	03	213.658	5.023	08	490.464	7.638	129,56
BACEN	24	112.247	2.639	55	1.756.493	27.355	1.464,85
BADESC (*)	55	132.761	3.121	102	897.451	13.976	575,99
BNDE	35	220.778	5.191	71	1.352.863	21.069	512,77
BNH	07	25.584	601	08	1.109.673	17.281	335,88
CEF	148	184.800	4.345	36	94.215	1.467	(96,15)
FINAME	12	17.766	417	41	1.950.876	30.382	10.880,96
FUNDECE	05	7.840	184	05	5.980	93	(31,11)
FUNGETUR	07	35.232	828	15	145.448	2.265	312,83
CNP	02	9.467	222	23	100	1	956,30
TOTAL	298	1.189.133	27.959	364	7.903.463	123.087	564,64

Fonte: Relatório da Administração 1979-1980

O ano de 1980 chama a atenção pela distribuição dos recursos, no qual o setor agroindustrial, de armazenagem e de eletrificação rural foram os grandes privilegiados no recebimento de recursos do Banco Central, seguindo as orientações da política econômica dos Governos Federal e Estadual. Contribuíram para a expansão vista neste ano, os recursos destinados a iniciativa privada, liberados pelo BNDE, e dos recursos liberados pelo Banco Nacional de Habitação para a execução de projetos públicos e de saneamento básico.

Tabela 7 - Projetos Contratados e em Contratação por Setor da Economia e Origem dos Recursos no Ano 1980

Origem	Setores						
	Primário	Em US\$	Secundário	Em US\$	Terciário	Em US\$	Total em US\$
Avais Fianças	-	-	155.180	2.416	335.284	5.221	7.637
Bacen	276.030	4.298	992.178	15.467	488.285	7.604	27.369
Badesc	24.670	384	141.332	2.201	731.449	11.391	13.976
Bnde	-	-	1.178.455	18.353	174.408	2.716	21.069
Bnh	-	-	5.924	92	1.103.749	17.189	17.281
Cef	-	-	34.865	542	59.350	924	1.466
Finame	-	-	74.344	1.157	1.876.532	29.224	30.381
Finep	-	-	-	-	-	-	-
Fundece	-	-	5.980	93	-	-	93

Fungetur	-	-	-	-	145.448	2.265	2.265
Cnp	-	-	91.424	1.423	8.576	133	1.556
Total	300.700	4.682	2.679682	41.744	4.923.081	76.647	123.073

Fonte: Relatório da Administração 1980.

Esta distribuição era coerente com o papel desempenhado pelos bancos de desenvolvimento cuja estrutura dirigia suas operações quase que exclusivamente para os setores secundários e terciário da economia. Também, era coerente com as políticas fixadas pelo Governo Federal e Estadual, orientadas para investimentos de poder multiplicador maior, gerando, conseqüentemente, benefícios sociais mais significativos.

Dentro da primeira série histórica, urge destacar alguns dados e fatos. Este seria o último ano da forte dependência de recursos federais. Em 1980, Badesco contratou operações no valor de Cr\$ 897.400.000,00 milhões de cruzeiros, com recursos próprios, correspondente a 11,36 % do total contratado. Nos primeiros 5 anos, o seu patrimônio líquido do Banco saltou de Cr\$ 61.500.000,00 milhões de cruzeiros para Cr\$ 426.845.000,00 milhões de cruzeiros, um aumento de aproximadamente 594,00%, o que lhe permitiu atender as demandas prioritárias de crédito, definidas pelo Estado. Em 1981 a emissão de CDBs tornaram-se a principal fonte de recursos, que junto com a contínua da liberação de recursos BACEN/PAGRI e FINAME, garantiram a continuidade das operações com uma pequena queda em seu volume total (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO, 1975-1980).

Uma operação que chama atenção dentro deste primeiro período foi o financiamento de empresas cujos recursos não seriam investidos dentro do Estado de Santa Catarina, como a participação em consórcio de bancos de Desenvolvimento, junto com BADESCO para financiamento a CESP- Companhia Energética de São Paulo, em 1981. Em 1982, atingiu-se a maiores contratações de sua história quase quadruplicando o volume do ano anterior, por meio do aumento exponencial da captação de recursos por meio de CDBs, em volume 10 vezes maior que o ano anterior e a aquisição de direito creditórios. De modo geral, houve um importante incremento nas linhas de crédito do banco conforme tabela nº 4. (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO, 1981-1982).

Tabela 8 - Liberação de Recursos por Fontes. Em dólares correntes.

Fontes	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Aval e Fianças	19.296	58.484	132.225	84.688	172.000	490.464	336.443	1.288.146
Bacen		34.233	220.319	215.325				
Bacen/ Pagri					93.679	1.250.085	960.070	313.012
Bacen/ Pronazem					15.000	322.066		
Bacen/ Propec					41.658	66.421	35.021	
Badesc		44.081	75.902	118.103	107.610	447.449	42.177	14.485
Bndes/Poc/finc					238.544	665.311	290.048	620.647
Bndes/ Conserv								119.111
BNH/Cura/fidren	8.674	67.493	66.450	101.520	254.584	1.109.673	744.263	1.470.858
CEF	1.200	80.353	156.050	94.643	182.800	94.215	55.500	295.500
CDB						372.100	1.574.695	15.811.785
CNP						100.000	10.000	33.000
Crédito Fundiário					28.719			
Direito creditório							788.680	4.991.230
Ebtu/ Prodav								1.080.103
Eletrificação rural					2.000	117.321		
Finame		57.855	33.894	9.809		1.950.876	1.332.883	485.324
Finep			7.000				22.360	102.698
Fundece			4.800	2.233				
Fungetur			19.253	3.574		145.448	93.859	57.734
Integração						600		
Lease-back							29.288	669.600
Proálcool						653.868	839.994	
Proinfra						30.684		
Promicro						33.684	40.985	172.191
Resolução 63							317.377	824.707
BNDES	12.511	187.762	198.057	136.633				
Outros Aplicações					52.539	83.882	7.100	27.430
Total	41.681	530.261	913.950	766.528	1.189.133	7.903.463	7.750.743	28.377.561

Fonte: Relatórios da Administração 1975-1982. A preços correntes

Tabela 9 - Liberação de recursos por fonte em dólares. Cotação em dezembro de cada ano.

Fontes	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Aval e Fianças	2.127	4.737	8.368	4.137	4.044	7.638	2.682	5.260
Bacen		2.773	13.944	10.519				
Bacen/ Pagri					2.202	19.468	7.654	1.278
Bacen/ Pronazem					352	5.015		
Bacen/ Propec					979	1.034	279	
Badesc		3.570	4.803	5.769	2.530	6.968	336	59
Bndes/Poc/finc					5.608	10.361	2.312	2.534
Bndes/ Conserv								486
BNH/Cura/fidren	956	5.467	4205	4.959	5.985	17.281	5.934	6.006
CEF	132	6.508	9.876	4.623	4.298	1.467	442	1.206
CDB						5.795	12555	64.574
CNP						1.557	79	134
Crédito Fundiário					675			
Direito creditório							6.288	20.384
Ebtu/ Prodav								4.411
Eletrificação rural					47	1.827		
Finame		4.686	2.145	479		30.382	10.627	1.982
Finep			443				178	419
Fundece			303	109				
Fungetur			1.218	174		2.265	748	235
Integração						9		
Lease-back							233	2.734
Proálcool						10.183	6.697	
Proinfra						477		
Promicro							326	703
Resolução 63							2.530	3.368
BNDES	1.379	15.209	12.535	6.674				
Outros Aplicações					1.235	1.306	56	112
Total	4.594	42.950	57.840	37.443	27.955	123.033	59.956	115.885

Fonte: Relatórios da Administração 1975-1982. Em dólares.

Isto possibilitou um aumento expressivo na contratação com recursos próprios, representando um salto na séria histórica, e uma inversão no ano de 1982, no qual os recursos próprios representaram um volume maior que o recursos de terceiros.

Tabela 10 - Evolução em Contratação entre Recursos Próprios e de Terceiros

Período	Composição de Recursos			
	Próprios		Terceiros	
	Valores correntes	Em US\$	Valores correntes	Em US\$
1975	-		41.681	4.595
1976	44.081	3.570	486.180	39.382
1977	75.902	4.803	838.048	53.041
1978	118.103	5.769	648.425	31.676
1979	132.761	3.121	1.056.372	24.838
1980	897.451	13.976	7.006.912	109.124
1981	1.623.972	12.948	5.896.771	47.016
1982	15.853.700	64.745	12.523.861	51.147

Fonte: Relatórios da Administração 1975-1982. A valores correntes

Em valores dolarizados, a liberação de recursos representou um percentual significado no PIB Catarinense. Isto frente ao PIB nacional que apresentava os índices de crescimento baixos e negativos.

Tabela 11 - Dados econômicos em Dólares 1975-1982

Ano	PIB/SC em dólares	%Crescimento do PIB/SC	%Crescimento do PIB BR	Desembolsos Badesc	% desembolsos em relação ao PIB
1975	3.899.487.871	-	5,17		
1976	4.655.287.370	19,4	10,26	49.977.474	1,07
1977	5.247.037.811	11,3	4,93	64.957.356	1,23
1978	6.012.869.410	12,7	4,97	42.632.258	0,7
1979	7.046.883.996	17,2	6,76	44.570.202	0,63
1980	7.605.110.492	7,9	9,23	150.277.390	1,97
1981	9.408.160.695	23,7	-4,25	80.963.968	0,86
1982	10.148.193.654	7,9	0,83	158.118.688	1,56

Fonte: Relatórios da Administração 1975-1982.

Dentro desta análise dolarizadas deve-se pontuar que devido à inflação brasileira no período, aliada à crise internacional, provocaram uma grande desvalorização da moeda nacional.

Muito se discutiu nos anos posteriores, em especial o ano de 1983 e 1984, ao que se devia este expressivo aumento no volume de contratações. Uma linha de pensamento traduziu o extraordinário feito do banco a uma guinada na sua forma de atuar, no qual, este deixou as caracterizas de um banco de desenvolvimento e passou a atuar como uma instituição privada, competindo com

bancos privados comerciais. Analisando a situação pela qual passava o banco, sem recursos para aumentar suas contratações, tendo em vista o enxugamento das fontes federais de recursos, é possível concluir que a diretoria reagiu a uma situação de sucessivos prejuízos, lançando-se ao mercado não simplesmente para obter recursos para aumentar a carteira de crédito, mas porque era uma questão de sobrevivência da instituição. Este desgarramento da forma de atuação esperada de um banco de desenvolvimento, se deu muito mais por uma situação de mercado, do que por uma guinada ideológica. Como pode-se ver nos anos seguintes, não houve uma mudança institucional no comportamento do banco, que justificasse referido feito, o que houve foi uma busca pelo lucro (*profit-seeking*).

Conforme as CPIs do BESC e BADESC de 1983, o banco deixou de cumprir seu programa de compliance, assumindo mais risco que o autorizado, e em diversas operações com o intuito eleitoral. Esta rápida expansão, sem o atendimento das regras de garantias e concessão de crédito levou o banco a perdas significativas, de modo que, os 20 maiores inadimplentes somavam um valor próximo ao equivalente ao patrimônio líquido do Banco, o que levou o Diretor de Operações Industriais e Especiais, Sr. Ubiratan Custódio, a se manifestar duramente durante uma reunião da diretoria (ATA REUNIÃO DA DIRETORIA, 1983).

Examinadas as inadimplências do banco, cujos vinte maiores devedores em 31.08.82, atingem o valor total de Cr\$ 730 milhões, esta Diesp consigna em ata sua preocupação pela inapetência da diretoria colegiada em adotar medidas práticas e drásticas que possibilitem uma redução significativa de tão expressivo valor, e que atinge, aproximadamente o valor do patrimônio líquido do banco. O resultado de ação da diretoria anterior reflete-se no atual estágio das coisas, pois o banco enfrenta limitação de recursos não pode se dar ao luxo de manter um índice de inadimplência de tal volume. A presidência compete definir as medidas a serem adotadas. Ao longo desses seis meses, nenhuma providência foi tomada ou recomendada no sentido de minimizar tal situação. Não é admissível que, em razão de operações realizadas sem as cautelas devidas, esteja o banco sangrando seus recursos e impossibilitado de atender uma nova gama de clientes e veja-se a mercê de decisões que devem e precisam ser tomadas sob pena de serem seus administradores chamados à responsabilidade, pela malversação de recursos do banco.

Aliado a outros fatores, a inadimplência contribui para a apresentação de resultados negativos durante os exercícios de 1979, 1980 e 1981, situação que foi contornada em 1982 com uma forte expansão das contratações de crédito, que só foram possíveis, por meio da captação de recursos via emissão de CDBs.

Tabela 12 - Evolução da Situação Líquida 1975- 1982. Valores correntes.

Período	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Capital social	60.016	80.370	112.400	112.400	219.430	348.239	676.065	1.741.948
Reservas	1.492	2.879	12.187	13.567	100.586	125.025	607.744	1.267.007
Patrimônio líquido	61.506	83.249	124.587	125.567	320.016	426.845	1.069.428	2.739.675
Lucro líquido	1.503	9.927	23.462	31.725	(30.511)	(105.271)	(214.381)	542.407

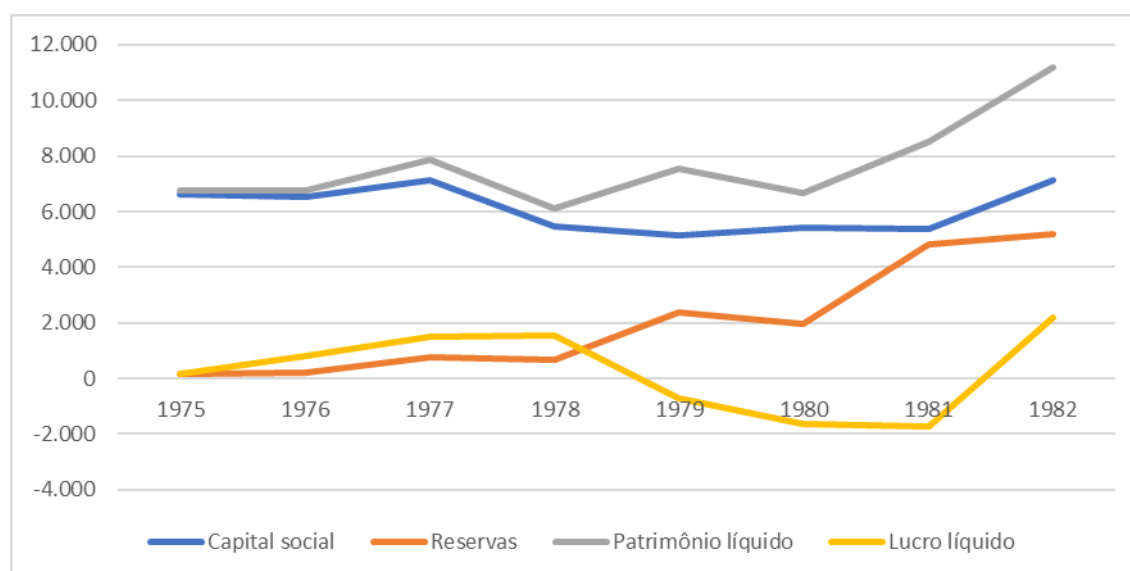
Fonte: Relatórios da Administração 1975-1982

Tabela 13 - Evolução da Situação Líquida em Dólares. 1975-1982

Período	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Capital social	6.616	6.510	7.113	5.490	5.159	5.423	5.390	7.114
Reservas	164	233	771	662	2.365	1.947	4.845	5.174
Patrimônio líquido	6.781	6.743	7.885	6.134	7.524	6.647	8.526	11.188
Lucro líquido	165	804	1.484	1.549	(717)	(1.639)	(1.709)	2.215

Fonte: Relatórios da Administração 1975-1982

Gráfico 1- Evolução da Situação Líquida em dólares



Fonte: Relatórios da Administração 1975-1982

Esta situação levou o banco a criar um grupo de trabalho para estudo das garantias prestadas ao banco, que haviam se mostrado insuficientes. Esta preocupação, também, foi gerada, em razão da existência de créditos privilegiados.

A situação da inadimplência ajuda a entender a queda no volume de operações contratadas no ano seguinte, 1983, e nos anos posteriores (ATAS REUNIÃO DA DIRETORIA, 1983).

Resumindo este primeiro período, pode-se dizer que o banco iniciou seus trabalhos investindo nos setores industrial e rural, de forma que a prioridade era garantir infraestrutura necessária a um eficiente sistema de transportes, apto a

escoar a produção catarinense e um eficiente sistema de comunicações. Entre outros objetivos estavam, também, a mecanização da atividade rural, a fim de aumentar significativamente a produção, a pavimentação de mil quilômetros de estradas, construção de pontes e viadutos, sendo o Badesc então, um dos canais mais utilizados para o financiamento dos projetos de infraestrutura do Estado de Santa Catarina. Por intermédio do Badesc buscou-se, também, a melhoria do aproveitamento dos recursos minerais do Estado, com a indução para a formação de novos polos regionais de industrialização (socialização dos investimentos), de modo que em 1976, o banco passou a ter metas por área operacional, setor econômico e linhas de crédito. Os recursos liberados pelo Badesc foram essenciais para o desenvolvimento da economia catarinense, ajudando no dinamismo da indústria hoje existente no Estado, podendo-se observar seus reflexos nos setores agroindustrial, eletro-metal-mecânico, revestimentos cerâmicos e têxtil. Tudo isso foi possível pela aliança formada entre os empreendedores e pelo novo arranjo financeiro criado pelo Estado, por meio do Badesc e de sua estrutura descentralizada. Geograficamente o Badesc atendeu todas as microrregiões do Estado, cumprindo também, a política econômica governamental de descentralização industrial e do crédito.

Outro fato importante dentro deste período e que merece destaque é a posse do empresário Plínio de Nes no cargo de presidente do Badesc, após a morte de Renato Ramos, o primeiro presidente da instituição. De Nes era um empresário ligado ao Grupo Frigorífico Chapecó com grande influência da região oeste do Estado. E foi durante a sua gestão que volumosos recursos foram direcionados para aquela região, sem o preenchimento de critérios técnicos.

3.6 IMPORTÂNCIA POLÍTICA

Neste primeiro período o banco tinha grande importância para o jogo político. As décadas anteriores confirmavam que o domínio financeiro no Estado era um elemento essencial para estar no poder. Pelo menos até a eleição de Esperidião Amin em 1982, isto é claramente visto. E o sistema Estatal Catarinense de Crédito ficou ainda mais cobiçado, quando o clã da família Bornhausen vendeu o banco INCO ao Banco Bradesco em 1968, lembrando que o BDE, nasceu também, como instrumento para a diminuição da dominação e interferência financeira na política dos Bornhausen. A criação do BADESC e os esforços para

que ele desse certo, também são resultado da intenção do controle político de obter apoio do forte empresariado catarinense por meio da assistência financeira do Estado.

A primeira presidência e diretoria eleita reforça o domínio político dos Ramos, Konder e dos Bornhausen, agora reunidos e dividindo o mesmo espaço, dentro da Arena, partido de base do regime ditatorial, reforçando que havia anteriormente apenas uma briga de espaço e não de ideologias. De fato, este apoderamento do Sistema Estatal Catarinense de Crédito trazia enormes vantagens a este grupo político, e reforça que a manutenção do poder estava ligada ao controle do Sistema Estatal de Crédito. De fato, foi durante o governo Konder Reis, que o Sistema Estatal Catarinense de Crédito, tomou uma nova forma, como agrupamento de todas as instituições financeiras sob o controle de uma Holding, a Codesc- Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. Isto foi feito de acordo com as determinações contidas na lei nº 5.089, e regulamentados pelo Decreto nº 06 de 19 de janeiro de 1976, que definiu como empresas do Sistema Codesc:

Banco do Estado de Santa Catarina S.A.- BESC
 Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A.- BADESC
 Caixa Econômica do Estado de Santa Catarina -CEESA.
 BESC Financeira- Bescredi;
 BESC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários- Bescval;
 BESC S.A. Corretora de Títulos, Valores e Câmbio- Bescam
 BESC Turismo S.A. Bescstur
 Banco Regional do Extremo Sul – BRDE

Confirmando a afirmação anterior, de ocupação política do SECC, a primeira pessoa a ocupar o cargo de presidente da CODESC- agora a holding controladora do SECC, foi Jorge Konder Bornhausen, que já era presidente do BESC, desde 20 de março de 1975. Ficando à frente das duas instituições. Bornhausen ocupava, ainda, simultaneamente, a função de conselheiro do PROCAPE, e era suplente da junta de administração do BRDE. Esta concentração de poder levou Bornhausen a ser considerado a maior força política do seu partido e do Estado, o que o levou a ser eleito governador do estado na eleição subsequente. Restou claro, a instrumentalização do SECC como um local de fortalecimento e domínio dos interesses políticos e econômicos do Estado que estavam sobre o controle da oligarquia e se direcionavam aos grupos políticos e empresariais que lhes davam sustentação, e haviam ficado órfãos de uma

instituição financeira em 1968, quando o Banco INCO foi incorporado pelo Bradesco (SCHMITT, 2007).

A eleição de 1978, para governador o Estado ocorreu de forma indireta, ou seja, os votos não eram do povo, mas sim dos deputados eleitos para a Assembleia Legislativa do Estado, que por sua vez era dominada pela oligarquia, tanto que Jorge Bornhausen foi eleito com mais de 90% das indicações da bancada estadual e dos diretórios municipais. Mas para além disso, Jorge Bornhausen contava com o apoio dos demais dirigentes de instituições financeiras, inclusive as públicas federais, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e do BNDES que, posteriormente, tornaram possíveis à realização de grandes obras de infraestrutura no estado sob direção do então secretário de Transportes e Obras do Governo Bornhausen, Esperidião Amin Helou Filho (SCHMITT, 2007).

Em 1979, deu-se a execução do plano de governo de Jorge Konder Bornhausen (1979-1983), que prescrevia uma menor intervenção do Estado na economia, deixando que os sujeitos privados regessem as relações econômicas, indicando expressamente a opção por uma economia de mercado, em tese. Em seu plano de governo as diretrizes básicas estavam alinhadas em três campos de atuação: Campo Psicossocial; Campo Econômico e Organização Administrativa e Planejamento. Neste segundo campo, as ações do governo foram voltadas a alocação de recursos, crédito e incentivos para a agricultura, em especial as agroindústrias, as indústrias básicas e ao comércio, com destaque para o fornecimento de incentivos às agroindústrias e aos empréstimos de apoio e concessão de estímulo especial, as indústrias básicas e ao comércio (SCHMITT, 2007).

Foi em seu governo, que de uma forma mais marcante, as ações do Estado em termos que política econômica e financeira foram centralizadas nas grandes empresas catarinenses, colaborando com a constituição de grandes grupos empresariais de porte nacional e internacional deixando em segundo plano o pequeno e médio empresário catarinense. Esta estratégia estava alinhada ao II PND, que tinham dentre seus objetivos no setor de crédito, promover a criação de grandes empresas, adotando uma política de fusões e incorporações com o intuito de criar grandes conglomerados empresariais fortalecendo a elite econômica catarinense, apesar de uma aparente distribuição pulverizada de recursos. Esta forma de atuar, também, pode ser atribuída ao fato de a máquina estatal ter sido

usada para a garantia da continuidade dos privilégios e das oligarquias no poder político do Estado, não só para a eleição de Jorge Konder Bornhausen, mas também para a eleição do seu sucessor Esperidião Amin.

3.7 POSIÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO

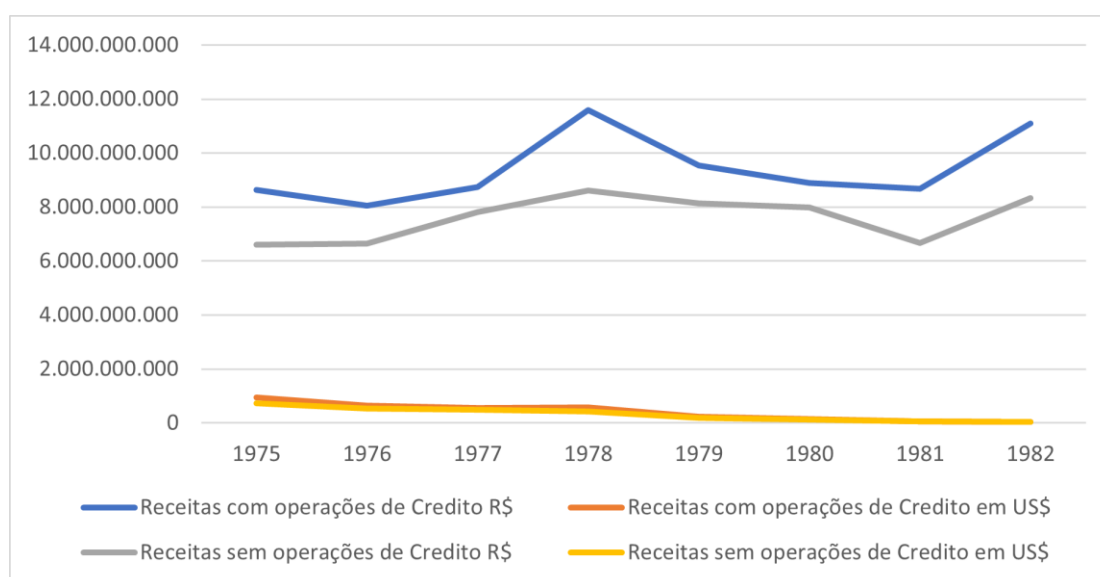
Neste primeiro período, embora não houvesse uma grande disponibilidade de recursos, por meio de sua própria arrecadação tributária, para a execução de projetos pelo Estado de Santa Catarina, a facilidade em contratar operações de crédito permitiram a expansão do orçamento a fim de atender as necessidades do estado, como a capitalização de suas empresas. Conforme a tabela abaixo, as operações de crédito do estado sempre garantiram uma maior expansão orçamentaria, com destaque para o ano de 1982, em que o estado toma um grande empréstimo junto ao BADESC.

Tabela 14 - Receita Total do Estado 1975-1982

Ano	Receita com operações de Crédito		Receita sem operações de Crédito	
	Valores em Reais	Em US\$	Valores em Reais	Em US\$
1975	8.635.417.428	952.085.714	6.604.107.280	728.126.491
1976	8.039.084.922	651.201.694	6.648.850.060	538.586.477
1977	8.734.305.333	552.804.135	7.816.689.962	494.727.212
1978	11.596.892.038	566.531.120	8.601.484.862	420.199.553
1979	9.536.209.991	224.223.136	8.124.630.256	191.032.924
1980	8.897.107.460	138.562.645	7.987.943.741	124.403.422
1981	8.664.441.861	69.083.414	6.675.223.080	53.222.955
1982	11.092.599.946	45.301.804	8.334.934.595	34.039.592

Fonte: Demonstrações Financeiras do Estado de Santa Catarina 1975-1982. Em Reais dados deflacionados pelo IGP-DI até janeiro de 2022 e em dólares correntes.

Gráfico 2 - Evolução da Receita do Estado de Santa Catarina 1975-1982



Fonte: Demonstrações contábeis. (1975-1982), em Reais dados deflacionados pelo IGP-DI até janeiro de 2022 e em dólares correntes.

Embora, desde a década de 1950, a arrecadação do estado tenha apresentado um expressivo crescimento, com o aumento da receita tributária, e especial a arrecadação do ICM (imposto sobre circulação de mercadoria), a sua principal fonte de renda, a baixa industrialização do estado o mantinha dependente de outras fontes de recursos, situação esta, que foi se modificando na medida em que o estado se industrializava.

Tabela 15 - Receita Tributária x Arrecadação de ICM 1975-1982

ANO	Receita Tributária	Arrecadação ICM estadual	% na arrecadação tributária
1975	5.244.644	4.064.623	77,50
1976	5.114.894	3.957.127	77,36
1977	6.095.065	4.733.866	77,66
1978	6.761.750	5.257.444	77,75
1979	6.825.829	5.323.219	77,98
1980	6.982.153	5.476.044	78,42
1981	5.497.226	5.399.445	98,22
1982	7.309.110		

Fonte: Demonstrações Financeiras do Estado de Santa Catarina 1975-1982. Em Reais dados deflacionados pelo IGP-DI até janeiro de 2022. As alíquotas das operações internas de ICM variaram de 14% em 1979, para 15% em 1980, 15,5 % em 1981, e 16% em 1982.

Este movimento de crescimento da arrecadação tributária consolida-se a partir do início do período desenvolvimentista catarinense, que mais adequadamente deve ser interpretado como um período liberal conservador. A tabela de receitas correntes abaixo, demonstra o crescimento da arrecadação do estado em 30 anos, com destaque os anos que compõe este primeiro período.

Tabela 16 - Composição das Receitas Corrente 1975-1982

Ano	Tributária	Patrimonial	Industrial	Outras. Rec. Correntes	Trans. Correntes	Total
1975	5.244.644.859	66.188.038	17.679	159.718.198	326.256.007	5.796.824.783
1976	5.114.894.472	73.360.320	263	139.436.634	522.412.209	5.850.103.900
1977	6.095.065.393	34.954.160	-	175.739.652	550.581.623	6.856.340.829
1978	6.761.750.033	54.412.979	-	296.987.863	549.979.145	7.663.130.022
1979	6.825.829.905	27.376.270	-	560.279.234	548.918.314	7.962.403.725
1980	6.982.153.329	28.016.276	-	330.152.000	410.582.137	7.750.872.557
1981	6.223.603.270	47.659	-	263.747.731	462.577.095	6.949.975.755
1982	7.309.110.851	18.427.683	-	203.502.817	476.323.279	8.007.364.632

Fonte: Demonstrações Financeiras do Estado de Santa Catarina 1975-1982. Em Reais dados deflacionados pelo IGP-DI até janeiro de 2022

As receitas de capital, também, mostraram uma grande evolução, com destaque para as operações de crédito nos anos que compõe este primeiro período.

Tabela 17 - Composição das Receitas Capital 1975-1982

Ano	Alienação de bens moveis e imóveis	Transferências de capital	Operações de crédito	Total
1975	9.651.822	941.600.213	2.075.592.709	3.026.844.745
1976	8.413.523	943.256.186	1.422.210.266	2.373.879.975
1977	7.285.276	1.117.996.012	936.977.056	2.062.258.346
1978	4.920.598	1.064.176.811	3.040.937.364	4.110.034.774
1979	3.730.183	867.410.114	1.398.809.961	2.269.950.259
1980	1.438.798	706.122.271	1.058.014.461	1.765.575.531
1981	12.002.352	693.275.967	2.064.809.095	2.770.087.414
1982	4.052.247	835.282.699	2.926.986.002	3.766.320.950

Fonte: Demonstrações Financeiras do Estado de Santa Catarina 1975-1982. Em Reais dados deflacionados pelo IGP-DI até janeiro de 2022

As operações de crédito contratadas no período também foram necessárias para cobrir déficits gerados em metade dos exercícios fiscais do período.

Tabela 18 - Déficits X Superávits 1973-1982

Ano	Déficit	Superavit
1973	223.099	
1974		15.450
1975		779.666
1976	33.305	
1977	141.290	
1978		1.305.958
1979		132.544
1980	160.720.803	
1981		10.229.089
1982	983.218.460	

Fonte: Demonstrações Financeiras do Estado de Santa Catarina 1975-1982 Em Reais dados deflacionados pelo IGP-DI até janeiro de 2022

Em termos da dívida pública esta também apresentou uma importante evolução, em especial a dívida fundada interna no ano de 1982, ano da contratação de empréstimo junto ao Badesco lastreada na emissão de CDBs.

Tabela 19 - Dívida Fundada Interna e Externa 1975-1982

Ano	Dívida Fundada Interna (R\$)	Em US\$ (mil) correntes	Dívida Fundada Externa (R\$)	Em US\$ (mil) corrente	Total (R\$)
1975	1.385.413.383	47.647.240	1.078.937.701	37.106.906	2.464.351.084
1976	1.876.120.803	69.261.345	1.616.366.289	59.671.906	3.492.487.092
1977	2.079.993.153	83.423.848	1.773.088.042	71.114.575	3.853.081.195
1978	2.816.216.586	123.484.140	3.278.319.677	143.746.219	6.094.536.263
1979	2.521.834.487	89.250.359	4.487.311.221	158.810.636	7.009.145.708
1980	2.299.418.835	114.826.821	3.187.434.841	159.171.964	5.486.853.676
1981	3.949.476.814	201.063.864	3.552.071.693	180.832.372	7.501.548.507
1982	7.425.207.731	378.185.907	3.665.270.382	186.682.131	11.090.478.113

Fonte: Demonstrações Financeiras do Estado de Santa Catarina 1975-1982. Em Reais dados deflacionados pelo IGP-DI até janeiro de 2022

Neste primeiro período, o Badesc funcionou como agente financeiro do Estado de Santa Catarina, financiando a construção da infraestrutura do estado. O Estado de Santa Catarina, por sua vez, altamente endividado e cada vez mais dependente das condições de mercado, assumiu uma posição financeira Ponzi, de modo que o constante refinanciamento da dívida era imprescindível para a continuidade das atividades estatais. A situação no período torna-se tão complexa que se comparando a receita efetiva com a dívida fundada, a partir de 1978, constata-se que, nesse ano, para cada cruzeiro arrecadado, o Estado comprometia oitenta e três centavos de dívida. Em 1981, a situação passou de CR\$ 1,03 de dívida para CR\$ 1,0 de receita efetiva. Por isso, havia uma grande dificuldade por parte do estado em capitalizar o Badesc (PRESTAÇÃO DE CONTAS 1978-1982).

Mas esta situação não era muito diferente do comportamento da dívida externa brasileira que também apresentou um crescimento significativo, na relação dívida externa bruta/PIB.

Tabela 20 - Comparativo Dívida externa bruta Vs PIB, Dívida Externa Líquida Vs PIB- 1971-1982

Data	3684 - Dívida Externa Bruta - US\$ (milhões)	Dívida externa bruta/PIB (%) - anual - %	Dívida externa líquida/PIB (%) - anual - %
1971	8.283,40	16,8	12,7
1972	11.463,90	19,5	11,6
1973	14.857,20	17,7	9
1974	20.032,40	18,1	12,3
1975	25.115,60	19,3	15,5
1976	32.145,10	20,9	15,9
1977	37.950,70	21,4	16,6
1978	52.186,40	25,9	19
1979	55.802,90	25	19,8
1980	64.259,50	27	23,5
1981	73.962,80	28,6	24,9
1982	85.487,50	31,5	29,3

Fonte: Sistemas de informações gerenciais Bacen

CAPÍTULO 4 - SEGUNDA METAMORFOSE: FOMENTO AO SETOR PRIVADO (1983-1998)

4.1 ATUAÇÃO CONTRACÍCLICA.

Como visto, no primeiro período da história do Badesc, em especial nos anos de 1975 a 1978, o mesmo expandiu suas operações continuamente, ampliando sua atuação e colaborando para o desenvolvimento econômico do Estado. Esta fase de expansão teve suporte na grande disponibilidade de recursos de órgãos federais como o BACEN, BNDES e CEF que possibilitaram a expansão não só do BADESC, mas de toda a rede de Bancos Estaduais de Desenvolvimento existentes. Entretanto, o ano de 1979, que fora marcado por crises e dificuldades financeiras, que afetaram sensivelmente as fontes oficiais federais de recursos traria um prenúncio das dificuldades a serem enfrentadas nos anos seguintes. O enxugamento dos recursos disponíveis, a diminuição e, até mesmo, a extinção dos incentivos até então existentes, causaria um aumento significativo dos custos operacionais dos bancos de desenvolvimento, que se viram obrigados a buscar recursos no mercado de capitais e adequar seus custos operacionais. Foi por meio da emissão de certificados de depósitos bancários – CDB's⁴⁰, colocados no mercado, por meio do BESC, que o BADESC deu continuidade a expansão da sua carteira de crédito, levando os anos de 1980 a 1982 a ficarem marcados como um dos melhores períodos de sua história, mesmo em um cenário econômico adverso.

O segundo período que se inicia no ano de 1983 e se encerra em 1999, marcaria um movimento oposto do visto anteriormente, sendo caracterizado como um período de instabilidade devido à inadimplência e à falta de recursos, dentro de um cenário econômico nacional conturbado. Logo no início do segundo período, em seus anos iniciais 1983 e 1984 marcariam a atuação do Badesc na história do Estado. No ano de 1983, houve um agravamento da recessão econômica vivida pelo país e um aumento da escassez de recursos. Mas para Santa Catarina, a ocorrência de catástrofes naturais (enchentes) que assolaram o Estado nos meses de março, maio e julho e que atingiram mais de 70,00% do território do Estado, trouxeram mais desafios econômicos ao Estado, que além de enfrentar a crise econômica, precisava socorrer as atividades produtivas atingidas pelas cheias.

⁴⁰ Referida emissão em 1982 representou CR\$ 28 bilhões de cruzeiros,

Diante desta catástrofe que atingiu 140 dos 199 municípios de Santa Catarina, o Badesc como instrumento de política financeira do Estado, traçou como estratégia a diversificação e pulverização dos seus financiamentos, de modo que todos os segmentos do setor secundário foram beneficiados com a liberação de recursos do banco. No total, mais de Cr\$ 16.700.000.000,00 foram liberados ao setor, beneficiando segmentos importantes para a economia catarinense, como as áreas de metalurgia, minerais não metálicos, mecânica, têxtil, vestuário e calçados, alimentar, mobiliário madeira e construção civil. Ao contrário dos anos anteriores, o setor privado receberia mais recursos que o público. A pulverização dos recursos, que foi estabelecida pelo Governo do Estado, possibilitou uma liberação total de Cr\$ 27.100.000.000,00, distribuídos entre 1.064 mutuários, proporcionando uma média de Cr\$ 25.500.000,00 por contrato.

O Setor terciário, também muito atingido pelas enchentes, recebeu Cr\$ 10.300.000.000,00, sendo que Cr\$ 6.300.000.000,00 foram destinados ao setor privado, em especial ao comércio, transporte e turismo, e apenas Cr\$ 4.000.000.000,00, aproximadamente 15,00% foram destinados ao setor público, revertendo um comportamento atípico ocorrido em 1982, quando 62,00% dos recursos tiveram como destino setor público, especialmente para gastos em infraestrutura. Assim, partir de 1983, de uma forma não intencional, o Badesc reequilibró sua carteira de crédito, diminuindo os financiamentos voltados para setor público, destinando o capital disponível a diversas empresas ao setor privado, como forma de melhorar a pulverização dos recursos e diminuir os riscos de inadimplência. Esta mudança, também, contribuiria para o fluxo de caixa do banco (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO 1982-1983).

Tabela 21 - Evolução dos Projetos Contratados entre Setores Público e Privado 1980-1983

Valores -Cr\$ MIL								
Período	1980		1981		1982		1983	
Setores	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Público	4.200.775	53	2.277.547	30	17.839.688	62	4.035.270	15
(em US\$)	65.422		18.159		72.856		4.292	
Privado	3.702.688	47	5.243.196	70	10.537.873	38	23.055.701	85
(em US\$)	57.665		41.805		43.036		24.527	
Total	7.903.463	100	7.520.743	100	28.377.561	100	27.090.974	100
(em US\$)	123.087		59.964		115.892		28.819	

Fonte: Relatórios da Administração 1980-1983.

Mas a diminuição das liberações ao setor público também foi consequência das restrições impostas pelas Resoluções nº 831 e 834 que estabeleceram limites de crescimento mensal de saldo de aplicações bancárias aos governos estaduais e as empresas públicas estatais.

Para atingir este desempenho foi necessária uma ação rápida do BADESC que com apoio e articulação de outros órgãos do Governo do Estado buscou recursos em fontes oficiais federais que colocaram à disposição do banco Cr\$ 7.500.000.000,00, em condições especiais favoráveis de prazos e encargos, o que permitiu atender 518 empresas. Além disso, as obrigações do BADESC perante as fontes oficiais federais foram postergadas de modo que mais recursos ficaram disponíveis no curto prazo. Como citado, diante dos desafios impostos, pela magnitude dos prejuízos causados, o Badesc buscou por meio da pulverização de seus recursos atender o maior número de empresas possível. Por meio de recursos próprios e de repasses de recursos do CEBRAE, PROCAPE, BNDES, o BADESC atendeu 321 microempresas, liberando um total de Cr\$ 712.500.000,00, o que demonstra, um aumento significativo se comparado com os 373 atendidos no período de 1980-1982 (RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, 1982).

Além disso, em 1983, o banco implantou em parceria com o CEAG/SC e CODISC, o Projeto Comunidade Empresa, que visava a instalação de microempresas no Estado. As pequenas e médias empresas também foram atendidas por meio de 145 contratos, valorados em Cr\$ 10.300.000.000,00 para investimento fixo, capital de giro e saneamento financeiro, por meio de repasse de recursos do BNDES/POC/FINAC, FINAME, CEF, FINEP. O Badesc ainda utilizou recursos próprios, obtidos por meio da emissão de CDBs, para contemplar os projetos não enquadrados nas fontes de repasses, e também pela contratação de empréstimos externos no valor de Cr\$ 5.500.000.000,00 bilhões que contemplaram 47 contratos. Tudo isso para diminuir os impactos financeiros e sociais causado pelas enchentes à sociedade catarinense. Entretanto, conforme a tabela abaixo, a forte concentração de captação de recursos na fonte CDBs, evidenciava o risco a estabilidade da instituição, que estava financiando empresas no longo prazo, com recursos obtidos a curto prazo. O descasamento no fluxo de caixa, em virtude destas operações, viria a se tornar um grande problema para o Badesc, em razão de sua posição especulativa.

Tabela 22 - Saldo das Aplicações por Origem dos Recursos-Valores 1983- Cr\$ Mil

FONTES DE RECURSOS	VALORES	Valores em US\$ mil	%
Bacen/Eletrificação Rural	185.526	197,36	0,11
Bacen/Pronazem	611.237	650,25	0,38
Bacen/Proálcool	177.055	188,35	0,11
Bacen/Agroindústria	9.572.303	10.183,30	5,96
Bacen (outros)	533.446	567,49	0,33
Bacen/ Resolução 63 e Circular 708	6.361.862	6.767,93	3,96
BNDES/Proálcool	1.582.607	1.1683,62	0,98
BNDES/Poc/Finac	7.580.264	8.064,11	4,72
BNDES/Proinfra	378.731	402,90	0,24
BNDES/Conserve	441.338	469,90	0,27
BNDES/Promicro	95.517	101,61	0,06
BNDES/Proesc	7.611.719	8.097,57	4,74
BNH/Regir/Reinvest	236.875	251,99	0,15
BNH/Fidren/Fiplan/Cura	14.981.413	15.937,67	9,33
BNH/FNDU	668.557	711,23	0,42
CNP	81.474	86,67	0,05
FINAME	13.869.475	14.754,76	8,64
FINEP	247.733	263,54	0,15
FUNGETUR	1.658.136	1,763,97	1,03
EBTU/Propav/Aglurb	1.909.437	2.031,31	1,19
SEPLAN/CEBRAE	378.992	403,18	0,24
Títulos de Crédito a Receber	18.878.581	20.083,59	11,76
BADESC/CDB	63.207.205	67.241,70	39,36
Avais e Fianças	9.315.617	9.910,23	5,80
Outros	32.948	35,05	0,02
Total	160.600.048	170.851,11	100

Fonte: Relatório da Administração 1983

A infraestrutura urbana também foi contemplada para a recuperação dos aparelhos públicos, sendo liberados Cr\$ 1.300.000.000,00 para 12 novos projetos, contemplados com recursos do EBTU/PROPAV-AGLURB, que se somaram com outros Cr\$ 4.300.000.000,00 bilhões que haviam sido aplicados entre os anos de 1980-1983 em outros 50 projetos financiados com recursos do: CURA, FIDREN, FIPLAN e FNDU. Somada a infraestrutura urbana, a infraestrutura turística, também foi contemplada por meio de 35 projetos, sendo 9 contratados em 1983 no valor de Cr\$ 354.700.000,00 milhões.

Tabela 23 - Composição das Aplicações por Período

SETORES/SUBSETORES	Percentuais de contratações			
	1980	1981	1982	1983
Terciário	62,29	48,14	83,02	38,17
Público	51,84	28,49	52,87	14,89
Privado	10,45	19,65	20,15	23,28
Comércio	1,82	1,06	1,62	12,86
Outros	8,63	18,59	18,53	10,42
SECUNDÁRIO	33,91	51,39	16,98	61,83
Tradicional	19,91	51,39	16,98	61,83
Madeira	1,67	3,20	0,45	4,35
Mobiliário	0,24	0,80	0,25	4,63

Couros e Peles	-	0,39	0,04	0,83
Têxtil	0,64	2,19	2,39	5,33
Vestuário e calçados	1,34	0,90	0,72	4,43
Alimentar	14,03	16,12	1,50	4,57
Bebidas	0,79	0,05	0,92	1,71
Editorial e Gráfica	0,19	0,16	0,02	0,72
Construção Civil	0,08	-	1,66	4,14
Extração Mineral	0,27	-	-	0,05
Diversos	0,29	0,38	0,40	2,16
Dinâmico	14,37	27,20	8,63	28,90
Minerais não metálicos	3,15	7,53	4,95	7,01
Metalurgia	1,23	1,23	1,04	8,75
Mecânica	1,3	3,45	1,89	5,91
Material Elétrico	0,31	0,03	-	0,15
Papel e Papelão	0,51	1,66	0,38	3,27
Borracha	-	0,01	-	0,07
Química	7,13	12,98	0,36	1,15
Plásticos	0,94	0,31	0,01	2,59
PRIMÁRIO	3,80	0,47	-	-
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: Relatórios da Administração 1980-1984

Com as liberações ocorridas, o saldo de operações ativas alcançou Cr\$ 160.600.000.000,00 bilhões, pouca coisa superior ao ano de 1982, em saldo corrigido pela inflação.

Porém, antes mesmo da recuperação das consequências econômicas provocadas pelas enchentes no ano 1983, no ano de 1984, novas enchentes trouxeram novos prejuízos a economia do Estado e o BADESC novamente foi mobilizado para o apoio aos empresários atingidos, principalmente para o atendimento as micro e pequenas empresas, e para os pequenos empreendimentos rurais por meio de repasse de recursos do BNDES/PROMICRO, BACEN/Proinvest e BADESC/GIRO/ FUNAGI. Para melhor aproveitamento dos recursos o banco contratou os serviços do CEAG- Centro de Apoio à Pequena Empresa e Média Empresa de Santa Catarina, para análise de projetos e liberação de recursos. Novamente a pulverização dos recursos disponíveis foi utilizada para atender o maior número de contratos possíveis, e como forma de alinhamento a característica econômica do Estado que tinha como perfil a predominância das micro e pequenas empresas e no setor rural do minifúndio. Ao lado desta atuação, que era prioritária para o Badesc e para o Governo do Estado, o banco continuou a financiar outros projetos de interesse industrial, rural e agroindustrial, com apoio para a construção de armazéns comunitários, paióis, aquisição de máquinas e implementos agrícolas e formação de patrulhas mecanizadas, como forma de acelerar a recuperação econômica do Estado, que já pode ser vista no final de 1984. Durante este período

de dois anos, os recursos foram disponibilizados e pulverizados na forma do quadro abaixo, comparativamente aos anos anteriores.

Tabela 24 - Por Ramo de Atividade -Período 1980-1984 Cr\$ Mil

Período	1980	1981	1982	1983	1984
Ramos de atividade					
SETOR PRIMÁRIO	300.700	35.533	-	-	2.630.516
Pecuária	196.323	33.501	-	-	-
Agricultura	103.378	2032	-	-	2.630.516
Outros	999	-	-	-	-
Setor Secundário	2.679.680	3.864.854	4.818.830	16.750.392	19.341.195
Grupo Tradicional	1.544.400	1.819.325	2.370.719	8.919.545	14.821.221
Madeira	132.162	240.411	127.625	1.178.90	682.306
Mobiliário	19.000	60.155	69.671	1.252.091	2.753.125
Couros e Peles	-	29.460	11.474	224.715	882.703
Têxtil	50.741	164.981	678.519	1.444.755	2.133.477
Vestuário, Calçados	106.111	1.212.423	203.645	1.200.547	2.503.953
Alimentar	1.108.608	1.212.423	426.800	1.236.130	916.163
Bebidas	62.620	3.511	259.700	463.737	-
Editorial e Gráfica	15.108	12.233	6.844	196.096	167.942
Construção Civil	6.150	-	472.241	1.122.408	1.170.999
Extração Mineral	21.000	-	-	14.134	680.918
Diversos	22.900	28.821	114.200	586.028	2.929.635
Grupo Dinâmico	1.135.280	2.045.529	2.448.111	7.830.847	4.519.974
Minerais não metálicos	248.363	566.212	1.404.748	1.899.714	1.156.425
Metalurgia	97.369	92.763	294.492	2.367.141	1.528.291
Mecânica	87.223	259.260	535.250	1.602.938	871.781
Material Elétrico	24.828	2.000	795	39.940	-
Papel e Papelão	40.595	125.075	108.529	887.718	141.168
Borracha	-	568	-	19.992	132.132
Química	563.252	976.243	101.247	311.600	165.563
Plásticos	73.650	23.408	3.050	701.804	524.614
SETOR TERCIÁRIO	4.923.083	3.620.356	23.558.731	10.340.582	6.999.655
Setor Público	4.097.165	2.142.624	17.839.688	4.035.270	-
Transportes	-	-	-	-	-
Energia	2.145.796	999.824	400.000	-	-
Saneamento	-	-	-	-	-
Armazenagem	106.470	-	-	-	-
Outros	1.844.899	1.142.800	17.439.688	4.035.270	-
SETOR PRIVADO	825.918	1.477.732	5.719.043	6.305.312	6.999.655
Transportes	30.667	77.633	49.628	786.184	306.005
Comércio	143.494	79.808	460.609	3.484.246	4.557.169
Eletrificação Rural	49.099	-	-	-	-
Outros	602.658	1.320.291	5.208.806	2.034.881	1.136.481
Total	7.903.463	7.520.743	28.377.561	27.090.974	28.971.366

Fonte: Relatórios da Administração 1980-1984

Tabela 25 - Por Ramo de Atividade -Período 1980-1984 em dólares.

Período	1980	1981	1982	1983	1984
Ramos de atividade					
Setor Primário	4.683	283	-	-	874
Pecuária	3.057	267	-	-	-
Agricultura	1.609	16	-	-	874
Outros	15	-	-	-	-

Setor Secundário	41.733	30.815	19.679	17.819	6.429
Grupo Tradicional	24.052	14.505	9.681	9.488	4.927
Madeira	2.058	1.916	521	1.254	226
Mobiliário	295	479	284	1.331	915
Couros e Peles	-	234	46	239	293
Têxtil	790	1.315	2.771	1.536	709
Vestuário, Calçados	1.652	9.666	831	1.277	832
Alimentar	17.265	9.666	1.743	1.315	304
Bebidas	975	27	1.060	493	-
Editorial e Gráfica	235	97	27	208	55
Construção Civil	95	-	1.928	1.194	389
Extração Mineral	327	-	-	15	226
Diversos	256	229	466	523	973
Grupo Dinâmico	17.680	16.309	9.998	8.330	1.502
Minerais não metálicos	3.867	4.514	5.736	2.020	384
Metalurgia	1.516	739	1.202	2.518	508
Mecânica	1.358	2067	2.185	1.705	289
Material Elétrico	386	15	3	42	-
Papel e Papelão	632	997	443	944	46
Borracha	-	4	-	21	43
Química	8.772	7.783	413	331	55
Plásticos	1.147	186	12	746	174
SETOR TERCIÁRIO	76.671	28.865	96.213	11.000	2.327
Setor Público	63.808	17.083	72.856	4.292	-
Transportes	-	-	-	-	-
Energia	33.418	7.971	1.633	-	-
Saneamento	-	-	-	-	-
Armazenagem	1.658	-	-	-	-
Outros	28.732	9.111	71.223	4.292	-
SETOR PRIVADO	12.682	11.782	23.356	6.707	2.327
Transportes	477	218	202	836	101
Comércio	2.234	636	1.881	3.706	1.515
Eletrificação Rural	764	-	-	-	-
Outros	9.385	10.526	21.272	2.164	377
Total	123.087	59.964	115.893	28.820	9.631

Fonte: Relatórios da Administração 1980-1984. Dólares em dezembro de cada ano.

Em termos de crescimento do saldo de aplicações no período, as linhas de repasses de recursos destinadas a recuperação econômica do Estado, em especial, aqueles advindos do BNDES, apresentaram os maiores crescimentos. O saldo de operações CDBs apresentou um crescimento significativo, não só por conta da liberação de novos recursos as empresas atingidas pelas enchentes, mas também em razão, da rolagem dos próprios CDBs, que passavam a pagar uma taxa de juros mais alta a cada captação/refinanciamento.

Tabela 26 - Saldo de Aplicações por Origem dos Recursos

FONTES DE RECURSOS	Valores correntes	Valores em US\$	Valores correntes	Valores em US\$	Crescimento % (valores correntes)
	1983	1983	1984	1984	
Bacen/Pronazem	611.237	650	1.498.965	498	145,2
Bacen/Proálcool	177.055	188	384.737	127	117,3

Bacen/Agroindústria	9.572.303	10.183	29.399.138	9.773	207,1
Bacen Proinvest			2.102.662	699	100
Bacen/ Resolução 63 e Circular 708	6.361.862	6.767	14.544.517	4.835	128,6
BNDES/Proálcool	1.582.607	1.683	3.362.080	1.117	112,4
BNDES/Poc/Finac	7.580.264	8.064	32.510.584	10.808	328,9
BNDES/Proinfra	378.731	402	308.230	102	(18,6)
BNDES/Conserve	441.338	469	916.215	304	107,6
BNDES/Promicro	95.517	101	2.046.402	680	2.042,
BNDES/Proesc	7.611.719	8.097	20.659.439	6.868	2.042,4
BNH/Regir/Reinvest	236.875	251	311.450	103	31,5
BNH/Fidren/Fiplan/Cura	15.649.970	16.648	49.165.580	16.344	214,2
FINAME	13.869.475	14.754	47.914.251	15.928	245,5
FINEP ⁴¹	247.733	263	590.908	196	138,5
FUNGETUR	1.658.136	1.763	8.179.850	2.719	328,4
EBTU/Propav/Aglurb	1.909.437	2.031	8.179.850	2.719	162,7
Títulos de Crédito a Receber	18.878.581	20.083	223.096.919	74.167	252,9
BADESC/CDB	63.207.205	67.241	223.096.919	74.167	252,9
Avais e Fianças	9.315.617	9.910	27.795.799	9.240	198,4
Outras aplicações	1.212.386	1.289	10.944.651	3.638	802,7
Total	160.600.048	170.837	536.582.226	235.032	234,1

Fonte Relatórios da Administração 1983-1984

Estas liberações foram distribuídas pelo Estado de forma que as regiões mais atingidas receberam mais recursos. Neste trabalho de distribuição e pulverização dos recursos teve destaque o trabalho desenvolvido pelas Coordenadorias Regionais que em 1983 realizaram 1064 contratações, sendo 991 fora da região de Florianópolis.

Tabela 27 - Liberação por Região

Liberação por Região	Valor 1983	Em US\$(mil)	VALOR 1984	Em US\$ (mil)	Crescimento % Cr\$
Blumenau	6.107.880	6.497	5.782.174	1.922	(5,3)
Criciúma	4.578.342	4.870	7.686.222	2.555	67,9
Florianópolis	2.789.108	2.967	1.182.761	393	(57,6)
Lages	2.745.411	2.920	2.942.676	978	7,2
Joinville	5.680.540	6.043	7.115.178	2.365	25,3
Chapeco	1.154.423	1.228	4.262.355	1.417	269,2
Subtotal	23.055.704	24.527	28.971.366	9.631	25,7
Aplic. S. Público	4.035.270	4.292	-		(100,0)
Total Aplicações	27.090.974	28.820	25.971.366	8.634	6,9

Fonte: Relatórios da Administração 1983-1984

Em valores totais, em 1983, as coordenadorias regionais liberaram Cr\$ 27.100.000.000,00, sendo que deste total apenas Cr\$ 6.500.000.000,00 de

⁴¹ A diretoria, com base no relato feito pela direito Presidente, deliberou referendar a celebração ocorrida em 19/04/1983 de protocolo de cooperação entre o FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos e só Banco, juntamente com outros bancos, visando estabelecer compromisso de realizar esforços para um maior entrosamento operacional, agilização na tramitação de processos e objetivando proporcionar os meios adequados e de apoio técnico e financeiro as empresas nacionais, beneficiária dos Programas do FINEP.

demandas espontâneas e Cr\$ 20.600.000.000, foram destinadas ao interior do Estado para o apoio emergencial das empresas atingidas pelas enchentes. Em 1984, houve a liberação de Cr\$ 25.970.000.000,00 com expressivo crescimento para a região de Criciúma e Chapecó destinatária de investimentos agroindustriais. A queda na liberação de recursos nas outras regionais deve-se ao fato que as regiões que já haviam recebido apoio financeiro em 1983, e em que, se repetiram as enchentes entre os meses de julho e agosto tiveram uma limitação para recebimentos de recursos. Apenas o BNDES concedeu um crédito suplementar de 400.000 ORTNs, para atender apenas as micro e pequenas empresas. Esta limitação foi necessária para atenuar o risco de crédito do banco, e como forma de melhor atender as pequenas e médias empresas (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO 1983-1984).

O BNDES representou a principal fonte de recursos com 52,00% do total aplicado. Outro marco importante no ano de 1983 é a diminuição da participação dos depósitos a prazo fixo (CDBs) no passivo da instituição de 57,30% em 1982 para 49,00% em 1983, em mais um indicativo da atipicidade da captação de recursos por este meio, indicando que não houve uma guinada ao mercado para a captação de recursos. Isto se deve também, a melhoria nos processos internos, nas buscas de recursos junto a fontes oficiais federais, como Finame, BNDES/POC e o programa especial PROESC que direcionou recursos as empresas atingidas pelas enchentes. Contribui, também, para isso, as resoluções que impediram o aumento do endividamento do Estado e Empresas estatais com o banco. A par disso, no ano de 1984 foi promulgada a Lei nº 4.131, que estabeleceu a obrigação do Estado de Santa Catarina contrair empréstimos externos para liquidar parcialmente as obrigações junto ao BADESC, lastreadas por CDBs. As negociações foram iniciadas em 1984, com a edição da Lei Estadual autorizativa nº 6470 e do parecer favorável do COMOR (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO 1983-1984).

Devido às condições do mercado, o Estado de Santa Catarina não conseguiu contrair novos empréstimos no exterior, tendo em vista que sua própria situação financeira não era favorável. A crise fiscal pela qual o estado passava, inspirava pouca credibilidade aos credores. Embora no passado, o estado tenha captado muitos recursos com fontes internacionais, o estado não conseguiu criar um capital “financeiro” que lhe garantisse uma continuidade na oferta de crédito. O

estado apresentava-se em uma posição ponzi e refém do mercado financeiro, assim como, também se encontrava o Badesc por reflexo da posição do Estado.

Passados os desafios impostos neste ano, em 1984, o banco voltou-se aos princípios operacionais previstos no plano de governo “Carta aos Catarinenses”, que impôs dois objetivos de curto prazo, a capitalização do banco e a seletividade do crédito. A capitalização era importante para a superação da posição ponzi, com o retorno da posição especulativa. Cumprindo o primeiro objetivo, aumentou seu capital por meio da subscrição e integralização de novas ações (Cr\$ 1.500.266.183), passando seu capital social para Cr\$ 8.457.432.576, sendo Cr\$ 4.251.864 com o produto da correção monetária do Balanço do exercício de 1983. O banco ampliou o seu patrimônio líquido de Cr\$ 7.100.000.000,00 para Cr\$ 25.900.000.000,00, o que correspondeu a um crescimento nominal de 265,00% e real de 58,00%. Isto foi possível, em grande parte, pelo aumento do resultado operacional que foi de Cr\$ 13.500.000.000,00 bilhões, um aumento de 252,00% frente ao ano anterior. Também pelo aumento do saldo de aplicação de recursos que passou de Cr\$ 160.000.000.000,00 para Cr\$ 536.600.000.000,00, 234,10% de aumento, que em termos reais representou 10,50% (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO 1983-1984).

A expansão de recursos aplicados teve uma pequena evolução em relação ao ano anterior atingindo o montante de Cr\$ 29.000.000.000,00, que foram distribuídos entre 628 mutuários com um média de Cr\$ 46.000.000,00 por contrato. Este resultado reforçou o posicionamento do banco na busca pela diminuição dos riscos inerentes ao crédito, mas também refletiu a necessidade de atender o maior número de empresas possíveis, atingidas pelas cheias de 1984, tanto da indústria como o comércio que juntos totalizaram 475 operações. Neste ano, ainda, outras 150 operações de crédito foram contratadas com a área rural, em especial para construção de silos e compra de equipamentos.

Dentro da estrutura operacional do banco, em 1983 foi implantado o sistema de computação e processamento de dados, previsto no Plano Diretor de Informática, que buscou dar uma maior eficiência na gestão, como dos contratos inadimplentes e de acordo com as necessidades do banco. Este projeto era importante não só porque significava a instalação do sistema próprio do Badesc, mas também uma independência em relação a utilização do sistema do BESC. Neste período o quadro de trabalhadores se manteve basicamente estável com exceção da incorporação de empregados terceirizados.

Quadro 4 - Evolução do Quadro de Pessoal

Discriminação	Período				1984*
	1980	1981	1982	1983	
Nível Superior	89	103	105	136	133
Nível de 1º e 2º Grau	78	66	67	39	85
Total	167	169	172	175	218

Crescimento decorrente da incorporação ao quadro de pessoal de empregados anteriormente vinculados a empresas prestadoras de serviço. O Banco Utiliza ainda outras 57 pessoas oriundas de diversas empresas, para execução de trabalhos técnicos e atividades de apoio.

Na área organizacional o banco redimensionou suas estruturas internas em diversas áreas, principalmente nas áreas rurais e agroindústrias, reestruturando inclusive seu plano de cargos e salários e o sistema de avaliação dos servidores. E, dando continuidade ao processo de treinamento dos trabalhadores foram realizadas capacitações, por meio de curso promovidos pelo banco. No ano de 1984 o banco investiu fortemente no desenvolvimento gerencial de seus servidores, e grandes partes deles participaram de cursos e seminários que totalizaram mais de 4500 horas de treinamento, um salto expressivo frente ao registrado nos anos anteriores (RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, 1984).

Com o intuito de colaborar com o contínuo processo de capacitação dos seus trabalhadores, em 1984, o Badesc celebrou um Convênio com o Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná S.A.- BADEP, com o objetivo de estabelecer uma cooperação mútua entre os bancos, visando um intercâmbio de experiências, a realização de estudos conjuntos e a adoção de medidas que contribuíssem para uma ação mais eficaz das duas instituições, mormente no que diz respeito à sustentação e ao desenvolvimento das economias de seus Estados e a política de geração/manutenção de empregos. Aliás, a geração e a manutenção de empregos viriam a ser item a ser observado para a concessão de financiamentos nos anos seguintes.

A administração do BADESC a partir deste período (1983) passou a controlar mais rigidamente o orçamento do banco, reconstituindo o Comitê de Orçamento que passava a ter como atribuições:

- Revisar as estimativas das diversas unidades orçamentárias do Badesc;
- Recomendar soluções para eventuais divergências quanto a questões orçamentárias;
- Promover a compatibilização das propostas orçamentárias das diversas unidades do orçamento global do Badesc;
- Receber e estudar os relatórios orçamentários de acompanhamento
- Recomendar a revisão orçamentária;
- Estudar recomendações para alterações nas políticas e processos orçamentários;

Fazer recomendações relativas ao manual de orçamentos.

E passou a adotar indicadores de desempenho para gerenciar a produtividade e eficiência do banco, estabelecendo as medidas de desempenho, como despesas de pessoal, saldo de aplicações, receitas operacionais, de forma que foram estabelecidos indicadores na forma da tabela abaixo.

Tabela 28 - Indicadores de Desempenho 1980-1984

Ano Especificação	1980 (%)	1981 (%)	1982 (%)	1983 (%)	1984 (%)
Lucro Líquido/ Patrimônio Líquido	(26,00)	0,29	19,80	2,37	5,71
Lucro operacional Bruto/ Saldo de aplicações	4,90	5,83	2,56	2,38	2,51
Despesas de Pessoal e encargos/ Saldo aplicações	2,67	1,79	1,24	0,91	0,58
Despesas de Pessoal e Encargos/ Receitas Operacionais	9,56	4,54	3,20	1,72	0,81
Ativo permanente/ Patrimônio líquido	3,75	4,62	3,32	33,87	26,47

Fonte: Relatórios da Administração 1980-1984

As despesas com pessoal apresentaram uma queda significativa em virtude da adoção de política de contenção de gastos pelo banco, caindo de 3,2 em 1982 para 0,81 em 1984. A queda apresentada no período de 1980 a 1982 é explicada pelo aumento no volume de aplicações, efeito decorrente da forte emissão de CDBs feito a época.

A queda da lucratividade em 1984 é decorrente do aumento dos custos de captação de recursos no mercado financeiro por meio da emissão de CDBs, que não estavam favoráveis a instituição e a exigência do recolhimento de depósitos compulsórios, além do tabelamento de juros por parte do Banco Central. A preocupação com o aumento de custos ficou explícita em uma reunião da diretoria em 12 de abril de 1984, que remeteu o assunto ao Conselho de Administração. Conforme exposição na ata, o aumento da taxa de juros dos certificados foi uma condicionante do mercado para a rolagem dos CDBs, e das dívidas do Estado. Neste ano a economia brasileira voltou a crescer, mas a alta da inflação que chegou a 223%, fez subir a taxa de juros e como consequência agravou a situação financeira do Badesc e fiscal do estado.

(...) ELEVAÇÃO DAS TAXAS DE CORRETAGEM NA CAPTAÇÃO DE DEPÓSITOS A PRAZO FIXO.

Encaminhamento da exposição justificativa ao conselho de administração. Com fundamento no pormenorizado relato a que procedeu o Diretor da Área Financeira, a diretoria deliberou encaminhar ao Conselho de Administração do Banco a exposição justificativa a seguir transcrita na sua íntegra: "EXPOSIÇÃO JUSTIFICATIVA. Da Diretoria ao Conselho de Administração. Assunto: Elevação das Taxas de Corretagem na Captação de Depósitos a Prazo Fixo. Data: Florianópolis (SC) 12 de abril de 1984) Senhor Presidente. O artigo 60 do Decreto lei nº 2072, de 20 de dezembro de 1983, equiparou

nas captações depósitos a prazo fixo com emissão de certificados o deságio a juros, para fins de tributação. Em decorrência do que, as instituições integrantes do Sistema Nacional de Distribuição (Corretoras e Distribuidoras de Valores) **passaram a efetuar as captações de depósitos a prazo fixo coma incidência de taxas de corretagem em percentuais bastante significativos**, em detrimento da taxa de juros expressa na cláusula de remuneração de certificados emitidos, muito embora sem alterar o custo financeiro dessas operações. **Com essa prática tornou-se comum no Mercado de Capitais e, por isso mesmo, condicionante à captação de recursos sob a modalidade referida**, esta diretoria viu-se igualmente compelida a adotá-la, eis que, em **assim não procedendo, não encontraria tomadores para os CDBs que o banco emite, o que inviabilizaria a renovação das operações de empréstimos realizadas com o Governo do Estado, autarquias e empresas estatais cujos recursos provêm da colocação desses papéis**. Isto posto e por entender que se trata de matéria compatível com as atribuições do Órgão Superior da Administração do Banco, decidiu esta diretoria submeter a referenda desse Conselho a prática adotada, tal como explícita. Atenciosamente (a) Conrado Morro. Diretor presidente- Evandro Muller de Castro Diretor- Hulf Buddemeyer diretor e Marco Aurelio Gracia Diretor. (...) (**Grifo meu**)

Ainda, em virtude disso, o lucro líquido do banco apresentou uma forte queda em 1983, não ultrapassando os Cr\$ 169.300.000.000,00, muito longe dos Cr\$ 542.400.000.000,00 vistos em 1982, mas após ajustes e esforços empenhados pelo banco em 1984 foi apresentado o expressivo resultado de Cr\$ 1.479.097 de lucro líquido, um resultado muito satisfatório frente aos desafios vividos pela economia catarinense.

Tabela 29 - Evolução da Situação Líquida- Valores- Cr\$ Mil 1980-1984

Discriminação	Período				
	1980	1981	1982	1983	1984
Capital Social	348.239	676.065	1.471.948	2.715.410	8.487.432
Reservas	183.877	607.744	1.267.727	4.322.476	16.120.149
Resultados Acumulados	(105.271)	(214.381)	-	105.397	1.314.936
Patrimônio Líquido	426.845	1.069.428	2.739.675	7.143.283	25.902.517
Lucro/ Prejuízo do Exercício	(111.010)	3.154	542.407	169.271	1.479.097

Fonte: Relatórios da Administração 1980-1984

Tabela 30 - Evolução da Situação Líquida- Valores- em US\$ (mil)

Discriminação	Período				
	1980	1981	1982	1983	1984
Capital Social	5.423	5.390	6.011	2.888	2.821
Reservas	2.863	4.845	5.177	4.598	5.359
Resultados Acumulados	(1.639)	(1.709)	-	112	437
Patrimônio Líquido	6.647	8.526	11.188	7.599	8.611
Lucro/ Prejuízo do Exercício	(1.728)	25	2.215	180	491

Fonte: Relatórios da Administração 1980-1984

Conforme tabela acima, o patrimônio líquido do Badesc teve um crescimento expressivo na ordem de 262,60 %, entretanto este aumento ocorreu devido à aplicação anual do índice de correção monetária de 215,30%.

Contribuíram, ainda para este incremento o aumento de capital realizado de Cr\$ 1.500.000.000,00 bilhão⁴², e o lucro líquido alcançado em 1984, de Cr\$ 1.480.000.000,00. De outro lado, o mais importante deste resultado foi o resultado acumulado dos últimos anos, em que o Badesc saiu de um prejuízo acumulado de Cr\$ 214.400.000,00, em 1981, para um lucro de Cr\$ 1.300.000.000,00, em 1984. Isto trouxe, momentaneamente uma tranquilidade quanto ao futuro da instituição. Contribuindo, também, para a estabilidade do banco, decidiu-se por não mais realizar operações de Lease-Back em virtude do grau de imobilização do capital próprio que importava neste tipo de operação, que em 1983 atingiu 33,7%. Além de decidir por não mais realizar este tipo de operação o Badesc decidiu comercializar estas operações que estavam em carteira (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO 1983-1984).

Cabe constar, ainda, que neste período, no exercício da função de agente de desenvolvimento do Estado de Santa Catarina o Badesc prestou apoio para a implantação do Centro Regional de Tecnologia em Informática, que com a parceria de empresas de renome nacional, possibilitou a implantação no Estado de um centro de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, voltado ao desenvolvimento de novos produtos, equipamentos e sistemas de caráter tecnológico inovativo, cujos processos não era dominados pela tecnologia nacional. Em outras linhas, buscando incentivar e fomentar o desenvolvimento econômico, ao lado do social, o Badesc executou o Programa Estadual Para a Construção de Armazéns Comunitários, que tinham como intenção dar origem a mini agroindústrias que de caráter comunitário e associativo. Para isso o banco uniu e organizou de 10 a 20 agricultores em cada projeto para utilização em comum de máquinas agrícolas, pequenas fabricas de rações, silos para armazenagem de grãos e regulagem de estoques, o se mostrou fundamental para a agricultura, em um período em que 20,00% da produção estadual não contava com local para armazenamento. Só para a construção de armazéns com capacidade para 15/20 mil sacos o investimento gerou uma economia de US\$ 117 milhões. (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO 1983-1984)

Foi também neste período, em 1983, que o Badesc se associou a ALIDE- Associação Latino-Americana de Instituições financeiras de Desenvolvimento, por

⁴² . A Codesc havia manifestado a intenção em subscrever e integralizar novas ações no valor de Cr\$ 1.500.000.000,00

meio do apoio Vice-presidência de recursos e operações Internacionais do Banco do Brasil S.A.

4.2 DECLÍNIO NA ARRECADAÇÃO DO ESTADO

Como relatado, nestes dois anos, em virtude da crise econômica e da paralização das atividades produtivas nas regiões atingidas pelas enchentes, houve uma queda significativa na arrecadação de ICM. Os efeitos econômicos foram tão graves que ocasionaram uma queda de 3,80% no PIB de Santa Catarina, e por consequência uma queda expressiva de 9,77% da receita efetiva do estado. Por isso, a relação PIB/RECEITA EFETIVA que em 1982 foi de 12,4 caiu para 11,7 no exercício de 1983. Ainda, a relação Receita efetiva/População apresentou queda de Cr\$ 59,71 para Cr\$ 52,84 por habitante no período.

Tabela 31 - Arrecadação ICM Mês a Mês- Período 1982-1984

Mês	1982		1983		1984	
	Val. correntes	Em US\$	Val. correntes	Em US\$	Val. correntes	Em US\$
Janeiro	707.217.327	2.888.251	739.926.698	787.156	547.654.127	182.065
Fevereiro	657.911.350	2.686.887	652.173.744	693.801	600.591.017	199.664
Março	540.133.293	2.205.886	600.821.453	639.171	552.574.762	183.701
Abril	545.420.982	2.227.480	598.053.434	636.227	546.761.674	181.769
Maio	687.359.255	2.807.152	628.861.745	669.001	596.928.404	198.446
Junho	613.401.450	2.505.110	526.814.613	560.441	554.954.889	184.492
Julho	614.903.287	2.511.244	456.803.727	485.961	539.801.293	179.455
Agosto	658.615.009	2.689.761	494.721.983	526.299	530.787.948	176.458
Setembro	568.158.765	2.320.341	443.536.042	471.846	483.983.758	160.898
Outubro	611.714.121	2.498.219	456.320.648	485.447	533.007.659	177.196
Novembro	583.060.420	2.381.199	439.014.339	467.036	542.938.668	180.498
Dezembro	591.779.485	2.416.807	452.521.028	481.405	629.157.763	209.161
Total	5.691.672.273	23.244.598	3.719.968.040	3.957.412	4.085.604.812	1.358.246

Fonte: Prestação de Contas. 1982-1984

Conforme a tabela acima, houve uma significativa queda da arrecadação de ICM no exercício de 1983, sendo esta a principal fonte de arrecadação do estado. Entretanto esta queda também foi provocada pelo aumento das exportações, que contavam com privilégio legal da isenção. Por isso, houve uma queda muito maior na arrecadação no que propriamente no PIB. Esta frustração na arrecadação das receitas reforçou a posição Ponzi do Estado, em virtude de sua maior necessidade de rolagem das dívidas e de sua sujeição as condições desfavoráveis impostas pelo mercado.

Tabela 32 - Arrecadação Tributária 1980-1984

Ano	Receita Tributária	Em US\$	Arrecadação ICM estadual	Em US\$
-----	--------------------	---------	--------------------------	---------

1980	6.982.153.329	108.739.344	5.476.044	85.283
1981	5.497.226.052	43.830.537	5.399.445	43.050
1982	7.309.110.851	29.850.162	5.691.672.273	2.324.459
1983	4.768.660.136	5.073.042	3.719.968.040	3.957.412
1984	5.206.011.403	5.538.310	4.085.604.812	4.346.388

Fonte: Prestação de Contas. 1980-1984

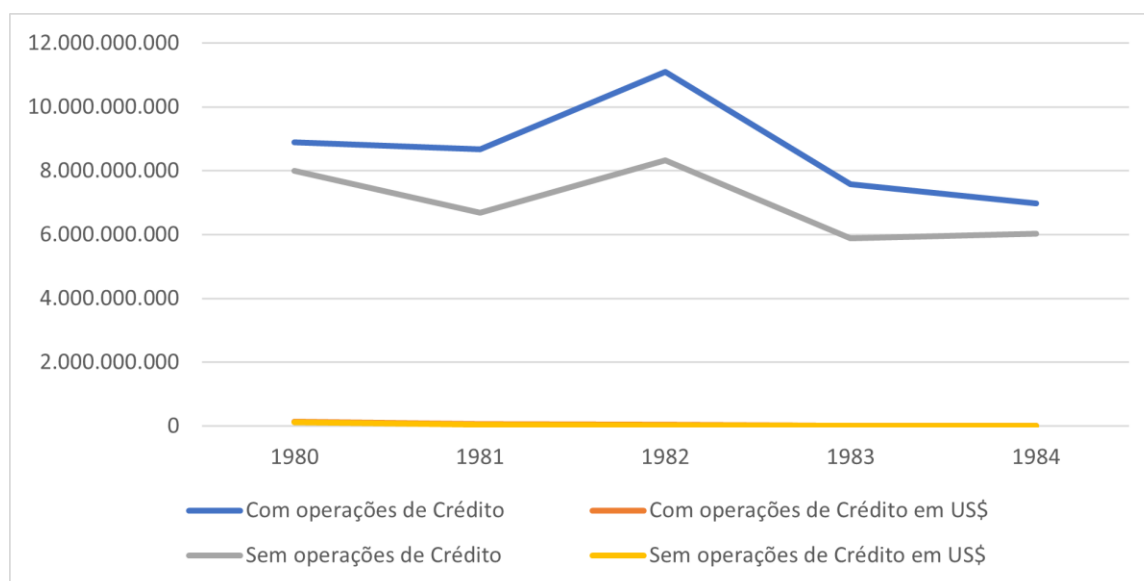
Além da queda da receita arrecadada, o ano de 1983 apresentou uma receita com operações de crédito inferiores ao triênio anterior, o que dificultou, ainda, mais as ações do estado, não somente contra os impactos econômicos trazidos pelas enchentes, mas também, em relação ao seu endividamento frente ao Badesc.

Tabela 33 - Receita Efetiva 1980-1984

Ano	Com operações de Crédito	Com operações de Crédito em US\$	Sem operações de Crédito	Sem operações de Crédito em US\$
1980	8.897.107.460	138.562.645	7.987.943.741	124.403.422
1981	8.664.441.861	69.083.414	6.675.223.080	53.222.955
1982	11.092.599.946	45.301.804	8.334.934.595	34.039.592
1983	7.569.909.337	8.053.095	5.878.713.646	6.253.950
1984	6.967.544.166	7.412.281	6.020.919.544	6.405.233

Fonte: Prestação de Contas. 1980-1984

Gráfico 3 - Receita Efetiva 1980-1984



Fonte: Prestação de Contas. 1980-1984

No ano de 1984 as operações de crédito do estado foram reduzidas a quase metade do ano de 1983 e um terço do ano de 1982.

Tabela 34 - Receitas de Capital 1980-1984

Ano	Alienação de bens moveis e imóveis	Transferências de capital	Operações de crédito	Total
1980	1.438.798	706.122.271	1.058.014.461	1.765.575.531
1981	12.002.352	693.275.967	2.064.809.095	2.770.087.414
1982	4.052.247	835.282.699	2.926.986.002	3.766.320.950

1983	110.565.000	682.583.572	1.819.050.085	2.501.744.224
1984	229.496.000	378.086.930	1.046.304.194	1.424.620.621

Fonte: Prestação de Contas. 1980-1984

Além da queda apresentada na arrecadação de receitas de capital, as receitas correntes também apresentaram uma forte contração no biênio das enchentes no estado.

Tabela 35 - Receitas Correntes 1980-1984

Ano	Tributária	Patrimonial	Industrial	Outras. Rec. Correntes	Trans. Correntes	Total
1980	6.982.153.329	28.016.276	-	330.152.000	410.582.137	7.750.872.557
1981	5.497.226.052	47.659	-	263.747.731	462.577.095	6.223.603.237
1982	7.309.110.851	18.427.683	-	203.502.817	476.323.279	8.007.364.632
1983	4.768.660.136	47.021	-	322.757.076	2548.986.050	5.640.450.259
1984	5.206.011.403	35.818	-	318.152.892	752.405.831	6.276.605.945

Fonte: Prestação de Contas. 1980-1984

Diante da forte queda de arrecadação, o estado apresentou um expressivo déficit em valores nominais de Cr\$ 275 bilhões além de outros Cr\$ 299 bilhões de déficits decorrentes de variação cambial e correção monetária. Com este resultado o Passivo a Descoberto passou de Cr\$ 68 para Cr\$ 344 bilhões.

Em valores atualizados assim se mostram os superávits e déficits do período.

Ano	Déficit	Superavit	Resultado cumulado
1980	160.720.803	--	314.170.550
1981	--	10.229.089	168.001.895
1982	983.218.460		-897.206.101
1983		236.502.266	-55.829.221
1984	363.849.682		-381.567.167 *

Fonte: Prestação de Contas. 1980-1984

Em 1983 o endividamento já se mostrava preocupante, pois a dívida somada já correspondia a 2,3 orçamentos ou 2,5 vezes a receita corrente líquida⁴³, evidentemente uma posição ponzi.

Se não bastasse esta dramática situação, como relatado, no ano de 1984 novas cheias assolaram o estado, trazendo novos impactos econômicos nas atividades produtivas e nas contas públicas. No exercício de 1984 foram registradas melhoras na arrecadação tributária frente ao exercício de 1983, mas ainda insuficiente para alcançar os níveis vistos no exercício de 1982. Isto contribuiu para o agravamento da crise financeira do estado.

⁴³ No período de 1979/1983 para cada cruzeiro de receita gerados pelo estado são gerados quatro cruzeiros de despesa pela dívida

Tabela 36 - Arrecadação Mensal ICM 1982-1984

Mês	ICM-estadual 83	Total 1983	ICM. Estadual 84	Total 1984
Janeiro	739.926.698	925.233.850	547.654.127	685.043.102
Fevereiro	652.173.744	815.477.105	600.591.017	750.920.191
Março	600.821.453	752.217.485	552.574.762	691.555.060
Abril	598.053.434	747.889.366	546.761.674	683.729.701
Maio	628.861.745	785.755.881	596.928.404	746.593.842
Junho	526.814.613	658.799.845	554.954.889	694.938.832
Julho	456.803.727	571.234.595	539.801.293	675.063.872
Agosto	494.721.983	618.693.715	530.787.948	664.974.757
Setembro	443.536.042	557.259.062	483.983.758	605.951.119
Outubro	456.320.648	570.798.815	533.007.659	667.216.288
Novembro	439.014.339	549.412.758	542.938.668	679.840.816
Dezembro	452.521.028	567.273.068	629.157.763	790.189.717
Total	3.719.968.040	4.655.695.300	4.085.604.812	5.116.117.173

Fonte: Prestação de Contas 1983-1984

Todos estes efeitos contribuíram para um salto da dívida fundada interna do estado nos anos de 1983 e 1984.

Tabela 37 - Dívidas Fundadas Internas e Externas 1980-1984

Ano	Dívida Fundada Interna	Dívida Fundada Interna em US\$	Dívida Fundada Externa	Dívida Fundada Externa Em US\$	Total	Total em US\$
1980	2.299.418.835	35.810.914	3.187.434.841	49.640.785	5.486.853.676	85451700
1981	3.949.476.814	31.490.008	3.552.071.693	28.321.413	7.501.548.507	59.811.421
1982	7.425.207.731	30.324.298	3.665.270.382	14.968.840	11.090.478.113	45.293.139
1983	7.060.402.505	7.511.066	5.795.111.880	61.65.012	12.855.514.385	13.676.079
1984	8.138.771.322	8.658.267	6.593.615.749	70.14.484	14.732.387.071	15.672.752

Fonte: Prestação de Contas 1980-1984

A relação receita tributária e dívidas fundadas apresentaram um contínuo crescimento no início da década.

Tabela 38 - Relação Receita Tributária Dívida Interna e Externa 1980-1984

ANO	Receita Tributária	Em US\$	Dívida Fundada Interna e externa	Em US\$	% na arrecadação tributária
1980	6.982.153.329	108.739.344	5.486.853.676	85.451.700	78,58
1981	5.497.226.052	43.830.537	7.501.548.507	59.811.421	136,46
1982	7.309.110.851	29.850.162	11.090.478.113	45.293.139	151,73
1983	4.768.660.136	5.073.042	12.855.514.385	13.676.079	370,94
1984	5.206.011.403	5.538.310	14.732.387.071	16.672.752	282,98

Fonte: Prestação de Contas 1980-1984

O crescimento da dívida observado no início da década, foi decorrente mais decorrente da variação cambial e correção monetária que propriamente por

novas operações de crédito⁴⁴. O estado estava refém das condições de mercado, em um momento em que estas apresentavam-se completamente desfavoráveis.

4.3 ADMINISTRAÇÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA-RAET

Passados o período das cheias, que marcariam os dois primeiros anos do segundo período, os anos seguintes de 1985 e 1986 seriam marcados por uma certa estabilidade na condução dos negócios do banco, mas a preocupação acerca inadimplência dos mutuários já anunciaria os problemas a serem enfrentados nos anos seguintes.

No ano em que completava 10 anos de existência, o Badesc além de enfrentar a inadimplência, teve que se ocupar com as consequências desta. Muito embora, ser o processo de capitalização contínuo, como eram integralizados baixos valores, a estrutura de capital era frágil. A inadimplência de qualquer dos contratos de maior vulto, poderia levar a situação de iliquidez. Em 1985 o capital subscrito e integralizado do banco era de Cr\$ 28.186.888.914, e a provisão para devedores duvidosos alcançava o expressivo montante de Cr\$ 6.651.194.887. Além disso, o baixo capital social, importava em operar com expressiva dependência dos repasses de recursos das fontes oficiais federais, operações que não eram lucrativas, tendo em vista que o banco recebia apenas uma pequena “comissão” pela administração dos recursos, mas em troca assumia o risco total pela inadimplência do contrato. Somente com o início da captação de recursos por meio dos CDBs é que o banco pode ver um aumento em suas margens de operação, reguladas pelos spreads das operações. Entretanto, a medida em que o banco captava mais recursos no mercado, mais crescia seu custo administrativo, com aumento das despesas de pessoal e operacional.

Muito embora, a ideia de captação de recursos no mercado tenha sido a saída encontrada pela administração do Badesc para fazer frente à escassez de recursos e que, em um primeiro momento tenha sido crucial para a sobrevivência do banco, pois foi por meio dele que o banco deixou de operar no prejuízo, a administração não conseguiu medir adequadamente os riscos destas operações, primeiramente porque não contava que o grande destinatário dos recursos, o Governo do Estado e outras empresas estatais, pudessem inadimplir os contratos e,

⁴⁴ Para cada CR\$ 100 de receita efetiva, nos anos 80 a 84 a montante da dívida era, respectivamente de 85, 122, 174, 214 e 286 cruzeiros, os encargos incorporados eram de 172, 151, 164, 437 e 953 cruzeiros

por segundo, que para fazer frente a inadimplência estatal, o custo da rolagem dos CDBs viesse a se tornar demasiadamente custoso, com um aumento significativo dos juros pagos para recolocar os CDBs no mercado, e por terceiro, a administração não contava que devido à crise o valor dos resgates dos CDBs seriam muito maior que a emissão.

Isto porque, na medida que no ano de 1986, a recuperação econômica iniciada em 1985 levou a um aumento da demanda, com uma reorientação das disponibilidades financeiras, que se de um lado aumentaram os investimentos no setor produtivo, com a aplicação da capacidade produtiva e aumento do emprego, de outro levou a uma diminuição da poupança interna.⁴⁵ Isto causou um desequilíbrio no capital do banco, de forma que seu patrimônio líquido não era mais suficiente para cobrir o máximo de alavancagem determinado pelo Banco Central. Outro fato que dificultou a administração dos certificados foi a mudança legal que reduziu o resgate dos CDBs de 360 para 180 dias, posteriormente para 90,60 e 30 dias, diminuindo a previsibilidade dos recursos, com a consequente distorção do fluxo de caixa Badesc, provocado pelo descasamento entre aquilo que gastava com o resgate dos títulos, e aquilo que ele recebia como pagamento de seus financiamentos. As obrigações com resgates de CDBs concentraram-se cada vez mais no curto prazo, expondo a posição Ponzi do BADESC.

Este problema, inclusive levou a uma mudança na sistemática de fixação da taxa de juros moratórios, que passaram a ser fixados de acordo com as seguintes diretrizes, apresentadas à diretoria do banco por preposição do diretor presidente (ATA REUNIÃO DA DIRETORIA, 1986).

SISTEMÁTICA DE FIXAÇÃO DA TAXA DE JUROS MORATÓRIOS.

Com base na proposição apresentada pelo diretor presidente e considerando:

- a) Que o banco precisa captar recursos através da colocação de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e recibos de depósito bancário (RDBs) para cobrir a inadimplência de alguns dos seus mutuários. (grifo meu)

⁴⁵ Nesse contexto, o Badesc se inseriu atuando especialmente através de “operações programas” mediante sistemática operacional que agilizou sobremaneira o atendimento da demanda por investimentos realizando 1090 operações com micros, pequenas, medias e grandes empresas, repassando recursos da ordem de Cz\$ 641,4 mil das Agencias BNDES, CEF, Banco Central, BNH e próprios. Nas operações programa cabe destaque para o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo em Santa Catarina, BADESTUR com aplicação no exercício de Cz\$50,2 milhões e o Programa de Controle Ambiental- PROCAN que aplicou Cz\$ 26,9 milhões, além da aprovação em 1987 dos programas de aparelhamento do Setor Têxtil- PROTEXTIL; de Suinocultura- PROSUINO; Integrados de Avicultura.

b) A necessidade de compatibilizar os encargos de mora a serem cobrados nos financiamentos concedidos pelo banco com o custo de captação desses recursos; a diretoria resolveu, em revogando as disposições em contrário, estabelecer, como segue, uma nova sistemática de fixação da taxa de juros moratórios.

A taxa de juros moratórios constantes dos instrumentos contratuais referentes as operações firmadas pelo banco será determinada mês a mês, e resultara da descapitalização, para período de 30 dias, da taxa média anual ponderada praticada na captação de depósitos a prazo no mês imediatamente anterior, acrescida de 11% (onze por cento) ano; Caberá ao Departamento Financeiro/ Divisão de Captação informar a Diretoria a Taxa mensal aludida no item anterior; Excetuando-se destas normas as operações de crédito rural, nas quais será observada a legislação específica (Resolução nº 005/86)

A compreensão das consequências destas operações, foi crucial para entender, em grande parte, as dificuldades enfrentadas pelo Badesc nas décadas de 1980 e 1990, de modo que, entende-se o período de 1980-1982 como um período chave na história da instituição, pois suas relações financeiras se arrastam no tempo fazendo parte de seu processo endógeno (MINSK 2013). Isto porque, pode-se estabelecer que o Badesc inicia a captação de CDBs por 3 motivos: 1) O choque do petróleo causou uma crise financeira internacional, fazendo secar as fontes de recursos federais, principal fonte de recursos da BADESC, já que era um banco repassador. Isto ocorre também, porque o governo federal se financiava por meio de empréstimos internacionais, como esta fonte de recursos secou para o governo federal, este também ficou sem recursos para repassar para o BNDES e Bacen. O BADESC então sem fontes de recursos federais (1 motivo), e apresentando prejuízos em seu balanço em 1979, decide como forma de aumentar sua geração de receita captar recursos no mercado, por meio dos CDBs, no qual este não receberia somente uma taxa de administração, mas propriamente um spread, da diferença entre os juros pagos na captação e os obtidos na concessão de empréstimos(2 motivo). Além disso, estes recursos obtidos por meio de CDBs destinar-se-iam a administração pública direta e indireta do Estado, o que em tese resultaria em uma inadimplência zero. O Badesc só não contava, justamente, com a inadimplência do Estado (3º motivo).

Os CDBs foram emitidos pelo Badesc, como forma de empréstimo ponte para o Estado, já que este tinha a promessa do Governo Federal (BACEN) de receber um empréstimo a longo prazo, o que nunca se concretizou. Este fato levou posteriormente as intervenções do BESC e BADESC, pois os CDBs eram emitidos pelo Badesc, que financiava o Estado e outros entes da administração pública

indireta, mas que eram colocados no mercado por meio do BESC que era responsável pela sua venda e resgate. À medida que as pessoas foram resgatando os CDBs para gastar com consumo, durante a estabilidade promovida pelo Governo Sarney, o BESC se viu obrigado a honrar com o CDBs, pagando pelo seu resgate, mas sem receber a contrapartida dos recursos por parte do BADESC, já que este não os tinha, pois o Estado não honrava seus contratos juntos a esta instituição.

Por conta disso, o BESC se viu obrigado a captar recursos no mercado interbancário por meio da emissão de CDIs (trocando CDBs por CDIs), e quando sua credibilidade não mais garantia a captação de recursos, o BESC procurava “o emprestador de última instância”, o Banco Central do Brasil, para realizar o redesconto, que é a última opção para os bancos em dificuldade de liquidez. Isto chamou atenção do BACEN que decidiu decretar um Regime Administração Especial Temporária-RAET, em 1987. Esta administração foi pactuada com autoridades e com o futuro governador do Estado, Sr. Pedro Ivo Campos.

Muito embora, durante a sua primeira década de existência o Badesc tenha desempenhado sua função como agente do desenvolvimento, e esta tenha sido exercida de forma muito satisfatória, aplicando as diretrizes e objetivos da política financeira traçados pelo Estado de Santa Catarina, a relação com seu acionista controlador não foi benéfica para a instituição. Apesar do Estado nunca promover de maneira satisfatória os recursos de capital necessários para manutenção e ampliação das operações do banco, este em 1982, utilizou a instituição para financiar despesas correntes, por meio de operações de curto prazo (CDBs), que não foram honradas.

Em depoimento à Comissão Parlamentar de inquérito-CPI (de 1987) instalada para apurar a situação do BESC, o então presidente da instituição, Sr. Carlos Possoli Junior expôs o grave problema por qual passava a instituição, afirmando que entre 4 julho e 12 de setembro de 1987, venceram CDBs no montante de aproximadamente Cr\$ 33.000.000.000,00, sendo que deste total Cr\$ 7.000.000.000,00 eram de responsabilidade do BRDE e Cr\$ 26.000.000.000,00 do Badesc. Todos estes CDBs foram honrados pelo BESC, que sem recursos próprios teve que socorrer-se no Banco Central, ficando o BADESC e o BRDE devedores do BESC por estes mesmos valores. Para resolver esta situação, o “emprestador de última instância”, Banco Central, celebrou com o BADESC E BRDE contratos de financiamentos, nos mesmos valores, para saldarem suas dívidas com o BESC,

com prazos de carência e outras condições muito mais vantajosas que novas emissões de CDBs. Esta situação quase determinou a liquidação dos bancos, e que só se salvaram por meio da adoção de uma administração compartilhado com o Banco Central-chamado de Regime de Administração Especial Temporária-RAET (RELATÓRIO CPI, 1987).

O RAET foi um criado em 25 de fevereiro de 1987 e possibilitou o Banco Central assumir a direção das instituições financeiras que passavam por dificuldades em virtude dos abusos cometidos por seus acionistas controladores. O regime previa a destituição da diretoria e a nomeação de um conselho diretor composto por técnicos do Banco Central. Antes da criação do RAET o Banco Central tentou por outras vias administrativas realinhar as operações dos bancos públicos, promovendo a liquidez necessária para o equilíbrio e estabilidade das instituições, mas em virtude da resistência encontrada por parte de alguns governadores como do Estado do Rio de Janeiro Sr. Leonel Brizola, não sobrou outra alternativa ao Banco Central senão a instituição do RAET, para incluir a possibilidade da submissão ao regime de administração temporária. As três soluções possíveis antes estabelecidas pela lei que regia o sistema financeiro nacional eram: a exclusão da câmara de compensação, a intervenção ou a liquidação extrajudicial.

Embora, o então governador eleito Sr. Pedro Ivo Campos concordasse com a solução apresentada pelo próprio Presidente da República, de submeter os bancos estaduais de Santa Catarina ao Regime de Administração Especial, outros governadores reagiram fortemente contrários à decretação do RAET em seus bancos, tratando o tema como disputa política. Mesmo assim, dois dias após a criação da RAET, foi decretado o regime especial em diversos bancos estaduais, que em alguns casos resultaram em liquidação extrajudicial, ou incorporação de suas carteiras aos bancos comerciais dos estados.

Quadro 5 - Bancos Estaduais sob Regime do RAET

Banco	Data da decretação/ fim do regime
Banco de Desenvolvimento do Ceara	26/02/1987-30/12/1988*
Banco de Desenvolvimento do Maranhão	26/02/1987-28/11/1988*
Banco de Desenvolvimento do Rio de Janeiro	26/02/1987-28/06/1989*
Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina	26/02/1987-27/02/1989
Banco do Estado do Rio de Janeiro- BANERJ	26/02/1987-27/02/1989
Banco do Estado de Mato Grosso	26/02/1987-27/02/1989
Banco do Estado do Ceara	26/02/1987-22/09/1988
Banco do Estado do Maranhão	26/02/1987-22/09/1988
Banco do Estado de Santa Catarina	26/02/1987- 27/02/1989

Banco do Estado da Bahia	18/03/1987-17/03/1989
Banco de Desenvolvimento da Bahia	18/03/1987-17/03/1989
Banco Crédito Real de Minas Gerais	15/05/1987-15/05/1989
Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais	15/05/1987-15/05/1989
Banco do Estado do Pará	29/05/1987-29/05/1989
Banco do Estado do Amazonas	18/03/1987-17/03/1989
Banco de Desenvolvimento de Goiás	29/05/1987-29/05/1989**
Banco do Estado de Alagoas	05/09/1989-04/09/1991
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	14/03/1990-31/07/1992
Banco do Estado do Acre	07/05/1989-31/07/1990
Banco do Estado do Piauí	07/06/1989-20/09/1990
Banco do Estado de Pernambuco	27/09/1991-17/03/1992
Banco do Estado de São Paulo	30/12/1994-26/12/1997
Banco do Estado de Rondônia	20/02/1995-14/08/1998

Fonte: Google; *Foi liquidado extrajudicialmente. **Incorporado do BEG

No caso do Badesc, o regime foi decretado em 26 de fevereiro de 1987 pelo Banco Central do Brasil, processo que ficou popularmente conhecido como intervenção, embora, não se tratava tecnicamente de uma intervenção. Em que pese, os documentos produzidos pelos técnicos do Banco Central no período 1987-1988 estejam sob sigilo, a conjuntura apresentada pelo Banco indicava os motivos da intervenção: a inadimplência (principalmente estatal) e desvios administrativos, como a não observância das normas de concessão de crédito, constituição e manutenção de garantias. Estas condições para a instabilidade (motivos da intervenção), foram criados na busca por lucro (do profit-seeking), por meio de inovações financeiras, que criaram as condições da instabilidade. (MINSK, 2013).

De fato, a situação do sistema financeiro estadual era extremamente delicada. O BESC apresentava em 25 de fevereiro de 1987 reserva bancária negativa no valor aproximado de Cz\$ 1.765 milhões, o que foi provocado, justamente, pelos resgates dos CDBs de emissão de o BADESC (Cz\$ 783.400) e do BRDE (Cz\$ 657.000) e saldo devedores da BESCVAL (Cz\$ 259.000) e BESCREDI (cz\$ 2.000) em decorrência da compra de CDIs, daqueles para regularização dos saldos devedores⁴⁶.

Ocorria, no período, uma “ciranda financeira”, na qual a posição negativa dos CDBs, vinha sendo coberta com a colocação de CDIs no mercado pelas empresas e pelo próprios BESC, desde junho de 1986. O BESC funcionava como um caixa único de todo o sistema financeiro estadual. Embora os custos foram repassados ao cliente final (Estado de Santa Catarina) estas operações ficavam

⁴⁶ A situação era tão grave que os interventores do BESC proibiram os gerentes de agência de pagar os cheques do Governo do Estado e não houvesse fundos suficientes em conta.

cada vez mais custosas ao tesouro, de modo que os juros passaram no ano de 1986 de 3,00% para 6,00% ao mês. Em algumas oportunidades foram contratados empréstimos de liquidez junto ao Banco Central, na tentativa de minorar os custos. Se esta situação por si só, já se mostrava desesperadora, o pior ainda viria acontecer em fevereiro de 1987, quando notícias veiculadas por meios de comunicação passaram a anunciar a iliquidez do BESC, gerando temor no mercado, que passou a recusar títulos de sua emissão, justamente no momento em que este era totalmente dependente do sistema Financeiro Nacional.⁴⁷

Esta dependência excessiva do mercado para a rolagem da dívida estadual foi o principal problema das instituições financeiras do estado. Neste período, a aplicação de recursos do BADESC e do BESC no estado de Santa Catarina era de 70-65% respectivamente. Assim, como no Badesc, no BESC as operações problemáticas estavam concentradas no Estado de Santa Catarina e nas empresas estatais do Estado, especialmente a Casan, que juntos eram responsáveis por 44 a 63% de todas as operações. Esta concentração dos financiamentos, expôs o Badesc e o BESC ao risco do emprestador e refletindo a posição do estado.

Tabela 39 - Comparativo Total Aplicado e Dez Maiores Devedores. Em Cr\$ Milhões/ Cz\$ Mil

Mês	Total aplicação	10 maiores devedores	%	Estado e estatais	%
Jun/82	31.001	16.218	50	15.185	49
Dez/82	58.227	29.261	50	27.470	47
Jun/83	86.259	45.521	53	42.167	49
Dez/83	168.665	90.587	54	86.176	51
Jun/84	420.220	200.469	67	182.841	44
Dez/84	802.929	569.740	71	374.716	47
Jun/85	1.609.497	1.156.763	68	760.071	45
Dez/85	2.467.203	1.857.014	75	1.332.572	54
Jun/86	3.497.162	2.648.598	76	2.037.675	58
Dez/86	4.578.545	2.760.075	60	2.467.166	54
Fev/87	6.447.344	4.430.846	69	4.038.573	63

Fonte: Relatório do Banco Central

Foi justamente esta situação que acarretou a decretação do regime de administração especial temporária, mas pode ser compreendida, ainda como reflexos econômicos da paralisação das atividades produtivas em decorrências das enchentes de 1983 e 1984, aliada à estiagem prolongada vista no ano de 1985. Nestes anos, a arrecadação tributária do Estado, em especial de ICM- imposto sobre

⁴⁷ Esta situação foi parecida aquela vivida pelo Crédit Mobilier, quando rumores sobre a sua situação financeira o impediu de colocar novos títulos no mercado levando-o a derrocada.

a circulação de mercadoria apresentou um declínio muito grande, o que se certo modo impediu o estado de honrar com seus compromissos, apesar do BESC apresentar no período significativos aumentos de capital. De modo, que se pode afirmar que houve a escolha de salvamento do banco comercial em detrimento do Banco de Desenvolvimento. Somente o aumento de capital promovido no BESC em 1985, era equivalente a todo capital social integralizado no Badesc até aquele ano.

Tabela 40 - Aumentos de Capital Social BDE e BESC

AGO*/AGE de homologação data	Aprovação no Bacen	Aumento de capital em CR\$ Milhões	
		De	Para
15/01/1962	14/06/1962	0,3	-
28/03/1966	22/08/1966	0,3	1,2
28/08/1967	29/01/1968	1,2	5,0
29/04/1969	04/11/1970	5,0	10,0
17/06/1971	13/01/1972	10,0	30,0
31/07/1972	23/08/1972	30,0	42,0
29/06/1973	09/08/1972	42,0	50,4
28/06/1974	09/08/1973	50,4	66,0
27/10/1975	07/08/1974	66,0	88,0
19/07/1976	10/02/1976	88,0	110,0
12/05/1977	23/09/1976	110,0	146,3
21/10/1977	04/08/1977	146,3	250,0
11/09/1978	12/12/1977	250,0	375,0
20/03/1979	09/11/1978	375,0	438,8
26/06/1979	15/06/1979	438,8	442,3
15/10/1979	14/08/1979	442,3	552,8
15/04/1980	20/03/1980	552,8	760,7
22/09/1980	26/05/1980	760,7	945,0
22/09/1980	03/10/1980	945,0	1.181,3
27/04/1981	05/05/1981	1.181,3	1.606,5
26/10/1981	18/05/1981	1.606,5	1.677,4
19/04/1982	17/02/1982	1.677,4	3.180,4
04/10/1982	17/05/1982	3.180,4	3.430,8
14/03/1983	11/02/1983	3.430,8	6.551,1
30/04/1984	28/04/1983	6.551,1	16.753,4
29/10/1984	04/06/1984	16.753,4	28.313,3
29/04/1985	03/06/1985	28.313,3	63.990,6
09/10/1985	21/01-1986	63.990,6	108.936,4
30/04/1986	06/06/1986	-	*240.558,9
25/06/1986	04/12/1986	240.558,9	*442.431,5

Fonte: Relatório Banco Central. * em 25/02/87, quando da decretação do regime especial BESC apresentava um capital social de cz\$ 442.431.512,12

Esta escolha poderia ser explicada pelo impacto maior (risco de efeito dominó) que o colapso do BESC provocaria no mercado em comparação ao BADESC. Além disso, de fato, a administração conjunta com técnicos do Banco Central levou o BADESC a apresentar resultados “satisfatórios” no período, apesar das dificuldades econômicas enfrentadas, do crescimento da inflação, diminuição do crescimento econômico ainda sob impacto das medidas econômicas adotadas pelo

Plano Cruzado. Estes resultados foram decorrentes de mudança de direção da concessão dos financiamentos, que foram preferencialmente direcionados ao setor privado, que ficou com 85,00% dos recursos, contra apenas 15,00 % ao setor público. Isto frente a um aumento real de 137% no volume de recursos contratados (14,4 milhões de OTN's) o que indicou, claramente, que o grande problema do banco, estava no financiamento ao Estado de Santa Catarina e a outras empresas estatais do Estado.

A par deste redirecionamento de crédito, o banco passou por uma reorganização interna⁴⁸, que optou por atuar prioritariamente por meio de “operações programa”, que foram responsáveis pelos bons resultados alcançados pela instituição nos anos anteriores., e que passou a representar 80% das contratações. Essas operações tinham como destinatários segmentos econômicos estratégicos para a economia do Estado, e que apresentavam maiores potencialidades. Dentro os programas destacaram-se, -Programa de reaparelhamento da indústria Têxtil; Protêxtil, o Programa de controle ambiental- Procan, o Programa de apoio ao Turismo-BADESTUR e o Programa Integrado de Avicultura-PIA.

No primeiro ano de administração especial e temporária, a instituição conseguiu elevar o saldo de aplicações para a Cz\$ 12.200.000.000,00, sendo 68,% com o setor privado e 32% com a área Pública, alterando a proporção incomoda vista no ano 1986, que era de 26% para a área privada e 74% com a área pública. Esta nova condição representava uma relação adequada aos bancos de desenvolvimento cuja proporção entre setor público e privado deveria ficar em próximo a 20% a 80% respectivamente. A necessidade desta adequação mostrou-se mais que necessária, na medida em que o principal devedor inadimplente do banco era o próprio Estado de Santa Catarina, e este não encontrava uma solução

⁴⁸ Aspectos administrativos.

Todas as indicações voltadas a um programa de recuperação do banco levam a um rigoroso controle das despesas administrativas.

Além dos cortes das despesas não essenciais as atividades do Banco, o que já vem ocorrendo- prevê-se a implementação das seguintes medidas:

- a) Proibição pelo prazo de 2 anos, de admissão de qualquer novo servidor, independente de cargo ou função.
- b) estabelecimento de um sistema de incentivo as exonerações espontâneas, as licenças sem vencimento e aos pedidos de” disposição, mediante ressarcimento, é claro.
- c) revisão geral da estrutura do banco com vistas a torná-la mais eficiente e menos numerosa.
- d) Manter estrita vigilância no ressarcimento de todas as despesas incorridas pelo banco e relativos a interesses de terceiros.
- e) manter rigoroso controle no cumprimento do orçamento, especialmente no que se refere as despesas administrativas.
- f) aplicar sistematicamente a avaliação de desempenho de todos os servidores do banco.
- g) especializar grupo de trabalho para acompanhar as operações de curso normal.
- h) especializar equipe capaz de prestar assistência técnica a empresas clientes do sistema financeiro estadual

definitiva para sua dívida perante o BADESC, tendo em vista a situação fiscal do estado (RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, 1987).

Diante da rolagem sucessiva dos empréstimos lastreados em CDBs, e colocados no mercado por meio do BESC, em volume incompatível com o banco, o Banco Central se viu obrigado a intervir a ajudar a encontrar uma solução definitiva para parte da dívida. A solução encontrada foi a venda parcial da carteira de crédito de responsabilidade do Estado de Santa Catarina, para o Banco do Brasil S.A., no valor de Cz\$ 15.200.000.000,00, que foi feito após o a assinatura de um termo de reconhecimento e confissão de dívida pelo Governo do Estado de Santa Catarina, no valor de CZ\$ 17.400.359.200,60. Assim, Cz\$ 15.268.980,90 foram objeto de rolagem junto ao Banco do Brasil, remanescendo um saldo de Cz\$ 2.131.378.460,10, que foi objeto de rolagem junto ao próprio BADESC, nas seguintes condições: Prazo de Carência: 18 meses, a contar de 31 de dezembro de 1987. Prazo de amortização: 30 meses, vencendo-se a primeira parcela em 30 de julho de 1990. Forma de amortização: 30 prestações mensais e sucessivas. Correção monetária: conforme a variação das OTNF (ATA REUNIÃO DA DIRETORIA, 1987).

Esta negociação foi extremamente necessária à medida que a inadimplência do Estado, era bancada diante do mercado pelo BESC, já que este era responsável pelo recolhimento dos certificados no mercado financeiro, mas não era compensado pelo BADESC pelo recolhimento, tendo em vista a insuficiência de recurso do banco de desenvolvimento para honrar com seu compromisso junto o BESC, em virtude da inadimplência do Estado. Com a concretização da operação, o Badesc pode liquidar seus compromissos perante o BESC, e este por sua vez, pode liquidar seus saques perante a conta de reserva monetária junto ao Banco Central. Esta engenharia financeira solucionou temporariamente o problema de liquidez do Sistema Financeiro Estadual, aproximando as instituições aos limites legais de endividamento, que somente seriam resolvidos definitivamente por meio de aumento de capital. Mas já apresentando uma significativa melhora em suas operações de crédito, com um salto de recursos aplicado no setor privado, que além de contribuir com a pulverização dos recursos, diminuição do risco de inadimplência, melhoraria o fluxo de caixa do Badesc, com mais fontes de recebimentos.

Tabela 41 - Destinação dos Recursos durante o RAET 1986-1987

	dez/87	Em Us\$	dez/86	Em US\$
Operações de crédito	3.462.613.916	51.356.568	2.465.129.414	36.562.143
Empréstimos e Financiamentos Setor Privado	1.238.412.160	18.367.799	165.886.363	2.460.382
Industria	1.010.319.684	14.984.792	129.449.592	1.919.961
Comercio	87.404.837	1.296.365	8.699.032	129.021
Rural	48.333.643	716.871	12.524.841	185.765
Outras Atividades	92.353.996	1.369.769	15.212.898	225.633
Empréstimos e financiamentos Setor Publico	2.224.201.756	32.988.768	2.229.243.051	33.063.539
Serviços Públicos	2.194.689.943	32.551.057	2.090.006.849	30.998.425
Ativ. Empresariais -Outras Atividades	30.346.561	450.092	209.236.202	3.103.335
Rendas a apropriar	-834.748	12.380		
Outras aplicações	3.747.378	555.80	606.355.383	8.993.301
Créditos Arrendamento Mercantil	1.508.940	22.380	1.018.094	15.100
Direitos Creditórios		0	487.613.159	7.232.148
Avais e Fianças	2.359.109	34.989	117.931.835	1.749.133
Rendas apropriar	-120.671	-1.789	-207.705	-3080
Obrigações por repasses	1.267.792.435	18.803.560	213.833.390	3.171.519
Recursos do país	1.146.125.049	16.999.021	176.250.331	2.614.098
Repasse Bacen	191.011.359	2.833.029	37.284.137	552.988
Repasse do CEF (ex-BNH)	59.386.817	880.809	14.221.054	210.922
Repasse BNDES	633.567.318	9.396.901	86.340.019	1.280.572
Repasse Finame	239.367.227	3.550.231	33.267.023	493.407
Repasse Outras. Institui	22.792.328	338.049	5.138.098	76.206
Recursos externos	121.667.386	1.804.538	37.583.059	557.421
Repasse de recursos exterior	121.667.386	1.804.538	37.583.059	557.421
Obrigações por Empréstimos	-	-	58.411.005	866.336
Empréstimos no Bacen	-	-	58.411.005	866.336

Fonte: Relatório da Administração 1986 1987

No segundo ano de administração especial temporária, embora a economia nacional tenha apresentado um cenário adverso, com altos índices de inflação, retração nos investimentos diante dos fracassos do governo federal na implantação de políticas econômicas, o Badesc foi o segundo maior agente repassador de recursos do BNDES, contratando mais de 11,1 OTNs, pulverizados em mais de 2000 contratos. A exemplo do ano anterior, a quase totalidade do crédito foi direcionado ao setor privado (94%), apenas uma pequena parcela foi destinada ao setor público (6%), e novamente o desempenho se deveu a política de “operações programas”, que corresponderam a mais de 60% da liberação de recursos. O programa de reaparelhamento do setor têxtil, foi o grande responsável pelo desempenho alcançado em 87 e 88. Ao lado deste, tiveram destaque os programas programa de controle ambiental, Programa de Apoio ao Turismo, Programa de condomínios Suinícolas, programa de armazenagem comunitária e paióis, programa de integração Avícola (RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, 1988).

O desempenho alcançado nestes dois anos e concluído o regime de administração especial, tornou possível o restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro do Badesc, e o seu redirecionamento a função de banco de desenvolvimento para apoio da iniciativa privada, concentrando 77% do saldo de suas aplicações nesta categoria, agindo, assim, conforme o entendimento do Banco Central, e contrastando sensivelmente com a situação encontrada pelos técnicos do BACEN em 25 de fevereiro 1987, quando 78 % do saldo de aplicações totais representavam operações com o setor público. Já no final de 1987, em 31 de dezembro de 1987, este percentual passou a corresponder a 38%. Outros indicadores melhoraram sensivelmente, como o montante das obrigações, que na data na intervenção equivalia a 38 vezes o patrimônio líquido do banco, e em 31 de dezembro de 1987 a 17 vezes, pouco superior ao limite estabelecido pelo BACEN de 15 vezes. Toda esta readequação possibilitou o fim do Regime de Administração Especial Temporária- RAET, sem que tenha ocorrido aumento de capital prometido no ano de 1987, ou qualquer outro avanço no processo de capitalização da instituição, que continuou com o volume do patrimônio líquido reduzido (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO 1987-1988).

Outras medidas foram sugeridas para a manutenção do reequilíbrio do Badesc e de todo o sistema financeiro catarinense. Uma destas medidas indicadas foi a inclusão do Badesc como uma empresa participante do BESC Banco Múltiplo. Esta incorporação do Badesc pelo BESC, naquele momento, fazia sentido, pois traria benefícios ao sistema financeiro estadual, que teria uma visão macroeconômica da economia catarinense. O fato do Badesc operar principalmente por meio de programas propiciou à instituição, uma visão global e setorial da economia catarinense. Com acesso aos recursos do BNDES, foi possível ao banco atuar nos três setores da economia fomentando o crescimento de acordo com que estava estabelecido nas diretrizes e planos do governo. Entretanto, boa parte das riquezas geradas eram canalizados para os bancos privados, que captavam recursos em Santa Catarina para aplicar em outros estados. A atuação conjunta o Badesc e do Besc poderia gerar mais riquezas ao estado na medida em que as linhas poderiam funcionar de forma complementar, e que os produtos bancários consumidos fossem do BESC (RELATÓRIO BANCO CENTRAL, 1989).

Neste período, assim como em outros momentos o Banco fez em sua história movimentos pendulares, de ida e volta, como por exemplo a atuação inicial

por programas, o abandono desta forma de atuação, no início da década de 1980 e retoma desta forma de atuação com do RAET.

Muito embora o Regime de Administração Especial Temporária tenha terminado e o controle sobre o banco tenha sido totalmente devolvido ao Estado de Santa Catarina, os problemas geradores da intervenção continuavam existindo. A dívida do Estado embora em parte tenha sido liquidada com a operação de transferência parcial da carteira de crédito de responsabilidade do Estado para o Banco do Brasil, a inadimplência da carteira restante continuava comprometendo a liquidez do Banco, desta forma a diretoria e o Estado de Santa Catarina buscaram outras alternativas para a resolução do problema, que se agravava, frente, ainda, a novas exigências feitas do BNDES que passou a exigir o cumprimento de determinados parâmetros de desempenho aos agentes em relação ao Patrimônio Líquido /obrigações totais e Patrimônio Líquido/Obrigações com o Sistema BNDES. Esta nova sistemática de controle e avaliação impediu o Badesc de realizar novas operações de maio a novembro de 1989, justamente com a sua principal fonte de recursos (ATAS REUNIÃO DA DIRETORIA, 1989).

Uma das medidas que foram tomadas para aumentar o capital do Badesc foi a compra da participação acionária que a CODESC detinha na BESCRI (BESC – Crédito imobiliário) pelo próprio BESC, o que foi aprovado por meio do decreto nº 3.783 de 30 de agosto de 1989. A CODESC detinha esta participação acionária, em virtude da incorporação da Caixa Econômica Estadual, no processo de criação e integralização da BESCRI. Por sua vez, a Caixa Econômica Estadual foi utilizada neste processo, para pôr fim a dualidade de instituições bancárias comerciais estaduais, que acabavam por competir entre si. Entretanto, esta operação não era suficiente para a liquidação dos CDIs remanescentes, tendo em vista que a hiperinflação vivida no período tornava a dívida quase impagável. Em virtude disso, outras alternativas foram levantadas pela diretoria, como a venda de ações do BESC em poder da CODESC para o pagamento da dívida. Esta proposta foi leva ao Conselho de Administração em 10 de outubro de 1989 (ATAS CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, 1989).

Ata do Conselho de Administração de 10/10-1989

“ ocorrera na oportunidade , disse o diretor presidente que alguns assuntos relacionados a proposição contida na exposição da justificativa n º001/89, ainda, deveriam ser debatidas e esclarecidas, tendo sido aprovados, porem com a realização da Assembleia Geral dos Acionistas do Banco do Estado

de Santa Catarina-BESC- Continuando com a palavra o Diretor Presidente disse da necessidade do aporte de mais recursos para possibilitar a liquidação do CDI existente do BESC, e que, com a inflação nos patamares que se apresenta, a dívida se tornaria impagável. Como alternativa, disse ainda, que deveria ser estudada a venda de ações do BESC em poder da CODESC, que a FUSESC demonstrou interesse em adquirir, sendo 30.000.000 de ações, sendo 50% com direito a voto (PNA) e 50% sem direito a voto (PNB) que totalizariam na época o valor de NCz\$ 5.100.000,00. Como segunda alternativa para o aporte de recursos para completar o valor do CDI, seria a utilização da conta de dividendos futuros da CODESC. O BESC subscreveria ações do Badesc em valor correspondente a liquidação do CDI e a CODESC futuramente, recompraria estas ações do BESC, com os créditos que teria direito através dos dividendos. Quando a dívida do Estado, disse ainda o senhor diretor presidente, já no seu quarto mês de inadimplência, seria proposta a liquidação nos seguintes termos: O BADESC abateria 30% do seu total em um prazo de 15 anos para a amortização do principal, com 3 anos de carência, sendo 50% de correção monetária e juros de 6% a.a. (os outros membros solicitaram mais informações, inclusive sobre a legalidade das propostas....)

Esta proposta, que representava uma boa alternativa para a resolução do problema, acabou não sendo executada em virtude do posicionamento contrário do sindicato dos bancários de Florianópolis, (cuja base detinha 50% dos trabalhadores do BESC) e também pelo posicionamento contrário, feito pela APROBESC (Associação de profissionais do BESC), que manifestaram preocupação com a operação, por meio de documento escrito encaminhado a diretoria do BESC, e por este encaminhado ao Conselho de Administração do BADESC. Neste documento a associação além de demonstrar sua preocupação com a possibilidade da operação, se posicionou no sentido de que a capitalização do BADESC deveria ocorrer por meio de recursos advindos diretamente do Governo do Estado (ATA CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, 1989).

A não resolução definitiva do problema da dívida do Estado traria mais consequências para o banco na década de 1990. Ao final do ano de 1989 o saldo da dívida vencida do Estado perante o Badesc alcançava a quantia de NCz\$ 62.543.423,13, relativo a 6 parcelas vencidas, e havia, ainda por vender 24 parcelas que totalizavam o valor de NCz\$ 312.717.114,02. Esta situação se agravava a medida em que o saldo apurado da dívida se mostrava excessivo em relação ao patrimônio líquido do banco. A par disso, embora o contrato de confissão de dívida do estado, não previsse a cobrança de juros, a aplicação da correção monetária prevista acarretava a geração de receita contábil para o banco, que mesmo não recebendo os recursos do Estado, gerava ocorrência de obrigação fiscal, imposto de renda, na ordem de 50%, o que obrigava o banco, já sem recursos, a fazer o

recolhimento, descapitalizando-se, ainda mais (ATAS REUNIÃO DA DIRETORIA, 1989-1990).

Outras questões legais agravavam a situação do banco. Em virtude da resolução nº 1559/88, do Banco Central do Brasil que fixava o limite 30% do Patrimônio Líquido Ajustado para operações por cliente, impedia que o banco operasse de sob qualquer modalidade de crédito, com o Estado ou com suas empresas, pois ano final de 1989, as dívidas do Estado já representam 1.81 vezes o valor do Patrimônio Líquido do banco. A mesma resolução, ainda estabelecia que os dez maiores mutuários do banco, não poderiam corresponder a mais de 30% do total das operações ativas, entretanto este percentual em dezembro de 1989 correspondia a 52%, sendo o Estado o maior devedor. Além disso, outra resolução a de nº 1544/88, impedia que instituições financeiras contratasse novas operações de crédito com Estado, enquanto existisse inadimplência. Fora isso, o Banco Central do Brasil continuava monitorando a situação do banco, mesmo após o encerramento do Regime Administração Especial Temporária- RAET, a exemplo do expediente DECUR/REFIS/SEFIS-I-89/718 de 28 de dezembro de 1989 que solicitou resposta sobre que providencias estavam sendo tomadas quanto a regularização da dívida do Estado com o Badesc (ATA CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, 1989).

Diante de tal situação, o Diretor Presidente do Banco, propôs ao Conselho de Administração, que o banco aceitasse como forma de pagamento alguns bens pertencentes ao Estado para aproveitamento pelo banco e para a alienação. Esta proposta, depois de avaliada, foi aceita pelo Conselho da seguinte forma: 1) dação em pagamento de bens imóveis do Estado de Santa Catarina, avaliados na data de 22 de dezembro 1989 em aproximadamente NCz\$ 17.872.572,00, 2) Aquisição pelo banco, de imóvel objetivando a instalação de sua sede própria, com sua concomitante capitalização, em igual montante. Esta proposta viria acompanhada com o compromisso do Governo do Estado em alocar mensalmente recursos para a capitalização do banco, da mesma forma que aquele repassava mensalmente recursos a outros órgãos ou secretarias de estado. A estruturação da forma apresentava também era necessária para que o Badesc pudesse regularizar a situação das 6 parcelas inadimplentes, não inscrevendo-as em créditos em liquidação. Este lançamento foi postergado como medida de resguardo da estrutura patrimonial e de resultados do banco. Esta prática, embora incorreta, ajudou na preservação da liquidez “aparente” do banco, neste e em outros

momentos da sua história, protegendo-o, inclusive de uma liquidação extrajudicial (ATA CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, 1989).

Em virtude das alterações introduzidas pelo BNDES em 1988, somente em dezembro de 1989 o Badesc voltou a operar com aquela instituição federal em virtude do aumento de capital promovido pelo Estado no valor de Cr\$ 382 milhões de cruzeiros (9,08 milhões de BTN's). Em sua história este seria a segunda capitalização promovida pelo Estado com recursos do Tesouro. Embora pudesse parecer significativo e suficiente para colocar o banco dentro dos limites e parâmetros estabelecidos pelo BNDES, os recursos ainda eram insuficientes, já que a economia catarinense e os projetos à espera de recursos correspondiam a um valor maior, como apontava o balanço de 31 de dezembro 1989 que indicava que os recursos correspondiam a apenas 8% do patrimônio líquido (ATAS REUNIÃO DA DIRETORIA, 1989).

Dificultando ainda mais o cenário, em fevereiro de 1989 o BNDES adotou novos critérios, dentre os quais limitar o volume de operações a partir da conjugação de 14 indicações, que dentre o de maior peso, estava o indicador do patrimônio líquido. Dentro desta nova metodologia, a margem operacional do BADESC alcançava a diminuta importância de 6.589.000 BTN's, sendo que a demanda já existente dentro do banco, por meio de 130 projetos já somavam o valor de 50,7 milhões de BTN's. Diante deste cenário, das dificuldades impostas pelo BNDES e do Tesouro Estadual para viabilizar novos recursos ao banco, a diretoria e o Conselho de Administração do BADESC resolveu levar ao Governo do Estado uma nova proposta de aumento de capital no valor de Cr\$ 268.900.000,00, para assim elevar o capital do banco de Cr\$ 167.995.392,46 para Cr\$ 436.895.392,46 (160% de aumento), o que resultaria em um aumento do patrimônio líquido de Cr\$ 688.209.232,60 para 957.109.232,60, um aumento de 39% (ATAS REUNIÃO DA DIRETORIA, 1989).

Para viabilizar este aumento de capital foi proposta a alienação de bens de propriedade do Estado, que consistia na venda do prédio onde estava sediada a Prefeitura de Florianópolis (Rua Almirante Alvim), que seria adquirido pelo BADESC e em operação concomitante os recursos seriam utilizados pelo Estado para a capitalização do Banco em um valor aproximado de Cr\$ 156 milhões. Uma segunda fonte de recursos seria a incorporação dos recursos do PRODEC ao capital do banco, operação estimada em Cr\$ 96,4 milhões. Uma terceira fonte de recursos

seria a integralização dos valores representados por CDBs de emissão do BADESC em poder do Governo do Estado em Cr\$ 16 milhões⁴⁹, que seriam antecipadamente resgatados para que o Estado se utilizasse dos recursos para capitalizar o banco. E ainda, como quarta fonte de recursos, a utilização do saldo da conta de dividendos. Posteriormente esta proposta foi aprovado pelo Governo do Estado nos valores abaixo discriminados (ATAS REUNIÃO DA DIRETORIA, 1990).

Tabela 42 - Origem dos Recursos para a Capitalização

Discriminação de Fontes	Valor Proposta em Cr\$ milhões	Valores Aprovados
Alienação prédio da prefeitura	156,0	164,0 ⁵⁰
Recursos do PRODEC	96,4	44,00
Resgate de CDBs	16,0	16,00
Saldo de Dividendos	0,5	0,5
Total	268,9	222,5

Fonte: Atas reuniões da Diretoria e Conselho de Administração.

Em 15 de outubro de 1990, o Conselho de Administração do Banco foi novamente alertado por um dos seus diretores, sobre a preocupante situação de inadimplência dos mutuários que já comprometiam a estabilidade do banco. Novamente o Estado de Santa Catarina era um dos responsáveis pela turbulência sofrida, tendo em vista um atraso no pagamento de 13 parcelas mensais, cuja soma já alcançava o valor de Cr\$ 855.535.378,90, a maior inadimplência do banco, e cuja soma total do contrato já alcançava o valor de Cr\$ 1.807.045.680,60, o que o deixou muito frágil perante outra qualquer inadimplência. Se isto não fosse suficiente para colocar o banco em uma situação extremamente delicada, o Banco Central, emitiu uma nova resolução em 29 de agosto de 1990, de nº 1.718, que determinava que qualquer rolagem de dívida por parte dos Estados, só poderiam ocorrer mediante o pagamento mínimo de 20% do valor da operação a título de entrada, o que correspondia a Cr\$ 171.000.000,00. Somente com este pagamento, imediato é que poderia ser feita a rolagem da dívida, vencida há mais de 360 dias e que obrigatoriamente deveria ser lançada na conta de crédito em liquidação, em conformidade com a referida resolução. A situação era tão extrema, que os Conselheiros ficaram calados durante a reunião diante desta situação⁵¹. Ao final foi

⁴⁹ . O governo do Estado era credor da BADESC, através de Certificados de Depósitos Bancários, da importância de Cr\$ 16 milhões, cujos vencimentos dar-se-ão em 7 parcelas vencendo-se a primeira em 10/09/90, e última em 10/09/1993

⁵⁰ A avaliação de técnicos do banco atribuiu o valor de 155.929.096,00 para o prédio da prefeitura

⁵¹ Este fato foi anotado em ata.

dada sugestão/solução de procurar a secretaria de Estado da Fazenda para a resolução (ATA CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, 1990).

Ainda nesta reunião, colaborando para a necessidade de informar ao conselho sobre preocupação com a inadimplência, foi exposta pelo Presidente do Banco a preocupação com a inadimplência do Grupo Cecrisa. Os débitos das empresas que compunham o grupo atingiram a expressiva cifra de Cr\$ 476.399.193,10 de saldo vencido e de Cr\$ 806.660.260,00 de vincendo. Desta forma, no dizer do Presidente do Banco “o nível de inadimplência dos mutuários do banco- Governo do Estado e Grupo Cecrisa- juntos, somam a expressiva e alarmante cifra de Cr\$ 1.331.934.572,00.”. Na exposição continuou o diretor Presidente.

(...)A respeito do débito do grupo CECRISA, contínuo o diretor presidente, foram tomadas todas as medidas administrativas pertinentes e buscadas as alternativas possíveis, porém, sem perspectiva alguma de solução da problemática. A empresa, vem alegando que não pode liquidar o débito em razão das dificuldades de mercado com que se defronta e não gerando os recursos necessários. Uma das alternativas que se apresenta e que o devedor estaria disposto a aceitar, seria a venda de uma empresa do Grupo. A respeito, tem-se conhecimento que o CityBank tem demonstrado interesse em sua compra, associando-se ao Grupo Eliane, que se concretizada a medida e sob nova administração, trataria de renegociar os débitos com os diversos credores. Em assim sendo, concluiu aquele diretor presidente, a situação se apresenta sobremaneira preocupante, razão pela qual, apelo para que o conselho de Administração ora reunido, encontre uma solução urgente para o impasse e que se evite até mesmo a inviabilidade do BADESC. (...).(ATA CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, 15/10/1990)

As dívidas dos Grupo Cecrisa também geravam preocupações entre outros credores estatais, o que ensejou a convocação de uma assembleia no dia 16 de outubro de 1990 para a discussão sobre a situação do grupo. Estiveram presentes na assembleia representantes da Secretaria de Estado da Fazenda, Centrais Elétricas de Santa Catarina, BRDE e BADESC (ATA CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, 15/10/1990).

A par desta crise interna, gerada pela inadimplência de seus mutuários, o ambiente recessivo vivido pela economia nacional, que atingia fortemente as atividades produtivas de Santa Catarina levou o Governo do Estado a tomar medidas drásticas em relação a atuação do BADESC. Em carta enviada pelo Gabinete do Governador e da Casa Civil, para Conselho de Administração do Banco (Of. Nº PRCC 250/911),explanou que: considerando o fluxo líquido negativo de

recursos das agências federais (BNDES, CEF, FINEP, e outras) em relação aos recolhimentos efetuados pelas instituições estaduais de crédito BESC, BADESC e BRDE, em virtude das baixas margens operacionais praticadas pelo BNDES, que impossibilitava o atendimento das demandas por crédito de médio e longo prazo ao setor produtivo catarinense, o Governo do Estado determinou ao BADESC que este deixasse de realizar os repasses as agências federais, de modo a utilizar os recursos para o fomento da economia catarinense, até que outras soluções fossem encontradas por meio de diligências nas instituições federais, condizentes com os interesses do Estado de Santa Catarina(ATA CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, 1990).

O ano de 1991, diante de todas as dificuldades já citadas, impôs a diretoria a continuidade da busca incansável por recursos para a capitalização do Banco junto ao Governo do Estado e a Secretaria do Planejamento e da Fazenda. E no mês de maio deste ano, surgiu a possibilidade de capitalização envolvendo a SAINTINVEST S.A. - Santa Catarina. Empreendimentos e Participações, empresa pertencente ao governo do Estado. A SAINTINVEST cogitava constituir um banco a fim de melhor desenvolver seus negócios, assim propôs obter a participação do Estado no BADESC, em virtude do principal acionista já possuir um banco, e que não dispunha de recursos para a sua capitalização. Em decorrência de um impedimento legal, essa proposta não pode ser executada. Então de forma a atender os interesses do Estado, a administração da SAINTINVEST propôs uma cisão parcial, na qual seria cindida a participação acionária representativa do Estado, para que com estes recursos pudessem capitalizar o BADESC. Com esta operação, o Estado deixaria de participar do capital da SAINTINVEST. A participação do Estado na Saintinvest, era indireto, através da CODESC, da CODISC, e do FADESC, conforme se discrimina a seguir (ATAS REUNIÃO DA DIRETORIA, 1991).

Quadro 6 - De Acionistas da Saintinvest S.A.

Acionistas	Ações preferencias		Ações Ordinárias			Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	total
Empresas Privadas	-	-	176.387.667	79,9	176.387.667	28,43
CODESC	-	-	43.265.010	19,6	43.265.010	6,97
CODISC	-	-	780.270	0,4	780.270	0,13
FADESC	399.764.686	100,0	240.899	0,1	400.005.585	64,47
S. total Estado	399.764.686	100,0	44.286.179	20,1	444.050.865	71,57
Total	399.764.686	100,0	220.673.846	100,0	620.438.532	100,0

Fonte: Ata reunião da diretoria

Conforme demonstra o quadro, o processamento da operação ocorreu com liquidação das ações do CODESC, FADESC e CODISC. A CODESC já havia manifestado sua concordância com a operação por meio do ofício PRESI nº 866/91. A CODISC já se encontrava em processo de liquidação, e a lei que autorizou sua liquidação já havia previstos que o acervo de sua liquidação seria utilizado para a capitalização do Badesc. Faltava, então, o FADESC, sucessor do PROCAPE emitir parecer favorável, e este, em reunião realizada para deliberação do assunto, também, manifestou sua concordância (ATAS REUNIÃO DA DIRETORIA, 1991).

Em relação aos efeitos financeiros, a cisão na Saintinvest carregaria aproximadamente Cr\$ 1,6 bilhão para a capitalização do BADESC, elevando o patrimônio líquido de Cr\$ 6,7 bilhões para Cr\$ 8,3 bilhões, um acréscimo de 24%. Em relação a nova estrutura societária se consolidaria da seguinte forma:

Quadro 7 - Acionistas Badesc

Acionistas	Atual		Aumento	Após o aumento	
	Quantidade	%		Quantidade	%
Estado	5.724.900.00	2,15	-	5.724.900.000	1,73
CODESC	248.573.800.000	93,40	6.382.668.556	254.846.468.556	77,03
FADESC	11.808.500.000	4,44	58.289.977.774	70.098.477.774	21,19
CODISC	-	-	116.476.421	116.476.421	0,04
Outros	45.100.000	0,01	-	45.100.000	0,01
Total	266.152.300.000	100,0	64.709.122.751	330.861.422.751	100,0

Fonte: Ata Reunião da Diretoria

Na prática esta operação ocorreu por meio da desconstituição da participação acionária do Estado na SAINTINVEST, sendo o capital repassado diretamente por meio do Tesouro do Estado, em agosto de 1992⁵².

Quadro 8 - Acionistas Badesc após Capitalização

Acionistas	Atual		Aumento	Após o aumento	
	Quantidade	%		Quantidade	%
Estado	5.724.900.000	2,15	70434022751	5.724.900.000	
CODESC	248.573.800.000	93,40	-	254.846.468.556	
FADESC	11.808.500.000	4,44	-	70.098.477.774	
CODISC	-	-	-	-	-
Outros	45.100.000	0,01	-	45.100.000	
Total	266.152.300.000	100,0	64.709.122.751	330.861.422.751	100,0

Fonte: Ata Reunião da Diretoria

⁵² a lei estadual nº 9.940 de 1995, autorizou a criação da INVESC (Santa Catarina participações e investimentos, instituição que que viria a substituir a Saintinvest, da qual o Estado deixou de participar para com o exercício da retirada capitalizar o BADESC

Em virtude do atraso desta operação e ainda da insuficiência de recursos, alternativas foram encontradas sem envolver recurso do Tesouro do Estado. Em janeiro de 1992, foi proposto um processo de capitalização do banco por meio do Fundo de Desenvolvimento Municipal, que com recursos do BIRD possibilitaria a elevação do patrimônio do banco de US\$ 15 milhões para US\$ 40 milhões, um aumento de 167%. (ATAS REUNIÃO DA DIRETORIA, 1992)

A par disso, outra questão, preocupava a diretoria e os acionistas minoritários. A assinatura do entendimento entre os três estados do sul, para acabar com a dualidade de agentes de fomento dos três Estados, que se comprometeriam então em extinguir os seus bancos estaduais de desenvolvimento. Em reunião datada de 30 de janeiro de 1992, o Conselheiro eleito pelos acionistas minoritários fez a defesa da instituição, entregando uma carta ao Presidente do Conselho de Administração nos seguintes termos.

“Florianópolis (SC) 30 de janeiro de 1992. Exmo. Sr. Secretário de Estado do Planejamento e Fazenda Fernando Marcondes de Mattos- Senhor Secretario, ao cumprimentá-lo cordialmente, servimo-nos do presente para manifesta a V. Excelência nossa preocupação com o futuro da nossa instituição, pelas decisões políticas que vem sendo adotadas em relação a estruturação do sistema financeiro do Estado. Antes de mais nada queremos deixar registrada nossa despreocupação quanto a decisão, se o critério for da competência técnica. Porém, a informação de que o documento a ser assinado para a Reativação do BRDE contém, mais uma vez, o compromisso de eliminação da dualidade de bancos de fomento nos Estados, deixa-nos perplexos. No caso específico de Santa Catarina, a despeito de todas as dificuldades do Badesc, quanto ao seu baixo nível de capitalização, aplicamos a economia do Estado, o equivalente a US\$ 96 milhões que permitiram a geração de 2.935 empregos, enquanto do BRDE este literalmente parado, alardeando resultados operacionais que são frutos de encargos escorchantes sobre a dívida do Estado. Ademais, e a despeito de termos a metade da idade do BRDE, nosso saldo de aplicações é semelhante ao deles, com diferença qualitativa: 80* das nossas aplicações estão alocadas ao setor privado e apenas 20 % a área pública. Enquanto as aplicações deles extrapolam 60% ao setor público, dos quais mais de 50% ao governo catarinense. Essas informações mostram que, para Santa Catarina, a instituição genuína é mais eficiente e eficaz e, portanto, mais importante para o Estado. Sabe V. Excelência, também que o patrimônio do BRDE é, fundamentalmente, a dívida do Estado, o que representa um paradoxo do Estado dever para si próprio, e o que é pior, ter dívida consigo mesmo, como um fator limitante a tomada de empréstimos para a realização do Plano de Governo. Neste mês de janeiro, editou-se um decreto transferindo ao BADESC a gestão do PROURB- Programa de desenvolvimento das cidades de pequeno porte, imposta pelo BIRD para continuar apoiando programas desta natureza. Também por questões técnicas do BADESC, o Governo Catarinense deteve a prioridade na COFIE para o PRODEM- Programa de desenvolvimento regional e municipal, no valor de US\$ 100 milhões. Este programas, já devidamente acordados com o Banco Mundial, se transformarão em instrumentos permanentes de capitalização do BADESC, o que garantira um extraordinário poder de alavancagem de recursos necessários do governo catarinense, capaz de

viabilizar projetos de interesses específicos do estado, como Tecnópolis, Programa de Leite, Programa de Assentamento “Sem-terra” etc. enquanto o BRDE é regional e só pode ser acionado mediante interesses de três governos. Por todas essas questões, senhor secretário, nos causa estranheza

A par da preocupação com possível extinção em face duplicidade de instituições de fomento, estava o aumento da inadimplência em decorrência da conjuntura econômica desfavorável. O pequeno patrimônio líquido do banco, o deixava vulnerável diante de qualquer atraso por parte dos mutuários, que dentre os já citados Estado de Santa Catarina e Grupo Cecrisa causavam temores às operações, envolvendo a prefeitura de Florianópolis e o Grupo Wetzel, que estavam em negociação com o banco, assim como outros diversos mutuários a fim de encontrar uma solução para as partes (ATA CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, 30/01/1992).

Por isso e com a confiança no trabalho que estava sendo desenvolvido para a recuperação dos créditos e para não abalar a boa imagem que o banco havia conquistado frente ao empresariado catarinense, a diretoria decidiu por não inscrever em crédito em liquidação algumas das operações que já se encontravam vencidas há mais de 360, pois isto levaria o banco a apresentar um balanço com prejuízo e uma situação crítica em termos de sua alavancagem, pois seu patrimônio líquido seria significativamente reduzido (ATAS DA DIRETORIA 1992).

Mesmo agindo de forma contrária aos regulamentos do Banco Central, o conselho de administração foi favorável a posição adotada pela diretoria. Essa questão da inadimplência se arrastou até 1995, quando em virtude da dificuldade em recuperar os créditos liquidados, e diante da não resolução dos problemas por meio da judicialização das operações para a sua cobrança, a diretoria como forma de atender melhor aos interesses do banco para a recuperação destes créditos, decidiu alterar as regras para a composição administrativa das operações as quais poderiam ser renegociadas de acordo com os seguintes critérios: a) Cobrança de encargos de inadimplência equivalentes ao cálculo judicial, ou seja TR mais 13% o; b) Eliminação ano da Cobrança dos juros previstos no item “a” quando o pagamento da inadimplência for feito a vista; c) eliminação da qualquer tipo de multa e ano ser nos casos incobráveis, quando da execução judicial; d) alongamento de prazos, compatibilizando-os a capacidade de pagamento do mutuário; e) rebate- para pagamento a vista de até 50% do valor calculado de acordo com o item “a” no caso

de extinção da empresa e de comprometimento das garantias do BADESC com débitos privilegiados (ATAS CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, 1992).

Mesmo com os esforços empenhados nesta linha de trabalho, os resultados alcançados não foram satisfatórios, levando o BADESC, novamente, como forma de sobrevivência, a deixar de efetuar os recolhimentos devidos ao BNDES, a partir de 01 de outubro de 1995, para a preservação da liquidez do banco, e como forma de pressionar o BNDES analisar as propostas até então apresentadas pelo BADESC para a regularização de seus débitos (ATA CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, 13/11/1995).

Ata 13 de novembro de 1995.

“ Abertos os trabalhos, o senhor presidente, confirmou aos senhores conselheiros que, a pauta dos assuntos a serem tratados, estabelecidas para esta reunião e proposta pelo vice Presidente Ivo Vanderlinde, tem o seguinte teor: 1º Leitura, discussão e aprovação da ata de reunião anterior; 2º Homologar a decisão da Diretoria Executiva, quando a suspensão dos pagamentos ao BNDES e analisar as suas consequências; 3º Estudar a proposta de retomada das negociações envolvendo o BNDES; 4º- Discussão sobre ações a serem implementadas pela diretoria do Banco e do Governo do Estado relacionadas ao futuro do BADESC. Isto ocorrido, logo em seguida o senhor presidente em face ao estabelecido no primeiro item da “pauta de trabalhos” ficada para a reunião extraordinária, realizada em 06/09/1995=, que após lida, discutida, e achada conforme, foi aprovada em seus termos pelos conselheiros presentes. Passando ao segundo item “pauta dos trabalhos” estabelecidas pelo conclave, o senhor presidente declarou que caberia ao plenário, homologar, em tomando conhecimento, a decisão da diretoria executiva, quando a suspensão dos pagamentos ao BNDES e analisar as suas consequências. Para tanto, solicitou ao Vice-presidente Ivo Vanderlinde, na condição de direito presidente do Banco, justificasse a medida que a diretoria da sociedade havia decidido encaminhar a consideração do seu órgão superior de administração. Em fazendo uso da palavra, aquele conselheiro, em circunstanciada exposição, deu conhecimento aos seus pares, que os elevados índices de inadimplência dos mutuários do banco, aliada soa resultados poucos significativos de esforço de cobrança do BADESC, mesmo com a redução dos encargos financeiros dela decorrentes e a criação de estímulos ao pagamento de débitos vencidos, medida aprovada anteriormente pelo conselho, compeliram a Diretoria Executiva lançar mão do recurso extremo de sustar o pagamento devido ao BNDES. Aduziu mais, o Diretor Presidente, que afora este fato, outras condicionantes foram levadas em consideração, ou seja: a indefinição do BNDES quanto as propostas formuladas pelo BADESC para repactuação de prazos e definição de novos limites operacionais, aliadas ao fluxo negativo de capitais entre BADESC e BNDES, que representa sérios prejuízos para a economia Catarinense, e, finalmente, o comprometimento das reservas do BADESC, no pagamento de créditos inadimplentes ao BNDES. Findo o relato do diretor presidente Ivo Vanderlinde, o senhor presidente dos trabalhos, retomou a palavra e colocou o assunto em votação e discussão, tendo sido todos os votos dos senhores conselheiros, favoráveis a medida, ficando com conseguinte aprovada a suspensão de pagamentos junto ao BNDES, que fora adotada pela diretoria Colegiada da Sociedade, a partir de 01 de outubro de 1995.

O conhecimento deste contexto é importante para compressão do processo de transformação do “banco” Badesc em “agência de fomento” BADESC. Este processo de transformação mostra-se, ainda, mais claro, quando analisada a situação financeira do estado.

Os anos seguintes ao término do Regime Administração Especial Temporária não foram fáceis para o banco devido à conjuntura econômica do país, que apresentava uma inflação acima de 80% ano mês. Contribuindo para agravar esta situação, as medidas de política econômica extremamente restritivas adotadas pelo novo Presidente da República, Fernando Collor de Mello, diminuíram expressivamente os recursos disponíveis pelo BNDES e Banco Central, causando não só uma queda da performance do BADESC, mas também uma espantosa queda de 4% do PIB do país. Apesar disso, e com o esforço do Governo do Estado para adequar suas dívidas junto ao banco, que fora renegociado por meio da dação em pagamento de imóveis ociosos, o banco contribuiu com Cr\$3,9 bilhões para investimentos fixos no Estado, em 1990, Cr\$ 28,7 bilhões em 1991, e manteve a preferência por financiamentos a iniciativa privada no Estado, seguindo as diretrizes estabelecidas durante o RAET. Do saldo de aplicações em 1991 de Cr\$ 115,5 bilhões, 80,2% estavam aplicados no setor privado e apenas 19,8% no setor público. Mas em virtude das restrições observadas nas agências oficiais o banco buscou outras fontes de recursos inclusive internacionais, com destaque para as operações com o BIRD em 1991. (Das aplicações do banco, Cr\$ 115,5 bilhões tem como origem o BNDES, representando 70,6%, Cr\$ 6,9 bilhões de origem internacional, do BIRD, e Cr\$ 27,2 bilhões de outras fontes. O patrimônio Líquido do Banco, ascendeu a Cr\$ 14,5 bilhões) (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO, 1988-1991).

A partir do exercício de 1992, em decorrência da crise econômica, o Badesc em sua análise de projetos, passa também a avaliar o impacto na geração e manutenção de empregos e na arrecadação tributária. Neste sentido, no ano de 1991, os recursos aplicados ajudaram na geração de 3760 novos empregos, e geraram uma estimativa de aumento de Cr\$ 6,6 bilhões na arrecadação tributária. Ainda exercendo sua função de agente promovedor do desenvolvimento, o Badesc criou o Programa de Desenvolvimento Tecnológico para apoiar empresas do setor de tecnologia.

Muito embora o banco enfrentasse o problema da inadimplência dos seus mutuários e enfrentasse o problema do seu baixo patrimônio líquido em virtude da

falta de capitalização, a instituição sempre buscava compensar a falta de recursos por meio de uma forte ação junto as fontes oficiais para buscar recursos por meio de repasses. Esta atenção do banco, lhe permitiu alcançar um dos melhores desempenhos dentre as agencias repassadores de recursos do Sistema BNDES, em 1992, quando o Badesc injetou na economia catarinense mais de US\$ 77,7 milhões de dólares, um incremento de mais de 71% sobre o ano anterior, e o melhor desempenho dos últimos 4 anos. Isto colocou o Badesc na liderança de aporte de recursos, sendo o principal repassador do BNDES no Estado, com 61% dos volumes totais liberados, ainda sem contar, da participação do BADESC no convenio com o BESC, para o qual eleva a participação do BADESC para 71% do volume de recursos liberados no Estado, Somente no programa BNDES automático, que contemplava financiamentos de até US\$ 1 milhão para pequenas e médias empresas, dezenas de empresas foram contempladas. (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO, 1992).

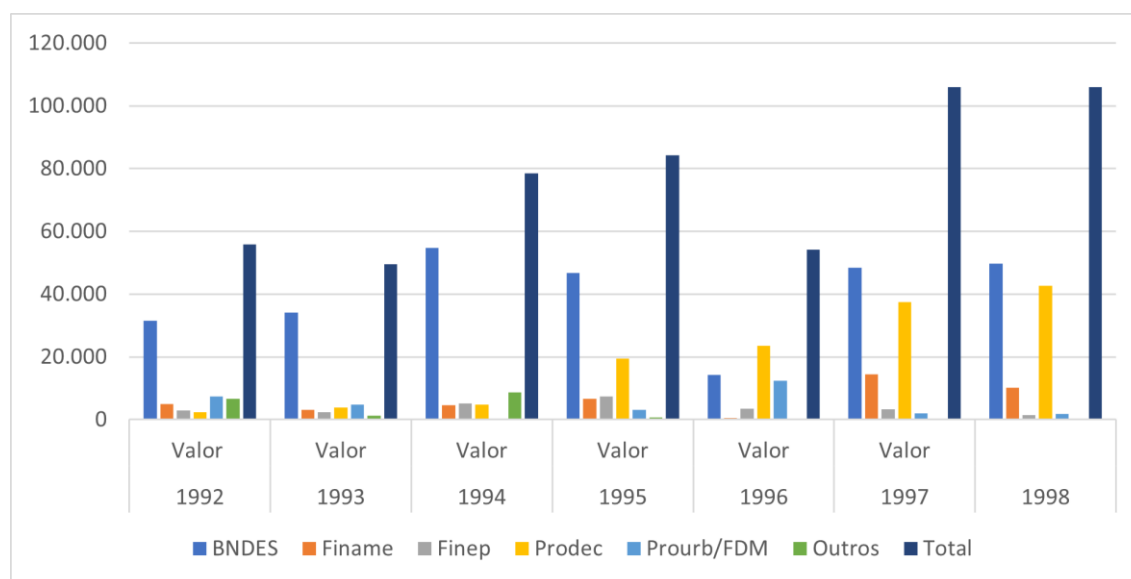
Somando a participação do Convenio BESC-BADESC o valor das liberações alcançou Us\$ 37,2, elevando a participação do Badesc para 70% no Estado. Enquanto isso, em 1992, o BRDE estava sofrendo com o Regime de Administração Especial Temporário promovido pelo Banco Central.

Tabela 43 - Badesc-Origem dos Recursos Aplicados - Em Dólares (Mil)1993-1998

Ano	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Fundos	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	
BNDES	31.567	34.084	54.681	46.747	14.310	48.403	49.694
Finame	4.929	3.053	4.665	6.726	537	14.468	10.143
Finep	2.878	2.371	5.248	7.333	3.536	3.357	1.474
Prodec	2.442	3.835	4.843	19.416	23.505	37.502	42.746
Prourb/FDM	7.484	4.847	290	3.204	12.330	2.087	1.876
Outros	6.596	1.276	8.758	750	0	0	0
Total	55.896	49.466	78.485	84.176	54.218	105.998	105.932

Fonte: Relatórios da Administração 1992-1998

Gráfico 4 - Badesc-Origem dos Recursos Aplicados - Em Dólares (Mil)1993-1998



Fonte: Relatórios da Administração 1992-1998

Durante o exercício de 1994 em decorrência dos aumentos de capital, em dinheiro, promovidos pelo Governo do Estado e com os recursos do PRODEC e `PROURB, o patrimônio líquido do banco cresceu 102,3% em relação a 1993 e 453,1% em relação a 1990. (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO, 1989-1994)

Tabela 44 - Evolução do Patrimônio Líquido em Dólares -1989-1994

Ano	Patrimônio Líquido (Valores correntes)	Em Dólares
1989	178.029	15,7
1990	2.182.988	12,8
1991	14.920.826	13,9
1992	369.789.191	29,9
1993	9.452.275	35,0
1994	60,18	70,8

Fonte: Relatórios da Administração 1989-1994

Colaborou também para este desempenho do banco em 1994, a contratação de 446 operações que somados alacaram a cifra de Us\$ 123 milhões de dólares. Destes 78, milhões foram destinados ao setor produtivo o que representou um aumento de 58,3% em relação ao ano anterior e mais que o dobro em relação a 1990. Grande parte destes recursos tinha como origem o BNDES.

Em decorrência das limitações impostas por conta do indicador do Patrimônio líquido, aliado as suspensões de operações por inadimplência do BADESC perante o sistema BNDES, a participação deste na liberação de recursos que chegou a ser de mais de 70% nos anos anteriores, foi perdendo importância ao

longo dos anos. Neste período o PRODEC ganhou muito relevância⁵³ (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO, 1989-1994).

O ano de 1995 trouxe uma consolidação das medidas econômicas traçadas pelo Plano Real, que foram acompanhadas por uma relativa estabilidade econômica em virtude da queda dos índices de inflação, mas ainda prejudicada em virtude da falta de liquidez do mercado e da alta da taxa básica de juros, que foi utilizada como instrumento de controle da inflação e meio para atrair recursos externos. Embora o PIB tenha apresentado um crescimento de 4,2%, a expansão da indústria ficou em apenas 2%, o que refletia o difícil momento em que vivia a indústria, por conta da perda da sua competitividade em razão da alta dos juros e da forte valorização cambial. Isto, explicava o aumento da inadimplência do Badesc.

Com o plano real, e o enxugamento de recursos no mercado, a inadimplência deu saltos no ano de 1995. No mês de junho de 1995, a inadimplência era de 19,5 milhões de reais o que representava 7% do saldo aplicado de 281 milhões de reais. No mês seguinte, passou a 24,5 milhões de reais, ou seja 35% do patrimônio líquido de 70 milhões de reais. Em agosto as dívidas das empresas com o banco chegaram a 40 milhões de reais ou 13% dos 320 milhões financiados. Segundo o diretor financeiro da época Pedro Ananias os setores: hoteleiro de Florianópolis e cerâmico do sul do estado estavam 20% inadimplentes. Para combater a inadimplência banco montou um comitê para recuperação de crédito, que tinha como meta recuperar 20 dos 28 milhões inadimplentes, sendo que o presidente Ivo Vanderlind afirmou a época, que de imediato precisaria entrar no banco pelo menos 30 % deste valor. Para atingir este objetivo foram estabelecidas visitas in loco com os principais devedores para tentar renegociar os débitos. Em novembro inadimplência no Badesc atingiu 100 milhões de reais, quase um terço da carteira de crédito. (ATAS REUNIÃO DA DIRETORIA, 1995)

Outro Fato importante levantado neste período, foi a tentativa da Associação de Bancos de Desenvolvimento estabelecer uma parceria com o BNDES de forma que passasse a dividir o ônus da inadimplência com os agentes repassadores, já que não era mais possível que estes assumissem isoladamente os riscos das operações. De fato, havia uma relação muito desequilibrada entre o

⁵³ Nos anos 2000, embora transformado em agência, o Badesc continuou sem recursos para operar por falta de aumento de capital por parte do estado, e pelos menos problemas com o BNDES, ou seja a transformação em agência, para BADESC em nada contribuiu, somente para o Estado de SC resolver seu problema fiscal.

BNDES e os bancos de desenvolvimento estaduais. Aquele como administrador dos recursos do FAT, era quem detinha os recursos, mas toda responsabilidade sobre as operações ficava com bancos de desenvolvimento, que assumiam o risco total da operação para um spread de apenas 3% ao ano e rentabilidade de 2 a 2,5% ao ano. (ATAS REUNIÃO DA DIRETORIA, 1995)

Entretanto, todas estas ações não foram suficientes, e o conselho de administração do banco decidiu em 1 de novembro de 1995 buscar um acordo com o ministério da fazenda, BNDES e governo do estado de Santa Catarina, para que a dívida do Badesc perante o BNDES de aproximadamente R\$ 270 milhões fosse parcelada em R\$ 6,5 milhões mensais. Agravava a situação do banco, o fato de desde março de 1995 o BNDES não repassava mais recursos ao Badesc, sendo um único aporte feito de R\$ 17 milhões. O Estado de Santa Catarina estava mantendo o Badesc capitalizado por meio do PRODEC- programa de desenvolvimento da empresa catarinense, que garantia que 50% dos incentivos fiscais concedidos as empresas quando retornavam para o estado ficavam com o banco (problema que este financiamento era de longo prazo 5 a 10 anos). (ATA CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, 01/11/1995)

O ano de 1996, apresentando a consolidação das medidas adotadas pelo plano real, embora apresentasse uma queda na taxa de juros, não foi favorável à indústria, que cresceu menos de 1%, a nível nacional, e o crescimento na economia catarinense foi menor ainda, em razão da defasagem cambial que retirou a competitividade da indústria. Embora tenha trazido estabilidade com o controle da inflação por meio da adoção de taxas de juros mais altas, além de encarecer o crédito, trouxe como reflexo a valorização cambial em decorrência da atração de capital externo, que ingressou no Brasil em razão das altas taxas de juros práticas, e como reflexo provocou uma valorização do real, em prejuízo da competitividade da indústria nacional.

Em virtude do baixo desempenho da indústria catarinense, que sempre foi o carro chefe de liberações do BADESC, o desempenho do banco também ficou comprometido, tendo, novamente o BADESC enfrentando problemas para a cobrança de seus mutuários. Para enfrentar este problema o banco empenhou uma grande força de trabalho para a recuperação de créditos, e obteve um bom resultado, recuperando aproximadamente R\$ 34 milhões, que resultaram em um ingresso efetivo de R\$ 20 milhões. Um resultado ainda mais relevante, quando

comparado ao total de liberações do ano, que ficou em R\$ 55,2 milhões. Sem esta recuperação de crédito o resultado ficaria muito mais aquém dos 84,2 milhões de reais liberados em 1995. (RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, 1996)

O ano de 1996, também ficou marcado, por outros eventos importantes, dentre eles, a renegociação com o BNDES dos débitos vencidos a partir de 1995, que permitiram a rolagem da dívida do Badesc junto àqueles instituição federal, permitindo a reabertura dos limites operacionais suspensos desde abril de 1995. Foi possível, também, a rolagem das dívidas do setor rural, e do setor hoteleiro. Graças a rolagem destas dívidas foi possível a liberação de R\$ 14 milhões com recursos do BNDES, constituindo como segunda principal fonte de recursos em 1996. Em primeiro ficou o PRODEC R\$ 24 milhões, e em terceiro o FDM com 12,5 milhões. Neste ano, o setor terciário mostrou-se muito importante para o BADESC com a contratação de Us\$ 9,5 milhões com recursos do PROADEM/FDM, junto as prefeituras municipais, no qual foram contemplados mais de 244 projetos de infraestrutura, 191 projetos de aquisição de máquinas e equipamentos e 53 projetos de outras atividades. Em virtude disso o setor terciário dobrou sua participação da liberação de recursos, valor menos só ao ano de 1992(melhor ano de repasse de recursos do sistema BNDES) A liberação para a indústria em virtude dos impedimentos como BNDES ficaram no menor valor em 5 anos, e no menor percentual de participação (ATAS REUNIÃO DA DIRETORIA, 1996).

Tabela 45 - Contratação por Setores 1992-1996

Ano setor	1992		1993		1994		1995		1996	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Primário	2.078	3	2.935	4	2.292	2	8.038	11	4.275	10,46
Secundário	53.829	67	55.987	83	119.380	90	55.707	74	25.267	61,86
Terciário	23.931	30	8.553	13	10.541	8	11.197	15	11.298	27,66
Total	79.838	100	67.475	100	132.613	100	74.938	100	40.840	100

Fonte: Relatórios da Administração 1992-1996

Este desempenho também retratou no atendimento preferencial das micro e pequenas empresas, no período comparado, no qual excetuado o ano de 1994, foi dado preferência as micro e pequenas empresas. Estas opções, já haviam sido estabelecidas pelo banco, antes do estudo e processo de transformação em agência de fomento, o que colabora com o entendimento que a sua transformação em agência, serviu apenas para atender aos interesses do Estado de Santa Catarina.

Tabela 46 - Destino dos Recursos por Porte de Empresa 1992-1999

Ano	Micro e pequenas		Média		Grande		Total	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
1992	269	50.129	39	10.214	44	19.395	352	79.838
1993	624	32.419	27	24.726	36	10.330	687	67.475
1994	380	48.955	27	13.324	43	70.334	450	132.613
1995	576	51.332	14	10.017	8	13.589	598	74.938
1996	357	28.6	17	7.5	7	4.7	381	40.8
1997	1808	51.2	27	34.5	29	94.0	1.864	189.7
1998								
1999		21.170		13.056		26.160		60.386

Fonte: Relatórios da Administração 1992-1999

O patrimônio líquido do banco, em 1996 correspondeu a US\$ 86 milhões, o que correspondia a todo capital investido pelo Estado de Santa Catarina ao longo de 20 anos de existência. (Em dólares).

Tabela 47 - Indicadores Financeiros 1989-1997. Em dólares.

Discriminação	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Liberação de recursos	25,2	35,2	45,5	77,7	49,6	78,5	84,2	54,2	
Saldo de aplicações			163,5	186,5	189,1	300,6	326,7	311,7	291,7
Patrimônio líquido		12,8	13,9	29,9	35,0	70,8	83,1	86,0	68,2
Número empregados	217	185	181	181	181	180	181	162	161
Saldo por empregado		867,9	836,8	1.031,1	1.044,6	1.669,9	1.805,0	1.900	1,8

Fonte: Relatórios da Administração 1989-1997 *A lucratividade indireta do BADESC era mais evidente quando comparada com a estimativa de aumento arrecadação em virtude de suas operações ** Estimativa de arrecadação dos últimos 4 anos.

De 1992 a 1995, a patrimônio líquido aumento 277% passando de 29,9 para 83,1 milhões de dólares. O saldo de financiamentos aumentou em Us\$ 175,2 para o período 1992-1995.

Tabela 48 - Fontes de Recursos 1989-1996 (Valores Correntes)

Ano	BNDES	FINAME	FINEP	FDM	FADESC/Prodec	Outras	CEF	Avais/fianças	TOTAL
1989	381.004	74.655	-		-	6.158	15.060	-	479.879
1990	5.496.242	1.268.045	-		-	43.203	228.675	4.058	7.036.165
1991	36.760.165	4.316.115	-		-	149.141	5.469.093	-	46.694.514
1992	491.231.485	40.684.512	2.429		-	3.420	18.875.254	866.123	556.640.429
1993	13.285.354	1.762.871	120.763		-	94.682	1.357.892	-	16.521.562
1994	83.462	7.958	4.012		-	39		-	95.471
1995	68.752	6.967	4.283	3.204	19.416	526	2.789	-	105.937
1996	78.782	7.352	11.016	12.330	23.505	783	3.795	-	107.249
1997	48.468	14.468	3.357	2.087	37.502			-	105.998
1998	49.694	10.143	1.474	1.876	42.746			-	105.932
1999	183.683	35.971	9.982		388	54	9241	-	239.319
2000	195.476	36.267	3.985			660	6.922	-	243.310
2001	247.629	48.077	1.273	-	388	272	4.624	-	302.263
2002	356.074	63.936	-	-	400	272	3.943	-	424.625

Fonte: Relatórios da Administração 1989-2002

Tabela 49 - Contratações por Fontes em Dólares

Ano	BNDES	FINAME	FINEP	FDM	FADESC/Prodec	Outras	CEF	Avais/fianças	TOTAL
1989	41.517	8.135	-		-	671	1.641	-	52.291
1990	36.324	8.380	-		-	285	1.511	442	46.501
1991	38.864	4.563	-		-	157	5782	0	49.367
1992	44.387	3.676	0,2		-	0,3	1705	915	50.297
1993	49.193	6.527	447		-	350	5028	-	61.176
1994	98.075	9.351	4.714		-	45	0	-	112.186
1995	71.616	7.257	4.461	3.337	20.225	547	290	-	110.351
1996	75.832	707	10.603	11.868	22.624	753	365	-	10.323
1997	43.496	12.983	3.012	1.872	33.655	0	0	-	95.125
1998	41.232	8.416	122	1.556	35.467	0	0	-	87.895
1999	99.282	19.442	5.395		209	29	4.994	-	129.354
2000	99.732	18.503	2.033		0	336	3.531	-	124.137
2001	104.045	20.200	53	-	163	114	1.942	-	127.001
2002	95.462	17.141	-	-	107	72	1.057	-	113.840

Fonte: Relatórios da Administração-1992-1995

Apesar, das limitações praticadas pelo BNDE. Mas em virtude das restrições observadas nas agências oficiais o banco buscou outras fontes de recursos inclusive internacionais, com destaque para as operações com o BIRD em 1991. (Das aplicações do banco, Cr\$ 115,5 bilhões tem como origem o BNDES, representando 70,6%, Cr\$ 6,9 bilhões de origem internacional, do BIRD, e Cr\$ 27,2 bilhões de outras fontes. O patrimônio Líquido do Banco, ascendeu a Cr\$ 14,5 bilhões).

Tabela 50 - Crescimento e Distribuição da Carteira de Crédito no Período. 1982-2000

Ano	Curto prazo		Longo prazo	
	Privado	Público	Privado	Público
1982	12.525.167		31.314.310	
1983	70.152.137		61.660.166	
1984	70.428.094		61.735.212	
1985	271.271.104		170.239.952	
1986	165.886.363	2.299.243.051	699.132.571	373.789.075
1987	1.238.412.160	2.224.201.756	56.582.992.283	1.126.641.535
1988	23.905.940	5.480.189	92.753.662	27.254.954
1989	394.382	212.343	1.282.499	294.322
1990	6.127.712	832.646	19.433.873	3.593.967
1991	58.405.695	8.284.960	72.029.351	13.719.613
1992	690.753.281	69.576.238	1.105.235.771	322.431.479
1993	18.268.576	2.713.985	26.296.032	9.436.780
1994	62.876	6.530	126.802	31.195
1995	64.082	11.775	178.240	32.743
1996	84.936	15.729	155.984	9.056
1997	81.196	15.492	145.422	28.597
1998	53.119	13.713	185.486	18.439
1999	55.577	9.628	215.585	9.980
2000	66.842	6.794	270.895	10.741

Fonte: Relatórios da Administração 1982-2000. Valores Correntes

Tabela 51 - Crescimento e Distribuição da carteira de crédito no período. 1982-2000, em U\$\$

Ano	Curto prazo		Longo prazo	
	Privado	Público	Privado	Público
1982	51.152		127.886	
1983	74.629		65.595	
1984	74.923		65.675	
1985	27.526		17.274	
1986	11.478.436	159.095.146	48.376.181	25.864.176
1987	18.367.799	32.988.768	839.223.889	16.710.047
1988	36.146	8.286	140.244	41.209
1989	42.975	23.138	139.751	32.071
1990	40.497	5.502	128.437	23.752
1991	61.749	8.759	76.153	14.505
1992	62.415	6.286	99.868	29.134
1993	67.645	10.049	97.369	34.942
1994	73.884	7.673	149.003	36.656
1995	66.752	12.265	185.666	34.107

1996	81.755	15.140	150.143	8.716
1997	72.867	13.902	130.505	25.663
1998	44.074	11.378	153.904	15.299
1999	30.039	5.204	116.526	5.394
2000	34.103	3.466	138.211	5.480

Fonte: Relatórios da Administração 1982-2000. Valores em US\$.

Seguindo o disposto a partir do RAET, o setor privado passou a representar grande parte da carteira de crédito neste segundo período. Muito embora o banco desempenhasse sua função conforma cartilha, aumentando o volume de crédito liberado à iniciativa privada, o aumento exponencial da inadimplência vistos nos anos posteriores 1996-1999, que obrigaram o banco a lançar na conta Créditos em Liquidação mais de 200 milhões de reais nos anos posteriores.

Tabela 52 - Operações de Crédito em Liquidação Duvidosa/ Provisão 1982-2000. Valores correntes

Ano	Carteira. Publica	Carteira Privada	Provisão para Crédito liquidação duvidosa
1982	71.048		(71048)
1983	1.491.478		(1.491.478)
1984	8.217.402		(8.217.402)
1985	39.572.776		(39.572.776)
1986	16.574.059		(27.513.565)
1987	978.980.398		(978.980.398)
1988	6.557.639		(6.557.639)
1989	96.722	Ncz\$ 87.546	(95.841)
1990	463.110	Cr\$1.149.434	(1.538.286)
1991	3.412.215	Cr\$6.262.027	(6.199.003)
1992	---	99.667.656	(54.542.626)
1993	Não Consta	5.422.296	(578.691)
1994	Não consta	R\$29.683	(3.933)
1995	Não consta	R\$60.092	(9.234)
1996	Não Consta	62.858	(34.962)
1997	Não Consta	124.145	(75.366)
1998	Não Consta	209.119	(128.819)
1999	Não Consta	228.430	(110.091)
2000	Não Consta	0	(47.972)

Fonte: Relatórios da Administração 1982-2000. Os valores de 1998 se aproximam aqueles estabelecidos no contrato de crédito com a União para Saneamento do Banco.

Com o fim do Regime de Administração Especial Temporária, o balanço como a descriminar os valores em liquidação duvidosa por carteira pública e privada.

Tabela 53 - Operações de Crédito em Liquidação Duvidosa/ Provisão 1982-2000, em US\$.

Ano	Carteira. Publica	Carteira Privada	Provisão para Crédito liquidação duvidosa
1982	290		(290)
1983	1.586		(1.586)
1984	8.741		(8.741)
1985	4.015		(4.015)
1986	1.146.834		(1.903.789)
1987	14.519.976		(14.519.976)
1988	9.915		(9.915)
1989	10.539	9.539	(10.443)

1990	3.060	7.596	(10.166)
1991	3.607	6.620	(6.553)
1992	---	9.005	(4.928)
1993	Não Consta	20.077	(2.142)
1994	Não consta	34.880	(4.621)
1995	Não consta	62.595	(9.618)
1996	Não Consta	60.504	(33.652)
1997	Não Consta	111.410	(67.635)
1998	Não Consta	173.513	(106.885)
1999	Não Consta	123.469	(59.505)
2000	Não Consta	0	(24.475)

Fonte: Relatórios da Administração 1982-2000

A inadimplência provocada pela crise econômica levou o banco a apresentar uma série de prejuízos a partir de 1995.

Tabela 54 - Histórico de Dados Financeiros Badesc 1980-2002

Ano	Total de ativos	Patrimônio Líquido	Lucro/Prejuízo	Rentabilidade Líquida PL LL/PL %	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucro/prejuízos acumulados
1980	4.082.409	426.845	(105.271)	(24,66)	348.239	183.877	0	(105.271)
1981	13.960.484	1.069.428	(214.381)	(20,04)	676.065	607.744	0	(214.381)
1982	52.616.698	2.739.675	542.407	(19,79)	1.741.948	1.267.007	720	(x)
1983	157.253.129	7.143.283	169.271	2,36	2.715.410	4.312.166	10.310	105.397
1984	603.612.706	25.902.517	1.479.098	5,71	8.467.432	16.013.688	106.461	1.314.936
1985	3.374.029.053	86.992.412	1.943.523	2,23	28.186.889	57.087.380	437.178	1.280.965
1986	4.534.841.996	152.847.264	4.991.239	3,26	86.194.039	60.417.897	989.339	5.245.988
1987	11.554.138.154	674.328.271	5.272.425	0,78	86.199.328	100.228.168	***	(38.563.605)
1988	156.995.265	6.245.872	81.253	1,3	634.108	85.195	6.912	344.968
1989	2.286.965	178.029	22.183	12,45	52.355	1.348	1.002	10.488
1990	31.837.776	2.182.988	24.174	1,1	390.496	22.007	10.680	124.822
1991	159.173.120	14.920.826	25.942	0,17	2.625.478	200.790	117.798	
1992	2.361.759	369.789.191	1.026	0,0002	132.788.748	2.468.450	1.480.562	(104.341)
1993	62.988.025	11.490.060	253.441	2,20	2.165.746	62.257	37.341	(3.451.924)
1994	262.512	59.838	458	0,76	19.374	226	136	(9.583)
1995	330.556	80.831	(11,8)	(14,7)	87.261	279	167	(23.648)
1996	334.287	89.389	(39,7)	(14,8)	125.795	279	167	(36.852)
1997	314.825	76.154	(39,7)	(52,7)	152.306	279	167	(76.598)
1998	298.680	55.568	(50,3)	(93,6)	183.900	279	167	(128.678)
1999	580.581	290.843	(28,2)*	(9,7)	447.283**	0*	0*	(156.440)
2000	595.314	288.107	27.159	9,4	447.283	0	0	(159.176)
2001	657.467	294.332	5.375	2,1	447.283	0	0	(152.951)
2002	723.134	244.526	(38.438)	(15,3)	447.283	0	0	(190.473)

Fonte: Relatórios da Administração 1980-2002. Valores correntes. O prejuízo apresentado no ano de 1999, se deu por conta das despesas com pessoal que alcançaram 74,8 milhões. Entretanto, neste valor estava provisionado o valor a ser gasto com o Plano de Demissão Voluntária, a ser gasto em 8 anos, e o provisionamento para o fundo de pensão dos trabalhadores (FUSESC) no valor de 30 milhões de reais. ***reversão da reserva de lucro p absorver prejuízo (1.257.022); *Reversão para absorver prejuízo; ** Aumento de capital de 263.383 milhões.

Tabela 55 - Histórico de dados financeiros Badesc. 1980-2002, em US\$

Ano	Total de ativos	Patrimônio Líquido	Lucro/ Prejuízo	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucro/prejuízos acumulados
1980	63.579	6647	-1639	5.423	2.863	0	-1639
1981	111.309	8526	-1709	5.390	4.845	0	-170
1982	214.884	11188	2215	7.114	5.174	3	-
1983	167.290	7599	180	2.888	4.587	11	112
1984	642.141	27555	1.573	9.007	17.035	113	1398
1985	342.367	8827	197	2.860	5.792	44	129
1986	313.786.465	10576201	34.536	5964159	4180590	68456	362993
1987	171.367.903	10.001.457	78199	1278485	1486557	0	-571965
1988	237.378	9.443	12	958	128	10	521
1989	249.206	19.399	2417	5.705	146	109	1.142
1990	21.041	14.427	159	2.580	145	70	824
1991	16.828	15.775	27	2.775	212	124	0
1992	213	33.413	0,09	11.998	223	133	-9
1993	233.232	42.545	938	8.019	230	138	-12.781
1994	308.474	70.314	538	22.766	265	159	-1.126
1995	344.329	84.198		90.896	290	173	-246
1996	321.770	86.041		121.084	268	16	-35.472
1997	282.531	68.342		136.683	250	149	-68.740
1998	247.826	46.106	41	152588	23	138	-106.769
1999	313.810	157.203	15	0	0	0	-84.557
2000	303.731	146.993	13.856	228.205	0	0	-81.212
2001	276.246	123.668	2.258	187.934	0	0	-64.265
2002	193.869	65.556	10.305	11.991	0	0	-51.065

Fonte: Relatórios da Administração 1980-2002.

Posteriormente, as demonstrações financeiras de junho/1997 e de junho/1998, foram reabertas e republicadas, para a constituição de previsão para créditos em liquidação duvidosa do saldo devedor dos contratos relativos as empresas relacionadas no projeto de reestruturação do BADESC, consubstanciado no contrato de abertura de crédito, assinado em 31 de março de 1998, entre a união e o Estado de Santa Catarina com a interveniência do BACEN.

Tabela 56 - Alterações ocorridas pela Reabertura.

Rubricas	Saldo anterior	Saldo Atual	Variação
Ativo circulante	115.553	118.245	2.692
Operação. Crédito	106.207	106.471	264
Operação Crédito Atraso	3.638	682	(2.956)
Realizado. Longo Prazo	182.431	217.962	35.531
Operação. Crédito	208.450	172.919	(35.531)
Operação Crédito Liquidação	157.131	197.629	40.498
Rendas Apropriar CL	(66.603)	(67.957)	(1.354)
Provisão P/CL	(90.528)	(129.672)	(39.144)
Patrimônio Líquido	87.103	48.880	(38.223)
Prejuízo Líquido Período	12.156	50.379	38.223

Fonte: Relatório da Administração de 1998

Então, se na década de 1980 o crédito público, consubstanciado principalmente nas operações com o Estado de Santa Catarina, foi o grande vilão da saúde financeiro do Badesc, na década de 1990, e seguindo aquilo determinado pela cartilha do Banco Central, em concentrar suas operações na iniciativa privada levou o banco a não suportar o alto índice de inadimplência da iniciativa privada que passava por uma grande crise em decorrência na crise econômica nacional, o que impôs ao banco para sobreviver, a transformação em agencia de fomento.

Os gastos com pessoal também foram revistos, a fim de melhorar a eficiência do banco. Durante o Regime de Administração Especial temporária foi constatado um gasto operacional acima do adequado ao equilíbrio financeiro da instituição, devido a isso nos anos posteriores, entre 1987 e 1992, foi promovido um enxugamento do quadro de pessoal ao percentual de aproximadamente 30%, que resultou em uma diminuição do quadro de funcionário de 260 em 1987 para 181 em 1992.

No encerramento do exercício deste ano o Banco contava com um saldo de financiamentos em relação ao número de empregados apresentando uma evolução favorável, já tendo ultrapassado a marca de US\$ 1 milhão. Posteriormente o quadro se manteve estável até a transformação do Banco em agência, apresentando uma pequena diminuição no ano de 1996, após a implantação de um

programa de demissão voluntária, no qual foram desligados 19 trabalhadores, por meio de adesão espontânea, reduzindo então de 181 em 1992 para 162 em 1996. Já em 1999 com a transformação do banco em agência e com o lançamento de um grande programa de desligamento voluntário houve o desligamento de 74 trabalhadores, 54% do quadro existente.

O programa implementado em 1996, permitiu a redução de 15% do gasto com pessoal, já o programa implementado em 1999, permitiu a redução da folha de pagamento de R\$ 1,1 milhão para R\$ 541 mil mensais. O custo total deste programa foi de R\$ 30.820.000,00.

Quadro 9 - Badesc- Indicadores de Desempenho: Número de Empregados a Saldo por Empregado- 1987-1998

Ano	Nº de empregados	Saldo por empregado (Mil US\$)	Patrimônio Líquido	Saldo Aplic.	Lucro/Prejuízo val. correntes
1987	260	644,9		167,7	5.272.425
1988	238	869,7		207	81.253
1989	217	845,4		180,9	22.183
1990	185	867,7	12,8	160,5	24.174
1991	181	836,8	13,9	163,5	25.942
1992	181	1030,1	29,9	186,5	1.026
1993	181	1044,6	35,0	189,1	253.441
1994	180	1.669,9	70,8	300,6	458
1995	181	1.805,0	83,1	326,7	(11.8)
1996	162	1.900,00	86,0	311,7	(39.7)
1997	161	1.8000,00	68,2	291,7	
1998	161	1.659.475	46,21	272,48	(50,3)

Fonte: Relatórios da Administração, 1987-1998

Quadro 10 - Grau de Instrução e Lotação dos Trabalhadores do Banco

Ano	Nº. Trabalhadores Ensino Superior	Nº. Trabalhadores Ensino Médio	Nº. Trabalhadores em atividades de apoio	Trabalhadores cedidos de outras instituições
1992	88	19	74	
1993	88	19	50	24
1994	91	48	41	41
1995	92	48	41	16 ⁵⁴
1996	74	21	57	-
1997	74	21	57	-
1998	77	-	84	-
1999	28	15	28	-

Fonte: Relatórios da Administração (1992-1999)

A reestruturação do Badesc, quando da sua transformação em agência de fomento, buscou adequar as despesas de pessoal à nova realidade da

⁵⁴ 6 servidores de outras instituições, 6 estagiários e 4 convênios PROMENOR. Em 1999, contava ainda com 13 trabalhadores que tinham o 1º grau.

instituição, por isso foi necessário criar um plano de demissão voluntária. A elaboração deste plano, conforme a comissão participante e apoiada pela EURADA, também se justificou em virtude da falta de motivação dos antigos trabalhadores, assim, era preciso, reoxigenar o quadro de trabalhadores, motivá-los para alcançar os objetivos pretendidos com a transformação em agência de fomento. (SANTOS, 2011).

Este diagnóstico embora bem possível é bem questionável. Em virtude de todas as limitações operacionais vividas pelos Badesc por mais de uma década é se questionar se realmente os trabalhadores estavam desmotivados, o que seria compreensível. Porém analisando o desempenho do banco por suas contratações, é de pensar, também, que os trabalhadores fizeram tudo o que era possível dentro das limitações do próprio banco. A instituição não tinha capital para aplicar em suas operações ou inová-las. O comportamento dos trabalhadores espelhava o momento da instituição. A comissão julgava que os trabalhadores eram incapacitados para o desempenho de suas funções e não buscavam aperfeiçoamento. Entretanto, quando se analisa o perfil de funcionário que deixou a instituição, conforme quadro acima, pode-se perceber que a grande maioria que aderiu ao programa de demissão incentivada eram aqueles que possuíam melhor formação. Outra questão importante. Com a transformação em agência, o quadro funcional foi reestruturado de forma a dividir os empregados em três categorias: 1) Trabalhador efetivos, 2) Estagiários e 3) Empregados Terceirizados. Esta “nova” estrutura nada tinha de novo. Era a mesma estrutura de trabalhador utilizada nos anos anteriores. A diferença consistia que agora os terceirizados, eram quem desempenhavam a função de integrantes do Comitê de Crédito. O que houve com este processo, foi uma mudança de atribuição dos trabalhadores do BADESC.

Outro ponto importante refere-se ao programa de treinamento. Muito embora, a perspectiva de atuação dos trabalhadores tenha mudado, “de fazer as operações” para “fiscalizar e acompanhar as operações”, o programa de treinamento desenvolvido e executado pelo banco, ficava muito aquém da qualidade dos cursos anteriormente oferecidos. O programa de treinamento da Agência, foi aplicado por meio de 4 cursos. O primeiro, um programa de treinamento internos, foi dividido em 4 cursos, informática, formação e reciclagem profissional que buscou desenvolver técnicas de redação, matemática financeira e atendimento ao público, desenvolvimento de habilidades gerenciais, planejamento estratégico, técnicas de

negociação e liderança e um último de desenvolvimento e integração organizacional, no qual foram desenvolvidos treinamentos de integração, desenvolvimento interpessoal, motivacional etc., com carga horária de 20 horas cada um. Mesmo sem conhecer o conteúdo programático dos cursos e a didática aplicada pelo ementário pode-se julgar a carga horária oferecida como insuficientes. Além da qualidade questionável, os cursos se mostraram muito aquém da carga horária desenvolvidas em outros anos, quando se chegou a investir mais de 4500 horas no aprimoramento do quadro funcional em um único ano.

O Programa de treinamento externo, consistia em um aprimoramento de dos cursos internos, de informática e de atualização profissional, e fora feito de uma forma mais aprofundada, de modo que foi oportunizado aos trabalhadores um treinamento sobre o uso de redes de comunicação e administração de redes, e um treinamento dedicado ao aprendizado e domínio de equipamentos de informática e técnicas de execução de tarefas. Foi implementado, também um programa de incentivo ao Aprendizado de Idiomas, para o qual a agência contribuiu com 50 % do valor do curso, e teve adesão de 50% dos trabalhadores. O quarto programa de treinamento consistia no incentivo à Complementação Curricular, no qual foi oportunizado a 10 servidores concluírem o ensino fundamental e médio, com 100% dos custos pagos pelo Badesc, e ainda foi subsidiário com 70% dos custos a conclusão do ensino superior para 15 trabalhadores. Outros cursos de interesse da agência foram custeados pela agência em até 100% das mensalidades (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO 1994-1997).

4.4 TRANSFORMAÇÃO EM AGÊNCIA

Durante o ano de 1996, o Brasil passou por uma grave crise bancária na qual mais de cem bancos quebraram, inclusive seis dos grupos dos dez maiores bancos. Neste grande grupo estava, instituições financeiras públicas e privadas, o que obrigou o governo Federal a aprovar o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária- PROES.

A situação do Badesc, impeliu o Governo do Estado à incluí-lo no programa Federal, a fim de que se pudesse saneá-lo. Esta inclusão significava a transformação do Badesc (banco) em Badesc (agência de fomento), uma forma de instituição “mais leve e enxuta” que representaria menos riscos fiscais ao Estado de Santa Catarina. Este processo de transformação constituía-se por três linhas de

trabalho. A primeira era formada por uma Comissão de trabalhadores que se dedicaria ao levantamento de dados para a estruturação da nova instituição. Desta forma foi formado um grupo de trabalho, com trabalhadores do BADESC que durante os anos de 1996 e 1997 elaboraram um relatório que apontou as fragilidades do banco. Em suma, este relatório apontou 2 problemas que levaram o banco a situação que se encontrava. O primeiro problema detectado pela equipe de avaliação, apontava a concentração dos financiamentos de longo prazo em grandes empresas catarinenses como um grave problema. O segundo motivo apontado, era a falta de qualificação dos trabalhadores do Badesc para o desenvolvimento das atividades do Banco, já que estes não buscavam aperfeiçoamento profissional, por meio de cursos de graduação e pós-graduação. Aliado a isso, corpo funcional do banco encontrava-se desmotivado e incapaz de reagir a situação adversa pela qual passava a instituição.

Até pode-se concordar que parte do problema do equilíbrio financeiro do Badesc estava na concentração dos empréstimos em grandes empresas, que em algum momento passaram por dificuldades, dentro de um cenário econômico nacional adverso para qualquer segmento. Mas como apontado até aqui, o grande responsável pelo desequilíbrio do banco, foram as operações que envolveram o Estado de Santa Catarina e outras empresas estatais do Estado, que no período compreendido entre 1980-1982, tomaram grandes empréstimos de curto prazo e não honraram com seus compromissos, comprometendo a saúde financeira não somente do BADESC, mas do BESC que era obrigado a realizar o resgate de CDB's de emissão do BADESC, o que, lembrando, levou ambas as instituições a sofrerem intervenção, ou passar por um Regime Administrativo Especial Temporário – RAET .E como também, deixou bem claro, o contexto de administração do banco nas décadas de 1980 e 1990, o problema de equilíbrio financeiro do banco, também era decorrente da falta de capitalização do banco, que recebia somente pequenos aportes para o desenvolvimento da sua atividade. O segundo motivo será abordado mais a frente.

Abordando um pouco sobre este processo, este levantamento, incluiu a realização de encontros regionais para a discussão das necessidades da sociedade e da economia catarinense, sendo que esta segunda linha de trabalho foi desenvolvida por meio dos Fóruns de Desenvolvimento, que reuniram para a discussão entidades patronais, associações comerciais e industriais sindicados e

outras entidades representantes da sociedade civil. Os Fóruns de Desenvolvimento Regional, que eram estruturas já presentes no Estado, desde 1995, que dividia o Estado em seis regiões e que buscava discutir assuntos relacionados a elaboração de estratégias de desenvolvimento regional, a partir, inclusive de experiências internacionais.

Após a realização de seis encontros, uma em cada região do Estado (Norte, Oeste, Vale do Itajaí, Planalto Serrano, Grande Florianópolis, Sul), para a discussão do modelo de agência que o Badesc viria adotar, foi destacado alguns impeditivos para o desenvolvimento do Estado, como a falta de cooperação e articulação entre os agentes sociais no interior do Estado, falta de envolvimento dos governos municipais, universidades e do setor privado. As conclusões dos encontros apontaram a necessidade do aumento dos recursos para financiamento, o que exigiria uma maior diversificação das fontes de recursos, e a necessidade da assistência com linhas de financiamento a micro e pequenas empresas. Conforme exposto, nos capítulos anteriores, já era de conhecimento do banco, tanto que este buscava novas fontes de recursos como o BIRD, entretanto as fontes oficiais federais encontravam-se sem recursos, devido à própria conjuntura vivida pelo Brasil à época.

Por último, a terceira linha do processo desenvolvido era a participação da Associação Europeia de Desenvolvimento- EURADA. A EURADA é uma associação europeia de desenvolvimento, que foi fundada em 1992, e que reúne profissionais que trabalham com o desenvolvimento econômico em toda a Europa, atuando diretamente com agências de desenvolvimento. A tarefa desta entidade era construir, estruturar um modelo de agência a ser aplicado ao Badesc, que pudesse atender os anseios da sociedade catarinense, detectados a partir dos Fóruns de Desenvolvimento. De acordo com EURADA, uma agência de desenvolvimento deveria ser uma instituição técnica, que entre as competências estariam a identificação das barreiras impostas aos setores econômicos, a seleção e promoção das melhores oportunidades de investimentos para a superação dos entraves ao desenvolvimento, sempre com permanente acompanhamento (SANTOS, 2011).

De acordo com Aldo Schneider, que exerceu a função de secretário do BADESC, em entrevista a Santos (2011, 77), “o que chamou a atenção do BADESC em relação a Eurada foi o fato de sua política de atuação em programas de fomento está baseada nos princípios de promoção de serviços e de competências específicas

para garantir o sucesso dos projetos. Atuando em redes e buscando a integração das Universidades, instituições educacionais e de pesquisa. Ainda, segundo Schneider, a ideia de mudança, de reestruturação do BADESC foi uma orientação do governo federal aos Estados, que deveriam readequar o seu sistema financeiro as diretrizes do Banco Central. Embora a escolha da EURADA tenha sido uma decisão do BADESC, a modelação por parte desta agência atendia aos anseios do Banco Central, que buscava uma reestruturação dos bancos de desenvolvimento estaduais de acordo com as agências de fomento europeias. De acordo com Santos(2011), a principal ideia era diferenciar o Banco Badesc da nova instituição Agência de Fomento. Esta diferença se consubstanciava no fato que a agência teria um caráter de articulador financeiro, em detrimento da intermediação financeira. Para isso, a agência teria como principais competências, a compreensão profunda dos problemas de cada região do estado, a habilidade de trabalhar com estruturas econômicas, sociais e políticas. Para isso a agência precisaria conquistar credibilidade política, traduzir objetivos em projetos, mobilizar recursos financeiros, tendo autonomia e independência para a tomada de decisões. E para isso deveria contar com profissionais comprometidos com resultados.

Muito embora, este processo de remodelação tenha ocorrido no Governo Paulo Afonso (1995-1999), coube ao governador empossado em 01 de janeiro de 1999, Sr. Esperidião Amin (1999-2003), juntamente com sua equipe, pôr em prática esta transformação. A transformação do BADESC em agência de fomento ocorreu em conformidade com o previsto da resolução 95/98, do Bando Central, que previa o saneamento da instituição por meio da abertura de uma linha de crédito da União, por intermédio do Banco Central, concedida ao Estado de Santa Catarina, para este único fim em 31 de março de 1998. Por meio desta linha de crédito foram colocados à disposição do Estado o valor de até R\$ 202.616.000,00. Esta operação foi aprovada pelo legislativo estadual por meio da lei nº 10.912 de 15/09/1998, e formalizada na reunião de número 55º da Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 19 de janeiro de 1999.

De acordo com a ata da Assembleia:

O Governo do Estado Catarinense, dentro da visão de gestão do Estado 'ser agente de transformação e modernização, prestador de serviços de qualidade' institui a transformação do banco de desenvolvimento em agência de fomento. Essa agência atuará dentro de uma filosofia de trabalho, enfatizando as ações voltadas ao planejamento econômico do

Estado através de estudos e diagnósticos regionais e setoriais, atenção a micro e pequena empresa catarinense, baseado em programas e linhas de crédito existentes. (BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO - ATA 55ª 19 DE JANEIRO DE 1999).

De acordo com a justificativa exposta no relatório de atividades do ano de 1999, a transformação do banco foi uma consequência dos ajustes promovidos na economia brasileira, na qual não havia mais espaços para bancos de desenvolvimento estruturados, a partir década de 1960 de acordo com filosofia do “Brasil Grande”, pois as condições econômicas vividas a época, de crédito fácil, subsidiado e de pequeno risco não mais existiam, sendo, portanto a transformação do BADESC um “imperativo da nova realidade”. Em virtude dos novos objetivos, da agora, Agência de Fomento, foi necessária uma reestruturação administrativa e operacional, que resultou na implementação de um Plano de Demissão incentivada, do qual resultou em uma redução de 54% do seu número de trabalhadores. Isto por sua vez, possibilitou a redução dos gastos com a folha de pagamento de R\$ 1 milhão para R\$ 541 mil mensais.

A fim de aprimorar seu processo decisório, a Agência optou por terceirizar o serviço de análise dos projetos, por meio do credenciamento de empresas terceirizadas, que reduziram o tempo de análise das operações de 90/120 dias para apenas 20 dias. A terceirização fez sentido, em decorrência da diminuição dos números de trabalhadores do Badesco e do esperado aumento no número de operações agora voltadas para micro e pequenas empresas. Mas a maior “agilidade” na análise das operações, também, se deve a menor complexidade deste tipo de operação. Também contribuiu para uma maior eficiência a descentralização do processo decisório entre as gerências regionais, que passaram a ter como limite de alçada para aprovação o valor de R\$ 100.000,00, quando destinadas para micro e pequenas empresas⁵⁵. Esta mudança na forma de trabalho, por meio de agentes credenciados, também exigiu uma mudança nas atribuições dos trabalhadores, que passariam a gerenciar o risco das operações ao invés de fazer as operações. Em virtude desta mudança foram promovidos novos programas de treinamento. O processo de transformação, também, importou uma modernização tecnológica, com a aquisição de novos equipamentos e sistema de informática ao custo de R\$ 2,8

⁵⁵ Para operações até este limite, garantidas em até 80% por fundo de Aval do BNDES, foi facilitada a apresentação de garantias hipotecárias, agora complementares do Fundo de Aval

milhões que foi implementado até 2004 (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO, 1998-2004).

Desta forma, dava-se cumprimento aquilo que havia sido estabelecido na Lei 10.912, que preconizava novas funções ao Badesc, Agência de fomento, que dentre elas estavam: a realização de estudos setoriais e regionais elaborando diagnósticos da economia catarinense a partir destes estudos, o desenvolvimento de programas de investimentos, destinados a atração de novos investidores ao Estado, a disponibilização de linhas de crédito aos micro empreendedores, além do financiamento aos projetos de obras, serviços e infraestrutura municipal. Ou seja, nada que o Banco Badesc, já não tinha como competência desde a sua criação! Muito embora, tenha sido dado uma ênfase maior ao fomento aos micros e pequenos empresários, o que fica muito claro, com a instituição do Crédito de Confiança, o Badesc continuaria com as mesmas competências, apenas com um foco maior nas pequenas empresas, atendendo ao que preconizava o Plano de Governo. Para isso foi instituído o Crédito de Confiança sob três modalidades: 1) Concessão de avais. 2) Concessão de financiamentos as micro e pequenas empresas 3) Concessão de financiamento a pessoas físicas para o desenvolvimento de pequenos negócios.

A “mudança” na forma de atuar modificou a estrutura até então existente. Seguindo as diretrizes traçadas pela lei 10.912 foi criada a Gerência de Planejamento que tinha como objetivo acompanhar o planejamento estratégico. Este órgão foi composto de quatro trabalhadores que tinham como competências o planejamento dos projetos de fomento, que posteriormente deveriam estar alinhados a política estabelecida no Projeto Catarinense de Desenvolvimento promulgado por meio da Lei Complementar Estadual 284, de 28 fevereiro de 2005. E para além do fomento, tinham como competência o desenvolvimento e estudos para identificar quais setores da economia catarinense necessitava de mais apoio financeiro. Dentro desta competência, também, estava a atribuição da elaboração de estudos para a identificação e negociação como novas fontes de recursos, tanto nacionais, como internacionais, além de outras atribuições de caráter não financeiro, como a identificação de oportunidades de investimentos, desenvolvimento de programas e estudos especiais. De fato, até a da lei Complementar Estadual nº 284, que tratava da Plano Catarinense de Desenvolvimento para o período de 2005-2015, nenhum

estudo havia sido elaborado pela Gerência de Planejamento (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO, 1998-2005).

Na verdade, todo este processo de estudo e de transformação do Banco em Agência foi um gasto desnecessário. Era de conhecimento do Badesc, da sua diretoria e dos seus trabalhadores quais eram os seus problemas e o que precisava ser feito para retirar o banco daquela situação. A transformação em Agência só fez sentido para o Estado de Santa Catarina, que com a concordância em transformá-la em agência, teve acesso a recursos federais para sanear o banco, que vinha enfrentando dificuldades e apresentando prejuízos.⁵⁶ Porém, também, foi uma forma que o Estado encontrou para capitalizar o banco de imediato por meio de uma obrigação de longo prazo para com a União, foi uma “fuga para frente”. Além disso, a transformação do Badesc em agência de fomento, resolveria a questão da dívida do Estado de Santa Catarina com o BRDE que já alcançava a cifra de 170 milhões de reais. O secretário da fazenda do Estado, Sr. Paulo Prisco Paraíso, afirmava em entrevistas que qualquer reestruturação do sistema financeiro do Estado passaria por um aporte de recursos por parte do Governo Federal.

“qualquer mudança na estrutura do sistema financeiro estadual está condicionada à liberação de recursos por parte do governo federal esse recurso previsto no texto do proes seriam usados para depuração dos ativos do Badesc e do BRDE e para limpar ativos podres como a dívida no valor de 170 milhões de reais que o governo do estado tem com o BRDE e também dar liquidez a futura agência de fomento o secretário da fazenda informou que o governo do estado ainda não tem nenhum juízo formalizado sobre a extinção ou fusão dos bancos de fomento estaduais sabemos que o sistema financeiro tem que se ajustar a nova realidade econômica mas não temos nenhuma posição preconcebida” (JORNAL SANTA CATARINA, 16/05/1997).

E para a União fazia sentido esta operação, em razão da intenção de diminuir a participação dos Estados dentro do Sistema Financeiro Nacional de acordo com o PROES. Toda esta discussão sobre reestruturação do Badesc, estava incluído em um processo muito maior, que era a reestruturação de todo o sistema financeiro nacional e do Estado de Santa Catarina, que incluía o BESC e o BRDE. O BESC também necessitava de recursos federais para ser saneado, o que, o encaminhava para a privatização. Em diversas oportunidades o Governador

⁵⁶ 20/10/95 diário catarinense o governo aceita discutir o fim do Badesc secretário da fazenda neutro de conto admitiu ontem que o estado irá acatar a orientação do governo federal e extinguir o Badesc sou simpático à ideia de compactar o sistema financeiro estadual manter 2 bancos sai muito caro disse o fim da dualidade dos bancos de fomento foi uma das exigências feitas pelo Ministério da fazenda para renegociar a dívida do estado

manifestou sua disposição a fim de manter o Badesc e o BESC públicos, contrariando declarações de seus secretários⁵⁷.

Paulo Afonso buscava uma reforma do sistema financeiro ao modelo adotado pelo Rio Grande do Sul, que preservou o banco comercial (Banrisul) e transformou a caixa econômica estadual em agência de fomento. A hipótese de privatização do BESC chegou a ser admitida pelo Secretária da Fazenda do Estado, em audiência no Senado Federal, em 27/05/1997, no qual afirmou o secretário, que o BESC poderia ser parcialmente privatizado, com o governo do estado ficando com 15 a 30% do controle acionário do Banco. Entretanto, este não seria um processo de privatização comum.

O Estado buscava que o controle acionário fosse transferido aos trabalhadores do banco por meio da sua caixa de assistência a FUSESC, desta forma o banco continuaria a ter um caráter público, neste processo que foi chamado de “parcerização”. Por outro lado, o BRDE também passava por pressões políticas. O governador do Rio Grande do Sul Antônio Brito era favorável a extinção do BRDE, e pressionava o Estado de Santa Catarina a cumprir o acordo assinados pelos três governadores do sul, em 1992, de extinguir seus bancos estaduais de desenvolvimento.

O governador do Paraná também queria a extinção. Foi a articulação política de Santa Catarina, principalmente do ex-senador Nelson Wedekin que preservou a instituição⁵⁸. Após uma reunião com as bancadas gaúchas, catarinense e paranaense no congresso nacional com o Ministro da Fazenda Pedro Parente, foi descartada a extinção do BRDE, mas isto ficou condicionada a coexistente de outras

⁵⁷ 21/10/95 Jornal A Notícia: Manutenção do Badesc que divide o governo de Santa Catarina.

A extinção do banco desenvolvimento está Santa Catarina Badesc que divide as opiniões do secretário da fazenda Neuto de Conto que já se mostrou favorável fechamento do banco e do governador Paulo Afonso Vieira que afirmou ontem que a intenção do governo é continuar tanto com o Badesc quanto com o banco regional desenvolvimento extremo sul BRDE e ainda que nos próximos dias inicia em trabalhos para a condensação das 2 cidades dos bancos que acabam por ter a mesma função a dor afirma que irá protelar o máximo que puder a extinção do Badesc apesar de o ministro da fazenda exigir o fim da duplicidade para negociar a dívida do estado enquanto o secretário da fazenda reconhece o alto custo da manutenção dos 2 bancos Paulo Afonso não sensibiliza com o argumento de que os governos do Rio Grande do Sul do Paraná já acabaram com seus bancos de fomento optaram pelo BR e para o governador a manutenção do Badesc que não dificulta a negociação da dívida do estado a 8 anos já se falava nisso e até hoje continuamos nossas conversas com o governo federal

⁵⁸ 07/05/1997 jornal o estado. UTI desta vez o quadro parece mesmo irreversível o BRDE está mesmo agonizando os governos do Paraná e do Rio Grande do Sul já abandonaram o barco dando sinal verde para fechamento do banco e o governador Paulo Afonso com prestígio abalado por causa do escândalo das letras não tem sido ouvido.

17/03/1997 jornal a notícia coluna alfinetada (pag 5)

a assessoria de Antônio Brito diz que finalmente Paulo Afonso pagou o que Santa Catarina deve ao BRDE. foi o único estado do sul que não cumpriu o que for acertado, ou seja, o fechamento do seu banco de desenvolvimento o Badesc. o Paraná liquidou badep e o Rio Grande do Sul o Badesul

organizações de fomento (agencias) desde que não sejam bancos de desenvolvimento.⁵⁹ Inicialmente o governo de Santa Catarina não concordava com a proposta, mesmo após a apresentação de sucessivos prejuízos operacionais, pois já sabia dos impactos negativos que poderiam ser gerados com a sua extinção, mesmo após a apresentação de sucessivos prejuízos operacionais

Tabela 57 - Prejuízos do Badesc no Período 1995-1999

Ano	Lucro/prejuízo
1995	R\$ (11,8)
1996	R\$ (13,2)
1997	R\$ (39,7)
1998	R\$ (50,3)
1999	R\$ (28,2)

Fonte: Relatórios da Administração 1995-1999

Nos estados vizinhos, a extinção do BANEP fez com que as aplicações do programa POC automático do BNDES caíssem de 40 milhões para 14 milhões de dólares, no Rio Grande do Sul, as aplicações deste mesmo programa caíram de 30 para 14 milhões de dólares com a extinção do Badesul, e em Santa Catarina as aplicações saltaram de 18 para 40 milhões de dólares, sendo que o PIB catarinense era somente metade do gaúcho.

Colaborando com o entendimento, de que já era conhecimento do Badesc, quais eram os seus problemas e o que precisava ser feito para retirar o banco daquela situação. O documento produzido pelo Badesc por meio de seus próprios trabalhadores em março de 1995 intitulado “Perspectivas de Atuação para o Badesc” já deixava claro que o banco já tinha conhecimento de tudo aquilo que fora apontado pela EURADA, ou seja, *“conquistar credibilidade política, traduzir objetivos em projetos, mobilizar recursos financeiros, tendo autonomia e independência para a tomada de decisões. E para isso deveria contar com profissionais comprometidos com resultados.”* (PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO PARA O BADESC, 1995)

Este documento que serviu de base para uma discussão interna, por meio de um seminário, que aproximou cinquenta trabalhadores do banco para apresentação de críticas e aspectos importantes para o futuro do banco, por meio do qual foi elaborado o “Plano de Ação Badesc”, cuja construção seguiu o método 5W1H⁶⁰, do qual os trabalhadores haviam obtido conhecimento por meio dos

⁵⁹ Notícia de 20/06/1997 jornal diário catarinense página 23 governo vai manter o BRDE

⁶⁰ A partir destes apontamentos, aplicando o método “5W1H”, foram elaboradas as seguintes perguntas:

treinamentos internos. A intenção deste processo era construir um plano que conjugasse metas objetivas e qualitativas, assim como identificado pela EURADA nos anos posteriores. Os trabalhadores do banco tinham ciência que não fazia qualquer sentido fixar metas aleatórias, sem que se tomasse conhecimentos das implicações para todas as áreas do banco (PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO PARA O BADESC, 1995).

Havia a consciência que o estudo tinha que ter profundidade suficiente para identificar as barreiras a serem enfrentadas, e os possíveis caminhos a serem tomados para o alcance dos objetivos do banco, que tinha como premissa o cumprimento de sua missão de “Promover o desenvolvimento econômico e social do Estado de Santa Catarina, através da aplicação de recursos financeiros e tecnológicos para a modernização da estrutura produtiva e da infraestrutura”. E para atendê-la era necessário observar, pelo menos, três pré-requisitos; Primeiro: A sobrevivência do banco como instituição, Segundo: A sobrevivência e expansão do Banco como Empresa e por último A capacidade do Banco em fomentar o desenvolvimento (PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO PARA O BADESC, 1995).

Dentro do primeiro requisito, foi identificado como ameaça a sobrevivência do banco como instituição, primeiramente a posição do Banco Central, que desenvolvia políticas a fim de extinguir os bancos estaduais, tanto comerciais como de desenvolvimento, como ficou mais claro com a implantação do PROER-Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, pelo Governo Fernando Henrique Cardoso em novembro de 1995. A posição do Presidente constituía-se na segunda ameaça, e como visto a posição do Presidente da República era de apoio ao Presidente do Banco Central, Sr. Gustavo Loyola que buscava reequilibrar o sistema bancário, abalado com a dívida dos Estados. O banco necessitava mostrar resultados operacionais de modo a convencer as Autoridades Federais que o Estado tinha capacidade de administrar o Banco.

Como terceira ameaça ao primeiro requisito estava a questão da dualidade de instituições de fomento no Estado. Havia o debate da desnecessidade da existência de mais de um banco desenvolvimento em cada região, e no período,

Why- Porquê ? – Que objetivo, nos queremos alcançar com determinada ação.

What- O que?- O que fazer para alcançar o objetivo. Descrever a ação.

How-Como?- Qual a metodologia que será adotada na execução da ação.

Where- Quando ?- Onde?- Localizar aonde ação precisa a ser implementada.

Who- Quem Que área, setor ou pessoa será o responsável pela implementação.

além de contar com a presença Federal por meio do BNDES, havia no Estado de Santa Catarina a presença do BRDE, além é claro do Badesc, que ao ver das autoridades causava inclusive concorrência entre as instituições. Até mesmo por isso, houve a assinatura de um pacto entre os Governadores dos três estados do Sul (PR, SC, RS), em 1992, para a extinção dos bancos estaduais de desenvolvimento, optando pela atuação única do BRDE. Estas questões eram políticas, mas eram influenciadas pelo desempenho operacional do banco ao lado das intenções do Banco Central. (PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO PARA O BADESC, 1995)

Era necessário sensibilizar as autoridades estaduais para pressionarem as autoridades federais, para se comprometerem com o BADESC contrapondo-se a posição política dos Governos do Paraná e do Rio Grande do Sul. Urge lembra que os bancos estaduais de Desenvolvimento do Paraná- BADEP (entrou em processo de liquidação em 1997) e Rio Grande do Sul BADESUL (incorporado do Banrisul em 27 de agosto de 1992, e em 1997 surgiu a Caixa econômica estadual agência de desenvolvimento). A questão da dualidade era frequentemente questionada pelos Ministros da Fazenda e Presidentes do Banco Central do Brasil, como Pêrsio Arida, Pedro Parente e Pedro Malan, que queriam extinguir o BRDE ou excluir Santa Catarina do banco, para utilizar os recursos pertencentes aos estado, em torno de 150 milhões de dólares para pagar a dívida até então de 130 milhões, e utilizar os 20 milhões restantes para capitalizar o Badesc. Mas o maior desafio era a resistência apresentada pelo Rio Grande do Sul.

Esta resistência ficou mais explícita no episódio de indicação do ex-senador Nelson Wedekin para a presidência do BRDE. O então Governador do Rio Grande do Sul, Antônio Brito (1987/1995) recusava-se a aceitar a nomeação do catarinense para a presidência do banco, e seu secretário da Fazenda Cezar Busato, justificava que estas resistência não era política, mais sim econômica⁶¹ na medida que os três governadores do sul, haviam acertado 3 compromissos no início do ano de 1995, que era o rodizio na presidência do banco, o pagamento da dívida de Santa Catarina de 130 milhões de dólares para BRDE, e a extinção do banco estaduais. Santa Catarina estava inadimplente com o contrato de renegociação, estando, ainda a agência do BRDE de Santa Catarina, devedora da agência de Porto Alegre, no valor de 32 milhões de dólares. Busato sustentava que o Rio

⁶¹ Busato afirmou que o Rio Grande do Sul não está fazendo BRDE é um caso político abre aspas são as finanças do banco. Jornal de Industria e Comercial de 17/03/1995. Pág. 5

Grande do Sul já havia fechado o Badesul e o Paraná o Badep, mas Santa Catarina continuava com o Badesc.

O Governador Vilson Kleinubing, havia se comprometido com a extinção do Badesc, mas por pressão da classe empresarial, não cumpriu com o acordado em 1992. O governador Paulo Afonso não aceitava a extinção do Badesc por entender que isso era uma questão interna de Santa Catarina, sendo importante para o estado, já que o banco em 1995, era o quarto maior repassador de recursos do BNDES⁶².

Aliás, urge, constar que a questão da dualidade vinha sendo debatida desde 1989, e todas as decisões políticas tomadas foram justamente no sentido contrário da sua extinção. Houve um fortalecimento do Badesc como verdadeira instituição do estado, defendida não somente por políticos ou empresários, mas por toda a sociedade catarinense, como pode ser vista, nas mais diversas manifestações, em especial, nos jornais de grande circulação no Estado. O banco se fortaleceu, tornou-se mais agressivo, de modo que seu capital foi multiplicado por 5, em um período de 5 anos, por conta da incorporação de recursos de programas do estado em seu capital, como o fundo de desenvolvimento municipal e o programa de desenvolvimento da empresa catarinense- PRODEC. Além disso, ao contrário dos demais estados do sul, que reduziram em menos da metade a aplicação de recursos do BNDES entre os anos de 1989 e 1992, Santa Catarina triplicou os investimentos no período.

Para o segundo e terceiros requisitos foram identificados como ameaças que atingiam a ambos os requisitos: 1º) O desprestígio político do Banco, 2º) o Baixo desempenho operacional, 3º) Sentimento de inutilidade do banco por parte da sociedade, 4º) o não comprometimento da comunidade empresarial e 5º) a gradual perda de espaços para a concorrência. Para fazer frente a estas ameaças foram listadas algumas oportunidades 1) O posicionamento político do Governador de defesa do banco (O governador Paulo Afonso durante a gestão do Governador Pedro Ivo, havia exercido o cargo de Presidente do Conselho de Administração do

⁶² 25/12/1995 diário catarinense coluna do Cláudio Prisco Paraíso
jogo duro o governo do estado não vai se curvar a exigência da reunião que deseja acabar com a dualidade dos bancos desenvolvimento a orientação é manter o estado vinculado ao BRDE durante 1995 o banco foi generoso com Santa Catarina que ficou 40% dos recursos os outros 60% distribuídos entre Paraná e Rio Grande do Sul quanto ao Badesc a ideia é viabilizar o banco operacionalmente reduzindo as despesas e levando a receita 480 para 100 empregados com vencimentos compatíveis com a realidade econômica fechamento de agências com o bar desce passando a ocupar salas em dependências do Besc de patrimônio será comercializado.

BADESC, e por isso conhecia muito bem as origens e os problemas por ele enfrentados e isto se tornou a uma oportunidade, somada a soberania do Estado de Santa Catarina sobre o assunto⁶³.

E por fim, o Badesc contava com seu prestígio junto a FIESC, para a defesa da sua sobrevivência. Entretanto, foi identificado pelo grupo de trabalho como ameaça a sobrevivência institucional do BADESC o não comprometimento da comunidade empresarial para com o Banco. A causa desta ameaça era o desconhecimento do Badesc pelos empresários, mas também, a inadimplência de grandes grupos empresariais para com o Banco. Para superar esta barreira foi sugerida a realização de reuniões regionais com as Associações Comerciais e Industriais em parceria com a FIESC, e a visitação as 1.500 maiores empresas do Estado a fim de elevar o nível de conhecimento da classe empresarial em relação ao trabalho desenvolvido pelo BADESC, difundir os serviços que o Badesc pode prestar a cada empresa e ouvir as necessidades dos empresários (PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO PARA O BADESC, 1995).

As visitas programadas tinham como objetivo não só difundir as linhas de atuação do BADESC, com as empresas previamente selecionados pelos escritórios regionais, mas também, coletar informações sobre as empresas para a prospecção de novos negócios. Além disso, diversas reportagens e artigos foram publicados nos principais jornais do estado para apresentar as realizações do Badesc. Foram colhidos depoimentos de empresários que contaram com financiamentos do Badesc, e apresentado os números do banco, valores financiados, número de contratos, empregos gerados, contribuição a arrecadação do estado, tudo isso para demonstrar a importância do banco para empreendedores catarinenses. Exatamente o que o BADESC fez na década de 1970 e 1980. Todas estas ações, se assemelharam ao que foi produzido pela EURADA nos anos seguintes, por meio dos Fóruns de Desenvolvimento Regional. Ou seja, o banco e seus trabalhadores sabiam exatamente o que deveriam fazer, o que lhes faltava era capital para desenvolver suas atividades, afinal, banco oferece dinheiro!

⁶³ O governador Paulo Afonso sabia da delicada situação do sistema financeiro estadual, em entrevista ao jornal Diário Catarinense em 05/01/1995, o governador admitiu que o BESC “segurava” a dívida de 400 milhões de reais do estado. Para o Governador a situação do Badesc era mais complicada por conta da questão da dualidade. Paulo Afonso defendia que não existia dualidade, pois não existia superposição de funções, pois os objetivos dos bancos eram diferentes.

Em 1995, o banco conseguia enxergar claramente as perspectivas para a sua atuação, por meio duas constatações expostas no documento: 1) As perspectivas da retomada do processo produtivo- tanto a nível Nacional quanto estadual- motivadas pela estabilidade política e econômica e 2) A Situação do Badesc e a necessidade de instrumentalizá-lo para responder as demandas da economia catarinense. A partir destas constatações foi elaborada um estudo com 4 linhas de pesquisa. No primeiro foi realizado um estudo sobre as perdas econômicas pelo país e pelo Estado em virtude da década perdida. Uma segunda linha buscou traçar um cenário para a economia catarinense para os próximos anos. Uma terceira, identificou os espaços para a atuação do Badesc em virtude do cenário econômico para os próximos anos. Por último foram sugeridas algumas estratégias de atuação para o Badesc (PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO PARA O BADESC, 1995).

As limitações institucionais a que o Badesc sempre se viu sujeito, retraíram em muito a sua capacidade operacional. Mas, não há como negar que sua expansão também esteve comprometida pelo marasmo em que esteve imersa a nossa economia nos últimos anos. Basta ver o volume de recursos contratados pelo BADESC coma iniciativa privada, nos últimos 15 anos.”

O que se pode retirar disso, foi a capacidade que o BADESC teve para sobreviver a um período extremamente conturbado do ponto de vista econômico, mas também político. Algo muito diferente para o que se projetava para o futuro, com estabilidade econômica, política que favoreciam a retomada do desenvolvimento. Colaborando com esta perspectiva, o ex-ministro Paulo Hahdad em conferência pronunciada no Seminário Internacional promovido pela ALIDE em agosto de 1994, assim havia se manifestado;

“- A crise fiscal e financeira do Estado Brasileiro, constitui-se atualmente no principal obstáculo para a retomada do crescimento econômico. O mau desempenho da nossa economia a partir dos anos 1980, contrasta com as tendências de crescimento no longo prazo: durante as quatro décadas anteriores, a economia brasileira cresceu num ritmo mais rápido que a maioria dos países industrializados (uma taxa anual de crescimento em torno de 7%). (...)a consequência natural deste quadro extremamente favorável é a retomada do processo de desenvolvimento. Há um enorme mercado avido por consumo e há um nível de produção muito próximo ao de 1980.

De fato, havia uma perceptiva que a taxa média de investimentos voltasse a subir, já que nos quatro primeiros anos da década de 1990, esta havia ficado em 14,9 do PIB, muito abaixo dos 18,2% da década de 1980, e muito aquém dos 23,3%

da década de 1970. Para se ter uma dimensão da participação do BADESC, aplicando-se para a economia catarinense o percentual de 14,91, chega-se aos resultados apresentados no quadro que se segue.

Tabela 58 - Comparativo de Indicadores PIB X Contratações Badesc em (Dólares)

Ano	Valor do PIB	Investimento (14,9% do PIB)	Contratações do BADESC	% Badesc no Investimento
1990	15.152	2.257	34	1,5
1991	15.703	2.341	44	1,87
1992	16.295	2.247	66	2,71
1993	17.517	2.600	64	2,45
% médio de participação do Badesc				2,15

Fonte: Relatórios da Administração 1990-1993

A elaboração deste estudo foi importante não só para quantificar a participação dos BADESC no volume de investimentos, mas para direcioná-lo a um mercado futuro. Desta forma o BADESC projetou o crescimento do PIB para o período 1995-2000 e o valor da Formação Bruta de Capital Fixo. (PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO PARA O BADESC, 1995)

Tabela 59 - Projeção do PIB do Estado de Santa Catarina e FBCF período 1995-2000 -Valores em :U\$ milhões de dólares

Ano	Valor do PIB (Crescimento 8,7 ao ano)	Valor da FBCF (22,9% do PIB)
1995	20.240	4.635
1996	22.000	5.038
1997	23.914	5.476
1998	25.995	5.952
1999	28.257	6.470
2000	30.715	7.033

Fonte: Perspectivas De Atuação Para O Badesc, 1995

O banco identificou um mercado em potencial até o ano 2000, e traçou possibilidades de atendimento de demanda por investimentos. Uma considerada conservadora, no qual o BADESC participaria com 3,5% da demanda, uma desejável com 4% e um otimista com 5 %. A projeção partiu da alíquota de 3,5 %, média dos anos 1980, pois nos anos 1990, o banco passou por diversas restrições institucionais, o volume do Patrimônio Líquido e restrições operacionais referentes a dívida com o BNDES.

Desta forma chegou-se para o período 1995-2000, aos seguintes dados.

Tabela 60 - Projeções para a Formação Bruta de Capital Fixo. Valores em U\$ Mil

Ano	Primeira (3% da FBCF)	Segunda (4% da FBCF)	Terceira (5% da FBCF)
1995	139.050	185.400	231.750
1996	151.140	201.520	251.900

1997	164.280	219.040	273.800
1998	178.560	238.080	297.600
1999	194.180	258.800	323.500
2000	200.990	281.320	351.650

Fonte: Perspectivas De Atuação Para O Bades, 1995

Os números resultantes destas hipóteses, foram extremamente significativos, considerando que o BADESC entre 1990 e 1994 operacionalizou um volume que alcançou 251,8 milhões de dólares e em novembro de 1994, o saldo de operações ativas do BADESC, era de 286,5 milhões dólares, pouca coisa superior a meta otimista estabelecida para 1997.

Diante destes números, o BADESC identificou a necessidade de se redirecionar para duas áreas, que foram fundamentais para o posicionamento futuro. A primeira, voltada para a administração pública, para o atendimento das necessidades dos municípios, que pouco estavam evoluindo na atualização e instrumentalização de seus governos, diferentemente do movimento visto no âmbito do Governo Estadual, que havia criado o Programa de Qualidade Total no Serviço Público. E em uma segunda, voltada para a área produtiva, compreendendo todos os aspectos relacionados à produção e satisfação dos mercados (PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO PARA O BADESC, 1995).

Dentro da primeira área, voltada para a administração pública, o Bades, enxergava espaços em quatro âmbitos distintos. Partindo deste entendimento, vislumbravam-se quatro espaços distintos para a atuação do BADESC. A primeira, que inclusive, marcaria como principal espaço ocupado nos anos 2000, o financiamento público municipal, em contraponto aquilo que se esperava de um banco de desenvolvimento nos anos 1970/1980 e início de 1990. Conforme, inclusive, posicionamento do Banco Central em sua primeira intervenção, estava a atuação para a modernização das estruturas administrativas Municipais, e foi a partir desta identificação que o BADESC elaborou em 1994 o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal do Estado de Santa Catarina- PRODEM. No entendimento do Banco:

“Não há como imaginar um desenvolvimento harmônico do estado sem que haja desenvolvimento harmônico em todos os seus municípios. E o desenvolvimento harmônico, subentende crescimento econômico acompanhado de progresso social. Tradicionalmente os programas de fomento tem se preocupado quase que exclusivamente com o crescimento econômico, compreendendo que a sua concretização decorreria o progresso social. Esta premissa é pouco verdadeira. Há até os que lhe atribuem a responsabilidade por parte das marginalizações sociais. Foi a

partir deste entendimento que o Badesc elaborou em 1994 o “Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal do Estado de Santa Catarina-PRODEM” A Finalidade do programa era descrita como sendo... “à união de esforços de todos os agentes responsáveis pelo desenvolvimento, visando criar condições básicas ao progresso do Estado a partir do Município”

O PRODEM foi estruturado de forma que o financiamento se mostrava como um detalhe, pois o programa pretendia implementar um programa de desenvolvimento econômico e social, de modo que o BADESC era apenas um parceiro do município. O PRODEM tinha como objetivos específicos:

Mobilizar a inteligência e os esforços locais para decidir sobre questões ligadas ao desenvolvimento do município.
Viabilizar as alternativas de recursos externos ao município para integrar a poupança local;
Gerar entre os agentes do desenvolvimento local a consciência de suas responsabilidades no processo;
Criar no seio da administração municipal a consciência de que o financiamento do desenvolvimento depende fundamentalmente da geração da poupança local.

Mais uma vez, os Fóruns de Desenvolvimento promovidos pela EURADA nos anos 1995 e 1996, só viria a mostrar aquilo que o BADESC já sabia, “*que os entraves para o desenvolvimento estavam na falta de cooperação e articulação entre os agentes sociais no interior do Estado, falta de envolvimento dos governos municipais, universidades e do setor privado.*” Novamente demonstra que o banco não “possuía trabalhadores incapacitados ou desmotivados”, pelo contrário, possuía funcionário capacitados que já haviam detectados 2 ou 3 anos antes, tudo o que a EURADA detectou.

E mais, o BADESC sabia que esta nova forma de atuação a qual deveria ser empenhar, exigia a ocupação deste espaço com o objetivo não só de modernizar a administração municipal, mas também, “melhorar o conforto da população e dinamização da atividade produtiva através do financiamento à microiniciativas econômicas voltas ao processamento das produções locais”. O banco tinha consciência do processo municipalização dos serviços que estava em curso, não só em Santa Catarina, mas em diversos estados do Brasil.

A tendência que se observa a nível institucional é uma delegação de encargos para o município, cada vez maior. Se em tese a medida á correta, na prática é preciso considerar que são poucos os municípios do Estado habilitados do ponto de vista gerencial para conduzir aqueles encargos de forma eficaz (PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO PARA O BADESC, 1995)

A par do receio do banco voltar a financiar o Estado, com o fomento à administração pública, em detrimento da iniciativa privada, e como meio “obscuro” ao acesso de recursos, as restrições institucionais impostas pelo Banco Central ao financiamento de obras e serviços para Estados, abriria o caminho de atuação do banco por meio do regime de concessões feitas a iniciativa privada. Desta forma atenderia a iniciativa privada, mas com interesse público, como no setor de transportes, portos, ferrovias, saneamento básico que em Santa Catarina precisavam ser ampliados. Apesar disso, o concessionário da SC-401, já havida procurado o BADESC, para obtenção de financiamento, mas este deixou de atender por falta de limites operacionais, que como relatado, sempre foi o calcanhar de Aquiles do banco. (PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO PARA O BADESC, 1995)

A segunda área identificada pelo banco como novo nicho a ser ocupado, a produtiva, previa a atuação do banco junto a competitividade da empresa catarinense, não só das empresas já existentes, por meio da melhoria da qualidade e produtividade, mas também pelo indução ao desenvolvimento de novos segmentos empresariais ligados ao setor de alta tecnologia. O BADESC tinha conhecimento que a FIESC estava elaborando um programa neste sentido, e por isso queria traçar uma estratégia de modo a ser o agente financeiro preferencial.

Ao lado desta nova estratégia de atuação o banco, o identificou a necessidade de uma nova organização interna e a necessidade de captar recursos.

Para continuar contando com o apoio do Governador, o banco tinha que provar que era viável, e para isso ele precisa fazer uma reestruturação interna, com o corte de 60 dos 180 trabalhadores, a fim de diminuir as despesas com pessoal e operacionais. Foi necessário adequar os salários que eram considerados altos (4,8 mil reais com os encargos sociais), pois havia o risco do Badesc entrar em insolvência. A situação financeira do banco era tão grave, que neste período os salários dos trabalhadores do banco foram pagos com recursos do FDM (60 milhões de reais), que foram recompostos quando da transformação em agência).

Conforme o documento produzido havia uma preocupação com a Estrutura do Banco, e três áreas deveriam merecer atenção especial: A primeira, a área de Estudos Macroeconômicos. Esta área deveria ocupar-se de dois objetivos: o primeiro, seria manter atualizado um banco de dados e informações macroeconômicas para subsidiar a análise de projetos e decisões da diretoria quanto a gestão de negócios. Dentro deste banco de informações estariam contidas

informações sobre acompanhamento conjuntural das economias brasileira e catarinense, -a produção e o consumo de insumos energéticos, os níveis de emprego, os níveis de produção e de consumo dos principais segmentos industriais, o desempenho da agricultura, mercado de capitais, o comércio internacional, as demandas por financiamentos. (PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO PARA O BADESC, 1995).

O segundo objetivo, era manter um permanente acompanhamento das ações do governo nos três níveis, Federal, Estadual e Municipal, para adequar o banco as políticas governamentais. O banco deveria servir como um instrumento governamental, para a execução de suas políticas e programas. E para isso o banco tinha de estar preparado para avaliar novos projetos, estando atento as mudanças comportamentais, principalmente aqueles advindos do exterior, como normas de qualidade e respeito ao meio ambiente como a introdução da certificação ISO 14.000. Isto porque além da análise econômico-financeira, era necessário analisar o mercado de potenciais compradores.

Outra questão que o banco deveria estar atento, era as chamadas “Operações Especiais” aquelas que fugiam a rotina tradicional do BADESC. Dentro deste campo, o banco deveria estar atento a operações interempresariais voltadas a fusão, incorporação, joint-ventures, entre outras, que seriam muito utilizadas no futuro. Quanto a isso, era necessária a atenção do Badesc por dois motivos, o primeiro para possibilitar a empresa catarinense a liderança em processos desta espécie. E Segundo para evitar que empresas catarinenses fossem “vítimas” deste processo, principalmente com grupos empresariais não comprometidos com Santa Catarina. O banco já era um prestador de serviço nesta área, mas precisava se transformar em um agente financeiro. (PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO PARA O BADESC, 1995)

De outra forma, um outro campo de atuação envolvia aqueles relacionados a concessão de serviços públicos, principalmente aquelas ligadas a infraestrutura. Conforme o documento, estas operações envolviam elevados recursos, e havia uma escassez e recursos. Isto atenderia os interesses do governo e na mesma medida abriria mais um nicho operacional para o banco. Entretanto para desenvolver uma atuação nestes campos, o banco precisaria resolver aquilo que sempre foi o seu grande problema: a escassez de recursos. Para enfrentar este problema, o estudo apresentou quatro caminhos a serem seguidas. O primeiro, e

menos provável a Capitalização, tendo em vista que o Tesouro do Estado aportou recursos no banco somente em uma oportunidade, propriamente dita, quando da constituição do banco.⁶⁴ Conforme também já dito, a capitalização era uma preocupação constante, tendo em vista que é o Patrimônio Líquido (PL) que define o volume de negócios do banco. E ainda, que o banco necessitava de recursos próprios para implementar projetos não amparados por fontes externas de recursos, na modalidade de repasse. Desta forma, segundo o Badesc deveria buscar sua capitalização de três formas:

A primeira pela implementação de projetos através do FDM/PRODEM/ Governo do Estado. Assim o banco deveria acelerar ao máximo os projetos municipais para acesso a fonte de recursos do Banco Mundial, no qual só o PRODEM constituía-se em um programa de U\$ 200 milhões de dólares, dos quais 100 milhões ingressariam no BADESC por meio do FDM, o que permitiria uma capitalização entre 1996-1998 de 60 milhões de dólares. Um segundo caminho seria a Captação de Recursos junto a iniciativa privada. Esta via, nunca foi tentada pelo BADESC pois não era rentável para o aplicador. Assim, para que fosse possível este tipo de capitalização era necessário a montar uma engenharia financeira a fim de tornar atrativo o investimento. Uma via seria implementação de uma campanha junto a grandes empresas catarinenses, com um objetivo mais político, para demonstrar a importância do BADESC para o empresariado. Uma outra alternativa, seria a o BADESC torna-se o agente financeiro do PRODEC, retirando a administração da Secretaria de Estado. A terceira alternativa, seria a capitalização por meio de projetos municipais, para os quais o Governo do Estado repassaria recursos aos municípios por meio do BADESC.

Havia a estimativa que estes projetos entre os anos de 1996 a 1998, somariam mais de 30 milhões de dólares. Uma quarta forma de capitalização poderia se dar por meio do repasse de fontes tradicionais. Praticamente toda a história do Badesc se fez a partir de repasses de fontes tradicionais de crédito, principalmente BNDES, FINAME, CEF, CNH, BANCO CENTRAL, EMBRATUR FINEP entre outros, para isso era necessário traçar uma nova estratégia. Segundo o documento, a principal fonte de recursos o BNDES não teria recursos suficientes

⁶⁴ A segunda capitalização por meio de recursos do tesouro, como demonstrado, ocorreu em meio a negociação de pagamento de dívida do Estado, com o BADESC resgatando seus CDB's em poder do Estado, de forma antecipada, e este revertendo os valores em forma de aumento de capital e da venda de ativos da CODESC.

para atender as demandas por financiamentos. Assim, deveria ser elaborado uma estratégia perante o BNDES para discutir a questão dos limites de repasses, garantindo pelo menos o retorno do FAT originário de Santa Catarina (PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO PARA O BADESC, 1995).

Esta conversa envolveria o Ministério do Planejamento. Fazendo parte desta estratégia, ainda, se buscaria uma oportunidade de estágio no BNDES na área de captação de recursos, a fim de capacitar trabalhadores do Badesc na busca por fontes de recursos internos e externos. Assim, como quinta alternativa, havia ainda, a intenção da captação de recursos em fontes não tradicionais, como fundos de pensão. E como sexta alternativa, a captação em fontes de recursos internacionais, principalmente oficiais como o BID, BIRD, KFM Eximbank entre outros. (PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO PARA O BADESC, 1995)

Isso posto, aliado a tudo que fora demonstrado anteriormente, pode-se concluir que o “problema” do BADESC sempre foi o mesmo: a falta de capitalização. A tentativa de justificar o baixo desempenho do banco, por conta da “incapacidade de seus trabalhadores” foi uma mentira ajustada para justificar a sua transformação em Agência, e esconder o verdadeiro motivo pela inanição do banco, as ações dos Governos do Estado de Santa Catarina. A contratação da EURADA para comandar este processo de transformação foi apenas uma fantasia para dar um véu de moralidade e transparência, encobrendo os verdadeiros motivos que levaram o banco aquela situação. Foi mais fácil colocar a culpa e quem não tinha voz “trabalhadores” do que apontar a responsabilidade dos políticos e administradores do banco que assinaram as operações prejudiciais ao banco.

Na tentativa de resolver este problema da capitalização, em 1995, o Presidente da Instituição Ivo Vanderlinde, propôs abrir 10% capital do Banco à iniciativa Privada, em um primeiro momento, e posteriormente de acordo com o interesse aumentar este percentual. A abertura de capital, não só viria somente a atender a demanda por crédito como ainda ajudar de combater os efeitos do crescimento da taxa de inadimplência, que se situava em 10%, quando o índice histórico do Badesc era de 3 a 5%. Para a realização da abertura de capital foi criado um grupo de estudos, nos quais participavam a Fasisc e a Fiesc, e OCESE. Também foi levantada a possibilidade da abertura de capital do Badesc para o Banco Nacional de Paris- BNP. Essa ideia contou com o apoio do Governador Paulo Afonso que em viagem a Paris expos a intenção do Governado do Estado à

Diretoria daquela instituição. A abertura de capital tornaria a instituição mais forte e representativa. Esta ideia pioneira agradou o presidente do BNDES Edmar Bacha. Isto também porque 90 % dos recursos do Badesc vinham do BNDES.

Tabela 61 - Aplicações por Fonte de Recursos 1975-1995 em Milhões de Dólares

BNDES	563,4
Finame	177,3
CEF/BNH	104,2
CDB	103,3
BACEN	85,6
Prodec	127
Bird	24,1
Finep	11,1
Outros	166,2

Fonte: Relatório da Administração 1995

O Banco fez em sua história movimentos pendulares, de ida e volta, com a principal fonte de recursos. Inicialmente era o BNDES que perde espaço para os CDBs, e depois retorna para o BNDES

4.5 ALTERAÇÕES POLÍTICAS

Se no primeiro período o BADESC, assim como o Sistema Estatal Catarinense de Crédito, foi utilizado como um instrumento político de alcance para os mais altos cargos administrativos do Governo do Estado de Santa Catarina, com as dificuldades enfrentadas pelo banco nos anos seguintes, e com o escândalo da Decretação do Regime de Administração Especial Temporária, a instituição perdeu interesse político, pelo menos naquilo a que refere a sua “vitrine”.

O abalo na imagem do Sistema Estatal Catarinense de Crédito, envolvendo suas principais instituições BESC, PROCAPE e BADESC, teve início já no ano de 1983, quando por meio da Constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que investigou principalmente o BESC e o PROCAPE, chegou-se à conclusão que as instituições foram utilizados com fins eleitorais, com a liberação de empréstimos com vinculação partidária, inclusive para empresas que já se encontravam em estado de insolvência, e no caso no BESC, ainda com a expansão desordenada de suas agências para contratação de pessoal, sem qualquer planejamento prévio ou necessidade justificada.

Um dos casos em que mais ficou demonstrado o abuso das instituições estatais foi o da Empresa Cyrus, de propriedade do empresário e deputado Estadual Roland Dornbusch (PMDB), que embora sendo de partido de oposição ao governo

não o impediu de obter acesso a recursos do BESC, após uma visita do gabinete de Amin, mesmo estando a empresa em regime de concordata preventiva. (MICK, 1997)

Segundo Mick,

O comitê de crédito da agência do BESC em Jaraguá do Sul havia rejeitado um pedido de empréstimo, em função da inadimplência da Cyrus em operações contraídas desde fevereiro de 1982. O comitê de crédito da direção geral do banco também vetara. Mas o pedido do Governador superou barreiras técnicas. Depois dos Cr\$ 50 milhões, outro empréstimo, de Cr\$ 30 milhões, foi formalizado em 4 de novembro. Os Cr\$ 80 milhões, cerca de Us\$ 70 mil, viraram prejuízo poucos meses depois, quando Cyrus entrou em Regime Falimentar. (MICK, 1997. p. 46).

Em virtude destes fatos, durante o segundo período, há uma mudança no perfil dos ocupantes dos altos cargos do SECC. Embora neste período, em um primeiro momento, ainda existia a presença de personalidades do empresariado catarinense no comando das instituições, BESC, BADESC e CODESC, as figuras políticas postulantes ao cargo de governador do Estado, não mais figurariam como Presidentes das instituições. Para o controle das mesmas, foram nomeadas pessoas do mesmo meio político, como Francisco de Assis Filho (PDS) que ocupou a cadeira de conselheiro fiscal do BADESC entre 1983 e 1986, e disputou a prefeitura de Florianópolis na eleição de 1985, que foi marcada por uma série de denúncias relacionadas a irregularidades cometidas, por utilização política do BESC, na qual foram comprovadas o pagamento de despesas relacionadas a alimentação, hospedagem e transporte de afiliados do PDS com recursos do banco. (MICK, 1997)

O governo Amin, continuou com a prática de nomear personalidades ligadas aos grandes grupos empresariais do Estado, e que tinham afinidade política com seu governo, para os cargos de alto escalão destas entidades. Nelson Amâncio Madalena, do Grupo Perdigão, ocupou a pasta da Fazenda, Presidente do Conselho de Administração do BESC e do BADESC entre 1986 e 1987, durante o Governo Amin, e compôs a suplência do conselho Fiscal da CODESC durante o governo Pedro Ivo, entre julho e dezembro de 1988. Além dos representantes das elites empresariais no Governo Amin, teve destaque a nomeação de Carlos Possoni Junior para a presidência executiva do BESC, e concomitantemente para presidente do Conselho de Administração do BADESC e da CODESC. (MICK, 1997)

Possoni, era oriundo do meio acadêmico e foi Professor de Amin na Escola Superior de Administração e Gerência-ESAG. Mas além disso, antes de participar fortemente nas eleições de 1982 que elegeram Amin, Possoni ocupou cargos nos Governos Colombo Salles, Konder Reis e Bornhausen, representando a continuidade do mesmo grupo político no governo estadual

Outra personalidade, que representava a continuidade da ocupação políticas dos cargos de direção das entidades que compunham o SECC era Conrado Morro, que além da presidência executiva do BADESC, exerceu o cargo de Conselho de Administração do Badesc, e anteriormente no governo Bornhausen, já havia exercido o cargo de Diretor de Crédito Especializado no BESC. Morro, foi um dos investigados pelo Banco Central durante o RAET, tendo ao final dos processos administrativos recebido uma advertência. Outra personalidade que ocupou funções de Destaque no BADESC foi o engenheiro e diretor da empresa têxtil Buddmeyer S.A., Sr. Evandro Muller de Castro, que exerceu o cargo de conselheiro do Conselho de administração do Badesc, diretor financeiro, Vice- presidente e Presidente da instituição.

Em 1987 assume o Governo do Estado Pedro Ivo Figueiredo de Campos, mas antes de mesmo de sua posse, o BADESC já foi tema tratado em âmbito Federal, em virtude da intenção do Banco Central em intervir na administração das instituições financeiras do Estado. E assim, 18 dias antes de sua posse, ocorrida em 15 de março de 1987, o Banco Central decretou o Regime de Administração Especial Temporária no BADESC e no BESC, já com aval do futuro governador. (MICK, 1997)

Foi durante a gestão de Possoni que o Banco Central determinou a aplicação do Regime de Administração Especial Temporária- RAET, no BESC e no BADESC entre 26/02/1987 e 27/02/1989, e o seu afastamento dos cargos. O fato de a decretação ter sido ainda feito durante o Governo Amim, provocou protestos por parte deste, que atribuiu a ação como politiqueira, que em matéria publicada do no Jornal O Estado em 27/02/1987 assim se manifestou “Vou questionar o mérito, a forma, a legitimidade dessa providência que possui caráter pernicioso, autoritário, arbitrário e politiqueiro.”

Em outro jornal, A Notícia de 27/02/1987, o Governador eleito Pedro Ivo também se manifestou a respeito:

O regime especial de administração provisória que a partir de hoje passa a sofrer o BESC, é um ato sequente de todo um processo que foi denunciado durante a campanha. Mas que denunciadas as irregularidades do BESC, foram provadas tanto nos programas do TER como nos processos que foram instaurados. (...)"

Como a decretação do RAET impôs a destituição dos diretores da instituição e nomeação de técnicos do Banco Central durante o primeiro ano do regime, não houve indicações políticas do então Governador Pedro Ivo, para as instituições financeiras. Até junho de 1988 a comissão administrativa das instituições era formada somente por técnicos do Banco Central, somente após este período, já no Governo Pedro Ivo foi implantada a administração compartilhada. Com o início do regime de administração compartilhada, a partir junho de 1988 até fevereiro de 1989, o governador pode indicar nomes para composição dos cargos de administração. Para o Badesc foram indicados, Ingro Gruel, que era empresário do setor de informática e professor universitário. Este foi presidente do conselho de Administração do BESC e do BADESC, além de Presidente da diretoria executiva do BESC, BADESC e CODESC. Como pode-se perceber, tanto PSD quanto PMDB, indicaram nome ligados ao setor empresarial. Paulo Prisco Paraíso, ocupou o cargo de vice-presidente e diretor de finanças da diretoria executiva do BESC e do BADESC. Nery Gonzaga Althoff foi diretor na diretoria executiva do BADESC. Felix Theiss, reconhecido por suas filiações empresariais, foi presidente do Conselho de Administração do BESC, BADESC e da CODESC. Dejandir Dalpasquale, político de Campos Novos, representante do agronegócio foi membro e vice-presidente do Conselho de Administração do BADESC, presidente executivo, e ainda, membro do conselho de administração do BESC⁶⁵.

Após o fim do RAET foram nomeados para o BADESC os advogados Altair Jose de Marco e Dalibar Dalil Mansur, que ocuparam cargos de Presidente Executivo do banco e Vice-presidentes do conselho de Administração, ambos eram ligados a política, sendo o primeiro suplente de senador de Nelson Wedekin eleito em 1986, e o segundo foi eleito deputado estadual em 1990. Entretanto a personalidade que viria a marcar o Governo Pedro Ivo era o Sr. Paulo Afonso Evangelista Vieira. Servidor Público do Estado, Paulo Afonso começa a ganhar destaque na política catarinense quando assume o comando da Secretaria da

⁶⁵ Era realmente um sistema financeiro, os indicados a ocupar os mais altos cargos das instituições do SECC, ocupavam concomitantemente ou não cargos nas três instituições, BESC, BADESC e CODESC.

Fazenda, e posteriormente o comando do conselho de Administração do BESC, BADESC e da CODESC. Embora Paulo Afonso tenha sido eleito deputado estadual em 1986, foi com o comando do aparato financeiro do Estado que este passou a ser mais conhecido no Estado, e que lhe possibilitou disputar por três oportunidades o Governo do Estado de Santa Catarina, sendo derrotado na primeira vez pela chapa liderada Kleinübing e que tinha como vice o ex-governador Antônio Carlos Konder Reis. (SCHMITT, 2007)

Em 1991 inicia-se o Governo Kleinübing, que durante a sua administração teve três secretários da fazenda, que concomitantemente ocuparam o cargo de presidentes do conselho de administração do BESC, BADESC e da CODESC. Foram eles, Fernando Marcondes de Matos, Luiz Fernando Verдини Salomão e Guilherme Júlio da Silva. Dentre eles o único empresário era Fernando Marcondes de Matos, proprietário do Costão do Santinho Resort e da Industria Inplac, atuante no ramo de embalagens flexíveis. Tanto Fernando como Guilherme foram professores universitários. Durante o governo Kleinübing, Adolar Pieske ocupou a presidência do BADESC e a Vice-presidente do Conselho de Administração. Pieske, era professor universitário, ligado a FIESC e grupos empresariais de Santa Catarina como a Fundação Tupy, Refinadora Catarinense, Infragas e a Douat. Pieske acumulou a função de presidente do BADESC com a função de representante de Santa Catarina na Diretoria do BRDE, e foi Coordenador da agência do BRDE no Estado.

Durante este período a vice-presidência do conselho de administração e a presidência executiva foi ocupada por Mercio Felsky, advogado, ligado ao banco Tecnocorp e que posteriormente foi indicado a uma vaga de Conselheiro no CADE- Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Ainda durante este período pode-se destacar a figura de Luiz Fernando Francalacci, funcionário da Infragas que no Badesc ocupou os cargos de diretor Administrativo/ financeiro e presidente executivo. Os demais membros administrativos não possuíam relações empresariais, eram administradores (Luiz Costa Merlim, Pedro Ananias Alves e Álvaro Antônio Bertoli) e havia um economista (Ângelo Silvestre Bez) e um advogado (Abílio Otavio Canto) e o pecuarista (Joao Correa Bittencourt). (SCHMITT, 2007)

No Governo Paulo Afonso 1995/1998, inicia o dilema da privatização dos bancos estaduais alicerçados nas políticas do Governo Federal do Presidente

Fernando Henrique Cardoso, que desejava diminuir a participação dos bancos estaduais no sistema financeiro nacional. Com os programas implementados pelo governo federal em Especial o Proes, restaram somente seis bancos estaduais. Segundo o Jornal A notícia de 23/12/1998, o BESC era o mais solido. Mas em virtude de todo este processo em que estavam envolvidas as instituições financeiras estaduais, estas não era mais projetavam a mesma cobiça política. No governo Paulo Afonso o empresário e deputado Neuto de Conto (PMDB) foi presidente do conselho de Administração do BESC, BADESC e da CODESC entre 1995 e 1996. Ambos. Paulo Prisco Paraíso, foi presidente do conselho de Administração do BADESC, BESC, posteriormente ocupados por Nelson Wedekin, que havia dado apoio a Paulo Afonso em seu processo de impeachment, garantindo os votos para a sua permanência no cargo de governador do Estado. Participaram, ainda da administração do banco Jose Alaor Bernardes advogado, que ocupou a vice-presidência do conselho de administração e a presidência executiva, Júlio Cesar Garcia, bancário ocupou a vice-presidência do conselho de administração e a presidência executiva do BESC, Ivo Vandelinde que ocupou a vice-presidência do conselho de administração e a presidência executiva. E estes dois sofreram forte resistência por parte do sindicato dos bancários que os acusavam de não possuírem as qualificações necessárias. Nelson Santos funcionário de carreira do Banco Central foi presidente do BADESC por um ano. Arnaldo Schmitt Junior ex-prefeito de Itajaí e deputado estadual ocupou a vice-presidência do conselho de administração e a presidência executiva e Joao Carlos Borba. (SCHMITT, 2007)

No segundo Governo Amin 1999-2002, há uma profunda mudança no SECC, com a federalização do BESC, um preparativo para a sua privatização, e a transformação o Banco Badesc em Agência de Fomento. Este processo teve forte apoio daqueles que antes se utilizavam do SECC para fins eleitorais, como o então senador Jorge Konder Bornhausen. Com a transformação em agência o BADESC perdeu ainda mais seu brilho, mas ainda era local de alocação política, sendo Carlos Vieira nomeado presidente do Agência e, posteriormente, presidente Conselho de Administração, até o ano 2002, quando foi eleito deputado estadual. Amin trouxe de volta em seu segundo mandato outros nomes importantes para cargos no BESC e na CELESC e que já havia trabalho com ele, no mandato anterior e no Governo Kleinübing, e que tinham origem no empresariado, como Victor Fontana, Arno

Meyer, Alberto de Almeida Pais, Luiz Carlos e Brito Lourenco, Eduardo Ferreira, Natalcio Pegorini e João Máximo Iurk. (SCHMITT, 2007)

Na segunda gestão Amin, a defesa do BADESC e do BESC volta ao noticiário político com fortes críticas ao Governo, expressadas pelos Deputados Carlito Mers, que defendeu a venda do Badesc e não do BESC, atribuindo aquele como um “cabideiro” de empregos do governo⁶⁶. O deputado Edson Andrino também expressou a sua insatisfação em um artigo publicado no jornal O Estado, em 09/04/1999, no qual denunciava as práticas do Governador Amin, que já havia provocado a intervenção do BESC e BADESC na década de 1980, durante seu primeiro governo. Gerson Merisio, então presidente da federação do comércio de Santa Catarina e futuro deputado estadual também apresentou críticas ao governador.

O quadro abaixo enumera o período de exercício da presidência do Badesc. Neste quadro é possível identificar os nomes que participaram do cenário político catarinense.

Quadro 11 - Presidentes do Badesc 1982-2003

Presidente	Ano
Elmar Rudolfo Heinneck (interino)	1982-1983
Conrado Morro	1983-1984
Evandro Muller de Castro	1985-1987
Dejandir Dalpasquale	1989-1990
Altair Jose de Marco	1990
Dalibar Dali Mansur	1990-1991
Adolar Pieske	1991-1994
Luiz Fernando Francalacci	1994-1995
Júlio Cesar Garcia	1995
Ivo Vanderlinde	1995-1996
Nelson dos Santos	1996-1997
Augusto Guilherme Fett (em exercício)	1997-1999
Arnaldo Schmitt Junior	1997-1998
Jose Alaor Bernardes	1998
Álvaro Danton Bertoli (interino)	1998-1999
Jose Carlos de Borba	1998-1999
Arno Garbe	1999-2003

Fonte: Atas da Diretoria (1982- 2003)

⁶⁶ 2/04/1999 jornal a notícia página 6 vendam o Badesc

4.6 POSIÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO

Embora o Estado aparentasse uma predisposição de ajustar a operação do Badesc, por meio do pagamento da sua dívida com a instituição, buscando a realização de novos aumentos de capital, a situação financeira do estado, não oportunizava soluções fáceis. Os encargos da dívida pública durante a década de 1980 fragilizou as finanças estaduais, desafiando os administradores públicos a encontrarem outras soluções para problemas urgentes e imediatos, como o risco de liquidez da instituição.

Se os fatos e dados apresentados não deixam dúvidas da dramática situação em que se encontrava o Badesc, por outro lado, a situação fiscal do Estado de Santa Catarina não se mostrava muito diferente. A crise econômica nacional agravou as finanças do estado de modo que no final década de 1980 a correção monetária e variação cambial elevaram a dívida pública do estado a um patamar quase impagável, que representaria quase 6 vezes a arrecadação tributária anual do estado no ano 1988.

Tabela 62 - Indicadores Financeiros da Dívida do Estado de Santa Catarina 1980- 1991

Ano	Saldo anterior	Op. Crédito	Correção Monetária	Variação Cambial	Outros	Resgate	Saldos
1980	10.550	3.392	2.056	3.790	169	2.195	17.593
1981	17.593	13.184	8.938	11.031	4	2.848	47.894
1982	47.894	36.504	30.189	22.299	7.587	6.160	138.313
1983	138.313	69.627	158.573	140.482	5.830	20.763	492.062
1984	492.062	126.197	666.411	512.525	22.975	43.267	1.776.903
1985	1.776.903	134.894	2.705.177	1.873.106	49.294	147.462	6.391.612
1986	6.391.612	974.478	2.886.064	1.227.529	21.619	795.058	10.706.244
1987	10.703.244	7.656.852	82.832.951	16.902.019	1.942.966	10.706.244	88.421.071
1988	88.421.071	46.104.858	640.095.610	209.731.524	30.742.262	71.684.629	943.410.698
1989	943.410.696	894.172.124	14.354.182.541	3.340.396.312	--	859.402.581	18.672.759.092
1990	18.672.759.092	11.985.661.868	175.081.633.003	37.351.784.841	---	27.023.225.567	216.268.613.237
1991	216.268.613.237	24.897.160.761	867.751.023.510	163.109.562.947	1.303.706.931	37.792.641.438	1.235.537.425.948

Fonte: Demonstrações Financeiras do Estado de Santa Catarina 1980-1991. Em valores correntes

Tabela 63 - Indicadores financeiros da dívida do Estado de Santa Catarina 1980- 1991. Em milhões de Dólares.

Ano	Saldo anterior	Op. Crédito	Correção Monetária	Variação Cambial	Outros	Resgate	Saldos
1980	164	52	32	59	2	34	275
1981	140	105	71	87	0,03	22	381
1982	195,	149	123	91	30	25	563
1983	147	74	168	149	6	22	522
1984	163	41	221	170	7	14	588
1985	180	13	274	190	5	14	648
1986	442	67	199	84	1	55	738
1987	158	113	1.228	151	28	158	1.311
1988	133	69	967	317	46	108	1.424
1989	102	97	1.564	363	0	93	2.036
1990	123	79	1.157	246	0	178	1.427
1991	228	26	917	172	1	39	1.305

Fonte: Demonstrações Financeiras do Estado de Santa Catarina 1980-1991. Em valores correntes

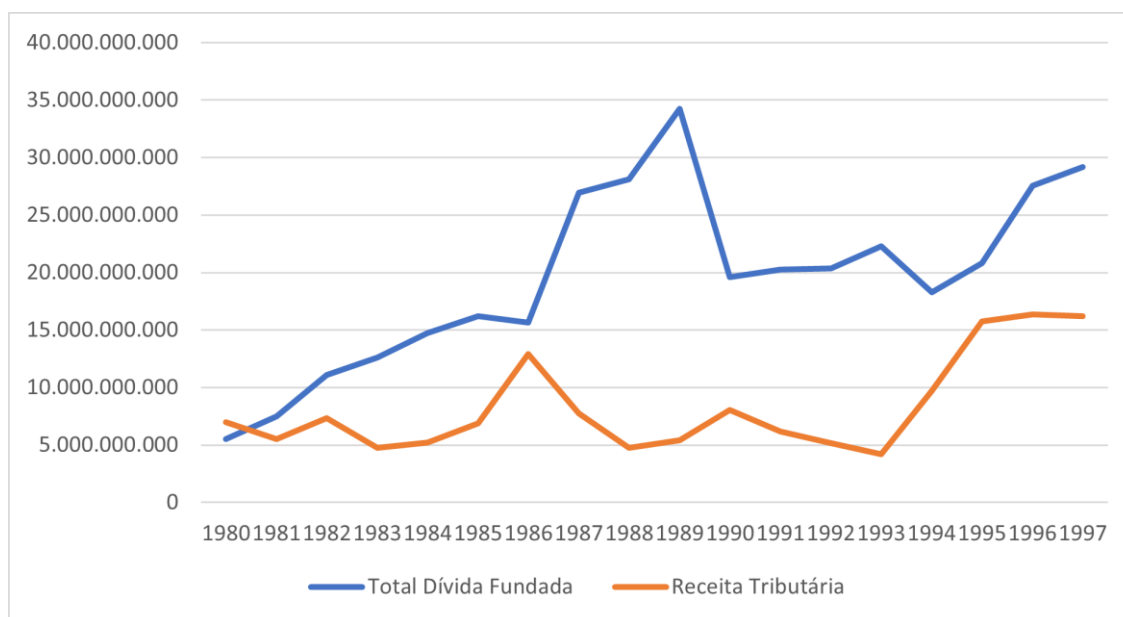
A dívida pública na década de 1980 apresentou um crescimento “*per saltum*” a partir de 1982, enquanto o crescimento da arrecadação tributária nem mesmo apresentava um crescimento contínuo, registrando em alguns exercícios quedas significativas.

Tabela 64 - Dívida x Receita Tributária. 1980-1997

Ano	Dívida Fundada Interna	Dívida Fundada Externa	Total Dívida Fundada	Receita Tributária	% Receita x Dívida
1980	2.299.418.835	3.187.434.841	5.486.853.676	6.982.153.329	78,58
1981	3.949.476.814	3.552.071.693	7.501.548.507	5.497.226.052	136,46
1982	7.425.207.731	3.665.270.382	11.090.478.113	7.309.110.851	151,73
1983	7.060.397.803	5.795.111.880	12.594.257.013	4.768.660.136	264,10
1984	8.138.771.322	6.593.615.749	14.732.387.071	5.206.011.403	282,98
1985	9.367.883.690	6.826.912.826	16.194.796.516	6.883.546.034	235,26
1986	9.329.537.549	6.287.909.649	15.617.447.198	12.890.467.966	121,15
1987	20.378.488.203	6.558.572.102	26.937.060.305	7.719.320.880	348,95
1988	21.179.059.330	6.920.999.960	28.100.059.290	4.721.743.290	595,12
1989	27.552.761.030	6.684.655.603	34.237.416.663	5.426.652.432	630,91
1990	16.827.842.840	2.778.189.840	19.606.032.680	8.040.552.205	243,83
1991	17.069.962.934	3.175.881.140	20.245.844.074	6.145.615.290	329,43
1992	17.250.994.700	3.086.382.400	20.337.377.100	5.133.453.909	396,17
1993	19.422.559.040	2.858.691.610	22.281.250.650	4.166.941.470	534,71
1994	16.496.329.508	1.762.298.771	18.258.628.279	9.706.042.614	188,11
1995	18.888.072.306	1.907.857.004	20.795.929.310	15.726.981.058	132,23
1996	25.625.825.087	1.921.338.132	27.547.163.219	16.366.295.886	168,31
1997	27.168.298.778	1.996.664.453	29.164.963.231	16.211.941.279	179,89

Fonte: Demonstrações Financeiras do Estado de Santa Catarina 1980-1997. Atualizado IGP-DI janeiro 2022

Gráfico 5 - Dívida x Receita Tributária. 1980-1997



Fonte: Demonstrações contábeis Estado de Santa Catarina

Tabela 65 - Dívida Fundada Interna e Externa, em US\$ (milhões)

Ano	Dívida Interna	Dívida Externa	Total
1980	114	159	273
1981	201	180	381
1982	378	186	564
1983	287	235	523
1984	326	264	590
1985	375	273	648
1986	442	298	740
1987	992	319	1.311
1988	1.075	351	1.426
1989	1.637	397	2.034
1990	1.226	202	1.429
1991	1.101	204	1.306
1992	1.181	211	1.392
1993	1.390	204	1.594
1994	1.863	199	2.062
1995	2.177	219	2.396
1996	2.966	222	3.188
1997	3.157	232	3.389

Fonte: Demonstrações Contábeis Estado de Santa Catarina. (1980-1987)

O mal desempenho da arrecadação tributária no período foi decorrente da queda na arrecadação de ICM no período, principal fonte de receita tributária do estado, que espelhou os efeitos decorrentes da crise econômica nacional, mas também dos efeitos locais como as enchentes de 1983 e 1984.

Tabela 66 - Receita Tributária x Arrecadação de ICM-1980-2000

ANO	Receita Tributária	Arrecadação ICM estadual	% na arrecadação tributária
1980	6.982.153.329	5.476.044.232	78,42
1981	5.497.226.052	5.399.445.126	98,22
1982	7.309.110.851	5.691.272.173	77,86
1983	4.768.660.136	3.719.968.040	78,00
1984	5.206.011.403	4.085.604.812	78,47
1985	6.883.546.034	5.409.740.456	78,58
1986	12.890.467.966	9.888.945.019	76,71
1987	7.719.320.880	4.412.901.044	57,16
1988	4.721.743.290	3.663.216.365	77,58
1989	5.426.652.432	3.711.233.261	68,38
1990	8.040.552.205	5.781.602.605	71,90
1991	6.145.615.290	2.886.778.362	46,97
1992	5.133.453.909	3.654.492.382	71,18
1993	4.166.941.470	2.974.772.782	71,38
1994*	9.706.042.614	5.931.372.035	61,11
1995	15.726.981.058	11.137.964.549	70,82
1996	16.366.295.886	11.685.507.331	71,39
1997	16.211.941.279	11.475.616.134	70,78
1998	15.990.381.174	11.209.960.815	70,10
1999	14.998.348.776	10.610.597.179	70,74
2000	16.980.230.101	11.649.354.697	68,60

Fonte: Demonstrações Financeiras do Estado de Santa Catarina diversos anos. Atualizado IGP-DI janeiro 2022

Nos anos das enchentes a queda na arrecadação tributária, foi a principal responsável pela diminuição na arrecadação de receitas correntes do estado.

Tabela 67 - Receitas Tributárias 1980-2000

Ano	Tributária	Patrimonial	Outras. Rec. Correntes	Trans. Correntes	Total
1980	6.982.153.329	28.016.276	330.152.000	410.582.137	7.750.872.557
1981	5.497.226.052	47.659	263.747.731	462.577.095	6.223.603.237
1982	7.309.110.851	18.427.683	203.502.817	476.323.279	8.007.364.632
1983	4.768.660.136	47.021	322.757.076	548.986.050	5.640.450.259
1984	5.206.011.403	35.818	318.152.892	752.405.831	6.276.605.945
1985	6.883.546.034	52.864	240.570.814	789.470.205	7.913.639.918
1986	12.890.467.966	3.260	270.399.250	1.834.213.617	14.995.084.097
1987	7.719.320.880	56.036	570.637.429	1.331.487.317	9.621.501.664
1988	4.721.743.290	6.480.650	810.009.482	1.152.316.938	6.690.550.364
1989	5.426.652.432	39.138.366	1.350.344.659	840.303.765	7.656.439.229
1990	8.040.552.205	14.174.852	3304.662.135	1.598.539.449	9.957.928.642
1991	6.145.615.290	6.577.432	1190.448.417	1.242.774.020	7.585.415.160
1992	5.133.453.909	59.307.479	403.959.513	893.610.560	6.490.331.462
1993	4.166.941.470	571.619.274	2117.515.532	1.041.189.651	5.897.058.991
1994	9.706.042.614	592.912.717	491.400.732	1.943.280.282	12.733.636.366
1995	15.726.981.058	225.117.390	355.813.553	3.373.373.997	19.681.286.020
1996	16.366.295.886	254.656.501	976.122.629	3.982.335.101	21.559.102.903
1997	16.211.941.279	730.870.348	1.014.688.949	4.122.253.002	22.079.753.587
1998	15.990.381.174	902.194.667	726.784.968	4.276.881.095	21.896.241.922
1999	14.998.348.795	73.024.427	424.515.376	3.787.763.769	19.290.014.054
2000	18.503.781.669	112.707.822	390.834.530	3.972.400.866	21.456.173.326

Fonte: Demonstrações Financeiras do Estado de Santa Catarina diversos anos. Atualizado IGP-DI janeiro 2022. Não houve receita industrial no período.

Cumprir destacar que durante a década de 1980, o Estado somente recebeu transferências de capital nos 5 primeiros anos, passando, posteriormente, por um longo período sem receita por transferência de capital.

Tabela 68 - Receitas de Capital 1980-2000

Ano	Alienação de bens moveis e imóveis	Transferências de capital	Operações de crédito	Total
1980	1.438.798	706.122.271	1.058.014.461	1.765.575.531
1981	12.002.352	693.275.967	2.064.809.095	2.770.087.414
1982	4.052.247	835.282.699	2.926.986.002	3.766.320.950
1983	110.565	682.583.572	1.819.050.085	2.501.744.224
1984	229.496	378.086.930	1.046.304.194	1.424.620.621
1985	1.135.177	392.588.229	341.029.880	734.753.286
1986	17.599.734	-	1.421.493.766	1.439.093.502
1987	1.315.454	-	2.332.623.865	2.333.939.323
1988	938.025	-	1.373.261.144	1.374.199.169
1989	51.717.160	-	1.639.508.300	1.691.225.462
1990	16.443.742	-	1.086.571.347	3.794.523.941
1991	417.161	----	407.971.481	408.447.123
1992	93.145	---	955.925.610	956.857.061
1993	40.377.991	---	172.400.274	212.778.266
1994	71.891.946	23.610.394	2.522.284.538	2.617.786.890
1995	6.779.888	101.462.772	1.312.516.600	1.420.759.279

1996	98.132	265.934.051	7.809.223.304	8.075.255.497
1997	65.224.377	51.045.179	3.825.772.009	3.942.041.574
1998	250.683.600	91.616.063	349.452.790	691.752.461
1999	152.998	107.548.955	1.810.242.703	1.917.944.664
2000	3.299.299.169	133.856.875	4.614.231.577	17.470.692.218

Fonte: Demonstrações Financeiras do Estado de Santa Catarina diversos anos. Atualizado IGP-DI janeiro 2022

As mutações na arrecadação de receitas correntes e de capital contribuíram para os resultados nos exercícios do período. Embora, em alguns exercícios tenham ocorrido superávits, o período foi marcado pela apresentação de déficits volumosos em alguns exercícios.

Tabela 69 - Déficits e Superávits no Período 1980-1999

Ano	Déficit	Superavit
1980	160.720.803	--
1981	--	10.229.089
1982	983.218.460	
1983		236.502.266
1984	363.849.682	
1985	792.007.610	
1986	2.617.022.372	
1987		557.241.580
1987 (TF)		405.218.866
1988		143.746.408
1988 (TF)	59.57	
1989		
1990	1.641.303.058	
1991		3.845.913.288
1992	1.267.388.624	
1993	553.985.573	
1994	7.780.734.431	
1995	2.559.554.038	
1996*	708.841.074	
1997	623.164.443	
1998	3.676.548.031	
1999**	5.848.270.183	

Fonte: Demonstrações Financeiras do Estado de Santa Catarina diversos anos. Atualizado IGP-DI janeiro 2022

A conjuntura desses dados ajuda a explicar a evolução da dívida pública, que apresentou um desempenho comportamental em linha com os dados anteriormente apresentados e reforçando a posição Ponzi do Estado de Santa Catarina.

Além do aumento do endividamento, a qualidade do endividamento piorou bastante no período, dificultando, ainda mais, a melhora fiscal do estado. Isto porque, o Estado ficou impedido de contratar novas operações de crédito a médio e longo prazo, por disposição de novas políticas monetárias adotados pelo Governo

Federal, e pelo imposto nas Resoluções nº 345,346 e 397 do Banco Central. Tudo isso, a fim de conter o endividamento dos estados brasileiros⁶⁷. De 1979 a 1982, o endividamento público do estado apresentou um salto, que pode ser visto, inclusive pelas obrigações em Títulos do Tesouro Estadual (ORTC's).

Tabela 70 - Obrigações em Títulos do Tesouro Estadual em ORTN 1975-1986

Ano	Em ORTN			
	Circulação	Resgate	Pagamento Juros	Saldo
1975	-	-	-	-
1976	585.219	-	2.825	585.219
1977	264.612	--	41.126	849.831
1978	1.214.624	585.219	103.376	1.479.236
Soma	2.064.455	585.219	147.327	
1979	1.324.362	369.512	106.535	2.434.086
1980	3.103.028	538.268	302.039	4.998.846
1981	7.920.962	130.250	665.858	12.789.558
1982	6.533.879	540.896	1.073.006	18.782.541
Soma	18.882.231	1.578.926	2.147.438	
1983	3.529.788	3.809.290	1.398.049	18.503.039
1984	3.270.697	1.864.872	1.250.071	19.908.864
1985	1.878.295	2.683.278	943.154	19.103.881
1986	3.304.983	3.891.222	830.492	18.517.642
Soma	11.983.763	12.248.662	4.421.765	

Fonte: Relatório Demonstrações financeiras do Estado de Santa Catarina. Valores correntes

Tabela 71 - Obrigações em Títulos do Tesouro Estadual em Cruzeiros 1975-1986

Ano	Em CR\$			
	Circulação	Resgate	Pagamento Juros	Saldo
1975	--	--	--	--
1976	41.324.461.344	--	199.482.618	41.324.461.344
1977	18.685.224.446	--	2.904.057.792	60.009.685.790
1978	85.769.058.310	41.324.461.344	7.299.758.750	104.454.282.756
Soma	145.778.744.100	41.324.461.344	10.403.300.160	
1979	93.518.061.229	26.092.598.429	7.522.827.333	171.879.745.556
1980	219.116.195.193	38.009.078.924	21.328.082.273	352.986.861.825
1981	559.328.196.751	9.197.430.518	47.018.677.079	903.117.628.058
1982	461.381.175.526	38.194.651.648	75.768.891.592	1.326.304.151.935
Soma	1.333.343.628.699	111.493.759.519	151.638.478.277	
1983	249.251.285.002	268.987.946.994	98.721.370.730	1.306.567.489.943
1984	230.955.918.628	131.685.456.000	88.272.101.071	1.405.837.952.571
1985	132.633.303.293	189.476.107.210	66.599.565.315	1.348.995.148.653
1986	351.650.191	414.026.020	88.364.242	1.970.277.108
Soma				

Fonte: Relatório Demonstrações financeiras do Estado de Santa Catarina. Valores correntes

⁶⁷ A dívida pública do estado aumentou nominalmente de US\$ 598.555.776 em 1984, para 624.895.989 milhões de dólares em 1985. Em 1986 era de US\$ 790.783.796,00

Inegavelmente os efeitos da crise econômica nacional, e seus eventos, contribuíram para a piora fiscal do Estado de Santa Catarina, embora isso não espelhasse exatamente o desempenho da economia catarinense.

Tabela 72 - Variação do PIB/SC

Ano	Variação PIB/SC	Variação PIB/BR
1983	-3,8	-2,93
1984	3,9	5,4
1985	11,0	7,85
1986	9,3	7,49
1987	4,4	3,53
1988	-1,1	-0,06
1989	4,0	3,16
1990	-2,8	-4,35
1991	0,8	1,03
1992	2,3	-0,54
1993	4,3	4,92
1994	3,3	5,85
1995	5,7	4,22
1996	4,1	2,21
1997	5,2	3,39
1998	0,6	0,34
1999	3,8	0,47
2000	4,6	4,39

Fonte: IBGE

Esta exposição financeira, é crucial para entender a situação financeira em que se encontrava o Estado de Santa Catarina e a complexidade para realização de qualquer capitalização no banco de desenvolvimento.

CAPÍTULO 5 - TERCEIRA METAMORFOSE: FOMENTO AO MICROCRÉDITO (1998-2020)

5.1 PERÍODO DE TRANSIÇÃO

Durante um período de aproximadamente dois anos, a instituição passou por profundas transformações a fim de se adequar ao seu novo modelo social, a qual compreendia um maior direcionamento de seus esforços aos segmentos pertencentes a terceira dimensão de atuação dos bancos de desenvolvimento, alinhando-se, ao que, também, pretendia o Programa de Redução da Presença do Estado no Setor Financeiro- PROES, responsável pelos recursos liberados para saneamento no banco.

Para o desenvolvimento de suas atividades a instituição passou por um programa de ajustes, adequando-se aos novos objetivos, buscando, também, reestabelecer o seu equilíbrio econômico, após sucessivos exercícios sociais em prejuízo. Entre as principais medidas que foram implementadas para o reestabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro, estavam: 1) A redução de despesas com pessoal na ordem de 54%, frente aos gastos observados no exercício de 1998, em decorrência da implementação do Programa de Demissão Voluntária. 2) A redução em R\$ 5,8 milhões, da multa devida ao BNDES em decorrência dos atrasos nos pagamentos devidos aquela instituição. 3) A criação de um órgão especializado em recuperação de crédito (GEREC- Gerência de Recuperação de Crédito). Dentre as atividades que foram implementadas no período imediato a transformação do banco em agência, a atividade de recuperação de crédito foi tratada como prioritária, de forma a envolver todas as instâncias da agência, e este envolvimento produziu resultados positivos significativos (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO 1998-2001).

Em um período de apenas três anos (1999-2001) mais de R\$ 111,3 milhões de reais foram renegociados, permitindo um fluxo constante de retorno de erário aos cofres da agência, o que contribuiu para a solidez da situação financeira e patrimonial da instituição.⁶⁸ Estes resultados foram alcançados, também, pela contribuição dos advogados credenciados pelo banco, que agilizaram os processos de renegociação. Outras medidas tomadas viriam a contribuir, no futuro, para a

⁶⁸ Além dos contratados já renegociados, outros contratos estavam em processo avançado de renegociação, que juntos somavam R\$ 47 milhões.

redução do custo operacional da instituição, como a reforma do prédio histórico localizado na rua Almirante Alvim, que viria a contribuir para a redução dos gastos com aluguéis. Assim como o programa de modernização tecnológica que iria integrar os escritórios regionais com a sede da instituição, além de propiciar mais eficiência aos processos por meio de novos sistemas de informática (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO 1998-2001).

Ao lado destas medidas e sempre atento a qualificação profissional, a instituição implementou um novo programa chamado de Plano Badesc de Formação Profissional, uma mudança na relação com seus trabalhadores. Diferente do ocorrido no passado, este novo programa não estava voltado à qualificação de seus próprios trabalhadores, mas sim a formação profissional de futuros colaboradores terceirizados da agência. Com este programa, o Badesc aproximou-se de instituições de ensino superior a fim de atrair estagiários que pudessem aprender sobre os processos e atividades executados dentro da agência, e que posteriormente pudessem ser aproveitados por empresas terceirizadas contratadas pela instituição. Isto trouxe uma mudança, na relação de trabalho, em que antes o Badesc contratava seus próprios trabalhadores e os treinava, e agora, eram treinados para serem contratados por interpostas empresas terceirizadas (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO 1998-2001).

Esta nova forma de contratação possibilitou a expansão e retração da mão de obra contratada de acordo com a demanda interna do Badesc, tanto dos serviços de análise de crédito quanto aos assuntos jurídicos. No ano de 2001, um ano após a implantação deste processo, já existia sete empresas habilitadas para a prestação do serviço de análise de crédito, que juntas contavam com quarenta e três profissionais habilitados. Isto foi fundamental para a recomposição da capacidade operacional da agência após o desligamento de trabalhadores por meio do Plano de Demissão Incentiva, que resultou na redução de 55% do número de trabalhadores, com uma contrapartida da redução de despesas na ordem de R\$ 750 mil/mês (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO 1998-2001).

Quadro 12 - De Trabalhadores Triênio 1999-2002

Carreira	01/01/99	31/12/02
Técnico de Nível Superior	75	26
Assistente técnico	10	6
Assistente Administrativo	10	4
Auxiliar Administrativo	66	36

Total	161	72
-------	-----	----

Fonte: Relatórios da Administração 1999-2002

A consolidação deste processo de terceirização permitiu uma maior agilidade dos processos internos, de modo a permitir a redução do tempo de processamento das propostas para apenas quarenta e cinco dias. Além disso, a terceirização trouxe uma profunda mudança no processo de crédito do Badesc, que agora não mais analisava a viabilidade do projeto, mas tão somente o processo de liberação do crédito. Desta forma foi transferido o custo de análise para a empresa solicitante.

Muito embora, parte dos serviços antes executados internamente tenham sido terceirizados, a instituição deu continuidade ao seu histórico processo de aprimoramento profissional, realizando programas de treinamento interno, patrocinando e subsidiando cursos de extensão, graduação e pós-graduação.

Quadro 13 - Distribuição das Bolsas de Estudo

Bolsas de Estudos	Nº participantes
Supletivo	5
Graduação	17
Pós-graduação	23
Línguas	2
Treinamento internos	63
Treinamentos externos	67
Total	177

Fonte: Relatórios da Administração.

Além disso, dentro do seu programa para formação, o Badesc proporcionou a 179 jovens estudantes universitários a oportunidade de estágio na instituição. A combinação destes esforços trouxe resultados significativos para agência, que conseguiu reverter os prejuízos apresentados nos exercícios anteriores em lucro e distribuição de dividendos aos acionistas.

O prejuízo apresentado no ano de 2001 (R\$ 24,6 milhões) foi decorrente do reconhecimento do passivo com a Fundação Codesc de Seguridade Social, decorrentes das contribuições patronais não recolhidas à entidade, e também, de ajustes determinados pelo Banco Central do Brasil, que determinou a inscrição de R\$ 65,2 milhões na conta “provisão para créditos de liquidação duvidosa”⁶⁹ (RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2001).

⁶⁹ Esta inscrição incluiu operações de crédito que estavam adimplentes.

Muito embora, no início deste período a agência tenha direcionado seus esforços para atender principalmente as micro e pequenas empresas, em virtude da diretriz estabelecida pelo governo do estado, de buscar uma maior eficiência, as grandes empresas continuaram a ser atendidas pelo Badesc, recebendo grande parte dos recursos, até porque, em 1999, com a instituição saneada, ela possuía uma capacidade de alavancar mais R\$ 1,6 bilhões em recursos, para atender a demanda da economia catarinense.

As micro e pequenas empresas também foram contempladas pela reestruturação da instituição, como a redução do valor mínimo para financiamento para R\$ 10 mil reais, a descentralização dos processos por meio das gerencias regionais que passaram a ter alçada para valores de até R\$ 100 mil reais, o que contribuiu em muito para o processo de liberação do crédito, além da facilitação para a apresentação de garantias hipotecárias no valor de até R\$ 100 mil reais, em função da utilização do Fundo de Aval que fora criado, e que permitia uma cobertura de até 80% do valor da operação. Somado a isso, o Badesc passou a permitir o financiamento para aquisição de máquinas usadas.

Tabela 73 - Destino Dos Recursos por Porte de Empresa

Ano	1999		2000		2001		2002		Acumulado	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Micro	8.598	14	15.671	17	29.858	16	32.225	13	86.352	14
Pequena	12.572	21	53.903	52	58.022	32	84.832	34	209.329	34
Média	13.056	22	29.966	24	46.025	25	50.797	20	139.844	22
Grande	26.160	43	26.695	7	50.50.358	27	78.937	100		30
Total	60.386	100	126.235	100	184.263	100	246.791	100	617.675	100

Fonte: Relatórios da Administração 1999-2002.

De acordo com o quadro, pode-se verificar a prioridade na liberação de recursos para micro e pequenas empresas que concentrava aproximadamente 48% dos recursos⁷⁰. Pode-se observar, também, que no ano 2000 houve um forte incremento no volume e número de operações contratadas, sendo que o microcrédito representou 57% do volume contratado e 90% do número de operações.

⁷⁰ *É importante observar que no período 1999/2002 todas as operações realizadas com micro e pequenas empresas e médias exportadoras estão amparadas pelo Fundo de Garantia para a promoção da Competitividade -FGPC administrado pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES, o qual garante até 80% (oitenta por cento) de cada crédito concedido. Este mecanismo, juntamente com a política adotada manteve o índice de inadimplência (valor vencido/saldo) ao redor de 3,5% durante o período

O resultado social das operações de microcrédito pode ser observado pelo número de empregos gerados e mantidos. Desde a sua criação em 1999, chama a atenção o saldo no número de operações realizadas.

Tabela 74 - Indicadores socioeconômicos 1999-2002.

Ano	1999	2000	2001	2002	Acumulado
Total Emprestado	599.760	5.243.240	23.700.000	26.300.000	55.843.000
Nº emp. Gerados	1.725	3.606	5.265	7.107	17.703
Nº operações	272	441	547	874	2.134
ICMS s/inv.	2.159	12,875	18.793	25.371	63.198
ICMS agre.	1.449	3.030	4.422	5.970	14.871
Aplicações de crédito através de ONGS no período 99/02					58.221
Recuperação de crédito até 31/12/02					106.957
Total geral					782.957
Nº empregos gerados/ mantido pelo microcrédito período 99/02					48.547

Fonte: Relatorias da Administração 1999-2002

Os valores de crédito recuperados, os anos iniciais à transformação em agência, garantiram a lucratividade da agência. No decorrer de aproximadamente 10 anos, a entrada de recursos decorrentes de recuperação viria a ser constante registrando valores expressivos, em média de 30 milhões de reais. Este fenômeno reflete, a reversão dos prejuízos registrados entre os anos 1995-1998, e que levaram a transformação do banco em agência.

5.2 PROJETO DO MICROCRÉDITO

O programa de grande destaque, no início deste período, foi o Crédito de Confiança, que buscou fomentar as micro e pequenas empresas em Santa Catarina, por meio da criação de uma rede de Organizações Não Governamentais-ONGS espalhadas por todo território catarinense, para atender o microempreendedor que não tinha acesso a crédito. Este programa foi idealizado no Plano de Governo, da segunda gestão Amin. Que tinha como compromisso a instituição do “Crédito de Confiança”, que seria concedido por meio de instituições não governamentais, mas que seriam estruturadas por intermédio do Badesc e contariam com o apoio do Governo do Estado, do Governo Federal e da própria comunidade (SACHET, WATERKEMPER, 2001).

A fim de viabilizar este projeto, já no decimo dia do novo governo, foi encaminhada pelo Governador ao Badesc, a Nota nº 10/99, que determinava a estruturação de um projeto voltado à execução do Crédito de Confiança. Este projeto foi desenvolvido pela Agência em menos de 30 dias, sendo encaminhado ao

Governo do Estado no dia 8 de fevereiro de 1999. Conforme o projeto, o Crédito de Confiança, foi pensado e executado sob três modalidades distintas. Uma primeira linha destinada à concessão de avais, uma segunda linha para a concessão de financiamentos à micro e pequenas empresas que buscassem o aumento da capacidade produtiva e/ou a manutenção da força de trabalho. E por último, e como forma de melhor contemplar os empreendedores, havia uma linha destinada as pessoas físicas, que buscavam abrir seus próprios negócios, e para isso o crédito de confiança financiava máquinas, ferramentas ou equipamentos.

A “expertise” do Badesc, alinhada com o seu prévio conhecimento sobre o tema, permitiu esta rápida elaboração. O Badesc, desde seu projeto de futuro, inicialmente elaborado em 1995, mantinha-se atento as mudanças de mercado, e acompanhava o Programa de Crédito Produtivo Popular do BNDES, criado em 1996, sob inspiração do Programa Comunidade Solidária. Este programa do BNDES atuava com duas linhas, o BNDES- Trabalhador e o BNDES-Solidário. Esta última, atuava na forma desejada para o crédito de confiança, por meio de entidades não governamentais (23 ONGs), que estavam presentes em 15 estados, e que já haviam repassado mais de 29,5 milhões de reais. Estas ONGs, além de atuarem por meio de recursos estatais, também operavam por meio recursos próprios.

No projeto elaborado pelo Badesc, a fim de justificar a opção da forma de sua estruturação, por meio da operacionalização do crédito por meio de ONGs, foram elencados alguns bons exemplos de sucesso desta prática. Um dos exemplos foi o Portosol de Porto Alegre, que foi criada em 1996 pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, mas que posteriormente foi transformada em uma Sociedade Civil Autônoma, que se destacou pela obediência técnica nas contratações de empréstimos, e que em menos de 2 anos já havia alcançado a marca de 10 milhões de reais de crédito concedido. Outros exemplos elencados, com destaque no âmbito nacional, foram o Banco da Mulher e o Ceape- Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos, além de outras instituições que surgiram de movimentos sociais, como o Viva Cred que nasceu do movimento Viva Rio, no Rio de Janeiro. (SACHET, WATERKEMPER, 2001).

Além de instituições, outras referências numéricas foram elencadas no projeto, como os números do microcrédito no mundo. Conforme o documento, segundo a Conferência Global do Microcrédito aproximadamente 8 milhões de

famílias pobres, no planeta, já estavam utilizando o microcrédito, como forma de desenvolver uma atividade econômica. Sendo que a meta para as organizações do microcrédito, era atingir a marca de 100 milhões de famílias beneficiadas no mundo, até o ano de 2005, atendendo 88 milhões de famílias nos países em desenvolvimento e 4 milhões nos países desenvolvidos. Somente nos Estados Unidos existiam 300 programas que beneficiavam entre 40 e 50 mil famílias por ano. E nos países em desenvolvimento, estimava-se que mais de 1,3 bilhões de dólares já haviam sido destinados a cooperativas e a micro e pequenos empresários.

Atento ao que acontecia dentro do próprio Estado de Santa Catarina, o projeto Badesc, citava a existência de duas instituições no Estado que disponibilizavam crédito popular, uma estava localizada em Blumenau e outra em Lages. Em Blumenau, o Banco do Povo-ICC-Blusol havia sido criado pela prefeitura municipal, inspirada nos modelos bem aplicados do Funsol nas cidades de Brasília e Porto Alegre, que por vez partiram da experiência do Grammen Bank de Bangladesh. Como modelo institucional, a prefeitura optou por adotar uma organização da sociedade civil, de modo a permitir a participação de um conselheiro representante do poder público municipal, a fim de garantir uma operação puramente técnica.

A estrutura administrativa era enxuta e composta por um conselho fiscal, uma assembleia geral, pela diretoria executiva e uma gerência de negócios. O conselho de administração da instituição era composto por representantes, da Prefeitura de Blumenau, da Câmara de Vereadores, da Associação Comercial e Industrial de Blumenau, e da Associação de micro e pequenos empreendedores de Blumenau, Associação dos Artesãos, representante da Universidade Regional de Blumenau, e um técnico financeiro. Para a constituição da organização, a prefeitura de Blumenau destinou 100 mil reais, e após o início das operações o BNDES aportou mais 100 mil reais, por meio do seu programa BNDES-Solidário, para a constituição inicial do *funding* da instituição. Estes recursos eram destinados a micro e pequenos negócios, explorados por meio de pessoas físicas ou jurídicas, situados exclusivamente na cidade de Blumenau (SACHET, WATERKEMPER, 2001).

Outra instituição que serviu de exemplo para o projeto do Badesc foi o Banco da Mulher de Lages. Esta instituição foi criada por meio da iniciativa da Associação Comercial e Industrial de Lages, que buscou apoio e parceria do Sebrae para desenvolver atividades ligadas ao microcrédito. Diferentemente da experiência

de Blumenau, em Lages os recursos iniciais para a criação da instituição foram captados na iniciativa privada (cento de vinte mil reais), e o Sebrae participou da formação com uma ajuda de cinco mil reais mensais durante 18 meses. Esta instituição entrou em operação em 22/10/1998. Somente após a estruturação da instituição e seu funcionamento é que a prefeitura municipal de Lages alocou vinte mil reais e posteriormente o BNDES fez mais um aporte de recursos. Da mesma forma, que a instituição de Blumenau o Banco da Mulher de Lages, foi constituído sob uma forma enxuta, constituído exclusivamente por empresários, e composto por um conselho administrativo, uma diretoria executiva e um comitê de crédito. A instituição iniciou seus trabalhos com apenas quatro trabalhadores e um custo operacional de apenas 6 mil reais mensais, coberto pelo próprio resultado operacional (SACHET, WATERKEMPER, 2001).

Assim, após estudar e analisar as iniciativas ligadas ao microcrédito, para executar o projeto Crédito de Confiança foi estabelecido um plano de ação para implementação do programa, no qual o Badesc seria o responsável apresentar as comunidades a “ideia” do microcrédito, sendo o facilitador para a organização de entidades voltadas ao desempenho dos objetivos do projeto, e para isso a agência colaboraria com sua assistência técnica para criação e funcionamento de novas entidades e para o treinamento de pessoal e operacionalização do crédito. Estas entidades não tinham uma forma jurídica definida. A escolha da espécie de pessoa jurídica caberia a comunidade. A única imposição do projeto, era que esta entidade não poderia ser pública, de modo a operar de forma similar as entidades de Blumenau e Lages (privadas), que operavam segundo os modelos dos Banco de Brasília e Porto Alegre, com poucas adequações. (SACHET, WATERKEMPER, 2001)

A função do Badesc era apoiar de todas as formas a constituição desta entidade, e para isso, ele deveria buscar aproximar prefeituras, associações comerciais e outras entidades da sociedade civil para o projeto, de forma a torná-la o mais plural possível. A delegação desta competência ao Badesc, fazia todo o sentido na medida em que o Agência possuía a expertise necessária para o desenvolvimento do projeto, além do conhecimento e de corpo técnico qualificado, a agência estava presente em todas as regiões do estado por meio de seus escritórios regionais. Inicialmente o projeto previa a formação de uma rede de instituições de microcrédito composta por 10 organizações, assim seria necessária a criação de

mais 8 entidades para serem somadas as iniciativas de Blumenau e Lages. Também, desta forma, as instituições estariam espalhadas no território catarinense de forma a apresentar uma capilaridade adequada ao desenvolvimento dos objetivos do projeto, que pretendia estar presente nas cidades de Blumenau, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Itajaí, Lages Joinville, São Miguel do Oeste e Videira.

Após a criação das entidades, o projeto previa a o aporte inicial de recursos pelo Badesc, que havia reservado 10 milhões de reais para o projeto. Estes recursos deveriam ser aplicados de forma proporcional entre as regionais, levando em conta a população de cada região, de acordo com o quadro abaixo.

Quadro 14 - Distribuição de Recursos por Região

Sede	População (em 1998)	Valor
Florianópolis	680.279	1.344.000
Blumenau	710.646	1.400.00
Joinville	839.189	1.654.000
Lages	287.144	566.000
Videira	305.083	601.000
Canoinhas	345.283	681.000
Chapecó	493.717	973.000
São Miguel do Oeste	326.851	644.000
Criciúma	743.120	1.480.000
Itajaí	333.213	657.000
Total	5.064.525	10.000.000

Fonte: (SACHET, WATERKEMPER, 2001)

Com a entrada em funcionamento da instituição a partir dos primeiros recursos alocados pelo Badesc, havia intenção de buscar o aporte de novos recursos, por meio de outras instituições e das prefeituras locais. Como forma de estimular o aporte de recursos por parceiros, o Badesc se comprometia a aportar novos recursos, no mesmo montante, dos captados localmente.

Outro ponto relevante dentro do projeto era o custeio dos custos pré-operacionais, relacionados as despesas para a formalização legal das entidades, aquisição de equipamentos e mobiliários, além dos relacionados a contratação e treinamentos de novos trabalhadores. Para fazer frente a estes custos foram sugeridas três fontes de custeio: Recursos orçamentários do Estado, participação do Sebrae como ocorrido no Banco da Mulher de Lages, e como última hipótese o financiamento pelo Badesc, que neste caso deveria ser ressarcido com os resultados operacionais. A preocupação com os custos operacionais mostrava-se pertinente haja vista que a estimativa era que cada entidade importaria em um gasto

pré-operacional de 20 mil reais cada, ajustando um custo total de 160 mil reais. (SACHET, WATERKEMPER, 2001)

No projeto de implementação do Crédito de Confiança estava previsto, ainda, outras ações a serem executadas pelo Badesc, viagens a cidades previamente selecionadas, pela agência, para encontros com autoridades dos municípios e outras lideranças locais, como as associações comerciais em busca de apoio para a formação das novas organizações. Estas visitas contavam, inclusive, com a presença do governador do Estado a fim de demonstrar a intenção por parte do governo do estado em apoiar a nova instituição. Ao Badesc coube, também, a elaboração de um projeto a ser apresentado ao BNDES com vistas a obtenção de recursos naquela instituição, para cada nova organização criada.

Este projeto que foi submetido ao governador, foi devidamente aprovado, e já no primeiro semestre de 1999 teve início a sua implantação, com a organização e estruturação da rede de instituições que iria operar o crédito de confiança. Como primeiro passo para a concretização do projeto, foram definidos e elaborados os instrumentos jurídicos necessários para a criação de funcionamento das organizações. Para isso, foram elaborados modelos de estatutos sociais, termos de parceria e contratos de administração de recursos, e, do modelo de projeto de lei a ser encaminhado a câmara de vereadores para tornar possível a participação dos municípios no projeto (SACHET, WATERKEMPER, 2001).

Após isso, o procedimento para a criação das ONGs, foram praticamente os mesmos. Iniciando com visitas dos gerentes do Badesc às organizações locais, como as associações comerciais, sindicatos de trabalhadores, prefeituras, centros comunitários, para num primeiro momento trocar ideias em torno do microcrédito, e do programa crédito de confiança, a fim de criar uma organização local para operacionalizar o programa. Nestas visitas, já eram distribuídas cópias dos documentos elaborados pelo Badesc para apreciação dos potenciais interessados em fazerem parte do projeto. Então era marcada uma reunião para discussão dos estatutos e contratos a serem firmados, e se possível para a eleição do primeiro conselho de administração que ficaria incumbido de estruturar a entidade, com o apoio do Badesc, que se responsabilizava pelos tramites e registros legais que viriam a permitir a instalação e o início das atividades pela nova instituição.

Para a criação das ONGs, foi seguida a estrutura sugerida pelo Badesc, que previa a existência de seguintes órgãos: a Assembleia Geral, o

Conselho de Administração, que era formado por representantes dos fundadores (sem atividade remunerada), pela diretoria executiva, que era composta por apenas um diretor executivo, um gerente administrativo, e os agentes de crédito. E havia, ainda a previsão da existência do Conselho Fiscal, constituído por representantes dos sócios fundadores. Passada esta fase, dava-se início aos preparativos para a escolha do local da sede, e compra da mobília necessária a estação da organização. Ao mesmo tempo os primeiros trabalhadores foram escolhidos segundo uma metodologia empregada e sugerida pelo BNDES, que se encarregou de treinar os primeiros dezenove trabalhadores, em sua sede de São Paulo. Como forma de complementar a formação e capacitação profissional o Badesc promoveu outros cursos em Santa Catarina. Isto finalizado, a organização entrava em operação (SACHET, WATERKEMPER, 2001).

A intenção do Badesc com o projeto era ter quatrocentos e cinquenta agentes de crédito para cobrir as cidades catarinenses. A função desses agentes seria facilitar as atividades chamadas de pré crédito que estariam ligadas a divulgação do acesso ao crédito a informações preliminares aos candidatos tomadores de crédito da documentação necessária para a formalização dos contratos. O Badesc afim de facilitar o acesso ao crédito também criou o banco móvel, uma unidade preparada para agilizar os empréstimos a pequenos empreendedores que tinha como finalidade ficar de dois a três dias em cada cidade identificando possíveis interessados em obter o microcrédito tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas. Isto porque, o crédito de confiança era destinado tanto as micro e pequenas empresas registradas ou não é aquelas pessoas que trabalhavam por conta própria. O objetivo do crédito de confiança era financiar mercadorias, matéria primas, máquinas, ferramentas, equipamentos, veículos utilitários e melhoria nas infraestruturas dos negócios e seu capital de giro. A única exigência para a concessão do crédito confiança era residir no mesmo município há pelo menos um ano e ter endereço fixo, assim como ter experiência na sua área de atuação e não apresentar restrições no SPC ou no Serasa. Os valores concedidos pelo microcrédito variavam entre duzentos e mil reais com um prazo de pagamento de um a vinte e quatro meses, que dependiam da capacidade de pagamento dos tomadores (SACHET, WATERKEMPER, 2001).

O crédito de confiança chegaria até os empreendedores por meio das ONGs⁷¹ organizações não governamentais implantadas em regiões estratégicas no Estado de Santa Catarina que seriam constituídas pelas diferentes entidades comunitárias com um caráter totalmente privado. A ideia do microcrédito era proporcionar um crédito viável aqueles que não tinham acesso a outras modalidades de crédito. Embora o microcrédito esteja fundado na ideia de solidariedade, não se trata de assistencialismo ou empréstimo sem volta, mais sim, na ideia de confiança e nas reais possibilidades de pagamento do crédito, da mesma forma, os empréstimos concedidos aos pequenos empreendedores embora pautados na ideia de solidariedade, ainda se configuram como um negócio rentável.

Este novo modelo de atuação do Badesc também foi uma forma de realizar um resgate de sua dívida social pois se na década 1970 o banco havia sido desenhado na forma de um modelo clássico de instituição financeira e portanto, se preocupando somente com grandes projetos industriais aplicando milhões de dólares para grandes empréstimos, agora o Badesc se voltaria às pequenas atividades e a geração de empregos, muito embora estivesse atrasado há mais de vinte anos em relação à ideia de microcrédito, que já era aplicada no continente asiático desde a década de criação do Badesc.

Segundo o diretor de operações do Badesc Pedro Ananias Alves para cada empreendimento de uma forma geral estavam envolvidas três pessoas, de uma a dois empregados e mais uma ou outra pessoa da família, o que resultava em aproximadamente vinte mil novos postos de trabalho, nos mais de sete mil empreendimentos atendidos, há um custo aplicado de apenas quatorze milhões de reais. Em comparação a este número, o diretor destacou que na época o maior empreendimento em andamento no Estado que previa um investimento de quarenta e dois milhões de dólares iria gerar tão somente quinhentos empregos. Entretanto destacava o diretor, que outro aspecto muito importante do crédito de confiança era a capacitação do tomador, de forma que eles se tornem aptos a operacionalizar a sua produção a colocação de seu produto no mercado e a gestão do seu próprio negócio para que desta forma o microcrédito não seja apenas uma forma de

⁷¹ Esse modelo de operacionalização por meio de ONGs só foi possível por meio da nova legislação que institucionalizou as organizações da sociedade civil de interesse público oscips -porque na sua definição não feria a lei de usura portanto poderia obter lucro.

financiamento, mas que garanta também a perenidade de todo um sistema voltado ao microcrédito. (SACHET, WATERKEMPER, 2001)

Desta forma, e seguindo estes preceitos foram inauguradas dez organizações não governamentais, entre novembro de 1999 e julho de 2001, para implantação do crédito de confiança. Além destas, o Banco da Mulher de Lajes incorporou-se a rede, chegando a onze organizações de microcrédito no Estado, com a parceria do Badesc. Estas organizações ainda atendiam por meio de quarenta e cinco postos avançados de atendimentos elevando a capilaridade da rede para cinquenta e seus pontos espalhados por todo o Estado. Isto, apenas nos primeiros vinte e um meses de operação.

Nos dois primeiros anos o capital aplicado na rede já era de R\$ 12,7 milhões, sendo que deste total R\$ 11,8 milhões eram originários do Badesc, R\$ 302 mil das prefeituras, R\$ 628 mil de fontes privadas e R\$ 500 mil era originários do BNDES, e aplicados exclusivamente no Banco da Mulher de Lajes. Por meio da disposição desta capital, foi possível realizar sete mil e noventa e três operações de empréstimos, que totalizavam a quantia de R\$ 18 milhões, com uma taxa de giro de capital de 1,4 vezes, em operações que em média superavam os seis meses. Ao final deste período, as operações ativas alcançavam a quantia de R\$ 9,4 milhões, o que representava 74% do capital disponível (SACHET, WATERKEMPER, 2001).

Além desta reserva existente para as operações das organizações já em funcionamento, o Badesc assegurou a expansão da rede, por meio da reserva de capital de mais R\$ 18,2 milhões para aplicação no programa. (o programa tinha uma dotação total de R\$ 30 milhões). Desta forma, e com vistas aos números praticados até então pela rede, o Badesc poderia quase triplicar o número de ONGs destinadas ao microcrédito. E este número tornava-se ainda mais importante se vistos aos lados dos indicadores sociais da rede, que possibilitou a manutenção de três mil quatrocentos e noventa e cinco postos de trabalho, a geração de três mil e noventa e cinco novos empregos, sendo que o número total de empregos beneficiários alcançou o número total de dezesseis mil novecentos e cinquenta.

Dividindo o capital empregado pelo número de empregos beneficiados, teve-se apenas R\$ 1.080 por emprego (à época menos de US\$ 400). Se feito o mesmo cálculo matemático aplicando o valor das operações ativas o valor por emprego foi de apenas setecentos e sessenta e sete reais, ou aproximadamente duzentos e oitenta dólares. Um valor muito baixo, se comparado com os grandes

investimentos feitos com recursos do Badesc, nos anos de 1970. Além disso, em virtude do menor tempo de financiamento, aliado ao baixo índice de inadimplência 5,45%⁷², o mesmo capital tem a capacidade de atender um número maior de empreendedores, e gerar um maior benefício social⁷³ (SACHET, WATERKEMPER, 2001).

Além disso, a forma em que foi estruturada a rede por meio de organizações e postos de atendimento (cinquenta e seis), que envolve o trabalho de noventa e duas pessoas, o custo operacional resta baixíssimo, em torno de três mil reais mensais, por ponto de atendimento. (Total cento e sessenta mil reais mensais).

O desempenho da rede de agências já em seus anos iniciais chamou atenção da mídia catarinense, não somente pelos dados financeiros, mas pelo número de negócios possíveis.

Tabela 75 - Desempenho das Agências de Microcrédito -1998-2002

ONG	Operações realizadas	Valor	Saldo	Nº micro empre.	Emp. Mantidos	Emp. Gerados	Saldo
Bando da Mulher	3.985	6.745.218	1.826.821	3.985	4.951	356	9.292
Banco do empreendedor	1.882	5.563.345	2.825.347	1.882	5.477	251	7.610
Credioeste	1.382	3.321.826	1.507.524	1.682	2.661	746	4.789
Credisol	1.762	5.979.012	2.751.724	1.762	6.508	647	8.917
Bapem	1.839	4.434.129	2.318.264	1.839	2.093	1067	4.999
Planorte	818	1.719.459	804.811	818	1.138	218	2.174
Extracredi	928	2.394.291	1.170.876	928	1.649	507	3.084
Casa do Empreendedor	2.186	6.729.430	2.736.714	2.186	5.072	323	7.581
Bancri	1.501	4.127.789	1.507.568	1.501	2.108	541	4.150
Credicerto	793	2.306.950	1.513.788	793	1.224	221	2.238
Casa do Microcrédito	868	3.320.900	1.947.593	868	1.967	223	3.058
Acrevi	125	677.783	630.999	125	581	13	719
Profomento	143	446.782	412.017	143	368	82	593
Credconfiança	606	1.697.308	1.109.671	606	888	27	1.521
Acredite	270	716.784	517.959	270	689	71	1.030
Credivale	436	1.353.680	589.250	436	1.279	181	1.896
Totais	19.524	51.534.686	24.470.926	19.524	38.653	5.474	63.651

Fonte:(Diário Catarinense, dezembro de 2002)

Atualmente a rede possui 17 agencias de microcrédito.

⁷² apesar de baixos esses índices precisam ser observados com a necessária cautela eles são resultado de um conceito contábil que considera como inadimplentes todos os valores não devolvidos na data do vencimento independentemente do número de dias em atraso. uma análise mais acurada demonstra que a inadimplência representada pelo insucesso do empreendedor alcança índices inferiores à metade da inadimplência geral. (citação direta)

⁷³ Se considerado sobre o volume de empréstimos já realizados a taxa ficaria em 2,85%

Quadro 15 - Agências de Microcrédito Existentes em 2022

Acredite- Rio do Sul e município da região do Alto Vale do Itajaí.
AcreAcrevi- Jaraguá do Sul e municípios da Amvali
Banco da Família- Lages, municípios da Amures e Curitibanos
Banco do Empreendedor- Município da Grande Florianópolis.
Banco do Povo – Chapecó e região
Banco do Vale- Blumenau e Ammvi
Bancri- Banco de Crédito Popular- Itajaí, região da AMERI e Joinville
Blusol- Blumenau e cidades localizadas nas regiões da Ammvi e Amavi
Casa do Microcrédito- Tubarão e demais municípios da Amurel
Crecerto -Concordia, Amauc
Crediamai- Xanxerê, Amái
Crediosste- Chapecó e municípios da Amosc
Credisol – Criciúma e municípios da Amrec e Amesc
Extracredi – São Miguel do Oeste, Maravilha, Itapiranga, São Jose do Cedro, Pinhalzinho, Palmitos, São Lourenço do Oeste.
Juriti Micro finanças- Jaraguá do Sul e Região
Planorte- Canoinhas e municípios da Amplanorte
Profomento- Brusque, Botuverá, Guabiruba, Nova Trento, São João Batista, Tijucas, Canelinha, Gaspar, Itajaí, Navegantes, Balneário Camboriú, Camboriú, Itapema, Porto Belo.

Fonte: Google

Mas nesta nova fase do Badesc, como agência, foram desenvolvidos outros novos programas para orientar a nova forma de atuação e distribuição de recursos. Dentre os novos programas destacaram-se o Santa Catarina Empreendedor, que era um programa previsto no plano de governo, que buscou criar mecanismos facilitadores de acesso ao crédito. A execução deste programa coube ao Badesc, que além das medidas adotadas que já foram citadas, construiu um novo modelo para a prestação de garantias em operações envolvendo micro e pequenas empresas.

Por meio de uma nova sociedade comercial, o Badesc destinou R\$ 333 milhões, para a constituição de uma nova sociedade garantidora, que poderia contar com recursos de outras entidades, como o Sebrae, que destinou 4,8 milhões de reais. A constituição desta nova sociedade e definição de forma de atuação, contou com a colaboração de uma consultoria internacional⁷⁴.

Outro programa de destaque no período, foi o BADESC Cooperar, que com recursos próprios e do FADESC buscou auxiliar as sociedades não empresariais, que se organizaram em forma de cooperativa ou empresas de autogestão, no acesso ao crédito em virtude das dificuldades encontradas no sistema financeiro tradicional que atribui a estas entidades um elevado risco

⁷⁴ Para a realização deste projeto foi condicionada a participação de outras entidades representantes do setor produtivo e dos próprios beneficiários.

bancário. Assim, por meio de uma maior flexibilidade e taxas de juros reduzidas o Badesc (até dez 2001) liberou recursos para 13 cooperativas, que juntas geravam 2100 empregos diretos (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO, 1999-2001).

Havia, ainda, o Badesc Especial, um programa destinado a modernização e aumento da capacidade tecnológica, que financiava itens não financiáveis por meio de linhas tradicionais de crédito. Através deste programa foi contratado no exercício de 2001 o montante de R\$ 31,2 milhões, e em 2002 aproximadamente R\$ 50 milhões.

Por fim, dentre deste período, foi continuado o programa Fundo de Desenvolvimento Municipal- FDM, que já era executado desde o segundo período (metade da década de 1990), que tinha como objetivo modernizar a administração pública, a gestão fiscal e realizar obras e serviços de infraestrutura.

5.3 PERÍODO PÓS TRANSIÇÃO

Passado o período de transição, com estruturação da agência concluída⁷⁵, os esforços da administração voltaram-se a melhorias dos resultados financeiros, com aumento de receitas que apresentaram um crescimento de 55,3%, no período entre 2000-2005, com um forte controle de custos, com as despesas administrativas apresentando uma redução de 37,9 % em 4 anos (2005), e o restabelecimento dos níveis de liquidez apropriados. Estas medidas foram essenciais para a volta do crescimento do patrimônio líquido da agência. Dentro do período, o Badesc realizou investimentos do Programa Microcrédito, criando uma gerência exclusiva (Gerência do Microcrédito) para o fortalecimento do programa (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO, 1991-2005).

Tabela 76 - Dados do Microcrédito -Período 2000-2006

Ano	Valor contratado	Nº operações	Empregos gerados/mantidos	Média por financiamento
2000	5.843.454	2.587	6.226	2.259
2001	17.889.836	6.979	16.271	2.563
2002	34.487.994	12.405	26.050	2.780
2003	44.700.068	16.417	31.908	2.723
2004	56.631.851	19.422	34.632	2.761
2005	68.653.705	25.302	39.232	2.713
2006	81.267.904	47.263	29.720	1.719

Fonte: Relatórios da administração 2000-2006

⁷⁵ A estruturação contou com uma modernização tecnológica, Com o intuito de melhorar os processos e contribuir para uma melhor eficiência da agência, durante este período foram adquiridos novos equipamentos de informática para interligar as gerências regionais e modernizar a estrutura tecnológica do Badesc.

Além da prioridade ao Sistema de Microcrédito que foi constantemente aprimorado, outro programa de destaque no período e que ganhou prioridade na aplicação de recursos foi o Programa de Desenvolvimento Municipal. Este programa tinha por finalidade a liberação de recursos para construção de novos sistemas viários, novos equipamentos públicos, inclusive aqueles destinados ao turismo, a urbanização de áreas de periferia, com implantação de rede de saneamento básico, transportes escolares e outras ações de desenvolvimento dos municípios catarinenses. Os recursos liberados eram subsidiados pelo governo do estado, (apenas 50% da TJLP) e de financiamentos de 100% dos investimentos (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO, 1991-2005).

A partir do ano de 2004, e seguindo as orientações do Governo do Estado, o Badesc passou a priorizar a contratação de operações com integrantes de cadeias ou arranjos produtivos. Esta nova diretriz buscava aproveitar a existência destas redes produtivas, em abundância no estado, e alinhar-se as novas políticas operacionais do BNDES, a principal fonte de recursos.

Entretanto no ano de 2005, algumas operações foram desclassificadas tecnicamente pelo BNDES, por este entender que, em algumas operações, não foram cumpridas todas as exigências dos seus programas. A desclassificação destas operações importou em julgá-las como inadimplidas, mesmo estando adimplentes por seus mutuários. Como resultado deste inadimplemento, o Badesc foi impedido de contratar novas operações com recursos do BNDES, até que todos os contratos desclassificados fossem liquidados (ATAS REUNIÃO DA DIRETORIA, 2005).

O bloqueio de repasses de recursos, casou a diminuição do saldo total de operações no período 2006-2008, em função do retorno dos recursos a fonte (BNDES), sem a devida reaplicação.

Outro impacto provocado pelo bloqueio de recursos, foi desequilíbrio provocado na carteira de crédito entre os setores público e privado, no qual este passou a deter uma pequena parcela das contratações.

Tabela 77 - Carteira Pública X Carteira Privada

Ano	Saldo op. Setor Privado	Saldo op. Setor Público	Rurais e agro.	Total	Setor Privado. %	Setor Público %
1999	337.319	17.821	39.324	394.986	95,49	4,51
2001	467.721	16.728	39.309	507.030	96,71	3,29

2002	588.419	23.458	47.213	659.090	96,45	3,55
2003	658.124	44.203	46.617	748.944	94,10	5,90
2004	664.209	93.128	-	749.822	87,58	12,42
2005	412.772	81.012	37.514	531.298	84,76	15,24
2006	259.295	66.313	32.394	358.002	81,48	18,52
2007	91.342	189.260	27.409	308.011	38,56	61,44
2008	158.185	142.640	26.865	327.690	33,21	66,79
2009	182.116	104.752	26.668	213.536	50,95	49,05
2010	215.228	43.072	25.269	283.859	84,83	15,17
2011	238.083	77.121	-	314.204	75,46	24,54
2012	337.077*	272.736*	22.622	632.435	56,88	43,12
2013	450.930*	277.978*	22.025	712.905	61,01	38,99
2014	457.367	244.767	21.699	⁷⁶ 739.878	66,92	33,08
2015	480.594	163.357	22.324	666.275	75,49	24,51
2016	524.770	195.049	22.474	742.293	73,73	26,27
2017	484.230	186.750	21.511	692.491	73,04	26,96
2018	464.275	185.069	20.777	670.121	72,39	27,61
2019	513.307	187.052	21.600	721.959	74,10	25,90
2020	593.204	206.095	12.927	812.226	74,63	25,37

Fonte: Relatórios da Administração 1999-2020. Em valores correntes; *operações de crédito (carteira)

A queda no volume de recursos disponíveis interferiu no porte das empresas atendidas.

Tabela 78 - Porte das Empresas Atendidas no Período

Porte	2003	2004	2005	2006	2007	2008
% micro	21	53,4	32,5	47,6	32,1	10,3
% pequenas	19		37,2	16,7	41,1	39,0
%média	33	28,09	27,6	35,7	14,6	26,4
%grande	27	17,2	2,7	0,0	12,2	24,4
% totais	100	100	100	100	100	100

Fonte: Relatórios da Administração 2003-2008

Outros indicadores financeiros foram impactos no período, em virtude da provisão de créditos com liquidação duvidosa, que acarretou uma forte queda no lucro líquido da agência no ano de 2006, mas que foram revertidas nos anos seguintes (2007 e 2008) na medida em que os contratos foram liquidados.

Tabela 79 - Indicadores Financeiros Badesc 1999-2020

Ano	Capital Social	Total de Ativos	Patrimônio líquido PL	Lucro Líquido	Rentabilidade do PL (LL/PL Anterior %)	Crescimento patrimônio líquido	Lucro e prejuízos acumulados
1999	447.283	580.581	580.581	(28.208)	(4,85)	-	(156.440)
2000	447.283	595.314	288.187	12.154	4,21	(50,37)	(159.176)
2001	447.283	657.467	294.332	6.225	2,11	1,02	(152.951)
2002	447.283	723.134	244.526	(37.522)	(15,3)%	16,91	(190.473)
2003	447.283	817.121	261.419	4.609	1,8%	6,9%	(185.864)
2004	455.492	726.397	282.295	25.142	4,5%	8%	(173.197)
2005	455.492	726.397	300.884	33.727	11,2%	6,6%	(154.608)

⁷⁶ Soma-se ao ano de 2014 o valor de R\$ 16.055, referentes a financiamentos a exportação.

2006	455.492	620.750	320.753	9.270	2,9%	6,6%	(150.739)
2007	471.492	601.724	370.162	67.405	18,2%	15,4%	(101.330)
2008	481.201	595.011	413.856	51.825	14%	11,8%	(67.345)
2009	481.201	629.845	431.981	38.806	8,9%	4,4%	(49.201)
2010	490.205	690.000	458.126	29.201	6,4%	6,1%	(32.079)
2011	490.205	681.000	455.500	2.205	0,5%	(0,5)	(34.698)
2012	490.205	763.327	479.653	41.431	8,63%	5,2%	(10.552)
2013	490.205	899.029	479.653	0.958	0,2%	0	(10.552)
2014	490.205	971.859	530.219	19.127	3,6%	10,5%	-
2015	530.205	1.002.501	536.654	14.435	2,7%	1,2%	
2016	530.205	1.009.489	523.730	(14.927)	(2,85%)	(1,4)	
2017	530.205	1.039.634	539.051	37.121	6,9%	3%	(6.475)
2018	530.205	984.620	554.062	29.471	5,3%	2,8%	-
2019	530.205	968.605	597.150	44.578	7,5%	7,8%	-
2020	535.705	976.999	609.629	12.520	2,05%	2,1%	-

Fonte: Relatórios da Administração 1999-2020. Em valores correntes

O resultado econômico-financeiro foi impactado em alguns anos em decorrência de alguns eventos. No desempenho do ano de 2002 apresentou um resultado negativo em decorrência da desclassificação de 118 operações que resultaram em um aumento de R\$ 23,6 milhões na conta de provisão para crédito em liquidação duvidosa. Com este aumento, esta a conta apresentou um saldo de R\$ 36,2 milhões. Ainda, em decorrência da desclassificação destas operações e outras que se somaram nos anos seguintes, o Badesc ficou impedido de operar com recursos do BNDES e de fontes oficiais Federais, muito embora as operações se encontrassem adimplidas. Este desenquadramento ocorreu em virtude de não terem sido observados todos os requisitos para a concessão de crédito, o que para o BNDES colocou em risco as operações, e, portanto, tiveram que ser lançadas da conta de liquidação duvidosa. Como esta situação somente foi normalizada após longas negociações no ano de 2008, todo crédito decorrente do pagamento das parcelas daquelas operações não pôde ser reinvestido na economia catarinense, sendo enviados ao BNDES para pagamento das operações sem o retorno para novos investimentos. A medida de suspensão do repasse de recursos foi tão grave ao banco que o volume da carteira de crédito privado de R\$ 337.319 milhões em 1999, só foi retomado no ano de 2012 com R\$ 337.077, em valores nominais. O desequilíbrio na distribuição dos recursos entre o setor privado e o setor público foi tão grave que chegou a apresentar no ano de 2007, uma prevalência do setor público, superior ao dobro apresentado no privado, o que somente ocorreu na década de 1980.

Em decorrência deste fato, a carteira de crédito do Badesc apresentou decréscimos nos anos seguintes, tendo impactado, principalmente, os anos entre

2005 e 2007. Além deste impacto, outra consequência pode ser observada neste período que foi a queda de participação do setor industrial na carteira geral de crédito do banco. Muito embora todos os setores terem sido afetados, o setor de comércio e serviços passou a ter uma relevância muito maior, sendo que os recursos foram quase que equitativamente distribuído entre os três setores.

O ano de 2016, também apresentou um desempenho negativo. Este resultado foi resultado do impacto financeiro gerado com o programa de demissão incentivada que fez com que as despesas com gastos com pessoal neste ano alcançassem R\$ 50.549 milhões, muito superior aos R\$ 36.538 milhões vistos no ano de 2015, e aos R\$ 39.528 milhões do ano de 2017. Esta fato, contribui para explicar o a reversão do prejuízo de R\$ 14.927 milhões, do ano de 2016, para o lucro de R\$ 37.121 milhões de 2017. Outros fatores contribuíram para o lucro, como a redução de provisão para créditos em liquidação duvidosa e diminuição de despesas com pessoal.

Tabela 80 - Distribuição dos Recursos 2000-2020

Ano	Setor Privado					Setor Público		
	Industria	Comércio	Outros	Rurais e agroindustriais	Total	Prefeituras	Ser. Pub. Municipais.	Total
2000	261.546	37.605	38.168	39.324	394.465	17.821	0	17.821
2001	330.266	57.305	63.322	39.309	490.202	16.728		16.728
2002	394.488	97.080	96.851	47.213	635.632	23458		23.458
2003	430.689	119.280	108.155	46.617	704.741	40.813	3.390	44.203
2004	379.230	114.611	112.858	49.995	664.209 ⁷⁷	89.907	3.221	93.128
2005	258.822	85.430	68.520	37.514	458.023 ⁷⁸	76.537	4.475	81.012
2006	158.517	49.988	50.790	32.394	291.689	61.174	5.139	66.313
2007	106.919	35.346	46.995	27.409	216.669	87.124	4.218	91.342
2008	87.151	29.963	41.071	26.865	185.050	139.350	3.290	142.640
2009	102.483	25.502	54.131	26.668	208.784	102399	2.353	104.752
2010	118.052	31.539	72.453	25.270	247.215	40.739	2.333	43.072
2011	115.439	43.530	81.660	22.636	263.265	75.176	1.945	77.121
2012	162.809	67.212	109.143	22.622	361.786	271.568	1.168	272.736
2013	231.378	70.068	152.588	22.026	476.060	277.688	389	277.977
2014	251.547	67.988	157.501	21.699	498.475	244.757	-	244.757
2015	258.060	65.856	159.646	22.324	505.886	163.357	-	163.357
2016	285.548	80.003	160.241	22.474	548.266	195.049	-	195.049
2017	245.797	80.293	158.676	21.511	506.277	186.750	-	186.750
2018	214.035	92.698	157.573	20.777	485.083	185.069	-	185.069
2019	236.714	95.739	184.435	21.600	538.488	187.052	-	187.052
2020	226.982	138.499	230.690	12.927	609.098	206.095	-	206.095

Fonte: Relatórios da Administração 2000-2020. Em valores correntes

⁷⁷ Nestes anos há oitros crédito somados no valor de 7.515

⁷⁸ Neste ano soma-se o valor de 7.737

A queda do lucro apresentado no exercício de 2006 deve-se pela imposição do Banco Central da provisão de R\$ 39 milhões em operações amparadas pelo do Fundo de Aval do BNDES (PGPC), e pelo gasto com o Plano de Ajuste de Quadro de pessoal em R\$ 14 milhões. Sem a ocorrência destes dois feitos o lucro seria de R\$ 48,4 milhões.

Tabela 81 - Comparativo Indicadores Financeiros 1999-2020

Ano	Receitas de intermediação financeira	Resultado bruto da intermediação financeira	Lucro Líquido do exercício	Lucro líquido ajustado	Provisão para crédito de liquidação duvidosa
1999	91.091	45.486	(28.208)	(27.763)	(110.091)
2000	85.822	50.124	12.154	(2.494)	(47.972)
2001	84.576	45.427	6.225	12.742	(6.031)
2002	119.262	8.531	(37.522)	(37.522)	(65.236)
2003	139.771	56.382	4.609	11.869	(25.996)
2004	132.308	61.258	12.667	25.142	(19.445)
2005	131.423	76.896	18.589	33.727	(12.949)
2006	119.685	69.601	9.270	3.869	(80.891) ⁷⁹
2007	106.941	107.097	67.406	49.409	(43.766) ⁸⁰
2008	98.553	90.525	51.825	33.985	(30.508)
2009	87.506	72.657	38.806	18.125	(26.227)
2010	90.923	75.522	29.201	13.477	(19.719)
2011	106.206	57.624	2.205	49.462	(36.289)
2012	92.990	73.948	41.431	27.977	(41.861)
2013	113.663	75.534	958	33.805	(38.028)
2014	124.025	70.723	19.127	35.729	(62.706)
2015	132.520	90.530	14.435	34.159	(53.851)
2016	154.794	61.431	(14.927)	46.968	(98.543)
2017	149.740	97.088	37.121	51.324	(60.599)
2018	139.343	83.359	29.471	48.877	(47.178)
2019	128.722	87.856	44.578	66.857	(52.776)
2020	94.298	70.503	12.520	31.769	(56.740)

Fonte: Relatórios da Administração 1999-2020. Em valores correntes

O resultado do ano de 2020 apresentou queda significativa em decorrência da baixa recuperação de crédito no exercício, que apresentou uma queda de 73,4%. Aliado a isso, a prorrogação de parcelas em decorrência das medidas de combate aos efeitos da pandemia do Covid-19, contribuíram para o resultado, além da queda de receitas na ordem de 64% das operações com títulos e valores mobiliários. No período o destaque foi retorno sobre o patrimônio líquido de 18,2% no ano de 2007, resultado não mais alcançado em toda a série.

⁷⁹ Inicialmente era (128.455)

⁸⁰ Inicialmente era (80.891)

5.4 A DIMINUIÇÃO DA DEPENDÊNCIA DE RECURSOS DO BNDES

Diante da suspensão do repasse de recursos do BNDES e demais fontes oficiais federais, o Badesc passou a apresentar uma menor dependência de recursos destas fontes. Muito embora o Badesc não tenha recebido vultosos recursos por parte do tesouro do Estado de Santa Catarina, a sua lucratividade aliada aos pequenos aumentos de capital do período contribuiu para diminuir a dependência de recursos de fontes oficiais federais de modo que o volume de recursos visto no ano de 2004 nunca mais foi repetido, nem mesmo em valores nominais.

Tabela 82 - Fonte de Recursos 1995-2020

Ano	BNDES	FINAME	FINEP	FDM	FADESC/Prodec	Outras	CEF	Fungetur	TOTAL
2000	195.476	36.267	3.985	-	-	660	6.922	-	243.310
2001	247.629	48.077	1.273	-	388	272	4.624	-	302.263
2002	356.074	63.936	-	-	400	272	3.943	-	424.625
2003	327.919	69.544	-	-	-	1.406	2.715	-	401.854
2004	405.214	53.926	-	273	-	394	1691	-	461.498
2005	324.396	37.266	-	-	-	661	-	-	362.223
2006	236.801	20.801	-	-	-	680	641	-	258.923
2007	163.726	9.857	-	-	-	661	336	-	174.577
2008	120.271	4.149	-	-	-	661	-	-	125.081
2009	126.246	696	-	-	-	661	-	-	127.603
2010	171.318	10.777	-	-	-	655	-	-	182.750
2011	155.143	21.316	-	-	-	655	-	-	177.114
2012	178.307	42.658	-	-	-	655	-	-	221.620
2013	280.613	71.171	3.362	273	382	-	-	-	355.801
2014	279.311	102.025	11.925	273	382	-	-	-	393.916
2015	292.790	104.731	27.324	273	382	-	-	-	425.500
2016	299.685	90.453	60.264	273	382	-	-	-	451.057
2017	298.758	71.417	82.917	272	382	-	-	-	453.747
2018	255.305	56.950	78.568	273	382	-	-	-	391.478
2019	210.018	44.017	89.650	273	382	-	-	-	344.340
2020	159.450	31.023	97.084	273	382	-	-	15.820	304.032

Fonte: Relatórios da Administração 1995-2020 Em valores correntes.

Embora, esta diminuição no volume de repasse tenha impedido o banco de ampliar de forma mais robusta a sua carteira de crédito, por outro lado, trouxe maior independência e estabilidade econômica e financeira a instituição, que mitigou os riscos de novos desenquadramentos, e suas consequências econômicas.

Como alternativa aos programas do BNDES, o programa BADESC/Fácil buscou atender operações acima de 300 mil reais para financiar capital fixo e de giro, em projetos de implantação, expansão e modernização das atividades produtivas, além da realocação de plantas industriais

Com a reativação do relacionamento operacional com o BNDES, foi realizada uma reestruturação da área de operações com a contratação de profissionais para análise dos projetos e de crédito, além de uma modernização tecnológica, necessária para implantação de um novo plano de governança corporativa a fim de aprimorar os controles internos e mitigar os riscos operacionais. Em junho de 2007 foi criada a Assessoria de Controle Interno e Gestão de Riscos – ASCOR, estrutura destinada a zelar pela governança e atender as impostas pela Resolução 3.380/06 do Banco Central.

Outros programas ganharam destaque no período, como o PRODEC- Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense, que tinha como objetivo financiar a implantação e expansão das indústrias no estado. Esta linha de crédito é operacionalizada por meio da concessão de capital de giro, a longo prazo por meio de percentual pré-determinado sobre o montante do ICMS a ser gerado pela indústria. Embora, nesta linha o número de operação fosse baixo, o volume de recursos era expressivo, chegando a mais de 326 milhões de reais no ano de 2005.

Outro programa desenvolvido pela Agência na qualidade de agente financeiro do Estado foi o programa PRÓ EMPREGO, voltado ao financiamento de micro e pequenas empresas, cooperativas e sociedades de autogestão. O programa objetivava financiar a reativação e ampliação das empresas, por meio da concessão de até R\$ 50 mil reais para investimento fixo ou capital de giro, que poderiam ser contratados diretamente pela internet. Na primeira etapa do programa foram liberados mais de 25 milhões de reais. O alcance deste projeto foi possível, pois para a sua operacionalização foi firmado um convenio com o Conselho Regional de Contabilidade, para que os profissionais desde registro pudessem atuar como agentes, responsáveis pela capitação preliminar das operações.

5.5 MUDANÇA DE FOCO.

A mudança das fontes de financiamento acarretou a alteração no foco do setor a ser financiado. Durante o processo de transformação em agência e em seus anos iniciais (1998-2002), pode-se observar que o foco de contratação de crédito foi o microcrédito, por meio da criação da rede Oscips. Mas duas outras mudanças no padrão de financiamento podem ser observadas, a partir do ano de 2004, com a suspensão de repasses de recursos de fontes oficiais federais.

A primeira diz respeito ao financiamento da Administração Pública. Se nas décadas de 1970, e início de 1980 o Badesc tinha como objetivo o financiamento da Administração Pública Estadual, e na década de 1990 a grande empresa catarinense, o que lhe gerou diversas dificuldades. Com o PROES e a proibição de contratação com aquela, a agora, Agência de Fomento Passou a financiar a Administração Pública Municipal, mas especialmente a administração direta, sendo que esta teve crescente o volume de contratações, e sempre manteve representatividade no período, abaixo das contratações privadas com a exceção dos anos 2007 e 2008.

Entretanto a grande mudança no padrão de financiados ocorreu no setor privados, no qual a indústria deixou ser o principal setor financiado, em detrimento do setor de comércio e serviços, em especial este último. Esta mudança, também é decorrente da maior importância social aplicada ao crédito, em que é estabelecido para análise, o impacto sobre a geração de empregos.

Também, pode ser observado, que os setores tradicionais do estado, consolidados dentro da economia catarinense, perdeu espaço para novos setores em especial os ligados a serviços, como pode ser observado nas tabelas abaixo.

Tabela 83 - Evolução dos Desembolsos por Setor 2003-2016

Ano	Industria Transformação	Industria Extrativa	Construção	Eletricidade e gás	Água Esgoto e Resíduos	Total
2003	93.457.626	99.999	1.166.129	783.184	137.387	95.644.326
2004	35.144.412	98.280	38.167	27.531	818.650	36.127
2005	11.291.291					11.291.291
2006	9.163.130				356.730	9.519.860
2007	9.458.694	50.000	443.000		29.314	9.981.009
2008	10.261.460	500.000				10.761.460
2009	32.206.117		400.000			36.606.144
2010	45.847.837	1.915.700				47.463.537
2011	46.176.961		261.114		1.429.140	47.867.216
2012	94.123.096	140.000	8.132.000		500.000	102.895.096
2013	110.470.773	2.300.000	10.524.645		217.098	123.512.516
2014	66.204.824	6.005.939	828.189		81.595	73.120.549
2015	91.332.169	2.847.780				94.179.950
2016	51.051.372		904.553	250.000	70.000	52.275.926

Fonte: Dados Coletados no BADESC

Tabela 84 - Subsetores com Maiores Liberações na Industria de Transformação 2003-2016

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Plásticos	16.037.541			1.150.000			4.150.000
Alimentício	12.401.146	3.791.466					
Moveis	10.624.794		1.850.282		2.500.000		7.282.800
Cerâmica	7.668.438			2.241.718			
Papel papelão.	5.404.856	5.304.655				5.000.000	
Vestuário		4.251.557					
Artefatos cimento			724.314				
Peças e acessórios veículos			2.484.536				5.973.525
Bebidas alcoólicas				1.400.00			
Tecidos de malha					800.000		
Artigos de malha					798.960		
Fundição					797.742		
Artefatos têxteis					750.000		
Prod. amiláceos e de animais						2.397.643	

Laticínios							3.994.189
Forjaria, estamparia metalurgia							4.100.000
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Plástico	15.681.232	8.031.018	16.226.601	20.202.333	4.605.366	24.687.143	
Cerâmica	8.000.000			20.972.000			
Produtos de carne	10.000.000	8.258.012	13.047.166		6.730.457		3.240.681
Moveis		10.117.266		7.487.589	8.664.467		6.026.500
Prod. de limpeza		4.629.000					
Artefatos têxteis		3.990.000	10.064.000	8.999.999			3.538.200
Art. de cimento			9.232.518				
Prod. amilaceos e de animais			8.288.397	7.345.558			
Fáb. de máquinas			6.173.894			4.854.139	
Laticínios				8.746.870	11.438;594		5.256.498
Fáb. alimentos					18.243.000		
Art. de malharia						8.000.000	
Art. de Vestuário						13.240.501	3.538.200
Tubos de aço						8.000.000	
Produtos de Metal						4.774.090	12.375;463
Estruturas pesadas e caldeiras							5.850.013

Fonte: Dados Coletados no BADESC

Em comparação ao setor industrial, o setor de comércio e serviços passou a dominar a carteira de crédito.

Tabela 85 - Liberação de Recursos por Subsetores 2003-2016

Subsetores Comercio e serviços	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Reparação de veículos	32.207.020	15.577.164	5.390.221	2.889.746	3.367.099	11.783.564	6.697.161
Ativ. Adm. e serviços	448.621	157.028	-----	50.000.00	1.431.800	35.000	1.275.000
Atividades financeiras de seguros e serviços relacionados	2.342.778	3.532.000	3.273.000	2.950.000	5.766.076	7.004.000	10.510.000
Atividade profissional científica e técnicas.	1.162.462	524.278	192.231	-----	445.471	150.000	220.000
Informação e comunicação	162.972	920.945	-----	-----	273.298	540.000	1.488.048
Educação	4.636.964	5.955.890	2.013.795	1.1387.002	-----		
Transporte, armazenagem e correio	1.241.903	506.945	197.644	100.000	426.500	300.000	181.165
Artes, cultura esportes e recreação	517.001	228.632	----	50.000			31.200
Outras atividades e serviços pessoais	840.391	562.512	645.000	49.000	15.000	29.500	1.125.000
Saude Humana e serviços sociais	1.747.498	800.183	673.767	1.670.328	914.104		2.360.000
Alojamento e alimentação	1.343.649,00	1.847.705	455.100	251.330	259.529	939.675	1.231.080

Total	47.135.262,00	30.613.101	12.840.758	9.397.407	12.901.878	20.784.740	25.118.955
Subsetores Comercio e serviços	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Reparação de veículos	12.857.349	23.247.336	34.583.912	25.482.234	19.199.147	10.674.427	26.766.027
Ativ. Adm. E serviços	1.500.00	1.337.858	940.000	659.396	101.916	5.515.000	7.280.718
Ativ. financeiras de seguros e serviços relacionados	10.494.000	17.414.747	18.480	19.581.676	10.700.000	9.450.000	9.350.000
Atividade profissional científica e técnicas.	593.700	250.608	444.391	672.645	363.127	1.370.980	3.562.462
Informação e comunicação	1.121.943	4.676.440	640.000	48.919	2.849.602	2.402.993	1.540.118
Educação	2.065.991	2.269.008	727.000	5.867.634	4.316.774	1.487.174	192.250
Transporte, armazenagem e correio	1.700.000	950.000	1.196.334	12.441.226	180.958	971.736	6.906.341
Artes, cultura esportes e recreação		36.372					
Outras atividades e serviços pessoais	594.000	299.810	4.074.535	2.339.744	2.494.380	5.331.967	1.366.456
Saúde Humana e serviços sociais		529.900	4.494.786	7.339.679	3.847.464	1.050.000	338.000
Alojamento e alimentação	464.963	4.254.438		2.989.790	2.796.849	35.670	951.837
Atividades imobiliárias						913.106	254.790
Total	31.391.947	55.266.521	67.536.211	77.524.863	49.866.870	44.425.661	53.286.399

Fonte: Dados Coletados no BADESC

Como pode-se observar nas tabelas acima, os efeitos da suspensão das operações com recursos federais, em especial, do BNDES foram drásticos para o desempenho do Badesc. A queda no volume de novas contratações extremamente significativos, de modo que o financiamento do setor industrial deixa um volume de contratação de aproximadamente 93 milhões no ano de 2004 e passa a praticamente um terço no ano seguinte, quando a contratação foi de apenas R\$ 35.144 milhões. Entretanto os efeitos para as indústrias foram, ainda mais devastadores, nos anos seguintes de 2006 e 2007, quando não alcançaram bem mesmo R\$ 10 milhões de reais. Para recuperar os níveis de 2003 foi necessário quase uma década em valores nominais. Em valores atualizados este volume nunca mais seria igualado.

No período, os setores de comércio e serviços também foram afetados, mas menos impactados, de modo que no decorrer do período passaram a ter uma maior relevância dentro da carteira de crédito da agência. Menos afetado foi o setor público, já que para financiar a administração pública municipal, a agência conta com outras fontes de *Funding*, em especial de recursos advindo dos tesouros do Estado de Santa Catarina. No período, a carteira pública chega a ultrapassar a carteira privada. Esta distorção ocorrida no ano de 2007 é normalizada já no ano seguinte, mas ainda se mostrou fora do padrão ideal de 70-30%, estabelecido quando da primeira intervenção do Banco Central em 1987.

Somente com a retomada do repasse de recursos, no final do ano de 2008, depois da quitação total das operações com o BNDES, é que começou a normalização e expansão da carteira de crédito privado, de modo que já no ano de 2009 o volume de crédito concedido ao setor industrial é 3 vezes superior ao ano de 2008. O fato do Estado de Santa Catarina ter sido atingido por catástrofes naturais no ano de 2009, também ajuda a explicar este forte aumento, pois o Badesc foi utilizado como instrumento para mitigação dos efeitos econômicos decorrentes das enchentes. Mas esta dominância durou por pouco tempo, logo em 2011 o setor de comércio e serviços passou a dominar os recursos liberados sendo em poucos anos do triênio 2014-2016 a indústria ser liderada as contratações. Dentro dos subsetores, ganharam destaque nas liberações de crédito o comércio e reparação de veículos automotores

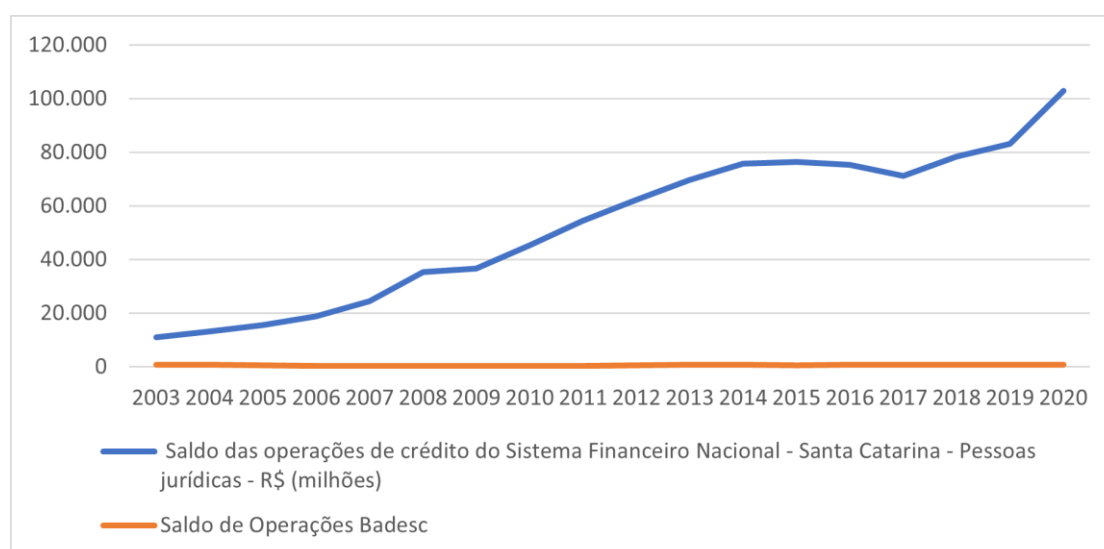
Neste terceiro período, o Badesc perdeu espaço na liberação de crédito as pessoas jurídicas do estado, embora tenha apresentado um salto na participação no ano de 2012.

Tabela 86 - Comparativo Saldo de Operações 2003-2020

Data	Saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional - Santa Catarina - Pessoas jurídicas - R\$ (milhões)	Saldo de Operações Badesc	% Participação o Badesc.
2003	10.915	748	7,33
2004	13.205	749	5,67
2005	15.460	531	3,43
2006	18.809	358	1,90
2007	24.397	308	1,23
2008	35.234	327	0,92
2009	36.666	313	0,85
2010	45.248	283	0,62
2011	54.418	314	0,57
2012	62.202	632	1,01
2013	69.692	712	1,02
2014	75.809	739	0,97
2015	76.457	666	0,87
2016	75.310	742	0,98
2017	71.231	692	0,97
2018	78.408	670	0,85
2019	83.239	721	0,86
2020	102.989	812	0,78

Fonte: Elaborado pelo autor. Sistemas de informações gerenciais Bacen.

Gráfico 6 - Saldo de Operações Badesc Vs Sistema Financeiro Nacional



Fonte: Sistema de Informações gerenciais Bacen.

Após este saldo a trajetória continuou decrescente, retornando a participação vista anteriormente.

5.6 REORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL

Ao completar quase uma década na forma de uma agência de fomento, a preocupação com a governança corporativa promoveu algumas alterações estruturais a fim de modernizar a gestão, tornar-se mais eficiente em relação ao controle de suas operações e, também, as modernizar as práticas em relação às suas operações, sempre atendendo aos princípios estabelecidos no acordo de Basileia. (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO, 2008-2011)

Desta forma, no ano de 2009 foi criado o Coris- Comitê de Risco que tem como objetivo rever os atos normativos na agência, de forma a propor reformas, adaptações, correções com a finalidade de diminuir os riscos operacionais da agência e controlar o nível de exposição ao risco de mercado, de crédito, operacional, jurídico entre outros. Um dos exemplos deste maior controle sobre as operações, foi a criação do Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro- Colav- criado para atender as diretrizes e demandas estabelecidas pelo Banco Central, quanto ao tema.

Neste contexto, e sem esquecer a missão do Badesc, que é fomentar o desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina de forma sustentável, através de financiamentos de médio e longo prazos, tendo como foco de seu negócio “disponibilizar soluções financeiras e estratégias voltadas para projetos estruturantes, investimentos produtivos e de infraestrutura”, o planejamento e gestão da agência aprovou uma proposta da Diretoria Colegiada para criar uma Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios encarregada da comercialização de produtos e serviços, deixando somente a análise de investimento como atribuição da diretoria de operações⁸¹ (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO, 2008-2011).

Esta nova estrutura, possibilitou o desenvolvimento de novos produtos, créditos estruturantes, que contemplavam as ações programáticas voltadas ao fomento do desenvolvimento econômico e social do estado. Dentro dos produtos aperfeiçoados estavam o incremento dos itens financiáveis por meio do Programa Badesc Cidades, que incluiu projetos de engenharia e construção de pavilhões industriais entre outros itens, que contaram com aumento do prazo de financiamento, aumento do limite de participação de R\$ 150 mil para 250 mil. No programa Badesc Microempresa foi permitida a aquisição de imóveis já construídos.

⁸¹ Ad diretorias administrativa e financeira foram unificadas na Diafi.

Porém, a criação de três novos programas é que mereceram mais destaque. O primeiro, o Programa Badesc Emergencial foram criados para atender, micro, pequenas e médias empresas que tenham sido atingidas por desastres naturais, desde que localizados em municípios abrangidos por decretos de estado de calamidade pública ou de emergência. Já o programa Badesc Emergencial Juro Zero criado especialmente para atender os empreendedores do município de Mirim Doce, em 2011, que foram fortemente atingidos por desastres naturais. Já o terceiro programa Microcrédito Juro Zero, foi lançado em parceria com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável- SDS, com o apoio do SEBRAE/SC, e da Associação das organizações de Microcrédito de Santa Catarina- AMCRED, que atenderia microempreendedores de Santa Catarina, para a instalação ou ampliação de seus negócios (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO, 2008-2011).

Durante este período, e honrando sua tradição de treinamento e aperfeiçoamento profissional de seu quadro de pessoal, o Badesc proporcionou treinamento em diversas áreas, a fim de buscar uma formação interdisciplinar de seus trabalhadores, somente no ano de 2003, 50 trabalhadores estavam em treinamento. No período foi implementado um novo programa de gestão de carreira que contemplava uma avaliação de desempenho, com critérios de assiduidade, dedicação e desempenho individual (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO, 2003-2010).

Neste período foram realizados concursos públicos para renovação e recomposição do quadro de pessoal, sendo o primeiro no ano de 2004 para a contratação de 20 trabalhadores, sendo deste 15 de nível superior e 5 de nível médio. No ano de 2006 foram contratados mais 32 trabalhadores, para a recomposição do quadro, já que neste ano 17 trabalhadores saíram da instituição, em novembro deste ano, por meio do Plano de Demissão Incentivada. Este plano, também permitiu uma melhor adequação aos gastos com pessoal, e o reenquadramento de 51 profissionais que foram beneficiados com a correção de uma distorção salarial em torno de 7%. As distorções salariais há tempos geravam insatisfação dentro do BADESC, e eram apontadas como primordial para a correção. (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO, 2003-2010)

Aos novos trabalhadores foi implementado o programa BADESC BOAS-VINDAS, um programa especial destinado aos trabalhadores recém-contratados,

que buscou apresentar e familiarizar a instituição. Além dos treinamentos promovidos pela instituição o Badesc, dentro da sua tradição de incentivo a formação acadêmica proporcionou a 24 colaboradores, por meio de bolsas de estudo, a oportunidade de concluir cursos de graduação e pós-graduação, por meio do investimento de mais R\$ 237 mil reais (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO, 2003-2010).

Estas oportunidades e os valores nelas empregados eram muito significativos comparando ao número de trabalhadores da agência no período.

Quadro 16 - Crescimento do número de trabalhadores

Ano	Nº trabalhadores
2003	68
2004	81
2005	81
2006	83
2007	93
2008	101

Fonte: Relatórios da Administração 2003-2008

Quadro 17 - Recursos Investidos em Treinamento no Período

Período	Valor
2003/2004	R\$ 133.033,80
2005	50.503,41
2006	54.170,22
Total	237.707,43

Fonte: Relatórios da Administração 2003-2008

Esta iniciativa contribuiu para a melhoria do grau de escolaridade dos trabalhadores.

Quadro 18 - Demonstrativo no Grau de Escolaridade- 2007

Escolaridade	Nº colaboradores
Ensino fundamental	3
Nível Médio	17
Superior	18
Pós-graduação	45
Total	83

Fonte: Relatórios da Administração 2003-2008

No exercício de 2008, o Badesc registrou doze ingressos e dois desligamentos, resultando em um contingente de 101 empregados. Por conta de uma melhor configuração do “Plano de Gestão de Carreiras” foi contratado serviço de realização de diagnóstico do atual PGC. O diagnostico acarretará o desenvolvimento de ações viabilizando um novo plano, além da reestruturação da metodologia de avaliação dos empregados, migrando, no que se refere a

distribuição do abono financeiro de uma avaliação por competências para uma avaliação por resultados.

Durante o período foram realizadas ações na área de atualização profissional que resultaram em 79 eventos acumulando investimentos no valor de R\$ 58.240,89, e quase duas mil horas de treinamento. Atualmente, O Badesc conta com praticamente o mesmo corpo funcional (RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO, 2003-2010).

5.7 A MELHORA DAS FINANÇAS DO ESTADO

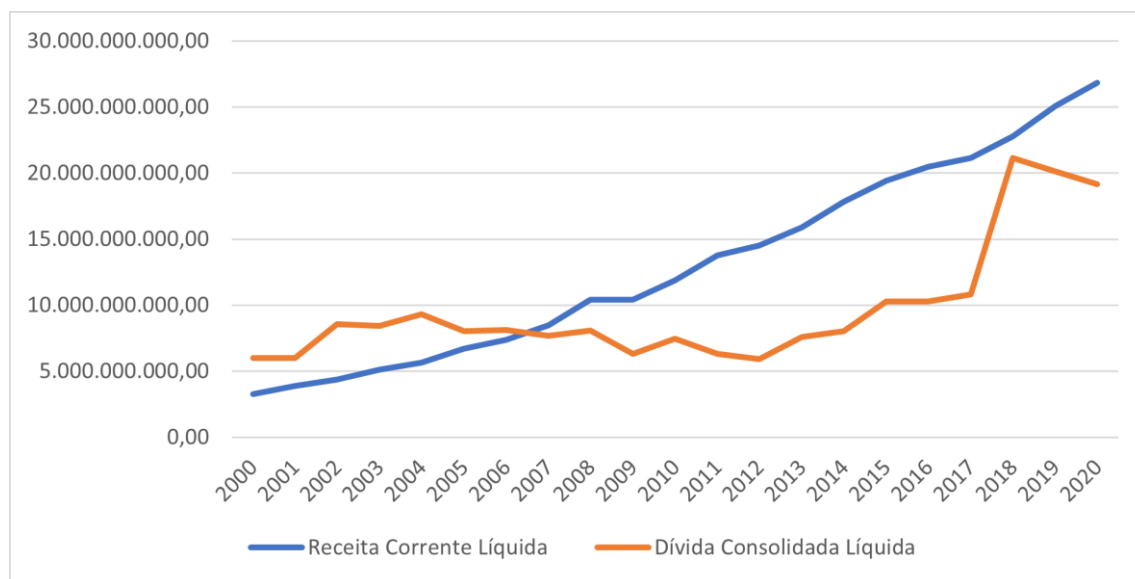
Durante o terceiro período há uma melhora significativa na situação fiscal do estado. Embora o início tenha apresentado dados ruins, com o endividamento comprometendo aproximadamente 200% da receita corrente líquida, ou seja, no limite estabelecido pela lei de responsabilidade fiscal, ao final do período, o endividamento apresentava menos de 100% da receita corrente líquida, o que colocou o estado de Santa Catarina em uma posição muito confortável, dentro de uma posição hedge. Porém nem mesmo isso, foi suficiente para que o estado realizasse aumentos de capital no Badesc (BALANÇO GERAL, 2000-2020).

Tabela 87 - Receitas de Capital do Estado de Santa Catarina 2000-2020

Ano	Receita Corrente Líquida	ICMS	Dívida Consolidada	Dívida Consolidada Líquida
2000	3.288.094.000,00	2.703.529.139,73	6.161.746.000,00	6.018.288.000,00
2001	3.904.463.429,41	3.234.880.129,45	6.191.645.000,00	5.989.549.000,00
2002	4.373.551.000,00	3.368.628.773,58	8.729.567.000,00	8.549.821.000,00
2003	5.129.578.000,00	4.094.441.821,25	9.064.717.000,00	8.442.731.000,00
2004	5.669.194.000,00	5.175.747.000,00	10.019.296.000,00	9.324.485.000,00
2005	6.718.512.000,00	5.777.082.000,00	10.622.083.000,00	8.019.912.000,00
2006	7.376.828.000,00	6.039.789.000,00	10.911.235.000,00	8.116.494.000,00
2007	8.498.348.000,00	6.755.137.000,00	10.636.438.000,00	7.677.817.000,00
2008	10.420.912.000,00	7.759.849.000,00	12.555.329.000,00	8.065.814.000,00
2009	10.405.660.000,00	8.355.949.000,00	11.840.524.000,00	6.326.555.000,00
2010	11.857.683.741,63	10.168.461.596,60	13.578.641.600,30	7.464.222.799,30
2011	13.791.475.371,47	11.663.325.276,09	13.362.061.556,15	6.298.321.328,01
2012	14.535.174.071,92	12.624.114.873,10	14.024.533.142,93	5.898.678.132,16
2013	15.892.968.191,89	13.936.103.279,33	15.806.481.453,76	7.615.241.962,19
2014	17.835.511.027,09	15.611.312.612,20	17.882.020.462,01	8.051.407.354,47
2015	19.409.870.961,23	15.881.443.495,12	21.025.026.280,98	10.295.408.629,44
2016	20.488.858.892,36	17.426.297.211,91	22.489.998.259,76	10.288.202.506,78
2017	21.132.256.296,12	19.067.055.218,75	23.224.812.961,96	10.797.795.560,47
2018	22.773.760.288,74	21.329.732.320,79	24.033.977.412,19	21.166.285.852,22
2019	25.092.129.460,15	23.744.802.845,50	23.192.973.232,43	20.146.899.402,50
2020	26.861.365.172,05	23.938.422.018,35	24.244.975.321,84	19.152.584.174,87

Fonte: Demonstrações contábeis do Estado de Santa Catarina 2000-2020. Valores Correntes

Gráfico 7 - Evolução da Receita Vs Dívida pública.



Fonte: Demonstrações contábeis do Estado de Santa Catarina 2000-2020

A melhora fiscal do Estado foi decorrente do maior controle sob as contas públicas a partir da lei de responsabilidade fiscal, mas também em decorrência do crescimento do PIB do Estado que acompanhou o crescimento do PIB Nacional.

Tabela 88 - Evolução do Crescimento do PIB no Estado de Santa Catarina (2001-2020)

Ano	PIB	% Crescimento	Variação PIB/BR
2002	55.732	2,03	3,05
2003	66.849	1,05	1,14
2004	77.393	7,54	5,76
2005	85.316	1,56	3,2
2006	93.147	2,56	3,96
2007	104.623	6,0	6,07
2008	123.282	3,0	5,09
2009	129.806	-0,1	-0,13
2010	152.482	5,40	7,53
2011	174.068	3,54	3,97
2012	191.794	1,67	1,92
2013	214.512	3,47	3,0
2014	242.553	2,38	0,5
2015	249.079	4,21	-3,55
2016	256.754	1,99	-3,31
2017	277.270	3,95	1,06
2018	298.227	3,74	1,12
2019	323.263	3,79	1,14
2020	349.272	2,86	-3,88

Fonte: IBGE. Informações disponíveis no SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais, no site do Banco Central.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o desenvolvimento de uma economia capitalista é necessária a existência de alguns instrumentos financeiros aptos a apoiar o crescimento, como os bancos de desenvolvimento. Além deste instrumento, e de uma ideologia de estado a favor da industrialização o a atuação dos bancos centrais é essencial para reestabelecer a estabilidade em momentos de crise, e diminuir a incerteza dos investimentos.

Após a segunda guerra mundial, houve uma proliferação de bancos de desenvolvimento por todo o mundo, assim como na América Latina. No Brasil, na década de 1950, foi criado o BNDE- Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, como instrumento executor da política desenvolvimentista implementada pelo Governo Getúlio Vargas. Na esteira deste movimento, diversos estados do Brasil, criaram seus próprios bancos de desenvolvimento a fim de alinhar-se as políticas industrializantes adotadas pelo governo federal. O Estado de Santa Catarina, embora atrasado frente à grande maioria dos estados brasileiros, também criou o seu banco de desenvolvimento em 1962, chamado BDE- Banco de Desenvolvimento do Estado, que após alguns poucos anos foi transformado em banco comercial e passou a ser chamado de BESC- Banco do Estado de Santa Catarina, que desenvolveu as atividades de banco comercial e de desenvolvimento até 1968, quando, por determinação legal, deixou de operar a carteira de longo prazo.

Somente após sete anos é que novamente Santa Catarina cria um novo banco de desenvolvimento apto a apoiar a o crescimento industrial do estado e as ações governamentais. Em 1975, foi criado o BADESC- Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, que em sua trajetória passou por diversas transformações, inclusive de ordem institucional.

As características destas transformações permitem segregar a trajetória em três períodos, que refletem as três dimensões dos bancos de desenvolvimento. No primeiro período, houve um forte direcionamento do crédito para as atividades do próprio Governo do Estado de Santa Catarina que aprimorou a infraestrutura do estado e instrumentalizou seus serviços por meio de empresas estatais. Este período ficou marcado, também, por outras características além do destino de seus recursos. Uma delas, é a fonte inicial de seus recursos que em seus cinco primeiros anos foi muito dependente de repasses das fontes oficiais federais, em especial o

BNDE e o BACEN. Entretanto, nos últimos dois anos, em virtude da captação de recursos no mercado financeiro, o Badesc se viu independente das fontes oficiais federais e estes recursos possibilitaram a maior expansão das operações de toda sua trajetória, em razão dos financiamentos concedidos ao do Estado de Santa Catarina, entre os anos de 1980-1982. Em decorrência, justamente, desta importante fonte de recursos, que se tornou o Badesc, o mesmo foi objeto de ocupação política, na qual seus presidentes refletiam as elites políticas e econômicas do Estado. Mas além disso, foi neste primeiro período que o banco mais contribuiu para consolidação da indústria em Santa Catarina, fomentando aquelas empresas que viriam a se transformar nas maiores indústrias do estado, com destaque nacional e internacional. A opção do Governo do Estado de priorizar políticas creditícias aos principais setores econômicos já desenvolvidos, e de acordo com as vocações regionais, propiciou o crescimento a industrialização do estado em todas as regiões, de modo que em cada uma delas o setor reinante era representando por uma ou mais empresas do segmento, que passaram a se destacar no cenário nacional e internacional, como as agroindustriais no oeste, as cerâmicas no sul, as metal mecânicas no norte e as têxteis no Vale do Itajaí.

No segundo período, que reflete a segunda dimensão dos bancos de desenvolvimento, o Badesc direcionou seus recursos ao financiamento das empresas privadas. Este redirecionamento, não ocorreu por acaso. As dificuldades financeiras provocadas pelo inadimplemento das operações com o Estado de Santa Catarina, quase provocaram a liquidação do banco, que passou por um Regime Especial de Administração Temporária- RAET, decretado pelo Banco Central em 1987, que em uma administração conjunta redirecionou as operações do banco ao setor privado. Esta crise financeira, pode ser atribuída a posição especulativa e Ponzi assumidas pelo Badesc e pelo Estado de Santa Catarina. As crises econômicas ocorridas no final da década de 1970 e 1980, transformaram as posições especulativas do BADESC e do Estado de Santa Catarina, em posição Ponzi, em virtude da impossibilidade de honrar com seus compromissos em razão das condições de mercado vistas na década de 1980. Em um efeito domino, com a impossibilidade do Estado de Santa Catarina cumprir suas obrigações de dívida, em decorrência da quebra da expectativa de arrecadação de receita, em razão das enchentes que arrasaram o estado nos anos de 1983 e 1984, e paralisaram parte importante das atividades econômicas afetando diretamente a arrecadação de ICM-

Imposto sobre mercadorias. O Estado se viu impossibilitado de honrar seus pagamentos junto ao BADESC, que por sua vez teve que rolar suas dívidas contraídas por meio de CDBs captados no mercado, por meio do pagamento de uma taxa de juros cada vez mais alta, chegando a 6% ao ano.

Quando não foi mais possível a rolagem por meio dos CDBs, estes foram trocados por títulos financeiros CDIs, que logo escancaram a crise financeira por qual passava o BADESC, impondo a atuação do Banco Central como “emprestador de última instância”⁸² e estabilizador do mercado. Sem recursos, de fontes oficiais federais, e sem aumento de capital social por parte do Estado de Santa Catarina, o Badesc começou a planejar uma transformação na sua forma de atuar, passando a administrar recursos de programas estaduais como o PROCAPE, e o Fundo de Desenvolvimento Municipal que o direcionou ao financiamento dos municípios catarinenses, além de outras linhas de crédito voltadas a micro e pequenas empresas.

Neste segundo período, além de enfrentar o problema da inadimplência estatal na década de 1980, o Badesc enfrentou a inadimplência privada na década de 1990. A inadimplência que chegou a um terço da carteira de crédito, levou o banco a ser incluído no PROES, para que o Estado de Santa Catarina pudesse ter acesso a linhas de crédito federais e pudesse sanear o Banco. Entretanto, em contrapartida a liberação destes recursos o Estado de Santa Catarina teve que transformar o Banco em Agência de Fomento, impedindo-o de captar recursos no mercado novamente, colocando-o dentro da abordagem de Visão de Agência de Teoria Convencional sobre bancos públicos. Diante de todos estes problemas enfrentados ao longo de quase duas décadas o Badesc foi perdendo seu protagonismo, e seus brilhos perante a elite política e econômica, mas de outra forma, continuou a fomentar a atividade econômica do estado, com seu redirecionamento as pequenas empresas.

No início deste período a atuação do Badesc foi essencial para o reestabelecimento das atividades econômicas que foram afetadas pelas enchentes de 1983 e 1984, que ficaram paralisadas por alguns meses e foram retomadas em razão da disponibilidade do crédito público liberado pelo Badesc. Nos anos de 1987 e 1988, o banco foi o grande responsável pela modernização da indústria têxtil do

⁸² Neste momento o Banco Central atuou como intermediador, negociando a venda de parte da carteira de crédito cujo devedor era o estado de Santa Catarina, para o Banco do Brasil.

estado, que possibilitou a retomada da competitividade desde segmento tradicional no estado. Embora o banco tenha enfrentado diversas dificuldades, dentro deste período, a liberação de recursos continuaram a ser significativos. Embora não com a mesma magnitude dos anos iniciais da década de 1980, tendo em vista, ainda, que na década de 1990 o Brasil passou por uma grave crise bancária, em que 6 dos 10 maiores do país quebraram. Mas a liberação de recursos, a partir do fim do Regime Especial de Administração Temporária, passou a ocorrer de forma mais pulverizada, não somente em número de empresas, mas também, em um número maior de segmentos econômicos o que contribuiu para uma melhor diversificação da economia do estado, diminuindo sua dependência em relação aos ramos tradicionais.

No terceiro período, espelhando a terceira dimensão dos bancos de desenvolvimento, a Agência de Fomento BADESC, direcionou inicialmente seus esforços para a execução do programa Crédito de Confiança do Estado de Santa Catarina, que por meio da criação de agências não governamentais dinamizou o microcrédito em todas as regiões do Estado. Neste último período, embora inicialmente o Badesc continuava depende de fonte de recursos federais, a difícil relação com o BNDES, em particular nos anos de 2005 a 2007, fez com que o banco aos poucos, fosse priorizando operações com recursos próprios, de modo a diminuir a dependência de recursos do BNDES e toda a instabilidade proveniente desta dependência. Na última década, embora a agência tenha apresentado uma diminuição na participação do crédito concedido a pessoas jurídicas no estado, esta tem apresentado uma maior estabilidade financeira, em decorrência do crescimento mais “orgânico” da sua carteira de crédito.

Neste último período, a Agência de Fomento manteve o crescimento da sua carteira de crédito assentada sobre o pilar da pulverização dos recursos, entre os mais diversos setores econômicos atuantes no estado, atendendo a micro, pequena, média e grande indústria. Com estas diretrizes a instituição passa pelo período de maior estabilidade de sua história, sem o mesmo protagonismo anterior, mas atendendo, de certa forma, as demandas das empresas catarinenses e os anseios do Estado de Santa Catarina, que se volta a uma importante atuação social com o fomento as micro e pequenas empresas, que encontram dificuldades na obtenção de crédito no sistema bancário, e nas condições praticadas pelos bancos comerciais.

A partir deste período, a vocação de fomento a indústria perde espaço para os setores ligados a prestação de serviço que passam a representar 50% das liberações de recursos, espelhando a transformação ocorrida na própria economia catarinense. Mas o principal aspecto ligado a esta transformação foi a falta de “funding”, para a manutenção dos níveis de contratação visto nos primeiros anos do período. Nos períodos anteriores a falta de recursos, sempre esteve ligada a falta de condições financeiras do Estado de Santa Catarina e a dependência de recursos do BNDES. O afastamento operacional do banco nacional resultou em uma expressiva queda nas liberações de recursos, em especial nos anos compreendidos entre 2005 e 2007, o que se certo modo, também ocorreu em outras ocasiões nos períodos anteriores. Entretanto, o aspecto que diferencia a situação de falta de “funding”, dentro do último período é na mudança de capacidade financeira do Estado de Santa Catarina que melhorou substancialmente, de modo a refletir o melhor momento financeiro do Estado em todo o período analisado, sem, no entanto, isto resultar, em um aporte de recursos no Badesc, com exceção do aporte de 150 milhões de reais realizado no final do ano de 2020, em razão da pandemia do Covid-19.

Isto espelha uma mudança significativa da postura do Estado de Santa Catarina em relação ao Badesc. Como visto durante o primeiro período, o estado empreendeu esforços para a constituição do banco Badesc, e apesar da pouca disponibilidade de recursos, em virtude da situação financeira do estado, contribuiu para a constituição de seu “funding”. Durante o segundo período, apesar da dívida do estado chegar a aproximadamente 250% da arrecadação total, os governos buscaram cooperar com o Badesc, buscando soluções para liquidar a sua dívida perante a instituição, omitindo informações no balanço a fim de evitar uma liquidação extrajudicial do Banco Central do Brasil além da disputa política criada com os estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, com o não cumprimento do acordo celebrado para a extinção dos bancos de desenvolvimento estaduais. O fato do banco ter sido transformado em agência de desenvolvimento não diminui o reconhecimento dos esforços realizados na defesa da instituição, tendo em vista que foi a última solução encontrada para a superar o risco de uma liquidação extrajudicial, como ocorrido com outros bancos de desenvolvimento estaduais, e a exemplo do BESC que foi federalizado para posteriormente ser privatizado. Todo este cenário de dificuldades e incertezas foi superado no terceiro período, quando a

posição financeira do estado melhorou significativamente, a medida que a relação entre a dívida e a receita do estado foi gradativamente sendo reequilibrada, de modo que, o passivo que chegou a reapresentar 250% da receita bruta anual, no final nos últimos anos de análise (2020) era de apenas 60% da receita corrente líquida, aproximadamente. Diante disso, restou evidente, que nas últimas duas décadas houve uma mudança na política creditícia do estado, que não atribuiu ao Badesc nenhum programa de relevância, sendo o último executado o Crédito de Confiança.

Em decorrência dos efeitos provocados pelas restrições às atividades econômicas no ano de 2020, em virtude da pandemia do Covid-19, o Estado de Santa Catarina aprovou um aumento de capital de R\$ 164 milhões parcelado em 24 vezes, cujo início ocorreu em dezembro do ano de 2020, para que o Badesc pudesse dar um maior apoio aos empresários catarinenses. A análise desta atuação anticíclica restou prejudicada por não abranger o lapso temporal deste trabalho

REFERÊNCIAS

- ALPERT, MICHAEL.** Actitudes sefardíes del siglo XIX y pensamiento sansimoniano reflejados en las carreras de Emile e Isaac Péreire, fundadores del Crédit Mobilier. 2001 **ALVES FILHO**, Antônio BESC: uma ideia: 35 anos depois. [S. L.]: [s.n.], 1997. 157 p
- AUGUSTO, MARIA HELENA OLIVA.** Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista. Editora UFPR. Curitiba 2017.
- ATAS REUNIÃO DA DIRETORIA.** Badesc 1975-2020
- ATAS REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.** Badesc 1975-2020
- ATAS REUNIÃO CONSELHO FISCAL.** Badesc 1975-2020
- ATAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS.** Badesc. 1975-2020
- BARKER, Wendy.** Os Bancos, a indústria e o Estado no Brasil. Revista de Economia Política (REP). Vol. 10, nº 2, Abr-Jun – 1990. São Paulo.
- BASTOS**, Pedro Cezar Zahluth. A economia política do novo- desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo
- BIANCHI**, Ítalo. História do Banco do Brasil. Rio de Janeiro. 1988 **BIELSCHOWSKY**, Ricardo A. Pensamento econômico brasileiro: o cicloideológico do desenvolvimentismo. 4.ed Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. 480p. ISBN 8585910089
- BNDES.** BNDES, 40 Anos: um agente de mudanças. Rio de Janeiro, BNDES, 1992a.
- BNDES.** BNDES 50 anos de desenvolvimento. 2002. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Paginas/livro_bndes50anos.html>. Acesso em: 03 nov. 2011.
- BNDES.** Relatório de Atividades. 2000, 2001, 2002b, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016.
- BRESSER-PEREIRA**, Luiz Carlos. Estratégia nacional e desenvolvimento.
- Revista de Economia Política.** 2006, vol.26, n.2, pp. 203-230.
- BRESSER-PEREIRA**, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. In: Eli Diniz, org. **Globalização, Estado e Desenvolvimento**. 1º Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 63-97
- BRESSER-PEREIRA**, Luiz Carlos. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. 2006.

BRUCK, Nicholas. *Future role of national development banks in the 21st century.* Group Meeting “Rethinking the Role of National Development Banks”. Nova York: United Nations, Dec. 1-2 2005.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX.** São Paulo: UNESP, 2002. 423 p. ISBN 8571394040 Disponível em

CAMERON. RONDO E. The credit mobilier and the economic development of europeu(1953).

CORREIO DO POVO. Porto Alegre. 03.12.1927

DEMORI. FLAVIO. BATALHA.MARIO OTAVIO. A pequena e média indústria e Santa Catarina. Editora UFSC. Florianopolis.1990

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ESTADO DE SANTA CATARINA. 1970-2020.

DICK. ALDINO BERNARDO. Os Caminhos do Desenvolvimento. Editora Unisinos. 2005.

FERRAZ, ALEM, MADEIRA. A contribuição dos bancos de desenvolvimento para o financiamento de longo prazo. **2013.**

FERREIRA, MEIRELLES. Ensaio sobre economia Financeira.2009.
https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/1907/1/Ensaio%20sobre%20Economia%20Financeira_2009_P_A.pdf#page=12

FONSECA, Pedro C. Dutra. BRDE: da hegemonia a crise do desenvolvimento. Porto Alegre: BRDE, 1988. 131 p.

FONSECA, Pedro. C. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. Paper para o seminário na UFRJ. Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013

GERSCHENKRON ALEXANDER. O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado/Contraponto 2015

GOULARTI FILHO, Alcides. Formação econômica de Santa Catarina. Florianópolis: Cidade futura, 2002. 500 p

HILFERDING, Rudolf. O capital financeiro. 2.ed São Paulo: Nova cultural, 1985.346 p.

HOBSON, John A. A evolução do capitalismo moderno: estudo da produção mecanizada. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 368 p. (Os economistas) **HUDSIN, BEZEMER.** A economia da bolha e a deflação da dívida MichaelHudson Dirk Bezemer. Disponível em:http://resistir.info/crise/hudson_16set12.html

[**LSE Growth Commission** (2013, p.25). Disponível em ; <http://www.lse.ac.uk/researchAndExpertise/units/growthCommission/documents/pdf/lseGCrep-Chap3.pdf>

KALECKI, Michel. Crescimento e ciclo das economias capitalistas. São Paulo: Hucitec, 1977. 193 p

KREGEL, J., 2017. Financial Systems, Financial Governance And Economic Development. *Brazilian Keynesian Review*, Volume 3 n. 2, pp. 124-129.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista. Da construção do Desmanche: Análise do projeto de desenvolvimento paranaense. Editora UFPR. Curitiba 2011.

MICK, Jacques. Crimes impunes: o lado oculto da intervenção do BESC. Florianópolis, Editora Quorum 1997.

MISK. Hyman P. Estabilizando uma economia instável. Editora Novo Seculos ao Paulo. 2013

MISK. Hyman P. John Maynard Keynes. Editora Unicamp. 2011

MICHELS, Ido Luiz. Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento. Editora UFMS. Campo Grande 1998.

PAIVA, Marcia. **BNDES**: um banco de história e do futuro. 2012

PARECERES TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. 1975-2020

SACHET.WATERKEMPER, SACHET. A vitória do credito de confiança. O microcrédito em Santa Catarina. Florianópolis. 2001

SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigacao sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. 2.ed São Paulo: Nova cultural, 1985. 169 p. (Os economistas)

SCHMITT, Gabriel. A conformação dos espaços públicos do sistema financeiro catarinense: um estudo das redes de relações constituídas.

SCHMITZ. Sergio. BDE- um banco empreendedor. 1990

SUZIGAN, Wilson. Crescimento industrial no Brasil incentivos e desempenho recente. Rio de Janeiro: IPEA, 1974. 281 p

STIGLITZ, J. The role of the financial system in development. The World Bank Group, *Presentation at the Fourth Annual Bank Conference on development in Latin America and the Caribbean* (LAC-ABCDE). The World Bank, 1998 WORLD BANK. Finance for growth: policy choices in a volatile world. A WorldBank Policy Research Report. Washington: World Bank, 2001.

TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. Campinas, SP: UNICAMP, 1985. 161 p.

ZYSMAN, J. *Governments, Markets and Growth*. London: Cornell University Press, 1983.